PROJETO ORVIL

As Tentativas de Tomada do Poder

Volume III



CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

Projeto ORVIL

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

Volume III

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Luis Valentin Vallejo
2016

Link para baixar esse e outros livros:
http://cloneclock.blogspot.com.br/2010/01/downloads.html

Email:
lsvltn@ojooo.com
lsvltn@gmail.com

Luis V Vallejo – editor
Outono- 2016

Sumário dos Três Volumes

- 6 -

VOLUME III

CAPITULO IX

1971
(continuação do Volume II)

CAPITULO X
1972

CAPITULO XI
1973

CAPITULO XII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA TERCEIRA TENTATIVA

4ª PARTE

A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPITULO I

A ESTRATÉGIA GERAL

CAPITULO II

O PROJETO DO CLERO DITO PROGRESSISTA

- 12 -

CAPITULO IX

1971

(continuação do Volume II)

15. A divisão da CEx/PC do B

Já no início de 1971, a CEx do PC do B estava dividida em duas partes: a primeira, composta por João Amazonas, Mauricio Grabois e Ângelo Arroio, conduzia, na região do Araguaia, o trabalho de campo para a implantação de um núcleo guerrilheiro; os três membros restantes permaneciam em São Paulo e na Guanabara, em condições de deslocar-se para a área de campo, quando necessário. Além desses, alguns membros do CC, como José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, também haviam sido deslocados para o Araguaia, que já contava com cerca de 70 militantes. Nem José Toledo de Oliveira escapou de ser deslocado para a área: assim que saiu da prisão, foi guindado ao CC e encetou viagem.

Na área de campo os subversivos realizavam um trabalho político que consistia de leitura e discussão dos documentos do partido, além da obrigatoriedade de se ouvir diariamente as transmissões das rádios de Tirana e de Pequim. A partir desse ano deu-se prioridade à atividade militar, constituída de treinamento físico, instruções de tiro, sobrevivência na selva, etc. O trabalho de massa continuava sendo feito na base de ações que visavam a conquista da amizade da população local, que continuava alheia às atividades políticas dos que denominavam, genericamente, de "paulistas". Nesse ano, o partido decidiu adotar uma estrutura militar para o movimento, constituído a base de "destacamentos", em número de três, o A, B e o C.

No aspecto político-ideológico, o PC do B prosseguia em seus ataques à política chinesa. No documento "Soluções Ilusórias" posicionou-se frontalmente contra o apoio que a China emprestava aos militares nacionalistas peruanos. Ao mesmo tempo, atacava o governo brasileiro na questão do mar das 200 milhas, afirmando que essa atitude não passava de "*demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo*".

Em meados de 1971, iniciou-se a aproximação entre o PC do B e a APML do B, que, poucos anos depois, iria redundar num considerável reforço para o partido.

No final desse ano, os 600 membros alcançados pela UJP atestavam que era fácil conduzir o idealismo da juventude para posições mais radicalizadas.



16. A desarticulação da AV

A partir de meados de janeiro de 1971, o "estouro" de oito "aparelhos" em São Paulo e a prisão de mais de duas dezenas de militantes da AV - dentre os quais quatro membros do DNP, Elio Cabral de Souza, Edgard de Almeida Martins, Paulo de Tarso Giannini e Felipe José Lindoso - desmantelaram a organização. Nos meses seguintes, novas prisões de quase meia centena de militantes, em diversas regionais, acabariam por desarticular a AV.

Os elementos que mais cooperaram com a polícia foram os seus próprios dirigentes, que pareciam, inclusive, querer acabar com a organização.

Pela absoluta falta de uma direção nacional, em meados de 1971, na Guanabara, cerca de cinco militantes da AV, liderados por Luiz Carlos

Lopes, resolveram constituir-se em dissidência e criaram o "Grupo Tacape", de reduzida influência político-ideológica.[1]

Após as quedas, a AV passaria por três anos de isolamento e de estagnação política, dirigida por uma Direção Geral Provisória (DGP) e com alguns esparsos militantes em São Paulo e na Guanabara.



17. O MRM transforma-se na OPCOR, que é desarticulada

No primeiro dia de 1971, reunido em São Vicente/SP, o Movimento Revolucionário Marxista mudou o seu nome para Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR) e elegeu um Comitê Nacional (CN).[2]

Nas "Resoluções Políticas" aprovadas nessa reunião, destacam-se os documentos "Normas Estatutárias", "Manifesto Programa" e "Acerca da Tática para a Revolução Brasileira", que estabeleciam a estrutura e a linha política da nova OPCOR.

Influenciada pelas suas origens na Ala Vermelha (AV) do PC do B, a OPCOR, adotou uma linha nitidamente maoísta. Admitia um estágio intermediário dirigido por um "Governo Popular Revolucionário", alçado, ao poder pela luta armada, através da Guerra Popular e do cerco das cidades pelo campo, este eleito como área de atuação principal.

Na prática, entretanto, a OPCOR limitou-se a assumir uma posição militarista, unindo-se a outras organizações na realização de assaltos na cidade de São Paulo. A OPCOR era uma organização que só tinha

---

[1] O "Grupo Tacape" seria extinto em janeiro de 1974, com a prisão de seus poucos militantes.

[2] Integrado por Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida, Joana Darc Jansen Ferreira e Paulo Roberto Magalhães, com os dois primeiros compondo o Secretariado.

"cabeça", os seis integrantes do CN. Nesse início de 1971, estava começando a recrutar oito novos militantes em Belo Horizonte e Vitória.

Em "frente" com o MRT, a VPR e a ALN, a OPCOR participou de quatro ações armadas em 1971: em 14 de janeiro, assalto frustrado a um carro-forte do Banco Itaú-América; em 22 de janeiro, assalto à Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci; em 30 de janeiro, assalto ao supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro; e em 10 de fevereiro, assalto à metalúrgica Mangells, na Mooca.

Quatro dias de março marcaram o fim do MRM/OPCOR. Entre os dias 22 e 25, foram presos os seis integrantes do CN e quatro simpatizantes.[3]

Nos "aparelhos" dos militantes, foram apreendidos, além de armas e munições, documentos que mostravam os planejamentos já efetuados para a sabotagem das redes elétricas e de oleodutos de São Paulo e para os sequestros de dois norte-americanos, considerados como agentes da CIA, três diretores da Chrysler e os cônsules da Itália, de Mônaco e de Portugal.

Na prisão, além de entregar os seus companheiros, falaram sobre as ligações com outras organizações, o que facilitou as "quedas" de militantes do MRT e da VPR.

Apenas como exemplo, destaca-se o final das declarações de próprio punho de João Amorim Coutinho, feitas em 27 de março:

> "*Aí está toda a minha vida, desde que me importei com coisas da política. Estou pronto a responder pelos meus erros para, quando sair daqui, esquecer disso tudo e refazer minha vida, estudar, trabalhar, ter meus filhos com minha esposa. Essa é a mais pura verdade, juro pela memória de meu pai, por minha mãe, por minha esposa, por meu filho que está para vir, enfim, pelo que há de mais sagrado em minha vida*".

---

[3] Os simpatizantes eram João Amorim Coutinho e sua esposa Laura Maria da Silva Coutinho, Francisco Feitosa Norberto e Ney Jansen Ferreira Junior, marido de Joana Darc e que havia saído da Av.

De nada adiantou o juramento. João Amorim Coutinho, hoje, está separado da esposa e é militante do PC do B, tendo sido eleito, em 1985, presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo.



18. PCR: um "justiçamento" e um assassinato

Na prisão em Recife, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") continuava a colaborar com as autoridades. No dia 21 de agosto, enviou um bilhete informando detalhes sobre três camponeses que haviam sido soltos recentemente e que estavam sendo recrutados pelo PCBR. Na noite do dia seguinte, "Capivara" era assassinado por dois presidiários, que lhe deram um refrigerante envenenado e, após, desfecharam-lhe violentas pancadas no tórax com canos de ferro. Os mandantes do crime nunca foram descobertos. O mais provável é que "Capivara" tenha sido identificado como informante da polícia e '"justiçado" por uma organização comunista.

Alguns dias depois, em 2 de setembro de 1971, José Mariano de Barros, a mando do PCR, tomou um táxi na Madalena, em Recife. Ao chegar perto do Hospital das Clínicas, quando fingia que ia pagar a corrida, aproximaram-se Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva. Na tentativa de assalto, ao reagir, o motorista Gentil Procópio de Melo foi alvejado por dois tiros disparados por José Emilson, vindo a falecer momentos após. Essa seria, a rigor, a única ação do PCR nesse ano e sua primeira vítima fatal.



19. A desarticulação do POC e o surgimento do POC-Combate

O POC vivia uma fase de retorno ao trabalho de conscientização da classe operária. Pretendia-se enterrar a lembrança militarista e reassumir a posição da ORM-PO, estabelecida no IV Congresso, pelo Programa Socialista para o Brasil (PSB). Adotando esta postura, o POC aproximava-se da OCML-PO, deixando de existir as divergências que provocaram a cisão.

Em janeiro de 1971, Fábio Oscar Marenco dos Santos, membro do Comitê Nacional do POC, encontrou-se com o dirigente da OCML-PO Nilton Bahalis dos Santos e discutiram a possibilidade de realizar em médio prazo, a reunificação das duas organizações. Naquela ocasião, Bahalis já representava uma tendência dentro da SR/GB da OCML-PO, que, em pouco tempo, "racharia" com a organização.

No início de maio de 1971, Fábio Marenco e Wladimir Neto Ungaretti encontraram-se com o dirigente da OCML-PO, Ceici Kameyana, numa nova tentativa de entendimentos com aquela organização. Ceici passou farta documentação da OCML-PO, para que fosse avaliada visando a um futuro entendimento.

Abalada desde sua incursão militarista no primeiro semestre de 1970, a unidade do POC já não existia, persistindo no seu interior três tendências. A "Tendência de Osasco", formada pelos militantes e simpatizantes da Célula Operária daquele município, aglutinava-se em torno de Laurindo Martins Junqueira Filho. A facção era partidária da organização dos operários em seus bairros e em "Uniões Operárias". A "Tendência do ABC", liderada por Alberto Augusto Júnior, compunha-se dos militantes operários das células daquela região e tinha o pensamento idêntico ao da "Tendência de Osasco", à exceção de julgarem a classe operária já pronta para a insurreição. A "Tendência do Sul", liderada por Fábio Marenco, adotada pela maioria dos militantes da SR/RS. Os partidários dessa Tendência pretendiam atuar dentro das fábricas, organizando os operários em "comitês" por seção, que seriam conduzidos em suas lutas reivindicatórias, por uma "Coordenação Operária".

No início de maio de 1971, era insustentável a posição da direção nacional do POC, totalmente inoperante frente às facções em luta interna. Foi realizada uma reunião da direção nacional. Como consequência dessa reunião, o Comitê Nacional (CN) e a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foram dissolvidos. Seus militantes consideravam necessário iniciar um período de discussões que deveria culminar na eleição de uma nova direção. Foi marcada uma Conferência Nacional para o mês de outubro, que não chegou a ser realizada.

Em junho, militantes da organização começaram a ser presos em São Paulo.

No dia 28 de julho, o casal Fábio Marenco e Ângela Rocha Santos, que retornara do Chile cinco dias antes, foi preso em Porto Alegre na avalanche de prisões que quase extinguiu o POC.[4]

Em agosto e setembro de 1971, continuaram as "quedas" no Rio Grande do Sul, que agora, num efeito reverso, se estenderam a São Paulo. No Rio Grande do Sul foram presos cerca de trinta militantes, "caindo" todos os componentes da SR/RS. Em São Paulo as prisões ocorreram em massa, causando total desarticulação do POC. Os principais dirigentes a nível nacional, inclusive os líderes das três tendências conflitantes no partido, foram presos. O POC estava desarticulado.

Os remanescentes do partido tinham a convicção da impossibilidade de sua sobrevivência dentro da orientação estabelecida pelas diretrizes da organização. A procura de um novo caminho levá-las-ia ao trotskismo.

No Chile, Flávio Koutzi e Marco Aurélio de Almeida Garcia lideravam um grupo de novos adeptos do trotskismo que haviam aderido à tendência majoritária do Secretariado Unificado (SU) da IV

[4] No início de julho, Fábio Marenco, Ângela Maria e Leopoldo Nosek foram ao Chile, onde participaram de uma reunião com os militantes do POC Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Flávio Koutzi, Marco Aurélio Almeida Garcia e os militantes da OCML-PO Eder e Emir Simão Sader, em busca de uma solução para a crise da organização.

Internacional. Este grupo, que iniciou no Chile, em 1971, a publicação da revista "Combate", passou a ser conhecido como Tendência Combate.

Em dezembro de 1971, a Tendência Combate divulgou uma Declaração Política, em espanhol, elegendo a IV Internacional como o organismo que poderia dar consequência à revolução mundial.

A primeira tentativa de unificação dos remanescentes do POC à Tendência Combate frustrou-se por divergências doutrinárias.

Os remanescentes do POC continuavam praticamente inativos e, somente no início de 1974, durante o X Congresso Mundial da IV Internacional, seriam superadas as diferenças ideológicas que possibilitariam a fusão dos remanescentes do POC com a Tendência Combate, surgindo então o POC-Combate, organização simpatizante da IV Internacional.



20. A OCML-PO fica acéfala

No início de março de 1971 a Fração - dissidência estudantil da SR/GB - desvinculava-se definitivamente da OCML-PO. A dissensão assumiu a denominação de Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Paralelamente à defecção da Fração - que representou um duro golpe para a SR/GB - a deserção de quatro militantes gerou um clima de desalento à estrutura da OCML-PO na Guanabara.[5] Alegando que

[5] Esses militantes constituíam o quarteto conhecido como JEUD – iniciais dos codinomes "Júlio" (João Antônio Arnaud Herédia); "Emilia" (mulher de Jaime Rodrigues); "Urbano" (Jaime Rodrigues) e "Dora" (Maria Lúcia Wendel Cerqueira Leite – mulher de "Júlio").

no Brasil não havia mais condições de luta, esses militantes auto-exilaram-se no Chile. Além de João Arnaud Herédia, membro da SR/GB, a OCML-PO perdia no Rio de Janeiro importantes quadros de nível direção.

Embora com suas atividades muito restritas, a OCML-PO foi duramente atingida em setembro de 1971, na onda de prisões que assolou o POC. Toda a Coordenação Nacional da organização foi presa, provocando uma interrupção de contatos com as Secretarias Regionais. Ceici Kameyana, Marcos Wilson, Jurandir Dias Garçoni, Manoel Mota Fonseca, Maria Lúcia Paula Pereira e Antônio Edson Urban foram presos. A OCML-PO ficava sem sua imprensa nacional, o instrumento de coesão orgânica e ideológica, representado pela veiculação das diretrizes emanadas do Comitê Nacional.

As relações de distribuição de Boletim Interno e de Tribuna de Debates, encontradas no "aparelho" de imprensa, possibilitaram o levantamento do efetivo nacional da organização, cerca de cem militantes. Apesar desse número, a OCML-PO ficaria inativa. Estava acéfala.

A OCML-PO tentava ainda avaliar suas perdas, quando, em abril de 1972, os órgãos de segurança desmantelaram a organização na Bahia, realizando vinte prisões.

Buscando a sobrevivência, a OCML-PO transferiu para São Paulo os quadros dirigentes da SR/GB. Em 1973 a organização mantinha atividades apenas nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Vivendo o ânimo da reconstrução, a OCML-PO sentiu necessidade de reavaliar sua atuação pretérita, visando a apurar as razões de sua ineficiência operacional e da falta de disposição para a luta dos seus mais distinguidos dirigentes. Com este propósito, a Coordenação Orgânica, antigo Comitê Nacional, resolveu fazer contato com os ex-militantes foragidos no Chile, que haviam constituído o "Grupo de Apoio à Política Operária" (GAPO).

Em meados de 1973, enviou Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira ao Chile para contatar o GAPO, entidade não vinculada organicamente à OCML-PO.[6]

No balanço autocrítico realizado pelos membros do GAPO, ficou evidente que, apesar do interesse em discutir os problemas políticos da organização, nenhum deles apresentou disposição de retornar ao Brasil naquela ocasião.

No retorno ao Brasil em junho de 1973, Carlos Tibúrcio foi preso em Foz do Iguaçu, impedindo que a Coordenação Orgânica tomasse conhecimento do resultado de sua missão.

Através dos anos, a OCML-PO atravessaria várias crises. Sua posição centrista, equidistante do reformismo e do trotskismo, tornava-a vulnerável ao ataque dos extremos. Vivendo esta instabilidade, sofreria mais uma defecção com a perda de um grupo de estudantes de São Paulo, que se afastou da organização no final de 1976, constituído na Fração Operária Comunista (FOC).



21. FB-PO: A rebeldia dos estudantes da OCML-PO na Guanabara

Os estudantes da SR/GB da OCML-PO, constituídos numa tendência, afastaram-se da organização no início de maio de 1971, criando a Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

A cisão foi justificada pela omissão da organização em atribuir importância tática ao movimento estudantil.

---

[6] Carlos reuniu-se, entre outros, com Eder Simão Sader, João Antônio Arnaud Herédia, Jaime Rodrigues e sua esposa, Maria Lúcia Wendel Cerqueira e Luiz Carlos de Almeida.

Nilton Bahalis dos Santos assumiu a liderança do movimento e iniciou o trabalho de articulação da recém-criada organização. A FB-PO, centrada no Rio de Janeiro, conseguiu estender-se fracamente para São Paulo, onde estabeleceu duas células, uma no meio estudantil e outra no meio operário.

A exemplo da OCML-PO, a FB-PO adotou o Programa Socialista para o Brasil (PSB) como seu documento básico, acrescentando, com ênfase, o papel dos estudantes na conscientização da massa operária para a "revolução socialista" no Brasil. Como seguidora do PSB, a FB-PO não descartava o emprego da luta armada, que seria desencadeada numa segunda fase do movimento.

A FB-PO não definiu uma estrutura organizacional tradicional. Estabeleceu um Setor de Organização (SO), que seria a direção da organização, limitada à atuação de Nilton Bahalis. Ligados ao SO estavam os Setores Estudantil (SE), Interno, Operário e São Paulo.

O SE atuava junto com o Movimento Universidade Crítica (MUC), organização de frente do movimento universitário, criada pelo POC e encampada pelas OCML-PO e FB-PO.

A FB-PO editava o jornal "Pavio", com um suplemento estudantil. A reunião de quatro a cinco pessoas para discutir os artigos publicados sob a orientação de um estudante mais conscientizado, estabelecia um Grupo Pavio (GPA), constituído com o objetivo de contestar o regime, através de críticas a problemas extra-universidade.

O Organismo de Prática Orientada (OPO) era outra forma de mobilização e conscientização utilizada pela FB-PO. Oriundo do MUC, o OPO decorria naturalmente da evolução de um GPA.

O Organismo Para-Partidário (OPP) era um estágio obrigatório, anterior à militância. Na realidade, o OPO confundia-se com o OPP e, na prática, constituiu-se no organismo de formação de militantes da FB-PO.

A coordenação do SE era responsabilidade de Angelina Teixeira Peralva[7] e o Setor Operário (SO) era coordenado por André Luiz Pappi.[8] O trabalho da FB-PO no meio operário foi incipiente. Não há qualquer notícia da efetivação do recrutamento de um trabalhador. Os militantes no Setor eram todos estudantes o que dificultava a aproximação e o relacionamento com a classe operária.

O Setor Interno (SI) funcionava sob a orientação de Marlene Seica Shiroma.[9]

Em São Paulo, Luiz Felipe Falcão, Jorge Eduardo de Souza Hué e Estrela Dalva Bohadana Bursztyn revezavam-se, procurando atender ao incipiente trabalho no Movimento Estudantil (ME) e no Movimento Operário (MO). A célula de São Paulo editava o jornal "Tocha", destinado ao ME e o panfleto "Denúncia" para o MO.

A FB-PO não escaparia à atuação dos órgãos de segurança que nesse ano mostravam-se muito ativos e eficientes. Em janeiro de 1972, menos de um ano de sua fundação, a organização foi totalmente desarticulada, com prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O líder da organização, Nilton Bahalis dos Santos, escapou a prisão. Desconfiando da "queda" de seu contato, Nilton mandou sua amante, Angelina Teixeira Peralva, "cobrir um ponto" em seu lugar, livrando-se da prisão.

Enquanto aguardava julgamento em liberdade, Angelina Teixeira Peralva evadiu-se para o Chile, onde se encontrou com Nilton. No exílio, aproveitando-se da liberdade proporcionada aos comunistas pelo governo de Unidade Popular de Salvador Allende, Nilton reuniu militantes da FB-PO e, associados a militantes de outras organizações, lançaram a revista "Campanha", cujo primeiro número foi publicado no dia 28 de setembro de 1972.

---

[7] Da célula estudantil participavam Roberto dos Santos Bartholo Junior, Ricardo Henrique Salles, Fábio de Silas Sá Earp e Vera Maria Joppert Carneiro de Mendonça.

[8] Compunham a célula do SO as militantes Maria do Carmo Navarro da Silva e Regina Maria Alves de Carvalho.

[9] Contando com a colaboração de Sérgio de Castro Lopes, Valeska Peres Pinto e a militante “Mariana”.

A FB-PO passou a ser conhecida no Chile como Grupo Campanha, e utilizava a publicação como órgão de mobilização das esquerdas no exílio andino, difamando o governo brasileiro. Com a queda de Allende, o Grupo Campanha deslocou-se para a França com uma breve passagem pelos Estados Unidos.

No início de 1976, remanescentes da FB-PO fundaram no Brasil o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), encerrando o ciclo FB-PO/Grupo Campanha.



22. VPR: as discussões sobre Propaganda Armada

No início de 1971, a VPR possuía dezenas de militantes no exterior, banidos ou foragidos, particularmente em Cuba, no Chile e na Argélia. Em Cuba, a VPR chegou a possuir bases de militantes coordenadas por Onofre Pinto e Chizuo Ozawa, e muitos militantes realizaram cursos de treinamento de guerrilha, com instruções de tiro, explosivos e de campo. No Chile, a chegada de 24 militantes da VPR banidos em 13 de janeiro acarretou a necessidade de uma estrutura que os integrasse. Assim, em 1º de fevereiro, Carlos Lamarca enviou a carta "Aos Companheiros da VPR no Chile", na qual nomeava Ubiratan de Souza como coordenador das bases e determinava que fosse criada "uma Comissão de Apuração de Responsabilidades para analisar o procedimento da cadeia", à semelhança da já existente em Cuba.

Quanto à "frente" constituída com a ALN, o MR-8, o PCBR e o MRT, as relações sofreram um esfriamento, fruto das divergências ocorridas por ocasião do sequestro do embaixador suíço. Mesmo assim, elas continuariam existindo nesse início de ano, com assaltos conjuntos e reuniões bilaterais. Em 4 de fevereiro Lamarca enviou à "frente" o documento "Vanguarda ou Povo?", praticamente uma

reedição do "Partido ou Proletariado?", de novembro de 1970, reafirmando a posição da VPR em favor do "avanço" e contra o "recuo".

O Comando Nacional (CN) era o mesmo nomeado na reestruturação de junho do ano anterior - o triunvirato sendo constituído por Lamarca, Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etienne Romeu. Em fevereiro, o ex-estudante de Medicina, Herbert, auto clinicando-se, concluiu que estava com leucemia e pediu seu desligamento do CN, sendo substituído por José Raimundo da Costa, que retornou do Nordeste especialmente para assumir suas funções.

No Rio Grande do Sul, a situação da UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS) era crítica, em face das prisões ocorridas em dezembro. Apesar disso, seus remanescentes, liderados pelo Cmt da UC, Reinholdo Amadeo Klement procuravam reestruturar-se e "*criar novas táticas para dar continuidade à luta*".

No entanto, um golpe decisivo veio por um fim as atividades da VPR no Rio Grande do Sul. Em Capão da Canoa, no dia 22 de janeiro, foi preso Isko Germer e, no dia seguinte, Reinholdo e sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. "Desbundado", o Cmt UC/MRS, em longo depoimento de próprio punho com o titulo de "Uma Posição", escreveria ainda em janeiro:

> "*Outro fato que é importante destacar, para que se compreenda esta minha posição, é a podridão em que a esquerda vive. É impressionante as mesquinharias, os desvios de dinheiro, a falta de consenso e a incapacidade dos elementos que a formam. Conheci também o mito que se chamava repressão. Para mim, que ouvia falar em homens desnaturados, a prova que tive em contrário foi no convívio no meio deles. Em geral são homens que lutam com dificuldades, têm família, responsabilidades, etc*".

No final do mês e no início de fevereiro, novas "quedas" atingiram a UC/MRS desestruturando a VPR gaúcha.[10]

---

[10] Foram presos em Porto Alegre Marco Antônio Lima Dourado, sua companheira Rose Marie Porto Alegre Pereira, Antônio Constâncio de Souza, Cezar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobisesck Maslak.

Em São Paulo, em janeiro de 1971, só restavam quatro militantes na UC "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL).[11] Apesar disso, a UC continuava atuante.

Em 22 de janeiro, seu comandante Gregório Mendonça com militantes da ALN e do MRT, assaltou um carro de transporte de valores do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci. Em 2 de fevereiro, indo a Porto Alegre pegar munição com Reinholdo, foi preso Laerte Dorneles Méliga que entregou o "ponto" que teria com Gregório Mendonça, dois dias depois em São Paulo, quando este também foi preso. A UC/ARL ficou reduzida a dois militantes.

Subsistia a VPR nesse início de ano, portanto, apenas na Guanabara, com as atividades desenvolvidas pelos 14 militantes que compunham a UC "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB).[12] Além da UC/JGB, a VPR possuía na Guanabara um grupo de aliados que cooperava nos esquemas médico e de imprensa.

O assunto que galvanizou a UC/JGB, nesse período, foi o intenso debate sobre Propaganda Armada (PA), iniciado ainda no "aparelho" da Rua Paracatu, durante as negociações do sequestro do embaixador suíço.

No dia 28 de dezembro de 1970, Alfredo Hélio Sirkis encaminhou o documento "O Caminho da Propaganda Armada", no qual considerava superada a atividade de sequestro e defendia a PA como "responsabilidade histórica" da VPR, a ser executada através de "ações localizadas de confisco e distribuição de gêneros alimentícios". No dizer de Sirkis, "*devemos deixar de ser para a massa os caras que assaltaram o banco para ser os caras que tomaram o caminhão do leite e distribuíram o leite prá gente*"; ações essas "*complementadas (no ato) com panfletagem, comício, pichações, etc.*"

---

[11] Gregório Mendonça, que substituiu Yoshitane Fujimore no comando, Laerte Dorneles Méliga, Aluízio Palhano Pedreira Ferreira e José Anselmo dos Santos.

[12] Compunham a UC/JGB: Gerson Theodoro de Oliveira, Cmt da UC, Alex Polari de Alverga, Zenaide Machado, Ivan Mota Dias, Maurício Guilherme da Silveira, Alfredo Hélio Sirkis, Adair Gonçalves Reis, José Roberto Gonçalves de Rezende, Tereza Ângelo, Walter Ribeiro Novaes, Lúcia Veloso Mauricio, Ubajara Silveira Roriz, José Carlos de Oliveira Mendes e Carlos Alberto do Carmo, um militante que veio da VAR-P em meados do ano anterior.

No dia seguinte, o documento "Sequestro x Propaganda Armada?", redigido por Alex Polari de Alverga, apesar de preconizar a PA, defendia ainda, o sequestro como um instrumento válido e eficaz.

Em 3 de janeiro de 1971, Lamarca, com o seu "Vincular para Romper", analisou os dois documentos anteriores, criticando o de Alex e apoiando o de Sirkis, e procurava sistematizar o problema, defendendo a execução da Propaganda Armada Vinculada (PAV), a fim de romper o isolamento da organização.

Depois de Herbert, com o documento "Alguns Problemas da PA", seguir a ideia do seu chefe, defendendo a PAV e posicionando-se contra as ações gerais, Sirkis escreveu em 9 de janeiro, o "PA Vinculada e Trabalho Político no Seio da Massa", no qual, pela primeira vez nessa organização militarista, surge a ideia de um trabalho político, não necessariamente armado.

Foi nesse contexto que a UC/JGB executou duas ações de PAV, denominadas de "saque e reparto" ou, ainda, de "Robin Hood".

Precisando de carros para suas ações de PAV, cinco militantes da VPR, com mais três do PCBR, assaltaram na madrugada de 6 de janeiro, a garagem "Gratidão", na Tijuca, roubando 4 Volks, dois dos quais ficaram com o PCBR.

No dia 11 de janeiro, assaltaram a Empresa de Transporte Aliança, perto da estação de Ramos, roubando um caminhão carregado de gêneros (leite em pó, chá, remédios, etc), logo depois repartidos entre os moradores da favela de Brás de Pina.

No dia 26 de janeiro, dez dias depois da liberação do embaixador suíço, todos os 14 militantes da UC/JGB assaltaram e renderam os funcionários do depósito dos "Armazéns Mundial", no Jacaré. Em 40 minutos, roubaram 3 mil cruzeiros do cofre e carregaram dois caminhões com gêneros alimentícios, repartidos logo depois, entre os assustados e ávidos moradores da favela do Rato Molhado, perto do cemitério de Inhaúma.

No dia 14 de fevereiro, com o documento "Um Futuro Nebuloso para a Guerrilha Urbana", Adair Gonçalves Reis preconizava "*transformar o atual estágio da vanguarda em armas, para o povo em armas*". A VPR conscientizava-se da força da massa.

Encerrando as discussões sobre PA, Lamarca escreveu em 18 de fevereiro, o "É Hora de Negar as Ilusões", determinando a execução de ações de PAV para romper o isolamento político.

Mas, não foram só as discussões sobre PA que caracterizaram a VPR, nesse início de 1971. Dez dias depois de escrever uma "Carta Aberta a Toda a Org", Zenaide Machado escreveu em 25 de janeiro, em parceria com Adair Gonçalves Reis, um documento no qual analisava os fenômenos existentes na esquerda, isto é, o voluntarismo, o espontaneísmo, o individualismo, o personalismo e a auto-afirmação. Ressaltava que:

> "*Toda a esquerda sofre na carne a presença destes fenômenos que têm atravancado o seu desenvolvimento. Se não vencermos o desafio que esta realidade nos impõe, se não tivermos a combatividade necessária para fazermos uma profunda autocrítica e revolução interna, não passaremos do que somos hoje: um tumor dentro da realidade política brasileira*".

O ponto alto das discussões, entretanto, pelo caricato de que se revestiu, foi a polêmica entre Lamarca e o estranho militante de codinome "Otávio", Ubajara Silveira Roriz. Lamarca não havia recebido nenhum dos documentos produzidos por Ubajara, com os comandantes da UC e das bases achando que era melhor preservar o comandante-em-chefe da leitura das diatribes de Ubajara. O último documento, entretanto, foi recebido por Lamarca em 14 de janeiro, o qual, dois dias depois, envia-lhe o "Resposta Sintética ao Companheiro Otávio", afirmando que seu balanço foi superficial e incompleto, caindo num "*desvio ideológico*". Ao final, uma advertência: "*Nós devemos é ser mais sérios em nossas análises*".

Em 23 de janeiro, Ubajara respondia com o documento que mexeu com toda a organização, o "Quem é Carlos Lamarca?", no qual levanta dúvidas sobre a lealdade revolucionária do "ex-capitão do

Exército" e afirma estranhar o mito que se havia criado em torno do seu nome.

Quase uma dezena de documentos sobre a polêmica Lamarca x "Otávio" circularam entre os militantes da VPR nesses dois primeiros meses de 1971, demonstrando a fragilidade do comando, particularmente, tendo em vista que tudo acabou em nada.

Em 4 de fevereiro, Gerson, Adair, Maurício, Zenaide, Tereza, Alex, Ivan e Walter realizaram um frustrado assalto à residência, no Leblon, do Sr. Fernando de Abreu Teixeira, proprietário do Guanabara Palace Hotel. Com os dados fornecidos por Walter, que trabalhava na casa como técnico em piscinas, os cinco primeiros militantes tentaram render a vítima que, ao reagir, foi ferida com um tiro no rosto desfechado por Adair, enquanto que sua esposa levava um soco no rosto dado por Gerson. Na atropelada fuga, Adair disparou um tiro em sua própria perna, sendo conduzido para ser medicado no "aparelho" de Walter, onde estavam homiziados Lamarca e Iara, obrigando, por segurança, a remoção do casal para outro "aparelho".

Nesse mês de fevereiro, duas defecções importantes sofreria a UC/JGB: José Roberto Gonçalves de Rezende e Alfredo Hélio Sirkis pediram desligamento, permanecendo, apenas, em contato com alguns militantes até preparar-se as suas fugas para o Chile.

O mês seguinte, entretanto, marcaria o início do desmantelamento da VPR.



23. VPR: O desligamento de Carlos Lamarca

O mês de março foi caracterizado pelas ásperas discussões travadas entre Carlos Lamarca e Inês Etienne Romeu, que provocaram desligamento desses dois membros do CN da VPR. No entanto, não cessaram os assaltos. No dia 11, assaltaram e levaram Cr$ 210,00 e centenas de fichas telefônicas da agência da CTB[13] localizada no Leblon; e no dia 13, roubaram Cr$ 8.600,00 dos escritórios do Conhaque de Alcatrão São João da Barra e Bebidas Praianinha, em Ramos.

Em 9 de março, Lamarca, através do documento "À Org", propôs que a UC/JGB realizasse estudos sobre a prática da organização visando a uma autocrítica e à reformulação de sua linha política. Para isso, dividiu os 12 militantes que restavam da UC em 4 grupos de estudo, neles incluindo os 3 do CN, além de Herbert e Iara.

Nesse mesmo dia, considerando que essa divisão foi uma intervenção na UC, Inês criticou a decisão de Lamarca através do documento “Contra o Cupulismo”, respondido por Lamarca, logo no dia seguinte, com o "Pelo Leninismo", no qual tecia graves acusações a Inês, pelos seus "*conceitos burgueses de moral e de disciplina*" e por sua "*posição negativista*".

Considerando-se pessoalmente ofendida, Inês enviou em 13 de março, um "Comunicado", no qual decidia desligar-se do CN e considerava-se "*impedida de exercer qualquer atividade na Org*". Ao mesmo tempo, encaminhava que a apuração das acusações a ela imputadas deveria "*ser feita pelo Congresso Nacional*", único órgão a que se submeteria.

No dia 21, Lamarca produziu dois documentos, "Ao Cmt A" e "Posição sobre o Comunicado do Cmt A",[14] nos quais reiterava suas críticas a Inês e convocava uma reunião do CN.

---

[13] CTB – Companhia Telefônica Brasileira (NE)

[14] “A” era "Alda", codinome então utilizado por Inês Etienne Romeu.

Entretanto, sentindo esfacelar-se a organização que ajudara a fortalecer, logo no dia seguinte, Lamarca, através do documento "Ao Comando da VPR", apresentou o seu "pedido de desligamento em caráter irrevogável", fundamentado por:

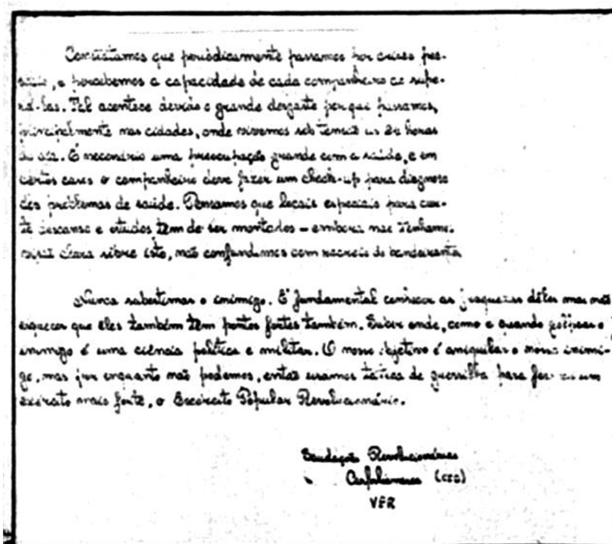
> *"1º) divergir da linha política da VPR, conforme coloquei em diversos documentos internos;*
>
> *2º) ter constatado os desvios ideológicos da VPR e a deformação que acarreta em muitos dos seus quadros*
>
> *3º) não ter conseguido levar a luta interna que iniciei há um ano com a devida serenidade;*
>
> *4º) não conseguir romper com o culto ao sectarismo existente na VPR;*
>
> *5º) discordar do método de direção (apesar de ser Cmt-em-Chefe); a Org impede a liberação de potencial, não forma quadros, aliena militantes, deforma dirigentes, elimina a criatividade, impede a prática leninista – tudo como já coloquei em documentos internos".*

Depois de escrever, a 27 de março, o documento "Congresso: salvação política e não de Honra", Lamarca ingressou no MR-8.

Mas não foram as saídas dos dois membros do CN as únicas "perdas" da VPR em março. No dia 22, num encontro fortuito com a polícia em Cascadura, morriam, após cerrado tiroteio, Gerson Theodoro de Oliveira e Mauricio Guilherme da Silveira. A UC/JGB perdia mais dois militantes, dentre os quais seu próprio comandante.

O CN e a UC/JGB passavam por uma séria crise de direção Alex Polari de Alverga foi nomeado comandante da UC e as duas bases passaram a ser coordenadas por Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, com esses três militantes compondo com José Raimundo da Costa, o único que restara do antigo CN, um novo Comando Nacional Provisório (CNP). Ao todo, com os dois remanescentes de São Paulo, 12 militantes compunham a outrora poderosa VPR.

No dia 11 de abril, o CNP emitiu o documento "Sobre o Problema do Desligamento do Companheiro Cláudio", no qual atacava Lamarca pelo seu "personalismo", "oportunismo" e por ser possuidor de um "idealismo ingênuo" e afirmava que essa atitude havia sido de "fuga à responsabilidade", "a partir de um profundo emocionalismo", denotando uma "fraqueza ideológica".[15] A propósito dos numerosos


Constatamos que periodicamente passamos por crises pes-
soais, e percebemos a capacidade de cada companheiro de supe-
rá-las. Tal acontece devido o grande desgaste porque passamos,
principalmente nas cidades, onde vivemos sob tensão as 24 horas
do dia. É necessário uma preocupação grande com a saúde, e em
certos casos o companheiro deve fazer um check-up para diagnose
dos problemas de saúde. Pensamos que locais especiais para con-
te descanso e estudos têm de ser montados – embora não tenhamos
[illegible] clara sobre isto, não confundimos com [illegible]

Nunca subestimar o inimigo. É fundamental conhecer as fraquezas dêle mas não
esquecer que eles também têm pontos fortes também. Saber onde, como e quando golpear o
inimigo é uma ciência política e militar. O nosso objetivo é aniquilar o nosso inimi-
go, mas por enquanto não podemos, então usamos táticas de guerrilha para fazer um
exército mais forte, o Exército Popular Revolucionário.

Saudações Revolucionárias
[illegible] (ccs)
VPR

Texto escrito por Lamarca

documentos escritos por Lamarca, o CNP não se esqueceu de criticá-los, afirmando que eram "somente algumas frases feitas (e ainda por cima mal feitas)" e não passavam de "mero exercício de caligrafia".[16] Ao final, o CNP concluía que não aceitava o seu desligamento enquanto não ficassem claras as divergências e que ele não poderia "assumir militância em outra organização até a decisão final da questão".

Mero exercício de retórica. Lamarca já estava no MR-8.



---

[15] "Cláudio" era um dos codinomes de Lamarca, que utilizava, entre outros, também os codinomes de "Cid" e "César".

[16] A caligrafia de Lamarca era perfeita, redondinha, tipicamente feminina.

24. A desmobilização da VPR no Brasil

Em maio de 1971, a VPR já vivia seus estertores. No dia 5, enquanto Alfredo Hélio Sirkis fugia para o Chile, Inês Etienne Romeu era presa na Guanabara, fornecendo o estopim para uma nova sucessão de prisões, dentre as quais a de José Roberto Gonçalves de Rezende, no dia 7, e a de Alex Polari de Alverga, no dia 12, este atropelando, durante a sua tentativa de fuga, o operário João Bernardo de Vasconcelos Filho, só sendo preso após disparar os seis tiros de seu revólver contra os policiais que o perseguiam.

Na primeira quinzena de junho, apavorado com as "quedas", José Anselmo dos Santos, o conhecido Cabo Anselmo, apresentou-se ao Delegado Fleury, em São Paulo, e passou a trabalhar para a polícia. No entanto, já era pouco o que ainda restava da VPR.

Nesse mês, desvencilhando se de sua leucemia paranoica, Herbert Eustáquio de Carvalho retornou à militância, só que com outras ideias. No dia 9, encaminhou ao CNP o documento "E haverá perspectivas?", no qual reconhecia estar a VPR entre os "escombros da derrota", em consequência "*do experimentalismo, do amadorismo, do aventureirismo, das teses imperfeitas e de uma teoria remendada*". Ao fazer uma análise das organizações que escolheram o caminho da luta armada, afirmou:

> "*A esquerda revolucionária compunha-se quase que totalmente da parcela mais jovem e inexperiente da esquerda. Sua composição basicamente de jovens estudantes e militares levou-a a uma ousadia revivificante ao mesmo tempo que a quixotadas grotescas*".

Após mostrar que "*os grupos armados seguiram um caminho enquanto o povo seguiu outro*", concluiu que a "VPR já não existe mais", escrevendo:

> "*Tentar remontar a VPR a partir de suas forças exauridas é trabalho inútil, como esvaziar o mar com um dedal*".

Estabeleceu os possíveis rumos que a organização deveria tomar, dentre os quais:

> "*- Desmobilização total, no único intuito de conservar o que sobrou da derrota, em termos de material humano, para aproveitá-lo em uma nova fase;*
> *- Preparar lentamente e minunciosamente uma nova luta que se lembre só dos erros desta mas não os cometa de novo;*
> *- Definição da existência única de um comando no exterior e inexistência da O. formalmente no Brasil*".

Herbert propunha desmobilizar a VPR e, encerrava com a frase:

> "*Fracassamos e devemos pagar com a humilhação de uma desmobilização total*".

O documento caiu como uma bomba entre os minguados militantes da Guanabara. Entretanto, não foi bem recebido pelo único que ainda, conservava o espírito militarista da antiga VPR, José Raimundo da Costa. Em 20 de junho, plagiando Marighela, escreveu o "*ficar para lutar ou quem samba fica, quem não samba vai embora*", no qual tacha Herbert de "*individuo politicamente vacilante, inseguro e confuso*", dotado do "*comportamento típico, e já muito nosso conhecido, do pequeno-burguês que se radicalizou e tentou engajar-se nas fileiras da Revolução*". E prosseguiu, José Raimundo, no seu áspero ataque a Herbert:

> "*Quando o pequeno burguês tenta assumir a postura de revolucionário e não consegue, começa a viver um conflito individual que se expressa na tentativa de conciliar o irreconciliável... Sua participação no atual momento, ou será nula ou será na direção da fuga e, em qualquer caso, não deixará de ser um peso morto ou um entrave*".

Após dizer que "*desmobilização é apresentação sofisticada da deserção!*" José Raimundo concluiu colocando no final do documento, não mais o "*Ousar lutar, Ousar vencer*", mas, apenas um lacônico "*Ficar para lutar*".

Um mês e meio depois, em 5 de agosto, José Raimundo da Costa morria na Guanabara, após tiroteio com a polícia em Pilares.

Zenaide Machado cooptou Herbert para o CNP que, no dia 7 de agosto de 1971, emitiu três comunicados:

- no "Comunicado nº 2 - Medidas Imediatas", admitia o "final da derrota", desmobilizava a VPR e convocava o II Congresso Nacional;

- no “Comunicado nº 3 - Aos Companheiros do Exterior”, fazia uma análise da situação crítica da VPR no Brasil e participava as decisões de desmobilizá-la e da convocação do Congresso, além de solicitar Cr$ 35.000,00 para a fuga dos companheiros.

Ainda nesse mês de agosto, novas "quedas" dariam razão ao CNP. Depois de Ubajara Silveira Roriz e José Carlos de Oliveira Mendes fugirem para o Chile, foram presos no dia 21, Lúcia Velloso Maurício e Carlos Alberto do Carmo, além da própria Zenaide, com 9.400 dólares destinados para a fuga.

Da VPR no Brasil, haviam sobrado Herbert, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, refugiados num "aparelho" do Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma dissidência da DVP, além do ex-Cabo Anselmo.



25. Aprovados os estatutos da APML do B

As contradições aguçavam-se dentro da AP, delineando as duas tendências em conflito. A minoria, reforçada com o retorno de Jair Ferreira de Sá, assinalava no Brasil a existência de imperialismos de várias origens - norte-americano, japonês e alemão - que se anulariam entre si, deixando à burguesia nacional o domínio do Estado, onde não existiria o latifúndio pré-capitalista como afirmava a maioria. Desta visão, emergia a caracterização da revolução como

"*nacional em marcha para o socialismo*", que se transformaria, mais adiante, em "*revolução socialista*".

No início de 1971, por suspeitas infundadas a AP, alegado razões de segurança, "justiçaria" o militante Antônio Lourenço na R-8 (Maranhão, Piauí).[17]

Adiada algumas vezes, na busca de um denominador comum que conciliasse os interesses das correntes em choque, realizou-se, finalmente, no período entre 14 e 21 de abril de 1971, em São Paulo, a III RADN. Presentes a Direção Nacional e os representantes dos diversos Comandos Regionais, foram propostos e aprovados os "Estatutos de Ação Popular Marxista-leninista do Brasil". A AP assumia essa denominação e definia-se pelos "*princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo*".

Reafirmando o maoísmo como a terceira etapa do marxismo a APML do B defendia o princípio do "*Internacionalismo proletário*". Definindo o Brasil como um país "*dominado pelo imperialismo norte-americano*", onde se combinavam relações capitalistas com relações semifeudais e feudais, a organização preconizava, como Programa Mínimo, a "*Revolução nacional, democrática e popular anti-imperialista e agrária*", cujos alvos seriam: "*os imperialistas, principalmente os norte-americanos; os grandes capitalistas ligados aos imperialistas e os latifundiários*".

O caminho estratégico da APML do B ficava definido como o da luta armada, através da Guerra Popular. A essência da tática era a preparação da Guerra popular através da radicalização das ações de massa no campo e na cidade, da criação de um certo número de áreas estratégicas no campo e na cidade e da criação e do desenvolvimento de unidades de guerrilha, milícias e grupos de autodefesa, embriões do "Exército Popular".

Durante as tarefas de construção da "*Frente Única Anti-imperialista*" - constituída por operários, camponeses e setores da pequena

[17] Vide o item seguinte deste capítulo.

burguesia - e do "*Exército Popular*", construir-se-ia o "*Partido da Classe Operária*".

Definida como tarefa principal, buscava-se a construção de "um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, "marxista-leninista-maoísta", levando-se em consideração a existência no Brasil de um partido marxista-leninista, o PC do B, e outras organizações marxista-leninistas. A APML do B conclamava o PC do B e as demais organizações para o debate visando a constituição do "partido do tipo inteiramente novo". Isto significava que o PC do B, mesmo considerado proletário, não seria do tipo inteiramente novo. Prevalecia, inicialmente, o ponto de vista da facção minoritária.

Adotando o "centralismo' democrático", como o princípio fundamental da organização, a APML do B transformava a estrutura organizativa do "comando", herdada da influência foquista, em "Comitê".

Durante a III RADN, elegeu-se um Comitê Central Provisório (CCP).[18]

Como parte das transformações organizativas criou-se o Bureau Político (BP), organismo dirigente da APML do B entre duas reuniões do Comitê Central (CC). O BP estabeleceu um Secretariado permanente (SP), com Jair Ferreira de Sá, Duarte do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, o qual era o órgão executivo das decisões emanadas do BP e do CC. Jair Ferreira de Sá foi eleito o secretário-geral da APML do B.

O BP instituiu e controlava os departamentos. O Departamento Nacional de Agitação e Propaganda (DNAP) ficou sob a orientação de Duarte Pacheco Pereira, que entre outros encargos, publicava o

[18] Do CCP faziam parte: Jair Ferreira de Sá, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo da Silva Arantes, José Renato Rabelo, Paulo Stuart Wright, Ronald Cavalcanti Freitas, José Gomes Novaes, Rui Soares Frazão, Rogério D'Olne Lustosa, Manoel da Conceição Santos, José Luís Moreira Guedes e Péricles Santos de Souza. Para complementar o CC, numa futura reunião, foram indicados os militantes: Maria José Jaime, Antônio Neto Barbosa, João Batista Franco Drumond e José Fidélis Augusto Sarno.

"Jornal Libertação". O Departamento Nacional de Organização (DNO) ficou sob a direção de Aldo da Silva Arantes.[19]

O comunicado da III RADN divulgou a existência de três correntes na organização, girando em torno da questão do partido. A primeira corrente, defendida por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, lutava pela construção de um partido inteiramente novo e passou a considerar um grave erro, que se pretendesse tomar o PC do B como base para esta construção. O segundo grupo, liderado por Duarte do Lago Pacheco Pereira, pretendia construir um partido inteiramente novo, mas achava que tinha de ser em torno de um partido marxista-leninista e que o PC do B seria este partido. A terceira facção, orientada por Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, não aceitava a proposta de um partido inteiramente novo, elegendo o PC do B como base para a unificação das forças proletárias.

Após a III RADN, a organização sofreu um duro golpe no seu trabalho na R6 (Bahia, Sergipe). Em maio, foi desmantelada direção regional e atingidas as seccionais de Feira de Santana e de Salvador e o trabalho camponês na Zona cacaueira da Bahia com quatorze prisões sendo seis de dirigentes.

Na reunião extraordinária do BP, ocorrida em julho de 1971, a maioria optou pela unificação em torno do PC do B, enquanto a minoria acusava esta posição de liquidacionista. Resolveu-se pela convocação de uma reunião extraordinária do CC para decidir o assunto.

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2 particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro), dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira Sá, respectivamente, aderiram à ideia de seus líderes.

[19] Como novidade os Estatutos da APML do B instituíram os organismos temporários, também chamados de "frações", para coordenar o trabalho nas organizações de massa. Assim, em nível nacional foram criadas as Frações Nacionais da UNE e da UBES com os militantes Honestino Monteiro Guimarães, Aldo Macedo de Lacerda, Humberto de Albuquerque Câmara Neto e Mirtes Demeraro de Alcântara Nogueira ("Benê") os três primeiros da UNE e a última da UBES;

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "Documento dos Três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento “Abaixo a Linha Dogmática e Direitista”, opondo-se à posição majoritária e revelando que tinha feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégia e na tática. Os integrantes da minoria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santos.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, onde o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A proposta da AP", tecendo, duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes se digladiavam buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (Minas Gerais) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R3 (São Paulo) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.
Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.



26. A AP condena e executa Antônio Lourenço

Fevereiro de 1971, cerca de oito horas da noite.

A tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a "Fernando", nome de guerra do militante da AP, Antônio Lourenço.

Antônio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara "Fernando" a morte. A desdita de "Fernando" foi ter sido preso e retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP nos Estados do Maranhão e Piauí foi o responsável pela condenação de Antônio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto por Rogério Dolne Lustosa que usava também o nome frio de José Severino Nascimento e mais seis militantes.[20]

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antônio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antônio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como "Chico Brabo". Outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antônio Pereira Campos, Antônio Moralino, "Osmar" e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o "casal de amantes" optasse por outro caminho.

[20] Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antônio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros e Luís Morais dos Santos.

Antônio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo “surpreendidos” pelo primeiro grupo que lá se colocara. Antônio Lisboa Brito deu um tiro de rifle 44 na barriga de Antônio, que, aturdido e sem entender sua sina, levou um segundo tiro de revólver 38, de Joaquim Matias Neto, caindo ao solo. Ato contínuo, todos os participantes do grupo caíram sobre o condenado, estrangulando-o e trucidando-o a porretadas até a morte.

Restava dar sumiço ao corpo. O cortejo macabro levou os despojos de "Fernando" para a "roça" de Antônio Lisboa, onde foram colocados numa cova, cobertos com palha e incendiados. Após cobrirem a sepultura, resolveram disfarçar o improvisado jazigo plantando feijão sobre ele.

A terra, adubada com os restos de Antônio Lourenço, continuou, indiferente aos desígnios vingativos da AP, a produzir feijão.

A pena de morte, vinculada à Lei de Segurança Nacional, constrangia a sociedade e era alvo constante da orquestração comunista; entretanto, utilizada sob o eufemismo de "justiçamento", era aplicada, sem o menor embaraço, a qualquer suspeita não comprovada que pudesse colocar em risco a "causa revolucionária". Assustadora é a coerência comunista.

Justiçado "Fernando", a AP estava salvaguardada. Além do grupo de facínoras constituído pelo CR-8 e pelo Comitê Seccional de Santa Inês, a Comissão Executiva Provisória (CEP) da AP também teve responsabilidade direta no assassinato, aprovando a decisão do CR-8.

Longe iam os tempos do humanismo de Mounier.



27. A "política nacionalista" e a aproximação do PORT à URSS

O ano de 1971 foi gasto pelo PORT, para reestruturar-se após as "quedas" do ano anterior. Para isso, foram frequentes as viagens de seus dirigentes para Porto Alegre, Guanabara e Brasília e, mesmo para Buenos Aires, a fim de obter orientação do Secretariado Latino-americano (SLA), seção da IV Internacional posadista.
.
Nessa época, "Posadas" divulgava uma imensa produção literária, intervindo em todos os campos, desde a revolução política e a crise do capitalismo, até o futebol, o golfe, o cinema, a música popular, os museus, os discos voadores, a Química, a Física, a Medicina, a alimentação e como curar enfermidades. Era a plena vigência da "posadolatria", na qual esse líder era chamado por seus seguidores de "o centro". Para eles, "*Posadas domina o marxismo e quem domina o marxismo, domina todo o conhecimento humano*".

No Brasil, o PORT defendia uma política nacionalista e a união, numa "frente" do clero "progressista", de setores do MDB e dos militares "nacionalistas". As Forças Armadas, segundo o PORT, não deveriam ser vistas como inimigas, mas como forças importantes que poderiam ser canalizadas para a luta contra o "imperialismo capitalista". Nelas crescia o papel dos militares "nacionalistas", em oposição aos da "linha dura", e que poderiam, caso assumissem a poder, desenvolver uma "política nacionalista", estatizando as empresas "imperialistas". Dentre esses militares, dirigentes da PORT citavam as generais Albuquerque Lima, Rodrigo Otávio e Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás.

A nível internacional, o PORT buscava uma aproximação com a URSS, apesar de continuar criticando a sua "burocracia". Nesse sentido, dois militantes do seu Bureau Político, Heriberto Back e Primo Alfredo Brandimiller, empreenderam, em novembro de 1971, uma viagem de 15 dias à URSS e à Ucrânia, financiada pelo Konsomol, entidade que congregava a juventude comunista soviética.

Em Moscou, Heriberto e Primo fizeram uma reunião com quatro dirigentes do Instituto da América Latina, que englobava cerca de 400 especialistas dessa área e que desenvolvia estudos sobre o proletariado, o papel do campesinato e das classes dominantes, a experiência da revolução cubana e o apoio aos partidos comunistas de linha soviética. Nessa reunião, em que participaram o diretor do Instituto, Kobal, o vice-diretor geral, Chulgovsky, o diretor da Seção Político-Social e o secretário-geral de relações Exteriores dos "sábios científicos" da URSS, os dois trotskistas fizeram exposições sobre a situação da conjuntura brasileira e de alguns países sul-americanos, e perceberam, pela exposição e pelas perguntas dos soviéticos que seu maior interesse era sobre o papel dos exércitos na América Latina.[21]

Ainda em Moscou, além de contatarem com dirigentes da Konsomol, Heriberto e Primo encontraram-se com Luiz Carlos Prestes e Gregório Bezerra, que lá estavam residindo. No retorno ao Brasil, passaram por Paris, onde fizeram um relatório para "Posadas".

O PORT, ganhando prestígio internacional, estava no caminho da reestruturação.



28. A VAR-P e sua crise permanente

Como primeira atividade do ano da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), teve início em Recife, em 23 de janeiro, seu II Congresso, organizado por Carlos Alberto Soares de Freitas e Mariano Joaquim da Silva, os únicos remanescentes da direção nacional, após os abalos sofridos pela organização no ano anterior. Participaram do Congresso, além dos militantes da

[21] Segundo os dois trotskistas brasileiros, aqueles especialistas em outras áreas do mundo eram chamados na URSS, de "sábios científicos".

organização representando São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Nordeste e a área estratégica, Bruno Costa Albuquerque Maranhão, pelo PCBR e Adilson Teixeira da Silva e David Gonzaga Júnior, representando o Setor de Operações de São Paulo, que havia "rachado" com a VAR-P.[22]

Havia a esperança de que o Congresso permitisse dirimir as divergências e que a organização pudesse estabilizar-se. No entanto, além do problema com o Setor de Operações de São Paulo, existiam três correntes que conviviam com dificuldades no âmbito da organização. A primeira dessas correntes, composta dos militantes do nordeste, defendia posição nitidamente militarista, sendo a favor da "violência revolucionária", preconizando que o Setor de Operações deveria sair da própria massa e não da vanguarda. Um segundo grupo, encabeçado por Carlos Alberto Soares de Freitas, admitia o trabalho político, com a organização da parcela avançada da massa operária estruturada em "organizações independentes de massa" mas, diferentemente da corrente nordestina - que defendia que só deveriam integrar essas organizações aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista - julgava que poderiam integrá-los todos aqueles que se dispusessem a lutar pelos interesses da classe operária. A terceira corrente, a dos militantes da Guanabara, adotava uma posição considerada "direitista", negava a necessidade da "violência revolucionária", defendendo exclusivamente o trabalho de massa.

No primeiro dia do Congresso, os debates giravam em torno do programa e da tática da organização, sem que emergissem áreas de atrito. No segundo dia, os representantes do Setor de Operações de São Paulo, preocupados com a segurança, exigiram que o encontro tivesse a duração máxima de dez dias. Contrariados em suas pretensões, decidiram abandonar o conclave, contra todas as normas de segurança usuais nessas ocasiões. Apesar desse imprevisto, os trabalhos prosseguiram com a aprovação da constituição das "Uniões

---

[22] Estiveram presentes ao II Congresso: Heitor Farias da Silva, representando São Paulo; Raimundo Gonçalves Figueiredo, Lígia Moura Salgado de Nóbrega e "Miguel", o Nordeste; Marco Antônio Batista de Carvalho, a área estratégica; Sérgio Emanuel Dias Campos e Carlos Henrique Viana Pereira, a Guanabara; Antônio da Cunha Losada, o Rio Grande do Sul e Ana Matilde Tenório da Mata.

Operárias" (UO), integradas apenas por aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista.[23]

Quando a Congresso ia chegando próxima ao seu décimo dia, Bruno Maranhão, o representante do PCBR, suspeitando que a reunião tivesse sido assinalada pela polícia, evadiu-se apavorado do local. O insólito acontecimento, somado ao afastamento dos representantes do Setor Operário de São Paulo, provocou a suspensão do evento por medida de segurança. O Congresso teria prosseguimento, numa segunda fase, dentro de um mês, em local a ser determinado.

No balanço feito durante o Congresso, constatou-se que a única área efetivamente ativa da organização era a nordeste, onde se desenvolvia um trabalho no campo, com a implantação em Pernambuco de "Uniões Camponesas". O trabalho em Goiás continuava descontatado do CN, e no Rio Grande do Sul totalmente desbaratado, desde as prisões de membros do CN no ano anterior. Da área estratégica pouco se falou por questões de segurança, entretanto, o trabalho incipiente continuava sob o controle de Carlos Alberto Soares de Freitas. A VAR-P admitia como causa da situação crítica vivida pela organização a falta de estrutura ideológica de seus militantes, cujas origens pequeno-burguesas geravam o liberalismo provocador das "quedas".

James Alen Luz, que regressara ao Brasil em dezembro de 1970, vindo de Cuba, foi cooptado para constituir um Comando Nacional Provisório (CNP) junto com Carlos Alberto e Mariano. Na segunda fase do Congresso, seria eleito um novo Comando Nacional e decidida a setorização de seus membros. Permaneceram em pauta para debate e aprovação as questões sobre tática estudantil, política de organização e estatutos, critérios de recrutamento e militância, planeamento a curto e médio prazos com o encerramento de algumas frentes de trabalho e a concentração de atividade em alguns comandos regionais, a política de "frente" e a validade ou não das ações armadas.

---

[23] A "União Operária" seria uma organização independente do proletariado, que procuraria influir nas massas através de agitação e da propaganda, incutindo-lhes a perspectiva de resolver de forma violenta suas contradições específicas.

Após o retorno de Recife, quando a organização se preparava para realizar a segunda parte do Congresso, ocorreu a prisão no Rio de Janeiro no dia 15 de fevereiro, de Sérgio Emanuel Dias Campos, membro do CR/GB. Na mesma ocasião, Carlos Alberto Soares de Freitas, que se encontrava no Rio de Janeiro, perdeu contato com a organização.[24] Estes fatos e os que se seguem iam provocando o adiamento da segunda parte do congresso.

A organização passaria por uma crise de segurança com a "queda" e desativação do CR/NE no final de abril e início de maio. Ao reagir à prisão, morreu, em 27 de abril, trocando tiros com a polícia em seu "aparelho", o membro do CR/NE, Raimundo Gonçalves de Figueiredo. Na mesma ocasião, foram presos Arlindo Felipe da Silva, também membro do CR/NE e mais dois integrantes do comando regional. Com essas prisões "caíram" outros quatro "aparelhos", ocorrendo a prisão de mais nove militantes, tendo sido apreendida farta documentação, além de armas, munição e explosivos. Os remanescentes do regional Nordeste deslocaram-se para outras áreas.

Essa crise de segurança aguçou as dissensões internas e provocou uma dispersão na VAR-P. Em junho, Carlos Henrique Viana Pereira, membro do CR/GB, desligou-se da organização, arrastando consigo um grupo de militantes desse Comando Regional. Ao mesmo tempo, alguns componentes da VAR-P em São Paulo afastaram-se da organização, abandonando a militância ou ligando-se à VPR, enquanto outros abandonaram o País.[25]

James Alen Luz, sentindo-se isolado no CN, havia cooptado Marco Antônio Batista de Carvalho, com quem passara a partilhar as tarefas da direção nacional.

Crendo no Congresso como panaceia para a permanente crise que envolvia a organização, James Alen Luz ordenou que Geraldo Leite

---

[24] Embora não tenha sido preso pelos órgãos de segurança. Carlos Alberto Soares de Freitas foi alvo de uma campanha promovida por seus parentes e pela esquerda visando a sua libertação.

[25] Sabe-se que, pelo menos, Carlos Henrique Viana Pereira e sua futura esposa Heliane Gaspar Bibas, abandonaram o país, refugiando-se no Chile.

alugasse um sítio em Teresópolis para concluir o II Congresso, a ser realizado em julho.

Ao encontro deixou de comparecer quase metade dos delegados previstos. [26] Os presentes, considerando o conjunto não representativo por falta de quadros importantes, resolveram encerrar o Congresso, após realizar um balanço autocrítico e eleger um novo CN, não assumindo alterações na linha política vigente na organização. O plenário elegeu James Alen Luz, Ana Matilde Tenório de Mota e Marco Antônio Batista de Carvalho para o CN. Encerrado o II Congresso, teve início, com os mesmos participantes e no mesmo local, o I Ativo Semi-nacional. o ativo não teria autoridade para modificar a linha política da organização embora comportasse a sua discussão. Decidiu-se, então, incentivar a realização de ativos nas regiões não representadas em Teresópolis para concluir-se pela validade ou não da linha política adotada.

Durante o ativo foram discutidos os critérios de militância, as medidas de segurança, sendo realizada uma análise da conjuntura política nacional. As divergências, até então mantidas em nível aceitável, exacerbaram-se com a discussão do reinício das ações armadas.

A posição favorável às ações armadas saiu vencedora apoiada no argumento de que a fase difícil de isolamento, social vivida pela organização, exigia a realização de ações para a sobrevivência orgânica. Além disso, a "Propaganda Armada Geral" (PAG), desde que cercada por determinadas circunstâncias de caráter político, foi admitida como processo válido na luta revolucionária.

Como consequência do consenso militarista, decidiu-se pela reativação de um Setor de Operações que se subordinaria diretamente ao CN, sem vinculação com a estrutura política regional da área onde atuasse. Superando o sectarismo político da

---

[26] Estiveram presentes à segunda parte do II Congresso: Jarnes Alen Luz, Marco Antônio Batista de Carvalho, Ana Matilde Tenório da Mota, Irene Madeira de Carvalho, José Carlos da Costa, Geraldo Leite, Rosalina Santa Cruz Leite, Heitor Farias da Silva, Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Maress Prieto de Oliveira, Adão Vila Verde, e como convidado do PCBR, Luiz Alberto de Sá e Benevides.

organização, o ativo definiu-se pela concretização de uma política de "frente" com as outras organizações da esquerda revolucionária. Na verdade, a VAR-P adotando uma política antifoquista, aderiu à luta armada em função da fragilidade do trabalho de massa.

O ativo marcava ainda, o início de nova desagregação do CN. Marco Antônio de Carvalho, eleito havia alguns dias, pediu seu afastamento da direção nacional sem se afastar da organização, declarando viver um período de avaliação autocrítica. Ana Matilde, também eleita para compor com Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz Leite o novo CR/GB, entrava em choque com James Alen Luz que passaria a atuar na Guanabara, como chefe do Setor de Operações da VAR-P.

O CR/GB, revivido após o afastamento de Carlos Henrique Viana Pereira, desenvolvia um trabalho operário através do "Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz" (GRUJOC). O GRUJOC, formado por estudantes do Artigo 99 [27], distribuía em portas de fábricas o jornal "União Operária", que era confeccionado no setor de imprensa do CR/GB.[28]

O trabalho na área estratégica, desenvolvido em torno da cidade de Imperatriz, no Maranhão, foi desarticulado em agosto, quando as forças de segurança desencadearam a "Operação Mesopotâmia". A área do "Bico do Papagaio", situada ao norte de Goiás[29] e a oeste do Maranhão, sempre foi um polo de atração para as esquerdas que viam nos agudos problemas sociais e fundiários da região um solo fértil para o seu proselitismo.

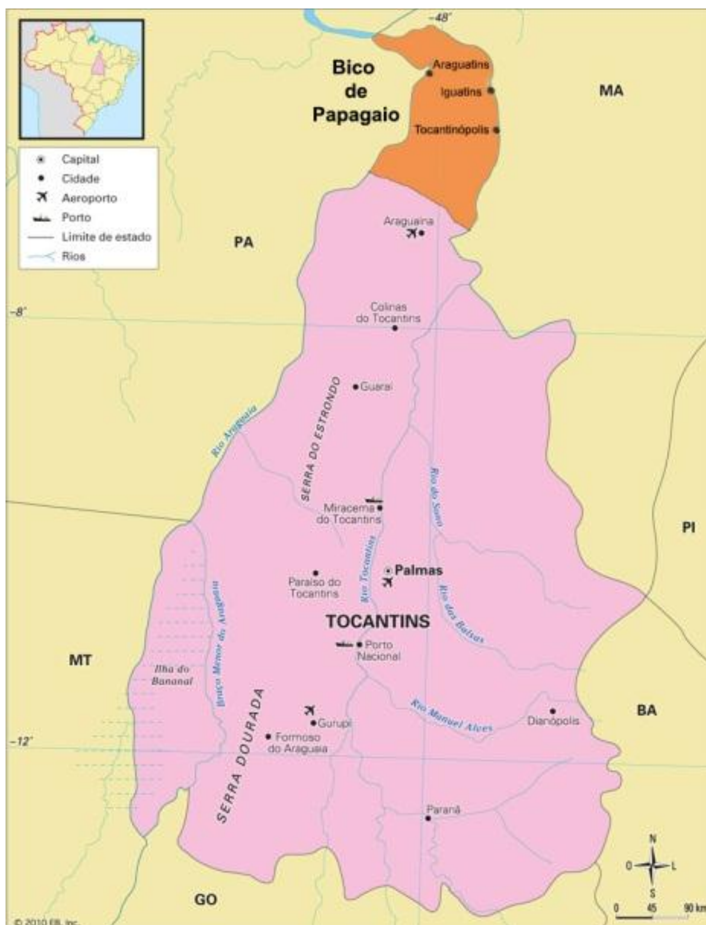
---

[27] O "artigo 99" tratava do ensino supletivo, ou seja, educação para jovens e adultos, que hoje é chamada de EJA (Educação de Jovens e Adultos), tendo o objetivo de possibilitar às pessoas que não terminaram seus estudos, fazê-lo em tempo abreviado. (NE)

[28] Eram responsáveis pela CRUJOC os irmãos Januário José e Antônio Marcos Pinto de Oliveira que com Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Irene Madeira de Carvalho e Maria Emília Silva compunham o Setor de Imprensa do CR/CB.

[29] Hoje Tocantins (NE)

Confundiam-se na área os trabalhos da VAR-P e do PRT, que foram interrompidos pela prisão de trinta e dois envolvidos, entre militantes e simpatizantes de ambas organizações.[30]



[30] Na ocasião, foram presos Eliezer Vaz Coelho, Pedro Gomes dos Santos e Catarino Leal Juair da Silva, estabelecidos em pequenas propriedades ocupadas pela VAR-P em torno de Imperatriz, que faziam o trabalho de aliciamento e doutrinação de elementos locais, objetivando montar uma rede de apoio e posteriormente, desencadear a guerrilha rural.

Dando consequência a decisão do ativo de Petrópolis, a VAR-P iniciou em agosto suas ações armadas em "frente" com outras organizações.[31] Destas ações, destacam-se o assalto ao carro de transporte de valores da Transport S/A, realizado na Estrada da Portela, em Madureira, no dia 22 de novembro. A ação, perpetrada em "frente" com o MR-8, contou com a participação de James Alen, Carlos Alberto Sales e José Carlos da Costa e resultou na morte de José Amaral Vieira, chefe de segurança do carro, e no ferimento à bala do motorista, Sérgio da Silva Taranto, e dos guardas de segurança Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. James Alen representaria a VAR-P, no dia 28 de outubro no assalto ao Banco Itaú América, na Avenida Conde de Bonfim, em "frente" com a VPR, ALN e o PCBR, que redundaria no ferimento do detetive Walter Cláudio Ramos de Mattos.

As ações armadas provocaram divergências no CN. No final de setembro, Ana Matilde Tenório da Mota, contrariada com as ações do Setor de Operações na Guanabara, solicitou em carta seu desligamento do CN e da CR/GB. Concordando com o pedido, James Alen permaneceu novamente isolado no CN, gerindo os destinos da VAR-P.[32]

A crise gerada pelo desligamento de Ana Matilde estendeu-se se até ao CR/GB. Em novembro, o casal Geraldo Leite – Rosalina Santa Cruz Leite, ambos membros do CR, por comungarem com as ideias de Ana Matilde a respeito das ações armadas, enviaram uma carta pedindo desligamento da organização. Ao tomar conhecimento da carta, o CN optou pela expulsão dos signatários.

---

[31] Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1971: em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de Cr$ 20.000,00, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, 151, sala 210, com o roubo ele Cr$ 40.000,00 e joias, em "frente" com a ALN, PCBR e MR-8.

[32] No informe do Comando Nacional, de 28 de outubro, James Alen, além de deflagrar o processo ele luta interna, incentivando a discussão das posições da organização em ativos, explicava o processo de modificação do CN com os afastamentos ocorridos e as cooptações de José Carlos Costa e, surpreendentemente, de Marco Antônio Batista de Carvalho, que após relutar um pouco, acabou aceitando retornar ao CN.

Sob a orientação de Marco Antônio Batista de Carvalho que retornara ao CN da VAR-P, os militantes do acéfalo CR da Guanabara, limitados ao trabalho de imprensa e ao GRUJOC, iniciaram as discussões visando a reestruturar o trabalho no Rio de Janeiro. Por consenso, foi escolhida Irene Madeira de Carvalho, esposa de Marco Antônio, para compor o CR/GB. A partir desta ocasião, o Setor de Imprensa passou a publicar o jornal mensal "Quilombo", como porta-voz da direção nacional da organização.

No final do ano, foi preso Januário Pinto de Oliveira, um dos coordenadores do GRUJOC e desestruturado esse grupo. Ainda nesse ano, mais uma vez, Marco Antônio Batista de Carvalho abandonava o CN.

A VAR-P, adotando uma política antifoquista, fora obrigada a aderir à luta armada, por necessidade de sobrevivência, mas essa decisão não era aceita pacificamente na OS. Agora via desparecer o GRUJOC, única tentativa que mantinha de trabalho de massa. As variações de seu CN refletiam bem a irregularidade que vinha marcando essa organização, desde sua tentativa frustrada de fusão com a VPR.



29. A DVP transforma-se em Liga Operária (LO)

No início de 1971, alguns militantes, alcunhados de "hippies", começaram a questionar o imobilismo da DVP e a duvidar do acerto em dar-se prioridade ao trabalho junto a classe operária

A partir do dia 7 de maio, a DVP realizou um pleno. Na primeira fase, foi eleita uma nova Direção da Organização (DO), composta por Apolo Heringer Lisboa, sua esposa Carmen Helena do Vale e José Aníbal Perez de Pontes. Aprovou-se, também, a mudança do nome de DVP para Liga Operária (LO), o seu Estatuto e um novo jornal, o "Unidade".

Na segunda fase do pleno, Apolo e Dalton Godinho Pires apresentaram a nova LO aos dois representantes do grupo dos "hippies", João César Belisário de Souza e Ernesto Prado Lopes, que não aceitaram as decisões e foram expulsos, juntamente com Leonardo Valentini e Cláudio Antônio Gonçalves Egler. [33] Esses militantes arrebanharam cerca de meia dúzia de companheiros e foram formar o Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma minúscula organização que seria conhecida, no ano seguinte, apenas por suas ligações com os remanescentes da VPR.

Em julho, a LO publicou o primeiro número do seu jornal "Unidade", já com o nº 10, para despistar e para dar uma aparente imagem de antiguidade.

No segundo semestre de 1971 e durante todo o ano seguinte, a par de algumas prisões isoladas, a LO procuraria desenvolver sua atuação junto ao operariado, formando células em Belo Horizonte, em Volta Redonda (na Companhia Siderúrgica Nacional), Duque de Caxias e na Guanabara.[34]

A organização, todavia, não prosperou até sua debacle, que viria no início de 1973.



[33] Mais tarde, após uma autocrítica Ernesto Prado Lopes foi readmitido na LO.

[34] Foram presos no segundo semestre de 1971: Gustavo José Meyer, Sílvia Lajes de Oliveira e Cláudio Antônio Gonçalves Egler, este liberado alguns dias depois. Foi preso em junho de 1972, Laert Seixas Wilmann Pereira.

30. O GIM continua estruturando-se

No início de 1971, em razões das críticas feitas ao jornal “Independência ou Morte” (IM), a Organização resolveu reformular seu órgão de divulgação. Foi constituído um grupo de ação (GA) com a participação de Cid Alzamena Silveira, Fernando Ryff Correia Lima e Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira para tentar elevar o nível da publicação. A partir daí, iniciou-se a segunda fase do jornal.

Ana Arruda, dispensada do GA do jornal, foi deslocada para um GA de informações, recém-criado com os encargos de levantar notícias censuradas na imprensa, para publicação no "IM". Atuava em sua companhia, no GA de informações, Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos, antiga militante do MNR.

Dentro da filosofia herdada do MNR, o Grupo Independência ou Morte (GIM) procurava conseguir o apoio das classes média e superior. O jornal “IM” tinha esse objetivo. Formado por intelectuais, o GIM julgava que a revolução do proletariado só teria sucesso com o apoio da classe média e, em consequência, das Forças Armadas. Para sensibilizar as Forças Armadas era fundamental dar enfoque de nacionalismo às posições da organização. Acreditava-se que o proletariado e o campesinato seriam levados à revolução pela classe média.

Amadeu de Almeida Rocha pretendia utilizar a experiência de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira no setor armado da organização. Amarantho, "escaldado" pela tentativa de Caparaó, esquivava-se. A outra alternativa seria Hermes Machado Neto, assim como Amarantho, possuidor de curso em Cuba, com o inconveniente de estar ligado aos trabalhos de impressão do jornal "IM". Além de liderança, faltavam militantes capacitados e dispostos a se arriscarem em ações armadas. O projeto foi sendo adiado.

Em julho de 1971, Amadeu Rocha foi apresentado a Adail Ivan de Lemos, ex-integrante do MAR. Adail, como estudante de Medicina e estagiário no Hospital Pedro Ernesto, conseguiu a internação e a cirurgia de Amadeu naquele nosocômio. Durante sua convalescença,

Amadeu contatou e aliciou, com a interveniência de Adail, vários médicos residentes e, ao sair do hospital, constituiu um GA médico com os novos prosélitos do GIM. A assistência médica gratuita estava também nos planos da organização que pretendia utilizá-la no trabalho político. Jorge Manuel de Oliveira e Silva foi escolhido para ser o coordenador do GA médico.

Por volta de outubro, a organização coerente com a filosofia de conseguir o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas, conseguiu contato com Juan José Hernandez Arregui, da cúpula do peronismo, para assimilar a experiência do justicialismo nas Forças Armadas argentinas. A reunião entusiasmou os presentes. Em seguida, foi arregimentado para a organização o coronel da reserva do Exército José Agostinho Marques Porto. Marques Porto sugeriu, inclusive, um assalto a uma casa de armas na Avenida Rio Branco - considerado de fácil execução - para reforçar o carente poder de fogo do GIM, mas a organização continuava sem condições de estruturar seu setor militar para realizar ações armadas.

No final de 1971, a direção da organização concluiu que o jornal "IM" era insuficiente para aprofundar os temas abordados e elevar o nível ideológico de seus militantes. Havia necessidade de uma publicação mais didática que pudesse sensibilizar o público selecionado e intelectualizado que a organização buscava. Em dezembro, foi constituído um GA de uma revista que pretendia se transformar num sólido instrumento de preparação ideológica da organização. A revista, por sugestão de Lara Lemos, recebeu a denominação de "Prisma", correspondendo às iniciais do lema: Pensamento Revolucionário do Ideal Social Marxista.

Também no final de 1971, foi constituído um GA de impressão do jornal "IM", substituindo o antigo esquema. César José de Campos - aliciado pelo irmão, Cláudio José de Campos Filho – ficou como coordenador do GA, auxiliado por Rogério Medeiros. O jornal passou a ser rodado no Curso Progresso, de propriedade do pai dos irmãos Campos.

O ano de 1971 caracterizou se pela preocupação em melhorar o nível da propaganda do GIM, através da reestruturação de seu jornal e da

preparação da revista Prisma; visando a transformá-lo em organização expressiva no seio das esquerdas.



31. MR-8: um ano de sucessos e de desventuras

No início de 1971 vivia-se os dias do desenlace do sequestro do embaixador suíço, cujas negociações já se arrastavam por mais de um mês e quando a polícia aumentava o cerco aos terroristas.

Em 13 de janeiro, 7 militantes do MR-8 ao lado de 63 de outras organizações, foram banidos para o Chile.[35] Com isso, aumentava o contingente de quadros do MR-8 no exterior, particularmente no Chile, onde já se encontravam Daniel Aarão Reis, Franklin de Souza Martins, Wladimir Palmeira e Vera Sílvia Araújo Magalhães. Cada vez mais crescia a importância qualitativa desses militantes, obrigando a organização a abrir uma Seção do Exterior.

Ainda no início de janeiro, 4 militantes do Grupo Político-Militar (GPM) saíram do MR-8. Nos meses seguintes, todos iriam também para o Chile. O fato curioso é que cada um deles recebeu para a fuga Cr$ 8.000,00 da organização.

Este ano, o MR-8 passou a dar maior importância ao CR da Bahia, já estruturado e atuante em Salvador e Feira de Santana, sob o nome-código de “Marajó”. Editava o jornal "Venceremos" e eram constantes as viagens de Carlos Alberto Vieira Muniz a Salvador, onde prestava assistência a Solange Lourenço Gomes, coordenadora do MR-8 na

[35] Foram banidos do MR-8: Carlos Bernardo Vainer. Samuel Aarão Reis. Regina Yessin Ramos, Lúcio Flávio Uchoa Regueira, Antônio Rogério Garcia Silveira, Paulo Roberto Alves e seu irmão Pedro Alves Filho.

Bahia e Sergipe.[36] Ali o MR-8 contava também, com a estreita colaboração do Padre Paulo, da Paróquia do Peru, em N.S. de Guadalupe, um dos representantes da "Organização Sem Nome", integrada por padres e religiosos que editavam o jornal "O Círculo" e possuíam um Curso de Alfabetização de Adultos, utilizado pelo MR-8 para proselitismo e recrutamento.

Independente do CR/BA, João Lopes Salgado dirigia o trabalho de campo na Bahia, em duas áreas: na região de Cangula, em Alagoinhas, e na região do médio São Francisco, entre os municípios de Brotas de Macaúbas e Ibotirama.

Nesse início de ano, fruto das intensas atividades de roubo praticadas no ano anterior, não faltava dinheiro ao MR-8. Assim, foram destinados Cr$ 27.000,00 à Bahia, sendo Cr$ 10.000,00 à CR e Cr$ 17.000,00 enviados para apoio ao trabalho de campo. Em 6 de março, Solange Lourenço Gomes apresentou-se voluntariamente aos órgãos de segurança e falou sobre seus assaltos na Guanabara e as atividades do MR-8 em Salvador. Diversos "aparelhos" foram vasculhados e dezenas de militantes presos, a partir de 12 de março, dentre os quais Eliana Gomes de Oliveira e Denílson Ferreira Vasconcelos, que prestou declarações entregando, praticamente, toda a estrutura da Bahia.

Na Guanabara, onde o Comitê Regional (CR) era bem organizado, as atividades continuavam intensas. Com seus dois GPM reestruturados executaria mais de 30 ações armadas, entre roubos de carros e assaltos a supermercados, bancos e outras empresas.

No dia 26 de janeiro, oito militantes comandados por Mário Prata, dentre eles o inglês Thimothy William Waskin Ross, assaltaram o posto do 10º Setor de Trânsito, em Ramos, levando uma metralhadora INA, dois carregadores completos, um remuniciador e uma sacola com 50 cartuchos, além de várias fardas da guarda civil.

---

[36] Faziam parte do CR/BA: Denílson Ferreira Vasconcelos, então amante de Solange, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Eliana Gomes de Oliveira, Diogo Assunção de Santana, Milton Mendes Filho, Renato José Amorim da Silveira e sua esposa Margarita B. da Silveira, Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha.

Ao deixarem o local, estavam pichadas as paredes do posto com "Viva a Luta Armada - Comando José Roberto Spiegner". No primeiro dia de fevereiro, assaltaram o supermercado Ideal, de Vista Alegre, de onde roubaram cerca de 40 mil cruzeiros novos.

No dia 5, César de Queiróz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto" junto à Igreja Divino Salvador, no Encantado, com dois militantes da VPR, Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo um policial, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

No dia 18 de fevereiro, aconteceu a primeira “queda” do ano para o MR-8, com a prisão de Alexandre Lyra de Oliveira, quando "cobria um ponto" com Edmilson Borges de Souza, do PCBR. Alexandre falou tanto em seus interrogatórios que seria acusado, mais tarde, de ter "passado para a repressão" e "falsamente fugido" em novembro de 1975.[37]

No dia 13 de março, um sábado, 13 militantes sob o comando de Mário Prata, dentre os quais Stuart Angel e a "matraqueira" [38] Carmen Jacomini, assaltaram a Casa da Banha da Tijuca roubando quase 70.000 cruzeiros novos. Já bem treinados, imobilizaram cerca de 100 pessoas que faziam compras, usando metralhadoras e bombas "Molotov". Chegaram até ao requinte de usar dois terroristas disfarçados de guarda-civil para manobrar o trânsito e facilitar a fuga.

Nesse mês ocorreria um fato importante para o MR-8. Carlos Lamarca rompeu com a VPR e, alguns dias depois, ingressou no MR-8 junto com sua amante, Iara Iavelberg. À primeira vista, parecia que o MR-8 se fortalecia coma adesão de Lamarca, aumentando o seu prestígio junto às esquerdas. Na realidade a organização recebia um "elefante branco" e a responsabilidade de mantê-lo na absoluta clandestinidade.

---

[37] Entrevista com César Queiroz Benjamin, o "Menininho", publicada no "Cadernos de Campanha", nº 9, de 1979.

[38] "Matraqueiro" era o nome dado, pelas organizações comunistas, ao militante que, nos assaltos, portava a metralhadora ("matraca").

No mês de abril, na Guanabara, o MR-8 praticou três assaltos: no dia 2, ao posto e garagem PINA, em Vila Isabel, de onde foram roubados 4 carros, 8 placas e um revólver; no dia 3, ao supermercado PEG-PAG, em Botafogo, com o roubo de cerca de trinta e três mil cruzeiros; e, no dia 18, ao supermercado Merci, em Ipanema, de onde foram levados vinte mil cruzeiros novos. Dentro de sua política de generosa distribuição de dinheiro, Stuart Angel entregou cinco mil cruzeiros novos ao cineasta Gustavo Dahl, que constantemente cedia sua residência para reuniões de dirigentes da organização. Dahl fazia parte do grupo de elementos da denominada "pequena burguesia", particularmente formada de artistas e pseudo-intelectuais, que mantinham ligação com a direção do MR-8.[39]

Em decorrência das prisões de Maria Luiza Garcia Rosa e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, a polícia prendeu José Carlos Avelino da Silva, no início desse mês, o que levou, também, ao desbaratamento de diversos "aparelhos". Em 8 de abril, Maria Cristina de Oliveira Ferreira, esposa 'de Alexandre de Oliveira apresentou-se às autoridades. Apesar de seu marido ter sido preso quase dois meses antes, sua decisão só foi tomada após ter perdido também, seu amante José Carlos Avelino. Nesse mês, ainda foram presos, no dia 17, Antônio Ivo de Carvalho e Maria Ângela Carvalho de Oliveira.

Também em abril, César Queiroz Benjamin, o "Menininho", assumiu o CR/BA, esfacelado com as sucessivas quedas de quadros e militantes. Unificou o trabalho realizado em Alagoinhas ao CR, estabeleceu rígidas normas de segurança e determinou que fossem feitos diversos levantamentos para futuros assaltos.

Na madrugada de 6 de maio, 11 militantes do MR-8, sob o comando de Nelson Rodrigues Filho, assaltaram a garagem NUNES, em São Cristóvão, roubando 3 Volks e 4 placas.

No dia seguinte, foram presos mais dois membros do GPM, Zaqueu Bento e Manoel Henrique Ferreira. Os militantes presos entregaram

[39] Gustavo Dahl era amante de Maria Clara Mariana Bittencourt, nora de Carlos Lacerda, a qual havia acolhido e cuidado de Stuart, quando este fora ferido durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em fins de novembro de 1970.

dois "aparelhos", e Manoel, inclusive, entregou o "ponto" que teria com José Roberto Gonçalves de Rezende, da VPR, quando do este foi preso na Livraria Entre-Livros, em Copacabana. Nas declarações de próprio punho de Manoel, ricas e contundentes, aparece a declaração: "*A briga hoje deixou de ser pela revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência*".

Em 10 de maio, foi presa mais uma integrante do GPM, Vera Lúcia de Mello Aché. Em fins desse mês, alguns jornais noticiaram a prisão e a morte de Stuart Edgard Angel Jones, nunca comprovadas. Uma coisa é certa: ele nunca deu entrada no DOI/I Ex.

Em 11 de junho, o assalto ao pagamento dos funcionários do canteiro de obras da Norberto Odebrecht, que construía a Universidade do Estado da Guanabara, no Maracanã, rendia ao MR-8, cerca de 7 mil cruzeiros novos. Durante o assalto, Sérgio Landulfo Furtado, o comandante da ação, atirou e feriu um operário. Na saída, Dirceu Grecco Monteiro atirou num carro pagador que passava. No tiroteio que se seguiu, Norma Sá Pereira, que também disparara, foi baleada na mão.

Nesse mas e em julho mais três assaltos foram realizados, rendendo mais de NCr$ 100.000,00 e material de impressão para a organização. Esses assaltos foram: em 30 de junho, à residência do industrial David Adler, na Avenida Atlântica, roubando cerca de NCr$ 61.000,00 em joias; em 21 de julho, ao escritório da Organização Ruff, da Rua Debret, com o roubo de 5 mimeógrafos, 4 máquinas de escrever e 2 gravadores eletrônicos de estêncil e, em 24 de julho, um sábado, ao supermercado Mar e Terra, no Rio Comprido, roubando cerca de NCr$ 45.000,00.

Os meses de agosto e setembro, porém, foram trágicos para o MR-8, quando teve vários militantes de importância presos, inclusive o "Menininho", e foi atingido pela morte de Lamarca, sem que esse tivesse participado de nenhuma ação com a organização. No entanto,

precisava sobreviver e dar continuidade a seus assaltos de que eram vítimas, particularmente, os supermercados da Guanabara.[40]

Em 28 de outubro, em "frente" com o PCBR, a ALN e a VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira e Paulo Roberto Jabour assaltaram o Banco Itaú-América, na Tijuca, arrecadando mais de cem mil cruzeiros novos. Nessa ação, foi baleado, no pescoço, o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Na manhã de 22 de novembro de 1971, em "frente" com a VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Roberto Jabour, Thimothy William Watkin Ross e Paulo Costa Ribeiro Bastos assaltaram um carro-forte da firma TRANSPORT, na Estrada do Portela, em Madureira. A rajadas de metralhadora, morreu o guarda José do Amaral Vilela e foram feridos os guardas Sérgio da Silva Taranto, Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. Esse último assalto do ano rendeu duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros novos, além de armas e munição.

No dia seguinte, Sérgio Landulfo Furtado, por estar em atitude suspeita e portar um revólver calibre 38 e um carregador de metralhadora, foi abordado pelo detetive Ney de Gaspar Gonçalves. Sérgio baleou o policial e, ao fugir, deixou cair diversos objetos, dentre os quais sua própria fotografia, como atestado de sua ação.

A morte de Lamarca, parece que, ao mesmo tempo em que acirrava os ânimos dos militantes, incitando-os a mais ações, fazia com que os quadros do MR-8 repensassem sobre a justeza da guerra que travavam, vista, apenas como uma luta "pela sobrevivência". Por

---

[40] Foram as seguintes as ações armadas realizadas na Guanabara: em 14 de agosto, realizaram um segundo assalto ao supermercado Peg-Pag, em Botafogo, roubando cerca de 35 mil cruzeiros novos; em 28 de agosto, 13 militantes, disfarçados com perucas, bigodes, cavanhaques e boinas, levaram quase 45 mil cruzeiros novos e um revólver do supermercado Disco, em Copacabana; nesse mesmo bairro, roubaram, em 4 de setembro, 7 mil cruzeiros novos do supermercado Merci, ainda em setembro, roubaram 15 mil cruzeiros do Edifício De Paoli, na Av. Rio Branco e ações de uma corretora de valores, na Rua do Ouvidor; em 16 de outubro, assaltaram o supermercado Mar e Terra, no Flamengo, de onde levaram70 mil cruzeiros novos e, em novembro, roubaram 8 mil cruzeiros novos do supermercado Peg-Pag, em Botafogo.

outro lado, perceberam que, com a eficiência demonstrada pelos órgãos de segurança, essa sobrevivência não seria muito longa.

Carlos Alberto Vieira Muniz fugiu para o Chile acompanhado, uns antes, outros depois, por diversos quadros, dentre os quais o casal Roberto Menkes e Carmen Monteiro Jacomini. Se o MR-8 do Brasil perdia quadros importantes, a Seção do Exterior, centrada no Chile, ganhava uma visão crítica do militarismo, que lançaria a organização, no ano seguinte, num novo processo.



32. A morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho (Zazá)

No início de abril, a Brigada paraquedista recebeu uma denúncia de que um casal de subversivos ocupara uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande/RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do então I Exército, sem aprofundá-lo, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma "campana" naquela casa, a fim de confirmar ou não sua utilização como "aparelho".

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de, vigilância sobre a citada residência. Por volta das 23 horas desse dia, chegou num táxi, um casal, estacionando-o nas proximidades do prédio vigiado. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando a preservar a "senhora" de possíveis riscos.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde por três anos, exatamente o período em que a guerra revolucionária se desenvolvera, estivera afastado desses problemas, em função da

própria vida escolar bastante intensa. Estagiário na Brigada paraquedista, a quem também não estava afeta a missão de combate à subversão, não se havia habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava, a cada dia, mais violenta à medida que constatava a sua inconsequência.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, de sua "barriga", formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de subversivos. Estes vieram a ser identificados como sendo os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Boas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas. No “aparelho” do casal foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, de supermercados, de diplomatas estrangeiros e de generais do Exército.

Destino perverso esse que compensou com uma reação de ódio e violência o gesto de bondade tão característica do "Zazá", como era carinhosamente chamado Martinez por seus amigos. Martinez deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a mais velha, à época, com 11 anos de idade. Sua esposa, com uma pequena pensão, criou com sacrifícios aquelas crianças que, pelo ambiente familiar de que desfrutavam, eram naturalmente, dóceis e afáveis. Com o apoio de familiares e amigos, suplantou a dor, os traumas decorrentes da morte violenta e inesperada e as dificuldades resultantes da ausência do chefe de família.

A família de Martinez não pediu, nem vê razão em homenagens. Apenas quer guardar a lembrança do esposo dedicado e pai carinhoso que ele foi. Profissional competente, dedicado e leal, atleta exemplar, amigo afável e educado, "Zazá", com seu gênio expansivo

e alegre, será sempre lembrado com muito carinho pelos amigos que com ele conviveram.[41]



33. A prisão de "Menininho" e morte de Lamarca

Nos meses de abril, maio e junho, Lamarca e Iara passaram escondidos de "aparelho" em "aparelho", dentre os quais o de José Gomes Teixeira. A prisão deste em 11 de junho precipitou a decisão de enviá-los para o sertão da Bahia, junto ao trabalho de campo na região do médio São Francisco. Para o transporte, conseguiu-se um Volks e uma Kombi, cujos motoristas e proprietários eram, respectivamente, Rui Berford Dias e Waldir Flock da Silva. No início da noite de 25 de junho, os quatro encontraram-se junto ao BOB'S da Avenida Brasil, [42] com José Carlos de Souza, que viera especialmente para buscá-los. No Volks, seguiram Lamarca, Iara e José Carlos. Um pouco mais à frente, para verificar as barreiras policiais, seguiram Waldir e Rui.

No dia seguinte, ao chegarem a Vitória da Conquista, Rui retornou com seu Volks e os outros quatro seguiram com a Kombi até Jequié. Depois de pernoitarem, Iara e Waldir seguiram de ônibus para Salvador, enquanto Lamarca e José Carlos dirigiram-se para Itaberaba e Ibotirama. Ao chegarem à ponte da BR-242 sobre o Rio Paramirim, encontraram-se, no fim da tarde de 27, com José Campos Barreto, o "Zequinha". Depois de dormirem numa pensão no início da estrada que demanda a Brotas de Macaúbas, chegaram nessa cidade na tarde de 28. No dia seguinte, Lamarca e Zequinha chegaram a Buriti Cristalino, enquanto José Carlos seguia com a Kombi para Salvador, para encontrar-se com Iara e Waldir.

---

[41] Numa homenagem muito especial aos "heróis", hoje Marilena dá seu nome ao DCE da Universidade Santa Úrsula e Mario Prata ao DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[42] No Rio de janeiro (NE)

Na tarde de 6 de agosto encontraram-se no Centro de Salvador, "Menininho" e José Carlos de Souza. Como assunto principal discutiram e estabeleceram que Iara seguiria para Feira de Santana, onde havia melhores condições de segurança, e ele, José Carlos, incorporar-se-ia ao trabalho de campo, em Brotas. Há algum tempo na vigilância, policiais deram voz de prisão aos dois militantes. "Menininho" atracou-se com os agentes, chegou a atirar e conseguiu fugir pela segunda vez ao cerco, dirigindo-se para a Guanabara. Menos feliz, José Carlos foi preso e começou a denunciar diversos companheiros.

Desde o dia 17 de agosto, Iara Iavelberg residia no apartamento 201, do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, com Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha, além da irmã desta, Lúcia Bernardeth Cunha.



Iara Iavelberg tinha várias feições para a polícia, o que dificultava sua identificação

No dia 20 de agosto de 1971, através de declarações de José Carlos, a polícia cercou o Edifício Santa Terezinha e exigiu a rendição dos ocupantes do apartamento 201. Após terem sido presos Lúcia, Jaileno e Nilda, Iara foi encontrada no apartamento nº 202, onde se escondera no início do cerco. Não vendo possibilidade de fuga e assolada por bombas de gás lacrimogênio, a amante de Lamarca suicidou-se com um tiro no coração.

Às 19 horas de 21 de agosto, logo depois de passar telegrama para Iara (sem saber que ela já estava morta), "Menininho", num Volks

com Ney Roitman, Alberto Jak Schprejer e sua amante Teresa Cristina de Moura Peixoto, é detido no Rio de Janeiro, por uma operação "Pára-Pedro",[43] na Avenida Vieira Souto, na altura do Jardim de Alá. Ao serem solicitados os documentos, "Menininho" saiu rapidamente do carro, fugindo correndo entre os transeuntes. Pela terceira vez conseguiu escapar de um cerco policial. No veículo, o diário de Lamarca e cartas para Iara forneceram aos órgãos de segurança a certeza de onde deveriam procurar. Apesar de saber da prisão de José Carlos havia mais de dez dias (seu último assentamento era de 16 de agosto), Lamarca permanecia na região. Teve início então, uma operação de informação, visando à sua prisão.

Com as declarações de José Carlos de Souza, mais dois dirigentes do CR/BA, Diogo Assunção de Santana e Milton Mendes Filho, foram presos em 27 de agosto.

No dia seguinte, os órgãos de segurança chegaram em Buriti Cristalino, dando voz de prisão aos ocupantes da casa dos irmãos Campos Barreto, que reagiram com intenso tiroteio. Ao final, Olderico foi preso, ferido no rosto e na mão direita, enquanto Otoniel foi morto, quando tentava a fuga. Dentro da casa, estava o cadáver de Luiz Antônio Santa Bárbara, que se matara com um tiro na cabeça. Era o terceiro suicídio de militantes do MR-8, possivelmente para não denunciarem Lamarca, que, acampado a poucos quilômetros do lugarejo de Buriti Cristalino, provavelmente ouviu os tiros e fugira, internando-se com José Campos Barreto ("Zequinha"), mata a dentro.

Sem saber do acontecido e sentindo-se "queimado" na Guanabara, César de Queiroz Benjamin retornou a Salvador, sendo preso em 30 de agosto, num "ponto" no Rio Vermelho, delatado por Jaileno. Após longa série de assaltos e ter escapado de três choques com a polícia, "Menininhó" mostrou-se extremamente dócil nos interrogatórios. Suas extensas declarações, todas de próprio punho, desvendaram a linha política e as ações do MR-8. Muitos militantes foram então, identificados. Chegou, inclusive, a fazer uma análise dos métodos de

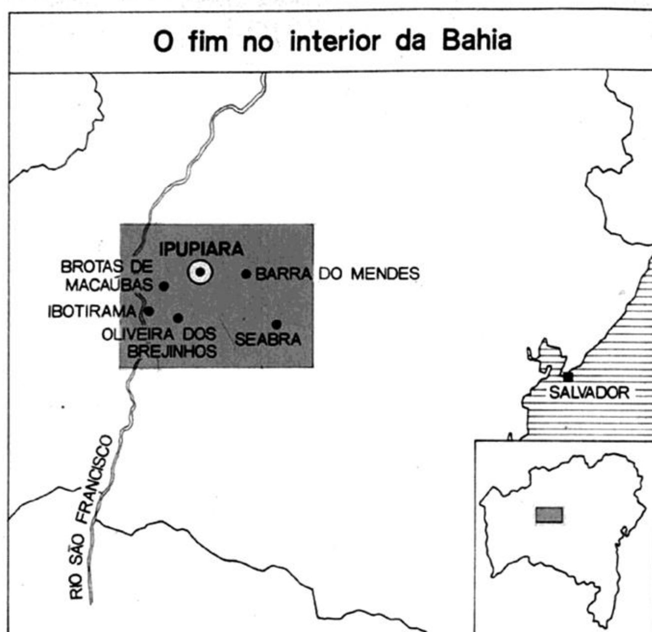
---

[43] Barreira Policial onde se paravam e revistavam todos os veículos (NE)

interrogatório aplicado, declarando-se surpreso com o bom tratamento recebido e com o nível de seus interlocutores.

Na manhã de 6 de setembro recebia-se o primeiro informe da permanência de Lamarca e "Zequinha" na região de Brotas de Macaúbas, confirmado no final da tarde e no dia 7. Haviam obtido alimentação na área, tentado obter informes e amedrontado os moradores. Nos dias 10 e 11 houve informes da presença de ambos em Ibotirama. Os órgãos de segurança, que a partir de 4 de setembro já haviam retirado boa parte de seus agentes da região, retornaram a área.

Apesar do MR-8 estar trabalhando nessa área de campo por mais de um ano, os órgãos de segurança eram procurados pelos moradores, que levavam informes sobre os subversivos. Os informes começaram a indicar a presença dos dois terroristas na região de Cana Brava.



No dia 17, uma equipe que chegou à localidade de Pintada foi informada de que dois homens descansavam à sombra de uma

árvore, nos arredores do lugarejo. Ao se acercarem dos mesmos, dois elementos da equipe, que se haviam lançado através da caatinga, provocaram ruído de mato quebrado. Isto alertou os terroristas, e um deles exclamou: "***Capitão. Os homens estão aí!***". À voz de prisão, iniciou-se intenso tiroteio, findo o qual os dois terroristas estavam mortos.



Fim do "capo" terrorista: O corpo de Lamarca

JORNAL DO BRASIL

Rio, 21 de setembro de 1971

Diretora-Presidente: Condêssa Pereira Carneiro
Diretores: M. F. do Nascimento Brito e José Sette Câmara

Diretor-Substituto: Bernard Campos
Editor-Chefe: Alberto Dines

Violência Confinada

Sem encontrar simpatia ou apoio no meio rural em que por fim se refugiou, caiu morto, sexta-feira passada, sob uma árvore junto à qual descansava em sua fuga, o último dos três notórios chefes da violência terrorista no Brasil. O ex-capitão Carlos Lamarca tinha a seu lado apenas um dos seus companheiros de aventura. Repelido nos centros urbanos, onde tombaram os dois chefes que o precederam no mesmo triste fim, o terrorismo não vingou também no meio rural.

Desde as suas primeiras investidas, a violência não conseguiu acolhida na opinião pública, como meio de ação política. A ilusória tentativa de criar um foco de guerrilha no interior do país, sublevando o campo contra os podêres constituídos, esbarrou agora contra a total falta de receptividade por parte da população rural, que colaborou com as autoridades, em defesa da segurança nacional, e repeliu o terrorista como um intruso indesejável.

Há poucos dias, antes de se conhecer pormenores da operação que agora chegou ao seu fim, fontes oficiais divulgaram números eloquentes sôbre a ação subversiva, que hoje se desenvolve em acôrdo com marginais de tôda ordem. A estatística dos assaltos indica com nitidez a interligação de uma atividade criminosa que não tem de fato qualquer conteúdo de ação política. Por outro lado, o diário epistolar de Lamarca, dirigido à sua companheira de violência, e ponto de partida para a sua localização na Bahia, evidencia as ligações da trama subversiva com o comando terrorista situado no exterior. É fora do Brasil, pois, que se encontra a coordenação ideológica de um movimento que não tem afinidade ou correspondência com a nossa realidade.

Seria ingênuo e apressado supor que, com a morte de Lamarca, irá se estancar o estímulo externo a êsse tipo de ação impatriótica e irrealista. É lícito supor que a queda sucessiva dos prepostos da violência vem abalando o recrutamento para a subversão. Mas não tenhamos ilusões: a minoria de fanáticos já comprometidos continuará na sua vã tentativa de subverter a ordem pública e, para tanto, receberá estímulo e assistência das centrais situadas fora das nossas fronteiras. De qualquer forma, o campo de ação do terror estreitou-se definitivamente. A opção pela violência deu de início alguma vantagem aos insensatos que escolheram o caminho do crime comum. Mas o poder público se armou, como lhe compete, para defender uma nação que deseja viver e prosperar em paz.

A repulsa da opinião pública levou o terrorismo ao desespêro. Despojado de seus pretensos objetivos políticos, os ativistas tornaram-se mais audaciosos e mais perigosos, investindo de maneira cruel e desumana até contra hospitais, como foi o recente caso do assalto à Casa de Saúde Doutor Eiras. Desavenças pessoais, inclusive em tôrno da partilha dos frutos da pilhagem, renúncias de elementos que conservaram um mínimo de sensibilidade moral, vários fatôres contribuíram para trazer o terrorismo até o quadro confuso em que afinal se acha confinado. O crime arrancou sua máscara política, que não iludiu uma opinião pública alerta contra a violência. Com Lamarca, tombou o último dos três conhecidos cabeças do terror. Mas, comandada de fora, acuada num sectarismo delirante, a subversão continuará tentando perturbar um país consciente do seu destino pacífico e democrático. Como Lamarca, ela está fadada ao fracasso final e definitivo.

Editorial do JB sobre a morte de Lamarca



34. Um mil novecentos e setenta e um

Neste ano, inúmeras foram as prisões de subversivos efetuadas no Brasil. Essas "quedas" determinaram o desaparecimento temporário do Partido Operário Comunista (POC), deixaram acéfala a Organização Comunista Marxista Leninista - Política Operária (OCML-PO) e desestruturaram a Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR), ex-MNR. Igual ou superior ao número de terroristas presos foi o de banidos ou fugidos que buscaram refúgio no exterior, em particular no Chile, onde o governo da Unidade Popular de Salvador Allende dava-lhes cordial guarida. Essas fugas, combinadas com as prisões, enfraqueceram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e levaram ao desaparecimento, no Brasil, da Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Também fora desarticulado nesse ano o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que nunca passara de um bando voltado exclusivamente para as ações armadas, cuja história confunde-se com a de seu líder Devanir José de Carvalho. Somente Devanir, ao longo de sua trajetória de crimes, cometeu mais de três dezenas de assaltos com vários feridos, participou de um sequestro e, ao que se sabe, direta ou indiretamente, de pelo menos seis assassinatos.

Esses fatos eram um importante indício de que se iniciara, nesse ano, a debacle da subversão no País. De outro lado, no entanto, observadas as atividades desenvolvidas pelas organizações subversivas, constatava-se que as ações armadas não haviam arrefecido. Era ainda muito elevado o número de assaltos e atentados. As ações cresciam em audácia, tendo havido um incremento daquelas que visavam a desmoralizar os órgãos de segurança, com assaltos a praças e viaturas do Exército e das forças policiais, com roubo de armas e incêndio de viaturas. Tampouco havia diminuído a violência, pelo contrário, essa crescia. Segundo Linda Tayah, que fora presa quando desacordada com um tiro na cabeça, um militante quando instado a se identificar "*manda bala e tenta fugir*". É natural que tal virulência provocasse reações idênticas, porque, para quem estava envolvido com o problema,

tratava-se de matar ou morrer. Nos relatos feitos nesse capítulo e nos precedentes, viu-se que, toda a vez que um agente da lei agiu dentro dos padres normais de urbanidade, saiu ferido, quando não foi morto. Nesse tipo de combate, quem não tivesse a iniciativa do fogo não saia ileso.

Neste ano, além dos assassinatos do industrial Henning Albert Boilesen, do motorista de táxi Gentil Procópio de Melo e do vigia da garagem da Frota de Táxis Bandeirantes, foram mortos em tiroteios com subversivos o Major José Júlio Toja Martinez, o guarda da firma Transport, José do Amaral Villela e os guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Demerval Ferreira dos Santos. Também os militantes das organizações subversivas eram vítimas dessa intransigente violência. A título de "justiçamento", haviam sido assassinados Amaro Luiz de Carvalho, Antônio Lourenço, Márcio Leite Toledo e Carlos Alberto Maciel Cardoso.

Mas se havia dúvidas sobre a proximidade ou não do fim da luta armada, havia indícios dessa perspectiva, mais fortes do que as prisões e fugas e até mesmo do que a desestruturação de diversas organizações subversivas. Um deles era a ausência de lideranças efetivas em praticamente todas as organizações ainda atuantes. Como consequência desse fato e do momento, sem dúvida crítico, que viviam essas organizações, começaram a aflorar em seus seios discussões e debates em torno da validade dessa luta que, a cada dia, se mostrava mais inconsequente e sem objetividade, e que um terrorista aludiu como "*quixotadas grotescas*".

Com o título pomposo de autocrítica, vinham à tona as mais acerbas críticas à esquerda, tida como "incapaz" e "podre", com acusações que iam de "mesquinharias" a "desvio de dinheiro" e críticas às chefias "personalistas" e "individualistas", assim como ao "espontaneísmo" das organizações. Começaram a ver, inclusive, a socialização da miséria em Cuba, desencantando-se com o "paraíso comunista".

Ora, estes fatos evidenciaram um outro indício: o moral dos militantes subversivos estava seriamente afetado.

Como decorrência dessa situação, desmobilizava-se no Brasil a outrora tida como poderosa Vanguarda Popular Revolucionária, enfraquecia-se a ALN e suas dissidências, e tinha um fim melancólico a Ala Vermelha, com seus próprios dirigentes "entregando-se" uns aos outros, como se desejassem dessa forma por fim à organização.

Assim como os militantes da AV, à exceção dos membros do GTA/ALN e outros militantes com uma formação ideológica mais solida, a "abertura" de todo o conhecimento passou a ser uma conduta comum aos presos. Embora organizassem tribunais de averiguação de conduta dos militantes quando presos, essas organizações não desejavam e não admitiam que a eficiência dos órgãos de segurança decorria em boa parte da falta de convicção e de firmeza ideológica dos militantes subversivos. A saída, sem dúvida inteligente, foi incrementar ao máximo a denúncia de tortura nos órgãos de segurança, apresentada como causa dos "desbundamentos" e das denúncias.

Os órgãos de segurança, possivelmente não acreditando na eficiência da guerra psicológica - como muitos não creem até hoje - ou atendendo apenas a fatores imediatistas, cometiam equívocos que lhes facilitavam sobremodo essa tarefa. Para os comunistas, porém, essa ação não seria apenas momentânea, mas teria continuidade ao longo do tempo e viria a atingir não apenas esses órgãos mas até o próprio Presidente da República.

A verdade é que, não fora a descoberta da área de campo do PC do B, que reunia na zona rural o maior contingente já implantado no campo por uma organização subversiva e sobre a qual não dispunham os órgãos de segurança de dados suficientes para avaliar sua extensão e profundidade, poder-se-ia prognosticar para breve o fim da luta armada no País. Pelo menos já não se vislumbrava que as demais organizações pudessem aspirar a tomada do poder. Um líder terrorista, ao referir-se à situação de então, disse: "*A briga de hoje deixou de ser pela Revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência*".

A sobrevivência, porém, nas circunstâncias, não parecia ser muito longa. Aumentava, dia a dia, o número daqueles que preferiam lutar pela sobrevivência no Chile, na França, na Itália, no Uruguai ou na

Argélia. Como consequência, crescia a rede de "*desinformatzya*" e incrementava-se a propaganda da guerra psicológica. Agora as esquerdas tinham um objetivo estratégico o de colocar barreiras que estancassem o indispensável fluxo de recursos externos para o País. Para as esquerdas, a essa altura, muito mais desastrosa e duradoura que a derrota no campo militar era a vitória que o governo brasileiro ia alcançando com o ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e social. Mais do que os órgãos de segurança, seu alvo seria agora o Governo e mesmo a pessoa do Presidente da República.



- 74 -

CAPÍTULO X

1972

1. A defasagem do campo político

Embora, o ano político tenha sido tranquilo, o processo político não evoluiu, em 1972, como era esperado, uma vez que se aproximava o momento da eleição do Presidente da República. O governo conseguiu desestimular a discussão, até mesmo em torno dos parâmetros que regeriam a sucessão. No entanto, as eleições para governador, que só iriam ser realizadas em 1974, tiveram seu processo alterado por uma emenda que tornou essas eleições indiretas. Com isso, não faltaram insinuações sobre um pretenso continuísmo, ligando o retardo da definição do processo eleitoral à eleição do Presidente da Câmara de Deputados que, tempos antes, havia feito a sugestão da reeleição do Presidente Médici.

Nesse ano, ocorreram outras alterações constitucionais. Por intermédio delas voltava a existir o recesso parlamentar do meio do ano e os parlamentares já podiam assumir secretarias de Estado. As casas do Congresso, após quatro anos, viam a escolha de seus dirigentes ser respeitada pelo Executivo, numa prática democrática elementar, mas que, nas circunstâncias, representava uma evolução. Os políticos iam ampliando seus próprios espaços e retomando a liberdade.

Em julho, ao inaugurar o prédio do Ministério da Justiça, o Presidente da República voltou a afirmar que o Governo não abdicaria das prerrogativas ou poderes que lhe haviam sido atribuídos. O pronunciamento, aparentemente extemporâneo, causou constrangimentos. É possível que o Presidente estivesse refletindo suas apreensões com a situação interna, particularmente, com relação ao foco guerrilheiro no Pará, então recém-descoberto. Ocorre

que essas apreensões não eram as da nação, que não dispunha desses dados, nem de outros relacionados com a atuação subversiva, a não ser notícias superficiais divulgadas pela imprensa.

Essa situação gerou, pelo menos, dois importantes pronunciamentos, um de Etelvino Lins e outro de Aliomar Baleeiro, que revelavam a impaciência que a lentidão da evolução do processo político ia provocando. O êxito obtido no desenvolvimento econômica e social, ao invés de atenuar a insatisfação, parecia aguçá-la, ao ressaltar a defasagem do processo político. Este estava a reclamar, não tanto aberturas, mas o encontro de soluções concretas que se constituíssem em marcos assinalados na evolução nacional, sob pena de, no futuro, permitir a volta à instabilidade e à demagogia. A saída nesse sentido, todavia, não era vislumbrada. As eleições municipais de 15 de novembro encontraram uma ARENA melhor estruturada que, valendo-se da sublegenda e do apoio dos governadores e levando ao debate municipal as realizações do Governo na esfera federal, conseguira ampliar o controle sobre as prefeituras municipais. Esse êxito enganoso funcionava como um biombo a tapar a necessidade de se buscar a evolução também no campo político.



2. A continuidade do desenvolvimento econômico e social

Se o futuro político não era fácil de ser antevisto, o mesmo não ocorria com os campos econômico e social, pois, neste ano, começava a ser posto em execução o Plano Nacional de Desenvolvimento que definia exatamente a estratégia do Governo para preparar o País, a fim de que se tornasse uma nação desenvolvida até ó final do século. Sua execução deveria permitir um crescimento racional e harmonioso e visava sobretudo a realizar a integração nacional, incorporando vastas áreas de populações marginalizadas ao processo de crescimento, criar novos polos e descentralizar o desenvolvimento, de modo a atenuar as disparidades regionais, tidas como a principal causa das distorções na distribuição da riqueza nacional .

Para alcançar esses objetivos, ao lado de uma estratégia global, o plano se apoiaria em quatro instrumentos operacionais, alguns dos quais já em andamento. O Programa de Integração Nacional, de que a ponte Propriá-Colégio, sobre o Rio São Francisco, inaugurada nesse ano, era um marco significativo pela sua importância como elo de ligação entre o Nordeste e o Centro-Sul. O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) que teria início em 1972, nas áreas prioritárias da Reforma Agrária nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, com uma dotação de Cr$ 100 milhões. O Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste, com a construção de rodovias, silos e armazéns no Mato Grosso e Sul de Goiás. O Programa Especial para o vale do São Francisco (PROVALE), com serviços de dragagem, balizamento e proteção das margens do Rio, assim como a implantação e pavimentação de mais de 3.000 km de rodovias, integrando os Estados ribeirinhos ao Plano Nacional de Viação.

Ligado ao futuro, via-se também, nesse ano, o acordo entre o Brasil e a Argentina, sobre o aproveitamento das águas contíguas, ser aprovado na ONU. Esse acordo era o resultado de entendimentos que vinham sendo desenvolvidos entre os dois países. Desde há alguns anos, o Brasil iniciou estudos e discussões relativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Com esse mesmo objetivo, uma vez definida a área ideal desse aproveitamento, o Brasil firmava com o Paraguai, em 1965, a Ata de Iguaçu. Em 1970, os dois países constituíram uma comissão mista, que assinou contrato de consultoria internacional, cujos resultados foram apresentados neste ano. Iniciaram-se, então, os testes de solo e as discussões entre os dois países em torna das terras a serem alagadas com a construção da futura barragem. Itaipu em complemento a usinas em construção: Jupiá e Ilha Solteira (Rio Paraná), Marimbondo (Rio Grande), Capivara (Rio Paranapanema), Salto Osório (Rio Iguaçu), São Simão (Rio Parnaíba) e outras menores, aliadas a empreendimentos projetados, como Água Vermelha (Rio Grande), garantiriam a energia necessária ao Centro Sul até a virada do século. Da mesma forma a Usina de Paulo Afonso III, em construção, e a projetada barragem de Sobradinho dariam tranquilidade ao Nordeste por alguns anos.

O projeto RADAN, através de levantamentos aerofotogramétricos, realizados pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, trazia à luz as potencialidades da área Norte, até então tida como desprovida de recursos minerais, ao revelar a existência de grandes jazidas de cassiterita, em Rondônia, e os depósitos de ferro, manganês, ouro e outros minerais de Carajás.

Considerando a expansão das fronteiras agrícolas e a dinamização do setor de pesquisa e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, foi criada nesse ano a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Do mesmo modo, para responder às preocupações com a subnutrição, mal crônico que ainda atingia grande parte da população brasileira e que se devia não somente à insuficiência global de rações, como também a com posição das quotas alimentares, o Governo criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

Recursos da ordem de Cr$ 3 bilhões passaram a ser aplicados em ferrovias, portos e silagem, nos chamados corredores de exportação, privilegiando os portos de Vitória, Tubarão, Santos, Paranaguá e Rio Grande e era criada, neste ano, a INFRAERO, para implantar, administrar e explorar a infraestrutura aeroportuária do País.

Na área das comunicações, onde se realizavam os primeiros testes de TV em cores, foi criada a TELEBRAS que, assumindo o controle acionário da EMBRATEL, passou a gerir o Fundo Nacional de Telecomunicações. A TELEBRAS, através de empresas representativas em todos os Estados e no Distrito Federal, iria incorporar as mais de 800 companhias telefônicas existentes, boa parte das quais operando com material obsoleto, carente de pessoal especializado e de estrutura administrativa, sem condições de, por si só, acompanhar a expansão desse sistema, dos mais reclamados pelo progresso nacional.

Neste ano, o País veria seus esforços na área de educação de adultos coroado de êxito. O MOBRAL[44] atingiria os mais altos níveis de alfabetização de sua clientela, comparativamente com 64 países

[44] MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização, destinado a alfabetizar as populações carentes. (NE)

vinculados à UNESCO e seria recomendado aos demais países. O Brasil, em 1972, além da verba orçamentária de Cr$ 1,9 bilhões, empregou no MOBRAL mais Cr$ 43,2 milhões provenientes do Imposto de Renda e Cr$ 86 milhões canalizados da Loteria Esportiva. Aliás, o Brasil continuava a ser um dos países que mais aplicava verbas na educação. Neste ano dispendeu Cr$ 8,7 bilhões para garantir a matrícula de cerca de 20 milhões de alunos nos cursos primário e médio e mais de 650 mil no nível universitário. Ainda na área social, além de manter os programas de construção de habitação e ampliar os financiamentos em saneamento básico, milhares de trabalhadores rurais passaram a contar com um pecúlio funeral e uma módica aposentadoria, benefício com os quais foram aquinhoados, no ano anterior, quando da constituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.



3. O prosseguimento da guerra psicológica

O êxito do governo brasileiro em combater os grupos terroristas, a incapacidade desses de se articularem, os sucessos crescentes do governo no sentido de romper definitivamente as barreiras do subdesenvolvimento, impunham às esquerdas uma derrota que, aos não iniciados, poderia afigurar-se como definitiva. No entanto, estas não se davam por vencidas. A melhor estratégia de que dispunham no momento era negar esses êxitos e utilizariam, tanto quanto possível, o instrumento mais eficaz para implementá-la: a propaganda.

Em janeiro desse ano realizou-se em Paris uma reunião de consulta dos representantes do "Front" na França, Holanda, Suíça e Bélgica, para discutir suas possibilidades. Durante essa reunião, foi considerada a necessidade de aprofundar-se o debate sobre o papel da Frente Brasileira de Informações (FBI) como instrumento de unificação das esquerdas. Márcio Moreira Alves foi encarregado de restabelecer as atividades da Frente na Inglaterra, enquanto se

definia a expansão da distribuição dos boletins da FBI a todos aqueles que pudessem colaborar com a campanha de difamação do Brasil.

No período entre 15 de março e 9 de abril, a FBI realizou na Igreja São Clemente, em Nova York, uma extensa promoção contra o Brasil, englobando conferências, debates, filmes e representações. O evento contou com a participação do teatrólogo Augusto Boal, do cineasta Glauber Rocha e de Márcio Moreira Alves, dentre outros.

Em maio de 1972, Miguel Arraes viajou sigilosamente de Argel para Santiago do Chile, onde manteve contatos com o presidente chileno Salvador Allende. A viagem de Arraes teve a finalidade de orientar a organização de uma Seção Latino-americana do Tribunal Bertrand Russel e de articular a FBI na Argentina, Peru e México, países importantes no contexto latino-americano.

O crescimento da campanha da FBI no Chile, através do aumento da tiragem dos boletins e sua venda ostensiva em bancas de jornal e livrarias, provocou a reação do embaixador brasileiro naquele País. Em julho, o chanceler chileno Clodomiro Almeyda foi interpelado no sentido de que o governo chileno pusesse cobro aquele estado de coisas. O protesto foi formalmente aceito, com a promessa de que os responsáveis seriam expulsos do país, caso prosseguissem com a campanha.

Como resultado da pressão diplomática, as autoridades chilenas adotaram uma ação de fachada para satisfazer as autoridades brasileiras. O Partido Socialista Chileno pediu que a FBI passasse a circular o boletim clandestinamente.

Em consequência do aparente cerceamento da circulação ostensiva dos boletins da FBI no Chile - que continuaram a ser publicados normalmente - a Frente patrocinou e apoiou a publicação de outros órgãos legais. Assim, a revista "América Latina" e o tabloide "Brasil Hoy" passaram a formar ao lado dos divulgadores da campanha contra o Brasil.

No dia 7 de julho, o comitê alemão da *Amnesty International* patrocinou, em Hamburgo, uma conferência de Márcio Moreira Alves,

ocasião em que foi feita a propaganda de um de seus livros, contendo injúrias contra o Brasil.

Por volta de setembro, a FBI perderia um de seus apoios no Chile, com a fuga de seu dirigente Carlos Figueiredo de Sá para a França. A Coordenação Nacional da ALN pressionava-o para receber o total da importância em dólares enviada pelos Tupamaros,[45] resultado do resgate do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide, sequestrado no Uruguai. Carlos de Sá encaminhara apenas nove mil dólares para a ALN, não prestando contas do restante, que seria o grosso da importância.

Em outubro, Maria Iracema dos Santos, Ulrich Hoffman Roger, Amarílio de Oliveira Vasconcelos e Armando Ziller, em nome da FBl, entraram em contato com a comunista norte-americana Ângela Davis, arregimentando-a para participar da campanha difamatória ao governo brasileiro no exterior.

Em novembro, dentro do esquema de "frente", a FBI apoiou o lançamento do panfleto "Campanha", orientado pela FB-PO no Chile, que se incorporou aos esforços de denegrir o Brasil, naquele país. Com o mesmo propósito, a APML do B estruturou bases no exterior, em estreita ligação com a FBI. A Base Europa (BEUR), coordenada por Jean Marc Friedrich Van Der Weid, a BANOR (Base América), orientada por Marcos Pena Sattamini de Arruda, e a BSant (Base Santiago/Chile), com a efetiva participação de Herbert José de Souza e José Serra, tornaram-se importantes pontos de apoio no trabalho de influenciar a opinião pública mundial, dando a impressão de tratar-se de diferentes fontes independentes.

Em novembro, ainda, José Ferreira Cardoso, presidente da Associação Chilena Brasileira de Solidariedade (ACBS), retornou da Europa trazendo um cheque de vinte e cinco mil dólares destinados à manutenção das atividades da ACBS e da FBI. A origem desses dólares não ficou determinada, embora se pudesse deduzir qual teria

---

[45] Os “Tupamaros” era uma organização terrorista comunista que atuava no Uruguai. Sequestraram o Cônsul em julho de 1970, em Montevidéu, pediram inicialmente um milhão de dólares pelo resgate, mas concordaram em libertá-lo por 250 mil dólares, o que foi feito. (NE)

sido.[46] O refugiado brasileiro no Chile, Antônio de Bezerra Baltar, funcionário da CEPAL, nas diversas viagens que efetuava ao exterior, também trazia dólares da República Federal da Alemanha para a FBI. Da Itália os recursos eram canalizados pelo Partido Comunista Italiano e pela entidade denominada "Pax-Romana", vinculada ao clero progressista. O apoio financeiro à FEI fluía sem problemas, na razão direta do sucesso do governo brasileiro na gestão do País.



4. O fim da segunda direção nacional do PCBR

No início desse ano, O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) era dirigido por uma Comissão Nacional Provisória (CNP), integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz de Andrade Sá e Benevides.

Atuava com duas regionais, o Comitê Regional Sul (CR/S), com base na Guanabara, e o Comitê Regional Nordeste (CR/NE), com centro em Recife e atuando nos municípios de Ribeirão, Água Preta, Amaragi e Palmares, em Pernambuco, além de Jequié, Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia.

Para atuar no campo, o PCBR criou os denominados "Comandos de Engenho", que procuravam insuflar os camponeses contra os latifundiários, a polícia e o Exército. Segundo seus documentos, "*o Engenho deve ser a escola onde o trabalhador do campo vai aprender a lutar*" através das greves e da defesa armada, afirmando que todos os camponeses deveriam possuir e saber usar "*espingarda, revólver, foice, facão e bombas*".

---

[46] ACBS - Associação Chilena Brasileira de Solidariedade - entidade criada no Chile para amparar financeiramente os asilados brasileiros. Embora englobasse várias organizações subversivas, a "caixinha", nome utilizado para designar a entidade, recebia orientação prioritária do PCI.

No setor de imprensa, dois jornais defendiam clandestinamente a linha do PCBR: "O Revolucionário" na Guanabara I e "Vanguarda", no nordeste.

As ações armadas, nesse ano, restringiram-se à Guanabara, com o PCBR atuando em "frente" com a ALN, a VPR, a VAR-Palmares e o MR-8. Destas ações destacam-se o assassinato do marinheiro inglês David A. Cuthberg, em 5 de fevereiro, e o assalto ao Banco Novo Mundo, na Penha, em 27 de setembro, quando José Silton Ribeiro matou o contador Sílvio Nunes Alves.[47]

Apesar da intensa atividade terrorista, as desventuras chegaram ao PCBR com o acidente de carro ocorrido em 8 de março, nas proximidades de Caruru, em Pernambuco, que matou Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides, membro do CNP, e sua esposa Miriam Lopes Verbena, responsável pelas finanças e pelo setor de profissionais liberais do partido. As investigações procedidas levaram a dezenas de prisões na Guanabara e em Recife, nos meses de março e abril.[48]

Alçado ao CNP, pela morte de Luiz Alberto, Antônio Prestes de Paula ficou encarregado de contatar e de levar dinheiro para os banidos no Chile, que pretendiam retornar ao Brasil. Para isso, viajou para Santiago em setembro, seguido, dois meses depois, por José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Entretanto, enquanto Prestes de Paula programava a sua volta para o início do ano seguinte, José

[47] São as seguintes as demais ações praticadas pelo PCBR, na Guanabara; em 10, 24 e 31 de janeiro, respectivamente: assalto ao DETRAN, em Campinho; assalto ao curso FISK, em Copacabana; assalto à delegacia do Ministério do Trabalho, em Ramos; em 25 de fevereiro: assalto simultâneo ao Banco de Crédito Territorial e ao Banco da Bahia, em São Cristóvão; em 24 de abril: assalto ao Banco de Crédito Territorial, em São Cristóvão; em 9 de junho: assalto ao Banco Nacional Brasileiro, em Bonsucesso; em 11 de agosto: assalto ao União de Bancos, no Jacaré; em 19 de outubro: assalto ao Banco Itaú-América, em Botafogo.

[48] Destacando-se as de Ramayana Via Vargens, Maria Dalva Leite de Castro, Amélia Maria Mayal Guilayn, João Alves Gondim Neto, Vitorino Alves Moitinho, Romildo Maranhão do Valle, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, Helena Mota Quintela, Maria Quintela de Almeida, Roberto Batuíra Furtado da Cruz e Geraldo Ferreira Santos, além de Maria do Socorro Diógenes, que cooperou bastante com os órgãos policiais.

Rodrigues retornaria em meados de dezembro, não escapando às grandes “quedas” que atingiram a cúpula do PCBR.

A prisão em Recife, em 12 de dezembro, de Edmilson Vitorino de Lima, membro do CZ Campo do CR/NE, acarretou nos dias seguintes, as prisões de cinco militantes da organização.[49] José Adeildo Ramos, preso nessa ocasião, entregou o "ponto" que teria com Fernando Augusto da Fonseca. Este, preso em 24 de dezembro, indicou dois aparelhos do partido na Guanabara, um em Bento Ribeiro e o outro, no Grajaú. No dia 27, no “entrevero” desses aparelhos, depois de intenso tiroteio, morriam, além do próprio Fernando, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Valdir Salles Sabóia, José Silton Ribeiro e “Luciana Ribeiro da Silva”,[50] amante de Valdir. Mais uma vez, o PCBR ficava sem a sua direção nacional.



5. A desativação do MOLIPO

No início de janeiro, foi localizado um veiculo roubado, estacionado no bairro de Santa Cecília, em São Paulo. Conhecedores da técnica subversiva de estacionar um carro em determinado local para uso posterior em ações, os órgãos de segurança montaram uma "paquera" no local.

Dia 5 de janeiro, chegou ao carro um elemento de origem japonesa, que tentou colocá-lo em movimento. Ao receber ordem de prisão, fez uso da arma atingindo um dos agentes e um transeunte. O marginal, ferido no tiroteio que se seguiu, veio a falecer no Pronto Socorro para onde fora conduzido. Portando uma identidade com o nome de

[49] Anatália Melo Alves, esposa de Luiz Alves Neto, presos nessa oportunidade, enforcar-se-ia no banheiro da SSP/PE, em 22 de janeiro de 1973.

[50] Só alguns anos mais tarde, "Luciana" veio a ser identificada como Lourdes Maria Wanderley Pontes ("Gordinha", "Zélia", "Cláudia"), esposa de Paulo Pontes da Silva, que se encontrava preso.

Massahiro Nakamura, verificou-se tratar-se de documentação falsa, o que determinou intensa e prolongada busca nos arquivos datiloscópicos, constatando-se posteriormente tratar-se de Hiroaki Torigoe, um dos elementos do Comando Nacional do Movimento de Libertação Nacional (Molipo).

Enquanto a direção do Molipo esfacelava-se com a continuidade das "quedas" em São Paulo, as operações prosseguiam para neutralizar também o trabalho no Campo. Boanerges de Souza Massa continuou entregando tudo. "Abriu" um "ponto" que teria com Jeová Assis Gomes em Guaraí, no Estado de Goiás, no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com o auxilio de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou, matando Jeová.

Ainda através de Boanerges, tomou-se conhecimento da existência de uma pequena fazenda que o Molipo havia adquirido na região de Araguaína. A localização foi demorada e apenas no dia 18 de janeiro foi "estourado" esse aparelho rural na região do Rio Lajes, entre Araguaína e Vanderlândia.[51] O tempo necessário à localização do "aparelho" rural permitiu que seus ocupantes abandonassem o local. Na operação foram neutralizados dois pontos de apoio: um sítio localizado ao sul de Vanderlândia, em Goiás, a 5 km da rodovia Belém-Brasília, também adquirido pelos terroristas, e um núcleo de sitiantes de Santa Maria da Vitória, que estava sendo aliciado pelo Molipo.

A direção nacional do Molipo, desfeita com as mortes de Francisco José de Oliveira e Hiroaki Torigoe, foi recomposta por Lauriberto José Reyes, que assumiu também a responsabilidade do Setor operário, e por Maria Augusta Thomás.

[51] Pelos habitantes das redondezas, através de reconhecimento fotográfico, foram identificados como moradores do local Sérgio Capozzi, sua mulher Jane Vanini e Otávio Ângelo. Otávio Ângelo ("Tião"), membro do I Exército da ALN, estava em Cuba por ocasião das divergências do III Exército com a CN/ALN e aderiu ao MOLIPO.

No dia 18 de janeiro, mais uma vítima fatal atestava o desprezo dos militantes formados em Cuba pela vida humana. João Carlos Cavalcanti Reis, Lauriberto José Reyes e Márcio Beck Machado foram assinalados num Volkswagen no bairro do Ipiranga e perseguidos por uma camionete dos órgãos de segurança. Houve troca de tiros e o vidro do carro dos terroristas foi estilhaçado. Numa evasiva, os subversivos entraram na Rua Colônia da Glória, no Cambuci, onde resolveram roubar um carro para substituir o que estava com o vidro quebrado. O primeiro veículo que encontraram tinha ao volante o 1º Sargento da PMSP Thomas Paulino de Almeida que foi retirado do veículo e sumariamente assassinado com uma rajada de metralhadora. João Carlos saiu ferido na perna, durante a perseguição realizada pela viatura policial.

No final de janeiro, o Setor Estudantil também seria atingido por prisões que provocaram a total desarticulação do setor.

No dia 27 de fevereiro Lauriberto José Reyes em companhia de Alexandre José Ibsen Voerces travou tiroteio com a polícia, na Rua Serra de Botucatu, no bairro Tatuapé. Armado de metralhadora, Lauriberto feriu um policial e matou um transeunte, Napoleão Felipe Biscaldi, de 61 anos, funcionário público municipal aposentado, residente no número 849 daquela rua. Ao final do entrevero os dois subversivos também estavam mortos.

A cidade de Paraíso do Norte, em Goiás, estava incluída dentro do esquema de trabalho de campo do Molipo. Na cidade, com o nome falso de "Patrick McBundy Comick", chegara o terrorista Arno Preiss.

No dia 28 de fevereiro, Arno tentou entrar com sua documentação fria no baile carnavalesco do clube social da cidade. Sua documentação levantou suspeita nos policiais, que o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima-roupa contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira e ferindo gravemente o outro miliciano que o conduzia, Gentil Ferreira Mano.

Protegido pela escuridão, Arno homiziou-se num matagal, sendo, entretanto, localizado por populares que, indignados, auxiliavam a

polícia. Arno travou, ainda, intenso tiroteio com seus perseguidores, antes de tombar sem vida. Com dificuldade, a polícia impediu a violação do corpo.

Acossado pela perseguição policial, o trabalho de massas, através dos "comandinhos", estava suspenso, enquanto os remanescentes da organização realizavam ações para sobreviver.

Os órgãos de segurança não davam trégua ao Molipo e acabaram por assinalar um "aparelho" onde residia o torneiro mecânico Rubens Carlos Costa, o armeiro da organização. A vigilância sobre o endereço permitiu, no dia 27 de outubro, a prisão de Antônio Benetazzo. Rubens acabara de preparar um revólver para Benetazzo adaptar um silencioso. Benetazzo, após desinformar as autoridades durante os interrogatórios, "abriu" um "ponto", às 15 horas, no dia 30 de outubro, na Rua João Boemer, no bairro do Brás. Levado ao local, o terrorista tentou a fuga, ou suicídio, ao atravessar em desabalada carreira a rua, à frente de um caminhão Scania Vabis. Colhido pelo veiculo, Benetazzo faleceu no local, em frente a um ponto de ônibus, onde um grande número de populares testemunhou a ocorrência.

No "aparelho" de Benetazzo foi encontrado um uniforme completo de oficial do Exército, além de instruções para fabricação e uso do silencioso. A intenção dos remanescentes da organização seria a de cometer atentados contra autoridades, utilizando-se de armas silenciosas, sendo o uniforme militar um artificio para facilitar o acesso às vítimas. O jornal do MOLIPO, "Imprensa Popular", era impresso no "aparelho" de Benetazzo, onde existia um mimeógrafo, apreendido juntamente com vários números do citado panfleto.

No dia 2 de novembro, ao anoitecer, a vigilância do "aparelho" de Benetazzo, na Vila Carrão, permitiu a verificação de dois elementos que entravam no endereço. A presença de mulheres e crianças impediu a imediata ação policial. Ao deixarem o local, por volta das 20 horas, os dois terroristas, pressentindo a presença policial, dispararam suas armas, uma delas uma metralhadora. No tiroteio caiu mortalmente ferido João Carlos Cavalcanti Reis, enquanto Natanael de Moura Giraldi, ferido na virilha, mas armado com a metralhadora, rendia e tomava como refém o motorista de um

Volkswagen, evadindo-se do local. Natanael conseguiria deixar o Brasil, exilando-se na Europa.

Desta forma, com prisões e mortes foi-se diluindo a atuação do Molipo, centrada e limitada ao Estado de São Paulo. Em fins de 1972 a organização praticamente já não existia. Em outubro de 1974, com a organização totalmente desarticulada e inoperante, foram presos Venâncio Dias Costa Filho, do Setor Operário, e elementos por ele aliciados. O inquérito então instaurado foi a última manifestação conhecida do Molipo.

Estava extinta uma organização que, nascida das críticas ao militarismo e ao desprezo da ALN pelo trabalho de massa, não conseguiu efetivar sua proposta de aprofundar o relacionamento com as classes operária e camponesa. Perseguida por uma intensa atividade policial, a maioria de seus integrantes, pertencentes ao "III Exército da ALN", encontrou a morte no enfrentamento com os órgãos de segurança, motivada pela doutrinação e pela lavagem cerebral recebidas em Cuba, que lhe incutira a mística de "não cair vivo".



6. A desarticulação da FLNN

Às voltas com a preocupação de implantar o trabalho rural, a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN), com um grupo limitado de militantes, procurava contatos com outras organizações para a realização de ações de sobrevivência.

No dia 7 de janeiro, na Praça Coração de Jesus, em Fortaleza, houve um contato entre a FLNN e o PCBR. José Calixtrato que chegara de carro com mais três elementos, afastou-se conversando com o militante do PCBR, João Alves Gondim Neto, enquanto José Adeildo Ramos, do PCBR, permanecia no carro em contato com Aloízio Valério da Silva e José Luiz da Costa.

Naquele momento, o agente federal João Lucena Leal, passando pelo local, reconheceu Calixtrato e tomando a iniciativa, resolveu surpreender os subversivos. Pedindo auxílio a um guarda de trânsito, João Lucena aproximou-se do veículo e retirando as chaves da ignição, solicitou a documentação do carro e a identificação de seus ocupantes. Saltando do carro, o motorista, ao simular apanhar a identidade na sua "capanga"[52], sacou um revólver e, atirando em João Lucena, provocou uma grande confusão. Os subversivos, armados, intimaram um motorista de táxi a parar e embarcaram no veículo que os conduziu até Parangaba, onde se homiziaram num "aparelho" da organização.

No interior do veículo abandonado, foram encontrados vários documentos que identificavam os seus ocupantes e proporcionavam dados para o prosseguimento das investigações. As operações tiveram sequência no dia 11 de janeiro com a prisão, em Crato, de José Sales de Oliveira e mais três subversivos da "frente".[53]

A FLNN perdia, momentaneamente, a ligação com o trabalho rural na Região do Cariri, centrado na cidade do Crato e dirigido por José de Oliveira.

Apesar da perda de um de seus líderes e dos indícios de que os órgãos de segurança concentravam suas investigações na organização, a FLNN necessitava sobreviver e, no dia 16 de janeiro, assaltou, por volta das 23:30 horas, os escritórios da empresa de ônibus Montese. O dinheiro apurado foi rateado entre os assaltantes para custear despesas. No dia 20 de janeiro, voltou a assaltar, sendo vítima, desta vez, o corretor Amadeu Dantas Robalinho da Gama.

No dia seguinte, 21 de janeiro, prosseguiram as prisões que levariam a FLNN à desarticulação. Leonardo Mário Aguiar Barreto e João

---

[52] Espécie de bolsa com alças longas (NE)

[53] José Sales foi preso num hotel da cidade, quando planejava os sequestros do gerente, subgerente e tesoureiro da agência do Banco do Brasil, para posterior assalto. Junto com José Sales foram presos o radio-operador da VARIG, Patrício Medeiros, Geraldo Alves Formiga e José Arruda Lopes, elementos de ligação da FLNN com a área rural.

Mendes de Araújo, utilizando-se de um carro roubado, pararam num bar próximo à Casa de Detenção de Recife. Através do carro, a polícia assinalou e surpreendeu os dois terroristas. Leonardo entregou-se, enquanto João Mendes abria caminho à bala, evadindo-se do local, ferido com um tiro na coxa.

Durante os interrogatórios Leonardo "abriu" a articulação da FLNN em Campina Grande, na Paraíba. Dia 23 de janeiro, era "estourado um aparelho" naquela cidade da Serra da Borborema com as prisões de Maria Lenita Agra Cardoso, Maria do Carmo Agra Cardoso, Isanuse de Queiroz Castro e Firmino Azevedo.[54]

Dia 24 de janeiro, com as indicações de Isanuse, a polícia "estourou o aparelho" de Olinda, quando, após cerca de quinze minutos de tiroteio, foi morto João Mendes de Araújo, sendo preso ferido José Calixtrato, juntamente com Marluce Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva. O corpo de João Mendes que havia desaparecido no mar, reapareceu no dia seguinte nas praias de Olinda.

As "quedas" prosseguiram em Recife, com a prisão, no dia 26, de Aluízio Valério da Silva e no dia 28, de José Walter de Araújo. Nos dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro a operação prosseguiu no interior pernambucano com as prisões, respectivamente, de Francisco Peixoto de Carvalho e Ivanildo Sampaio Xavier.

Atingido o braço armado da FLNN, restava a base logística que se mantinha nas sombras. Com base nas informações prestadas por Gilberto Telmo Sidney Marques, preso em São Paulo, foi levantada a rede de apoio da ALN no Ceará, sendo efetuadas, na primeira quinzena de abril, inúmeras prisões naquele Estado[55] - inclusive de

---

[54] As duas primeiras eram irmãs de José Calixtrato, sendo que Lenita guardava o dinheiro proveniente dos assaltos da organização. Firmino era o responsável pela guarda do armamento do bando, que era recolhido após cada grande ação. Isanuse, companheira de Calixtrato, indicou à polícia a localização do “aparelho” de seu amásio em Olinda.

[55] Foram presos no Ceará: Tarcísio Leitão Carvalho, Elísio Arimatéia Ribeiro, João Xavier de Lacerda, Francisco das Chagas Monteiro, Helena Moreira Serra Azul, Maria do Carmo Serra Azul, Edna dos Santos Vera, Antônio Aldenor Holanda, José Moreira de Andrade, Fernando José Bastos Macambira, Luiz Ricarte Veras e João Alves Gondim Neto.

alguns militantes do PCBR. Essa ação estendeu-se a Brasília, no mês de março, onde foram presos mais três militantes da organização.[56]

Com essas operações, completava-se a derrocada da FLNN. Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ainda retornariam à área na esperança de reativar o trabalho rural, entretanto as dificuldades de retomar os contatos e a conjuntura desfavorável, representada pelas, "quedas" ocorridas na direção nacional da ALN, obrigaram-nos a abandonar a região para que pudessem reforçar o trabalho no Centro-Sul.



7. As atividades da CR/SP da ALN

Apesar das perdas de quadros experientes do GTA e de um membro da CR/SP, o clima da Aliança Libertadora Nacional (ALN) no início de 1972, era triunfalista. O número 4 de "O Guerrilheiro", órgão da direção nacional, de janeiro, publicou um balanço otimista da organização, catalogando setenta e cinco ações realizadas com sucesso na capital paulista.

Antônio Carlos Bicalho Lana substituiu José Milton Barbosa na CR/SP e os grupos de fogo do GTA tinham sido recompostos com o remanejamento de militantes.[57]

---

[56] Foram presos em Brasília, após se deslocarem de Fortaleza: Jaime Andrade Freitas Júnior, Ariolando Tavares Araruna e Cândida M Magalhães.

[57] No início de 1972 os grupos de fogo (GF) estavam constituídos da seguinte forma: GF coordenado por Alex de Paula Xavier Pereira, constituído por Marcos Nonato da Fonseca, Gilberto Telmo Sidney Marques, Eliane Potiguara Macedo; GF coordenado por Gelson Reicher, constituído por Ana Maria Nacinovic Correia, Helber José Gomes Goulart, Yara Xavier Pereira, Francisco Emanoel Penteado; GF coordenado por Antônio Carlos Bicalho Lana, constituído por Moema Correia São Tiago, Francisco Seiko Okama, José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.

Dentro desse ambiente de euforia foram realizados, no dia 10 de janeiro, os assaltos ao Colégio Fernão Dias na Rua Pedroso de Morais, no bairro de Pinheiros, e à Agência de Empregos na Rua Maestro Elias Lobo este com distribuição do jornal "Venceremos". As ações renderam Cr$ 20.500,00 e Cr$ 90.000,00 respectivamente.

Dia 18 de janeiro foi preso o integrante do GTA, Gilberto Telmo Sidney Marques. Gilberto "abriu" seu aparelho, onde foi presa Eliane Potiguara Macedo, sua companheira e, também integrante do GTA.

Utilizando-se da técnica do “caminho de rato”,[58] os órgãos de segurança, no dia 20 de janeiro, surpreenderam Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher, coordenadores de grupo de fogo do GTA, na Avenida República do Líbano, no interior de um Volkswagen. Ao serem abordados para identificação, os dois terroristas reagiram e atiraram ferindo mortalmente o Cabo da PMSP Silas Bispo Feche. Silas faleceu a caminho do Hospital das Clínicas, deixando viúva, em estado de gestação, dona Ieda Alves Feche. Durante o tiroteio foi ferido, ainda, gravemente o Sargento da PMSP Oswaldo Ribeiro Leão. Sem qualquer ideia de rendição, os terroristas continuaram atirando até tombarem mortos, crivados de balas.

No dia 22 de janeiro, Antônio Carlos Bicalho Lana recolheu de carro, o casal José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.[59] Bicalho Lana e José Pereira da Silva iriam "cobrir um ponto", do que não participaria Lúcia, deixada na Rua Lins de Vasconcelos. Por volta das 14:30 horas, policiais do DEIC reconheceram num ponto de ônibus o marginal João Ferreira da Silva, o "Tião". Ao aproximarem-se do bandido, uma mulher loura que estava a seu lado, sacou um revólver da bolsa, disparou seguidas vezes contra os policiais e afastou-se do local correndo. Dois policiais caíram baleados, enquanto os demais saíam em perseguição à loura. Entrincheirando-se atrás de um balcão de bar, Lúcia, aperfeiçoada em Cuba, manteve prolongado tiroteio com a polícia ferindo um agente, antes de tombar sem vida.

---

[58] Vigilância motorizada nos itinerários dos "pontos" habitualmente utilizados pelos subversivos.

[59] José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, casados, fizeram parte do "III Exército da ALN" em Cuba e não aderiram ao Molipo, permanecendo na ALN.

Um transeunte, Adalberto Nadur, recolheu a bolsa de Lúcia, caída durante a tentativa de fuga, e entregou-a à polícia. A bolsa seria extraviada, provocando dificuldades e retardo na identificação da misteriosa loura que, com sua surpreendente reação, propiciara a fuga de "Tião", alvo da investida policial.

Em quatro dias o GTA perdia cinco militantes. A surpresa imobilizaria momentaneamente a ALN em São Paulo, cuja coordenação buscava razões para as ocorrências. Admitia-se um "salto qualitativo" na atuação da repressão, aliado a um acentuado descuido com as normas de segurança, como causa das "quedas". A morte de Lúcia abalou profundamente seu marido, José Pereira da Silva, que entrou num processo de "crise ideológica".

Em 26 de janeiro, a crise de segurança teria desdobramento com a prisão de Hélcio Pereira Fortes, membro da Coordenação Nacional (CN), na estação rodoviária de São Paulo. Hélcio conseguira romper um cerco policial na Guanabara e iria manter contato com o restante da CN na capital paulista. Hélcio "abriu" um "ponto" que teria na Avenida Bandeirantes, entre a Rua Prudente de Moraes e a Alameda Jurupês. Às 11 horas de sábado, dia 28 de janeiro, com o local cercado, apareceu um Volkswagen bege, que arrancou rapidamente na direção da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, após recolher Hélcio, que fora postado na calçada. Bloqueado o caminho, o motorista abandonou em fuga o carro, atirando contra os agentes. Hélcio, na tentativa de acompanhar a escapada do terrorista, ficou entre fogos cruzados, sendo mortalmente ferido.

No caminho para o Hospital da Clínicas, Hélcio ainda esclareceu que tinha "coberto" um "ponto de polícia"[60] e que seu companheiro - não declinou o nome - contrariando as normas de segurança existentes, tentara resgatá-lo. Hélcio faleceu antes de dar entrada no Pronto Socorro.

A organização sofreria novo impacto na sua estrutura em 3 de fevereiro, com a "queda" do "aparelho de imprensa". Jorge Fidelino

[60] Local de encontro "confessado" pelo terrorista, onde a sua presença, observada de longe significa que está preso.

Galvão de Figueiredo e Ladislau Crispim Oliveira foram presos na sala nº 62, do nº 2132 da Rua Domingos de Moraes, quando imprimiam mais um número do jornal "Venceremos". O último trabalho da gráfica tinha sido a edição do nº 4 do jornal "O Guerrilheiro".[61]

Jorge Fidelino "abriu" um ponto que teria com Yuri Xavier Pereira, no dia seguinte. Ao aproximarem-se do local do encontro, os agentes reconheceram Yuri e Antônio Bicalho Lana no interior de um carro. Ao perceberem que estavam sendo observados, os terroristas reagiram a tiros, ferindo na perna o Soldado PMSP Jordão Chamelet e dois civis que se encontravam nas proximidades - um deles com gravidade - todos recolhidos ao Hospital das Clínicas. Yuri e Bicalho Lana abandonaram o carro que ocupavam e assaltaram um Opala no qual empreenderam a fuga. Abandonando o Opala nas proximidades do aeroporto, a dupla assaltou um Volks, cujo proprietário notou que Yuri estava ferido.

Rearticulado com os remanescentes dos vários grupos de fogo, o GTA voltaria a carga no dia 6 de março, assaltando a firma F. Monteiro S/A, Comércio, Indústria e Importação, na Avenida Euzébio Cardoso, em Pinheiros. Após obrigarem o gerente, Valter César Galetti, a abrir o cofre e entregar a importância de Cr$ 40.000,00, entre cheques e dinheiro, os subversivos do "Comando Hélcio Fortes" fizeram discursos e picharam a loja durante cinco minutos. Ao sair, os terroristas desfecharam rajadas de metralhadora nas paredes e no interior do estabelecimento, ferindo gravemente, no baixo-ventre, o gerente, e os funcionários Maurílio Ramalho, subgerente, e Rosalino Fernandes, despachante, com tiros de raspão, respectivamente, nas costas e na cabeça.

O GTA realizaria ainda algumas ações para garantir o sustento da combalida CR, com a participação de elementos das coordenações nacional e regional, e num esforço de manutenção da guerra psicológica e da intimidação, executaria atentados contra residências

[61] A CN conseguiria, ainda em 1972, publicar a edição mimeografada do nº 5 de "O Guerrilheiro", referente aos meses de maio e junho.

de estrangeiros, identificados como "*defensores dos interesses do imperialismo norte-americano e de seus aliados*".[62]

No dia 29 de março, a violência atingia a residência de Michel H. Drainton, assessor da presidência da firma Isopor, na Rua Gen. Almério de Moura, no Morumbi. Liderados por Yuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correia, cinco homens e uma mulher picharam as paredes internas da casa, saquearam-na e quando iam incendiá-la, tiveram suas atenções voltadas para uma Kombi que se aproximava. A Kombi, confundida com a polícia, provocou a suspensão do plano incendiário do grupo. Seus desprevenidos, ocupantes foram repelidos a tiros, saindo ferido de raspão, na cabeça, Carlos Moreira de Souza.[63]

No dia 14 de abril, José Pereira da Silva, finalizando um silencioso e introvertido processo de autocrítica, resolveu abandonar a organização. Não denunciando suas intenções - o que poderia provocar um "justiçamento" - José Pereira deixou um bilhete para sua companheira de "aparelho" Yara Xavier Pereira, irmã de Yuri, explicando que iria tentar um contato que poderia trazer benefícios financeiros para a organização. Desta forma, José Pereira deixou São Paulo deslocando-se para o Rio de Janeiro, onde aguardou algum tempo, antes de se entregar as autoridades, no dia 8 de maio.

Enquanto a CR e a CN em São Paulo se debatiam, procurando solucionar seus problemas de segurança, a organização vivia um processo de fracionismo, representado pela Tendência Leninista (TL), encastelada em Santiago do Chile. Carlos Figueiredo de Sá havia se inclinado para a TL e conseguira, através de contatos com os Tupamaros no Uruguai, apoderar-se de vultosa importância em dólares, proveniente do resgate do cônsul brasileiro sequestrado, Aloisio Dias Gomide. O dinheiro destinava-se a ALN, e como a TL

---

[62] Ações financeiras realizadas pela ALN em São Paulo, em 1972: assalto à Fábrica de Alimentos Cacique, na Rua Carlos Welbi nº 757, Vila Leopoldina-Lapa, com o roubo de Cr$ 36.500,00, em 10 de abril; assalto à cooperativa da fábrica Rhodia Têxteis, no ABC, com o roubo de Cr$ 13.500,00, em maio; assalto à farmácia Drogasil, na Rua Silva Bueno, em maio.

[63] No dia 29 de abril foi atacada a residência de Mr. Craig Myers, diretor do grupo Johnson Y Higgins, corretora de seguros, com o incêndio de dois carros que se encontravam na garagem e pichações das paredes.

considerava-se ALN, apesar de expulsa em março, Carlos de Sá entregou apenas nove mil dólares aos militantes no Chile fiéis à CN /ALN.

Carlos de Sá, que ficara com a maior parte dos dólares, andou sendo caçado pelos militantes da ALN e, por sugestão de Joaquim Pires Cerveira, viajou para a Europa, em setembro. Carlos de Sá fez contatos com a FBI e com os dólares pode incrementar as atividades dos militantes da ALN no exterior, que haviam aderido à TL.

No campo interno, Arnaldo Cardoso Rocha e Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membros da CN e coordenadores do trabalho rural no Nordeste, haviam discutido a situação crítica da região com Yuri e Luís José da Cunha e resolvido retornar à área, visando a reagrupar os frangalhos da FLNN. Arnaldo faria, ainda, uma tentativa de iniciar um trabalho na Bahia, sem sucesso.

A CN, em meados de 1972, reconheceu que a organização carecia de documentação que sintetizasse os ensinamentos e as experiências vividas após a morte de Marighela. Reconhecia ainda que esta carência havia provocado prejuízos à organização, por incompreensões de sua linha política e de sua forma de atuação, gerando correntes de pensamentos que se afastavam do ideário de Marighela. Assim sendo, em junho, foi difundido para discussão um documento sobre política de organização, que consolidava os preceitos do funcionamento orgânico e político da ALN. Ao longo de todo o texto, repetição de conceitos já conhecidos, houve uma preocupação constante e, até mesmo, insistente, em apontar atividades das forças de segurança, seu adestramento e eficiência operativa como fatores impeditivos para o crescimento da organização, e motivo para que todos os quadros atuassem no sentido de criar os instrumentos necessários à construção da organização, de conformidade com a conjuntura da época.

Fazendo jus à preocupação da ALN, os órgãos de segurança prosseguiam seu paciente trabalho, tendo localizado Yuri Xavier Pereira quando se deslocava num Volks pela cidade de São Paulo. Através do intrincado trânsito da capital paulista, perdeu-se o contato, restando o conhecimento da placa de seu carro para a retomada da operação.

Dia 12 de junho, Yuri comandava o assalto à firma D.F. Vasconcelos, na Avenida Indianópolis, que rendeu Cr$ 130.000,00. O bando de assaltantes, autointitulado "Comando Gastone Lúcia Beltrão", compunha-se de Antônio Carlos Bicalho Lana, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic Correia e Francisco Seiko Okama.

Dia 14 de junho, foi localizado o Volks de Yuri, estacionado nas proximidades do restaurante Varela, no bairro da Mooca. Verificações realizadas no local, permitiram constatar a presença de Yuri, Ana Maria, Marcos Nonato e Bicalho Lana que almoçavam na mesma mesa. A frequência ao estabelecimento no horário do almoço desaconselhou uma ação imediata. Montou-se uma "espera" nas proximidades do Volks.

À saída do restaurante, quando o quarteto se acercou do carro, ocorreu o previsto. À voz de prisão, todos sacaram as armas dando início a um tiroteio que se tornaria decisivo para a desarticulação da ALN. Bicalho Lana com uma rajada de metralhadora quebrou as duas pernas de um cabo da PMSP. Com um tiro na coluna, quedou ferido um sargento da PM, enquanto um investigador do DOPS também era atingido. Amparado pela potência de fogo de sua metralhadora, Bicalho Lana conseguiria afastar-se do local, sequestrar um carro e fugir. Marcos Nonato foi o primeiro a tombar morto, enquanto Yuri, armado com uma Luger 9mm e Ana Maria com um revólver .38 permaneciam engajados, mesmo feridos. Yuri tombou apertando o gatilho de sua pistola para não mais se levantar. Ana Maria, instada a render-se, permanecia atirando. Finalmente, o desfecho previsível, Ana Maria, caiu morta ao lado de Yuri.

Ao balanço trágico da ocorrência - três terroristas mortos e três policiais feridos - acrescentou-se o ferimento a bala na menina Irene Dias, de oito anos de idade, moradora na Rua Cuiabá 172, e em Rodolfo Aschrman, residente na Avenida Paes de Barros 2520, apartamento 871. As duas vítimas inocentes encontravam-se na calçada oposta aos terroristas, sendo por eles atingidas na tentativa desesperada de romper o cerco policial.

No "aparelho" de Yuri foram recolhidos materiais de impressão, de falsificação de documentos, além de explosivos e outros apetrechos

para fabricação de bombas. Dentre a documentação aprendida, destacava-se um detalhado levantamento de oficiais que serviam no QG do II Exército, alvos de futuros atentados. Publicações italianas, como "*Bolletino Informativo della Resistenza Brasiliana*" e "*Fronte Brasiliano d'Informazione*", atestavam a participação da ALN no esquema de difamação do Brasil no exterior.

No dia 18 de agosto, no Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, foram presos José Júlio de Araújo e sua companheira Walderes Nunes Fonseca. Levantando suspeitas do policiamento, o casal foi agarrado antes que José Júlio tivesse oportunidade de sacar sua arma.

José Júlio, durante os interrogatórios, admitiu ter um contato para as 17 horas daquele dia, na esquina da Rua Fradique Coutinho com Teodoro Sampaio. A "alternativa" seria no mesmo local às 17.30 horas.[64]

O "ponto furou",[65] e quando dirigia-se para a "alternativa", José Júlio, num gesto ele audácia e aproveitando-se da negligência de um policial, apoderou-se de uma arma e empreendeu desabalada carreira na direção da Rua Teodoro Sampaio. Na expectativa de sequestrar um carro para a fuga, José Júlio travou tiroteio com os policiais, vindo a falecer no confronto. Perdia ALN mais um importante e fanático quadro, oriundo das escolas terroristas cubanas.

A morte de Yuri, mitificado como o grande nome da CN, foi o marco inquestionável do início do fim da ALN. Junto com ele desapareciam importantes quadros do GTA, imobilizando este organismo, em São Paulo durante o restante do ano de 1972. Como consequência da "batalha do restaurante Varela" retornaram a São Paulo, Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), por volta de setembro, seguido da ida do segundo para o exterior. A incipiente tentativa de implantação de trabalho no campo, ficando acéfala, perder-se-ia por falta de orientação. Luís José da Cunha deslocar-se-ia, também, para a capital paulista,

[64] “Alternativa” ou “ponto de alternativa” é o encontro marcado entre militantes para o caso de, por algum imprevisto, um deles faltar ao ponto marcado.

[65] Diz-se quando o encontro não se realiza.

visando à tentativa de reagrupar e reorganizar a CR/SP e a própria CN/ALN.



8. O declínio da ALN na Guanabara

No dia 3 de janeiro, um "Comando" denominado "José Milton Barbosa" - terrorista morto em São Paulo no dia 5 de dezembro - assaltou o posto policial da favela Nova Holanda em Bonsucesso. Após roubarem o armamento e o fardamento da guarnição do posto, os terroristas afixaram na porta um cartaz estampando o rosto de José Milton. Na saída, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, quase sempre ator de desnecessárias cenas de violência, feriu gravemente com um tiro no peito, o Cabo da PMEG, Manuel Alves Sá Filho. Além do estímulo representado por sua ideologia de violência, Flávio Augusto agia, quase sempre, sob efeito da maconha, vício adquirido nos tempos da adolescência, em Belém.[66]

No dia 17 de janeiro, o GTA agiria visando ao sustento da estrutura clandestina da CR/GB. O alvo da "ação financeira" foi a agência Miguel Lemos do Banco Bradesco, em Copacabana. A equipe de assaltantes era a mesma da operação anterior, acrescida de Luiz José da Cunha, membro da CN atuando na área da Guanabara.

A partir dessa ação, a CR/GB retomou as ligações com as organizações adeptas da luta armada na cidade do Rio de Janeiro, reiniciando a atuação em "frente". Dentro desse esquema, a organização participou do roubo de um fuzil da sentinela do depósito de Intendência da Marinha, em São Cristóvão, no dia 21 de janeiro.

Com a prisão, na estação rodoviária de São Paulo, e posterior morte de Hélcio Pereira Fortes no dia 28 desse mês, desfalcava-se ao

[66] O "Comando José Milton Barbosa" era composto por: Hélcio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Isis Dias de Oliveira, Aurora Maria do Nascimento Furtado e Sônia Hipólito.

mesmo tempo a CN e a CR/GB. A CR/GB ficava restrita aos militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral.

Dia 31 de janeiro, aliados à VAR-P e ao PCBR, militantes do GTA participaram de um assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, no bairro de Olaria.

No dia 1º de fevereiro, a direção da ALN na Guanabara envolveu-se em mais uma cena de violência. Realizando ronda rotineira na Estrada Vicente de Carvalho, a polícia reconheceu Flávio Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral em companhia de mais um elemento, no interior de um Volkswagen. Ao manobrar a viatura para a perseguição, os policiais foram pressentidos e tornaram-se alvos de rajadas de metralhadora. Parcialmente impedida de responder ao tiroteio, por causa dos transeuntes, a polícia não evitou a fuga dos terroristas. Da agressão subversiva resultou ferimento à bala nos transeuntes Marinho Floriano Sanchez, Romeu Silva e Altamiro Finzo. A senhora Iris Amaral, também ferida, faleceu no caminho do hospital.

Dia 5 de fevereiro, chegava ao porto do Rio de Janeiro uma força-tarefa da Real Marinha Inglesa. Liberado da faina do navio, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, acompanhado de um amigo tomou um táxi para conhecer Copacabana. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um veículo emparelhou com o táxi e David foi atingido por uma rajada de metralhadora disparada por Flávio Augusto Neves Leão Sales. Em seguida, a militante da VAR-P, Lígia Maria Salgado da Nóbrega lançou da janela do veículo ocupado pelos subversivos, panfletos que falavam em vingança contra os ingleses por terem massacrado os irlandeses do norte. O "Comando da Frente", [67] distribuído em dois carros, acabou com o sonho de David em

[67] Participaram da ação pela ALN: Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Aurora Maria do Nascimento Furtado; pela VAR-P: Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Hélio da Silva e Carlos Alberto Salles; pelo PCBR: Getúlio de Oliveira Cabral.

conhecer Copacabana, “justificando plenamente” seu ato, pela solidariedade à luta do IRA[68] contra os ingleses.

Prosseguindo, a "frente" revolucionária realizaria um assalto simultâneo às agências do Banco de Crédito Territorial e do Banco da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, no dia 25 de fevereiro. O total arrecadado, Cr$ 108.000,00, foi distribuído entre a ALN, a VAR-P e o PCBR cujos militantes participaram da ação.

No dia 16 de março, Flávio Sales cometeu uma falta gravíssima que valeu a sua destituição da CR/GB. Dirigia-se para uma reunião da “frente”, quando foi interpelado pela PMEG numa "Operação Pára-Pedro",[69] na Rua Carvalho de Souza. Ao volante de um Opala, Flávio declarou ser oficial da Marinha e não estar portando documentos por se encontrar em missão reservada. Sugeriu ao tenente da PM que comandava a batida policial, que se deslocasse para a Avenida Meriti, onde seu chefe poderia confirmar suas declarações. O tenente aceitou a proposta e, acompanhado de onze policiais, dirigiu-se para a Avenida Meriti, onde numa mesa de um bar, ao lado de uma padaria, encontrou quatro elementos sentados. Flávio adiantando-se, declarou que os policiais desejavam ver seus documentos. Recuperando-se da surpresa, os quatro subversivos[70] ergueram-se e, sacando suas armas, iniciaram a debandada em meio a cerrado tiroteio. Sequestraram uma Rural-Willys é evadiram-se, levando Flávio, ferido com um tiro de raspão no pescoço. Mais adiante trocariam a Rural por um Volkswagen. "Flávio" foi levado para um aparelho da VAR-P no bairro de Quintino, onde permaneceu em tratamento.

Em comunicado às organizações da "frente", a CN/ALN desculpava-se pela "vacilação do companheiro Rogério" [71] e informava a sua decisão de afastá-lo de qualquer contato referente ao preparo e à realização

---

[68] IRA – *Irish Republican Army* – Exército Republicano Irlandês, que praticava terrorismo contra a Inglaterra (NE)

[69] Operação de fiscalização no trânsito visando a apreensão de viaturas roubadas ou em situação irregular. Em São Paulo, utilizava-se o nome "Operação Arrastão".

[70] Encontravam-se na mesa do bar: James Allen Luz, Carlos Alberto Salles e Hélio da Silva, da VAR-P e Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR.

[71] Rogério era um dos codinomes de Flávio Sales.

de ações armadas em conjunto. À CR/GB a CN/ALN informou o afastamento de "Rogério" dos contatos com outras organizações da "frente" e sua destituição da Coordenação Regional. A CR/GB ficava limitada a Antônio Carlos Nogueira Cabral.

A atividade da "frente" foi paralisada, a partir de 29 de março, com a prisão de dois militantes da VAR-P, em operação de controle de trânsito. Os terroristas, dentre outros "aparelhos" "abriram" o endereço de Quintino onde Flávio estava homiziado, em tratamento. Na reação armada, morreram três militantes da VAR-P, conseguindo escapar um elemento do Comando Nacional e mais Flávio.

A desmobilização da CR/GB passaria, em 9 de abril, pela neutralização do seu esquema médico. Foram presas a médica Antonieta Hampshire Campos da Paz e Maria de Cerqueira e Silva. Mais tarde, em 15 de maio, apresentar-se-ia às autoridades o médico Dr. Iberê Brandão e Fonseca, que prestava também, apoio aos terroristas da ALN.

Prosseguindo as operações com dados colhidos de informantes e da "derrubada" da VAR-P, o DOPS localizou um "aparelho" da ALN na Rua Zizi, no bairro Lins de Vasconcelos. Feita a diligência, foi constatada que a residência estava vazia e verificou-se que se tratava de local de impressão e falsificação de documentos. Foi montada uma "espera" na tarde de 10 de abril.

Na madrugada do dia 11, três elementos receberam voz de prisão quando tentavam entrar na casa. A ALN não proporcionava alternativas à polícia. A imediata reação à bala originou o entrevero, resultando na fuga de dois terroristas e na morte do terceiro. O morto, identificado como Antônio Carlos Nogueira Cabral, deixava acéfala a CR/GB. Sônia Hipólito, sua companheira de "aparelho", membro do GTA e encarregada do Setor de Documentação conseguiu escapar e deixaria o Estado, homiziando-se mais tarde no exterior.

As atividades da ALN no Rio de Janeiro limitaram-se as tarefas de reorganização, enquanto se avaliava as consequências das "quedas" da VAR-P e da própria CR. Como demonstração de alento, a CR/GB

conseguiu editar o nº 5 do jornal "Ação", referente aos meses de março e abril.[72]

Em junho, o impacto das "quedas" em São Paulo, entre elas a morte de Yuri Xavier Pereira, far-se-ia sentir na CR/GB. Luís José da Cunha deslocou-se para São Paulo na tentativa de estabilizar a organização, evitando a desarticulação que já se afigurava certa. Seu deslocamento reabilitou Flávio Sales, que reassumiu a CR/GB, apesar ele ter "vacilado perante o inimigo".

No dia 14 de agosto, a necessidade de sobreviver retirou a CR da imobilidade. O GTA reativado por Flávio, assaltou a agência do União de Bancos, situada na Rua Lino Teixeira nº 152, Jacaré, levando Cr$ 93.000,00. Estava garantida, por algum tempo, a manutenção da estrutura clandestina.

A tentativa de reorganizar e reativar as ações em São Paulo motivou a vinda de Hélbert José Gomes Goulart ao Rio de Janeiro. Na manhã de 9 de novembro, Hélbert fazia contato com Aurora Maria do Nascimento Furtado na ponte de Parada de Lucas, quando foram abordados por uma viatura do 2º Setor de Vigilância Norte. Instados a mostrar seus documentos de identidade, os terroristas esboçaram o atendimento à solicitação, ocasião em que Aurora, abrindo a bolsa, sacou um revólver e disparou à queima-roupa, ferindo mortalmente o detetive Mário Domingos Panzariello com dois tiros no peito. Correndo entre os carros que transitavam pela Avenida Brasil, Aurora continuou atirando contra policiais e populares que a perseguiam. Só foi dominada após travar luta corporal com um policial, tendo ambos rolado uma ribanceira nas proximidades da ponte. Enquanto desenvolvia-se o tumulto, Hélbert fugia noutra direção, tendo largado no local uma maleta em cujo interior existia uma metralhadora.

Durante os interrogatórios, Aurora admitiu que se deslocaria na madrugada seguinte, junto com outros elementos do GTA, para reforçar uma ação que a organização pretendia realizar em São Paulo.

---

[72] A redatora chefe do "Ação" era a terrorista Aurora Maria do Nascimento Furtado. Ainda em 1972, a CR/GB publicaria o "Ação" nº 6, de maio, junho e julho, o n º 7, de agosto e o nº 8, de setembro.

Na madrugada do dia 10, Aurora levou os agentes ao Meier, tendo, numa esquina da Rua Magalhães Couto, pedido para prosseguir a pé até o local de encontro para não levantar suspeita. A partir de determinado local, Aurora, talvez imitando o gesto de "Rogério" no dia 16 de março, saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Do carro partiram tiros na direção dos policiais, que responderam da mesma forma. O carro partiu em velocidade, enquanto Aurora agonizava no chão. Preocupados em prestar socorros a Aurora, os agentes não conseguiram alcançar os fugitivos. Aurora não resistiu aos ferimentos e faleceu no local.

Aurora Maria do Nascimento Furtado era uma militante experiente, formada em grande número de ações armadas no Rio de Janeiro e São Paulo. Sua perda foi significativa para a organização que se encontrava em dificuldades. Não tinha condições de recompletar suas perdas com militantes experientes e fanatizados, tipo Aurora.



9. Fracassa a tentativa de fusão entre o PCR e a TL/ALN

Os dois crimes ocorridos no ano anterior açularam os Órgãos de segurança, no sentido de identificar e deter os militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). As investigações procedidas levaram, em 21 de março, à prisão do dirigente Rinaldo Claudino de Barros, em São Paulo. Seus depoimentos, repletos de nomes, permitiram que se aumentasse o cerco aos militantes do partido.

Em meados desse ano, do Chile, Ricardo Zarattini Filho fez uma proposta de fusão de sua nova organização, a Tendência Leninista da ALN com o PCR. Para isso, enviou ao Brasil seu representante, Dario Camberolo Canale, a fim de manter negociações com Manoel Lisboa de Moura, que contatou, também, com Selma Bandeira Mendes. Entretanto, Manoel Lisboa não esquecia as sérias divergências ocorridas com Zarattini em 1968, que acarretaram a sua expulsão do

PCR. Apesar de, ainda no segundo semestre de 1972, o PCR ter enviado ao Chile Juarez José Gomes, a fusão não se concretizou.



10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B

A luta interna prosseguia na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). As posições da minoria, apresentadas na reunião extraordinária do CC, de novembro de 1971, foram rebatidas pelo documento "Contribuição ao Estudo Científico da Sociedade Brasileira", divulgado pela maioria.

Ficavam perfeitamente definidas as duas linhas divergentes. A maioria fazendo opção pela "revolução nacional e democrática popular" e pela incorporação ao PC do B. A minoria posicionando-se pela "revolução socialista" e pela construção de um partido "inteiramente novo".

Apesar da escolha do PC do B como o partido da classe operária no Brasil, a maioria da APML do B sofria restrições por parte desse partido no tocante a pontos de vista constantes do programa aprovado na III RADN. O Programa Básico afirmava a existência de uma nova época histórica, que corresponderia a uma nova e terceira etapa do marxismo, o maoísmo. Nos contatos com o PC do B e ao tomar conhecimento do documento "Atualidades das ideias de Lenin", a maioria modificou seu pensamento sobre a época histórica e sobre a nova fase do marxismo, retificando o Programa Básico da APML do B.

A organização considerava a necessidade de realizar o Congresso para definir a incorporação ao PC do B.

Antes do Congresso veio a público a tentativa de implantação de guerrilhas pelo PC do B na região do Araguaia. Tal fato elevou o prestígio do partido junto à APML do B, fazendo crescer a posição da maioria.

Por volta de maio, João Batista Franco Drumond, membro do CR-6 (Bahia, Sergipe), enviou uma carta ao Birô Político informando o seu desligamento e de seus seguidores da APML do B e a incorporação do grupo ao PC do B. Jair Ferreira de Sá criticou violentamente a atitude de Franco Drumond, considerando-a uma forma da maioria precipitar a incorporação, antecipando-a ao Congresso. Ao mesmo tempo, ocorria a prisão de Manoel da Conceição Santos no Maranhão que, por ser adepto da posição minoritária, não foi alvo de preocupações por parte da organização.

O rompimento, que já ocorrera de fato, foi formalizado no final de setembro, com o afastamento dos representantes da minoria, Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright da DN da APML do B, seguindo-se da expulsão de ambos da organização.

Com a expulsão dos dirigentes da corrente "trotskisante", o Congresso previsto perdera o seu significado. Estavam afastados todos os obstáculos que se antepunham à incorporação ao PC do B.



11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará

No início desse ano, o PC do B acelerara a preparação da luta armada no sudeste do Pará. Em fevereiro João Amazonas de Souza Pedroso e Elza de Lima Monnerat saíram da área a fim de participar de uma reunião do Comitê Central (CC), que aprovou o documento "50 Anos de Luta". Depois de traçar um histórico do partido desde 1922, o documento reafirmava as concepções da Guerra Popular, dizendo que "*O campo é problema chave da revolução*". Dizia também o documento que "*o fragor das primeiras refregas ecoará pelo país inteiro convocando todos os patriotas e democratas para ocupar o posto que lhes compete na grande jornada pela independência, o progresso e a liberdade*" (grifos do autor)

Nesse mesmo mês, foi preso pelo DPF, em Fortaleza, o militante do PC do B, Pedro Albuquerque Neto. Durante os interrogatórios Pedro declarou ter-se evadido, em junho de 1971, de um campo de treinamento de guerrilha rural, localizado no interior do município de Conceição do Araguaia, em uma área denominada "Cigana".

Em seus depoimentos, Pedro esclareceu ter sido recrutado para a área de guerrilha em Fortaleza, no segundo semestre de 1970, por um elemento conhecido pelo nome de "André" integrante, naquela época, do CR/PC do B/CE.

Em janeiro de 1971, recebeu a orientação de deslocar-se para o Rio de Janeiro juntamente com sua esposa, Tereza Cristina de Albuquerque, onde deveria cobrir um "ponto". No local do encontro manteve contato com Ozeas Duarte de Oliveira, seu colega de faculdade em Fortaleza, juntamente com uma pessoa de nome Lauro, o qual lhe entregou um pequeno embrulho que deveria ser levado para São Paulo. Na capital paulista cobriram vários "pontos" e, de olhos vendados, foram conduzidos a um "aparelho" onde o casal permaneceu cerca de uma semana. Ali ficaram sabendo que iriam cumprir uma tarefa de contato com gente do campo. Ao término desse período, receberam Cr$ 200,00 e as passagens de ônibus de São Paulo a Anápolis e a orientação de hospedarem-se no hotel em frente à rodoviária dessa cidade goiana. De Anápolis foram para Araguaína e de lá, numa camioneta de aluguel, sempre escoltados por "Paulo" e "Domingos", até Xambioá, atravessando no mesmo dia o rio Araguaia para o lado do Pará, hospedando-se no "aparelho" de "Dina".[73] No dia seguinte foram levados para a localidade de Caiano onde foram apresentados a "Gilberto", "Daniel", "Ari" e sua esposa. Ali "Gilberto" teria comentado "*daqui sairão vitoriosos ou deixarão seus ossos*". Foi nesse momento que Pedro Albuquerque e sua esposa, travaram conhecimento de que ali estavam para preparar a guerrilha. De Caiano foram levados por "Victor" para a localidade de Caximbeiro e dali para a localidade de Cigana, onde passaram a conviver com o acompanhante.[74]

---

[73] "Paulo", "Domingos" e "Dina" eram os codinomes respectivamente de Paulo Mendes Rodrigues, Dower Morais Cavalcante e Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.

[74] "Daniel", "Ari" e "Victor" eram os codinomes respectivamente de Daniel Ribeiro Callado, Arildo Valadão e José Toledo de Oliveira.

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área manifestaram interesse em dela se afastar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte.

Não se adaptando às atividades na selva e fortalecidos por uma decisão do Partido que impunha a sua mulher a realização de um aborto o casal passou a engendrar um plano de fuga, que ocorreu em junho de 1971, quando se apropriou da quantia de Cr$ 30 mil pertencente à organização.[75]

Os dados obtidos nos relatos de Pedro Albuquerque só foram repassados ao Exército em 17 de março, chegando ao conhecimento da 8ª Região Militar, o Grande Comando responsável pela área, em 21 desse mês. Tendo em vista os informes anteriores de estabelecimento de "áreas estratégicas" de outras organizações na mesma área, conhecida como Bico do Papagaio, que não passavam de proselitismo nos arredores das cidades, realizado por meia dúzia de militantes, e a inexistência de outros dados, a 8ª RM realizou na área, de 27 a 31 desse mês, uma limitada operação de informações, com uma equipe mista formada por 3 elementos do Exército, 2 da Marinha e 2 da Aeronáutica. Essa equipe, no entanto, levantou indícios que corroboravam as declarações de Pedro Albuquerque.

Diante dos novos dados colhidos, a 8ª RM realizou no período de 3 a 11 de abril, uma nova operação de informações, empregando ainda

[75] Pedro Albuquerque Neto e sua mulher não foram - ao contrário do que se poderia supor – “justiçados”. Pedro é hoje integrante do Movimento Pró-Mudança Frei Tito de Alencar Lima, em Fortaleza. Uma explicação para isso está no fato de que boa parte do partido acreditava que a "abertura" da área teria sido feita por uma militante conhecida pelo nome de "Regina", que se afastara da área por questões de saúde. Também porque tendo o partido forçado o encaminhamento de militantes para a área, uma delas que não desejava seguir, apresentou-se ao DOPS/SP e passou a colaborar com as autoridades legais. É possível que outros casos semelhantes tenham ocorrido, embora não se tenha notícia de que tenham chegado ao ponto de apresentarem-se às autoridades.

uma equipe mista de composição semelhante à primeira mas, já agora, com efetivo de 14 homens que, dado o tempo limitado de operação e as dificuldades da área, simplesmente confirmaram os indícios levantados inicialmente sem, no entanto, ter tido condições de definir a extensão e a profundidade dos trabalhos desenvolvidos na área, nem os efetivos que lá atuavam, apesar de ter tido todo o apoio da população local.



12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará[76]

Após as primeiras operações de informações com reduzidíssimo efetivo, se consideradas as dificuldades da área e o desconhecimento da sua própria extensão, apenas ficaram confirmados os indícios sobre o que Pedro Albuquerque declarara. A ideia era prosseguir nas operações de informações até que se tivesse dados concretos sobre os efetivos em presença, atividades que estavam sendo desenvolvidas, dimensão da área, etc. Essas operações contariam, agora, com o apoio do escalão superior, assim como do Comando Militar do Planalto (CMP), cuja área de responsabilidade ia até o norte de Goiás, região que poderia também estar sendo afetada pela ação subversiva.

[76] Os dados sobre essas operações foram obtidos em grande parte através de entrevistas com elementos que participaram das operações e do "Relatório Sobre a Luta no Araguaia" de Ângelo Arroyo. Para melhor compreensão ver o croquis a seguir.



Mapa de operações do Araguaia

A 8ª RM estava com a tropa incorporada há menos de 3 meses, encontrando-se na fase de instrução básica, portanto sem condições de emprego em operações de combate. No entanto, seu Comandante decidiu realizar uma operação desse tipo, embora de pequenas proporções. Iniciou por empregar um pelotão do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS) sobre Pontos de Apoio (PA) que haviam sido levantados durante as operações de informações anteriores. Manteve outros dois pelotões, um do 2º BIS e outro da 5ª Companhia de Guarda, cada um com o efetivo de 20 homens, em condições de apoiar aquela ação.

No dia 12 de abril, o pelotão do 2º BIS investiu sobre os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" tendo apreendido nesses locais roupas, calçados, remédios, literatura marxista, o Manual do Curso Militar, um quadro de trabalho e algumas armas em mau estado. Esses dados concretos permitiram chegar-se a algumas conclusões e ofereciam valiosos indícios para outras. Comprovavam a existência na área de atividades subversivas visando a implantação de uma área de guerrilha. Davam uma primeira ideia do material e do armamento que possuíam. O abandono desse material e a ausência dos subversivos podia indicar que dispunham de uma rede de informantes, mas também, que não estavam suficientemente preparados.

No dia 13 de abril, foi preso Francisco Amaro Lins, elemento de contato do subversivo Paulo Mendes Rodrigues, que confirmou as atividades de treinamento de guerrilha. Nesse mesmo dia, os elementos de informações que atuavam no sul, também chegaram a um PA, aprendendo material de orientação, medicamentos e alimentos.

No dia seguinte foi preso num ônibus, detido por uma barreira policial, Eduardo José Monteiro Teixeira, quando se deslocava de Tocantinópolis para Marabá - um dos itinerários utilizados desde São Paulo e Anápolis para entrada na área - com o objetivo de integrar-se ao grupo de treinamento na região. Nesse mesmo dia 14, foi preso na Transamazônica, nas proximidades de Marabá, Danilo Carneiro ("Nilo"), que em sentido inverso, buscava abandonar a área, uma vez que fora liberado pelo Birô Político do Movimento. João Amazonas e Elza Monnerat não mais tentaram entrar na área.

Em decorrência de novos dados colhidos com os elementos presos e, particularmente, com habitantes locais, foram levantados outros PA. Com o reforço dos pelotões que se encontravam inicialmente em reserva em Belém, realizaram-se incursões a esses PA, sendo apreendidos farto material subversivo e estoques de material e suprimentos.

O PC do B determinara que fosse acelerado o recrutamento para o Araguaia, onde avultava o procedido pela União da Juventude Patriótica (UJP), que já havia enviado cerca de 20 militantes para o

campo. Nesse trabalho, destacava-se José Roberto Brum de Luna que, ainda em abril, entregara a Carlos Nicolau Danielli, num "ponto" em São Paulo, Dagoberto Alves da Costa ("Gabriel") e Adriano Fonseca Filho ("Queixada", "Chico"). José Roberto, um dos líderes da UJP, era muito eficiente para encaminhar os jovens para a guerrilha. Ele mesmo, entretanto, alegando "incompatibilidade com a selva", recusou-se a ir.

No dia 15, foi presa num hotel de Marabá, Rioco Kayano, que ali havia sido deixada por Elza Monnerat, uma das responsáveis pela condução de militantes para a área, desde Anápolis.



"Geraldo" preso: O "herói" delatou todos os "companheiros" sem precisar ser "torturado".

No dia 18, foi preso "Geraldo", codinome do subversivo José Genoíno Neto. "Geraldo" revelou a estrutura do PC do B na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos, bem como a constituição do seu, que era o destacamento "B". Sem que se soubesse previamente essa localização, constatou-se que nos primeiros dez dias de atuação, haviam sido investidos e destruídos nove PA e atingidos os três destacamentos. Foram destruídos os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" no destacamento "A"; os de "Gameleira", "Castanhal do Zé Ferreira" e "Gameleirinha" no destacamento "B"; e "Pau Preto", "Sobra de Torra", "Caiano" e "Abóbora", no destacamento "C". Foram apreendidos farta literatura marxista, material bélico, munição, bússolas, medicamentos, componentes de equipamentos de rádio,

oficina de manutenção e fabricação de armamento, uniformes, bombas de fabricação caseira, etc.

Devido a esse êxito inicial, progressivamente, os efetivos militares foram sendo ampliados, inclusive com o emprego de 26 elementos do Destacamento de Forças Especiais da Brigada Paraquedista. Computados os elementos responsáveis pelo transporte aéreo, elementos da Polícia Militar do Pará, elementos de informações das Forças Singulares, o efetivo total das forças de segurança na área ultrapassava 200 homens, no início de maio.

O aumento de efetivo permitiu que as principais cidades e lugarejos da área fossem sendo ocupados. Esse efetivo era muito reduzido para uma atuação eficaz numa área que ia se delineando como um triângulo que tinha como base a Transamazônica, desde Marabá até Araguatins, e como vértice Araguanã. Se considerados como limites Norte, Este e Sudoeste o Rio Araguaia e Oeste a linha do Rio Vermelho, a área alcança cerca de 900 km^2, coberta por densa vegetação e praticamente desprovida de vias de transporte e de qualquer núcleo urbano de importância.

No final de abril, início de maio, ao mesmo tempo em que ampliavam seus efetivos no Sudeste do Pará, os órgãos de segurança prendiam dezenas de militantes no Comitê Regional Leste (CRL), na Guanabara, sendo desarticulados os comitês universitário, secundarista, da Leopoldina e da Light, bem como a própria UJP.

No Sudeste do Pará, a exceção de um primeiro choque ocorrido no dia 8 de maio, quando elementos de um equipe que atuava na região de Grota Seca no vale da Gameleira, tendo ido banhar se, sem tomar as necessárias medidas de segurança, foram surpreendidos pelos subversivos, os encontros e choques eram escassos. A tropa reduzida, não entrava na mata, mantendo-se nas cercanias dos povoados, e ocupando fazendas e castanhais, movimentando-se pelos caminhos e estradas. Os subversivos haviam se recolhido a regiões de homízio e raramente apareceram antes do final de maio, início de junho.

A equipe surpreendida no Vale do Gameleira pertencia à 8ª RM que, como responsável pela área, julgara-se no dever de substituir os

elementos de outros Comandos que atuavam na região. Comandada por um tenente, essa equipe era composta ainda por dois sargentos e um cabo. Substituíra na noite de 7 para 8 de maio, uma experiente equipe de informações, que ali estava com a missão de aprisionar o grupo subversivo liderado por "Amauri" (Paulo Roberto Pereira Marques). No dia 8 de maio, restabelecendo-se da surpresa do ataque sofrido, a equipe reuniu-se para avaliar suas perdas, constatando-se, além de ferimentos no tenente e num dos sargentos, a perda de contato com o cabo. Julgando que o cabo Cruz Rosa houvesse apenas se desgarrado e em razão dos ferimentos dos dois militares, a equipe retirou-se para Santa Cruz e dali, pela impossibilidade de atendimento médico na localidade, para a base situada em Xambioá. Nessa cidade tomou-se conhecimento, por informação de um morador da área conhecido como "Pedro", que o Cabo Cruz Rosa teria sido morto e que "Osvaldão" (Osvaldo Orlando Costa) dissera aos habitantes da região, que permaneceria mantendo guarda ao corpo do Cabo até que ele apodrecesse e que o Exército não teria coragem para resgatá-lo. Foi formada uma patrulha com a missão de localizar e, de acordo com a informação antes referida, resgatar o corpo do Cabo, caso fosse confirmada sua morte. A patrulha efetivamente encontrou o cabo Rosa morto e recolheu seu corpo. Os subversivos haviam levado sua metralhadora, mas não foram encontrados na área. No dia 29 desse mês, durante um choque com os guerrilheiros, foi ferido um sargento paraquedista.

A partir da segunda quinzena de maio, com a quebra de sigilo da operação de informações pelo emprego de tropas pela 8ª RM, decidiu-se pelo emprego de outras frações, tendo a 3ª Brigada de Infantaria (3ª Bda Inf) enviado 3 PELOTARES para a região de Xambioá e 2 para a região de Araguatins. Com a chegada desses pelotões na área, as forças legais praticamente dobraram o efetivo existente no início de maio.

Em junho, começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região de Caiano. Dele resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias ("Jorge"). No dia seguinte, em novo choque, na região de Caximbeiro, foi preso Dower Morais Cavalcante ("Domingos"), pertencente, como "Jorge", ao

destacamento "C", ocasião em que um soldado foi ferido no pé, ficando aleijado.

No dia 8, foi presa, nas proximidades do PA de Pau Preto, a subversiva Luzia Reis Ribeiro, conhecida pelos codinomes de "Lúcia" e "Baianinha". No dia seguinte, apresentava-se às tropas do Exército, em Xambioá, Dagoberto Alves Costa ("Miguel"). Ambos pertenciam ao destacamento "C". No dia 16 esse destacamento sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva ("Maria") em choque com as forças legais. No dia 26, foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva ("Carlito"). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos.

No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir. Em seguida, um grupo de subversivos assassinou "exemplarmente" João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército. Arroyo diz que "*A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona*". Nesse mês ainda, por se encontrar grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida abandonou a área.

A partir de julho, com a diminuição dos encontros e prisões, os efetivos na área foram sendo progressivamente diminuídos. Nesse mês, no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho ("Aparício").

No dia 17, foi descoberto e destruído mais um PA na região de Abóbora. No dia 26, foi presa Regina da Silva Carvalho ("Lena"), que se entregou na região de Pau Preto I. "Lena" também havia pertencido ao destacamento "C", o mais afetado nesta primeira etapa.

Dada a extensão e as características da área e proporcionalmente a ela, os reduzidos efetivos empregados, foram obtidos dados preciosos, mas a área não fora limpa. A situação, apesar de mais de uma dezena de "baixas" nos quadros subversivos, permanecia inalterada. Apesar disso a operação foi praticamente suspensa, reduzindo-se os efetivos aos valores alcançados no final de abril, em uma simples ação de manutenção da presença na área, feita por

tropas que se revezavam, situação que perdurou até a primeira quinzena de setembro.



13. Novas ações contra o foco guerrilheiro

Tendo se configurado que a área afetada pela ação de subversivos do PC do B abrangia zona dê mais de um Grande Comando, o Estado-maior do Exército atribuiu ao Comando Militar do Planalto (CMP) a responsabilidade pelas operações a serem desenvolvidas no Sudeste do Pará e Norte de Goiás.

O CMP que tinha previsto em suas Diretrizes de Instrução uma manobra como complemento da instrução do grupamento A/72, decidiu, em coordenação com o Comando Militar da Amazônia (CMA), realizá-la nessa região. Sugeriu então ao Estado-Maior do Exército, (EME) que fosse ampliada a participação nessa manobra, com a inclusão de unidades do então IV Exército e CMA, elementos da Brigada Paraquedista, de apoio aéreo e naval. Havendo a concordância do escalão superior, a manobra seria conduzida no âmbito da 3ª Bda Inf, a Grande Unidade operacional do CMP.

A manobra estava prevista para se desenvolver no período entre 18 de setembro e 6 de outubro. Decidida Sua ampliação, dela participaram, além das tropas da 3ª Bda Inf, um batalhão do CMA e um do IV Exército; uma companhia paraquedista; um grupamento de fuzileiros navais; elementos de apoio aéreo e elementos de informações das forças singulares, totalizando um efetivo em torno de 3.000 homens.

O deslocamento da Brigada e de suas peças de manobra teve início na primeira quinzena de setembro, tendo em vista a distância média a percorrer da ordem de 1.500 km para seus batalhões localizados em Goiás e no Triângulo mineiro. O deslocamento dos batalhões do CMA e IV Exército, sediados respectivamente em Belém e Teresina, seria pouco inferior a 1.000 km.

Embora se tratasse de uma manobra, ela seria realizada dentro de uma situação real e sob os efeitos de suas condicionantes. A área afetada, apesar de sua extensão, está totalmente contida nos municípios da Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e uma pequena parte do município de Marabá. A ação dos governos municipais não se fazia sentir.

A localidade de Santa Cruz,

(Nesse ponto, no documento original, está faltando a página 722, que apesar de nossos esforços não foi possível obtê-la)

pital de Xambioá, que não o possuía.

Entre outras coisas, com as máquinas do INCRA, a Brigada orientou a construção de uma estrada ligando São Geraldo a Marabá e quase uma dezena de pequenas estradas vicinais; a melhoria de outras tantas estradas carroçáveis, assim como a construção de diversos pontilhões.

Concomitantemente com a ocupação da área e durante o restante do mês de setembro, foram desencadeadas operações psicológicas. Foram distribuídos folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos que, a partir de julho, haviam dado início a seu proselitismo político. Visando especificamente aos subversivos, foram espalhados panfletos com o objetivo de minar o moral do grupo, nos quais era incentivado o espírito de rendição. Para reforçar esse apelo, outros panfletos foram confeccionados, dos quais constavam fotografias dos subversivos presos, que denotavam o tratamento humano que estavam recebendo, acompanhadas de declarações de próprio punho e por eles assinadas. Esses últimos panfletos eram dirigidos especificamente a determinados subversivos cujas concepções ideológicas eram sabidamente frágeis. A carta assinada por "Geraldo" (José Genoíno Neto), por exemplo, era dirigida a "Glênio" (Glênio Fernandes de Sá) e afirmava que estava sendo bem tratado pelo Exército e exortava-o a entregar-se. Também faziam apelos semelhantes "Lena" e "Lúcia", presas durante as primeiras operações na área.

No dia 15 de setembro, ainda durante a ocupação da área, os terroristas emboscaram elementos de informações na região de João Goiano (destacamento "B"). Houve troca de tiros, sendo levantada a hipótese, não confirmada, de ferimentos em um ou mais subversivos. Durante e após a ocupação da área, os subversivos realizaram ações de fustigamento e emboscadas sobre as forças legais, sem vítimas. No dia 25, em João Cuca (destacamento "C"), os terroristas atingiram com tiros de espingarda calibre 20 um tenente do 6º BC. Nesse mesmo dia, na região de Pavão (destacamento "A") uma sentinela recebeu tiros de revólver .38. Sem ser atingida, respondeu prontamente ao ataque.

No dia 26, na fazenda Pernambuco (destacamento A), e em uma base do 2º BIS, houve fustigamento das tropas legais. Um terrorista chegou a penetrar na base, apoderando-se de uma estação de rádio portátil e de um FAL. Em decorrência de disparos de uma sentinela, abandonou o material e fugiu.

No dia 27, os terroristas investiram contra uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, situada na localidade de Pavão. O Comandante do grupo de combate que estabelecera a base, 2º Sargento Mário Abrahim da Silva, ao tentar chegar ao local da incursão foi atingido por um disparo desferido por um terrorista. Contam seus companheiros que o Sargento Mário, mesmo ferido e após haver descarregado sua arma, deu suas ordens ao grupo: "*Deitem-se todos, aferrem-se ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança*". Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: "A boina verde é sua companheiro! Comande nossos homens para que a nossa Pátria permaneça sempre livre e democrata".[77] Depois chamou o Soldado Frota e perguntou-lhe: "*Como estão os nossos soldados?*". Após saber que todos iam bem, tornou a dizer-lhe: "*Mantenha a segurança. Diga a todos que eu não compreendo porque irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando aqui, o que querem esses brasileiros além da Transamazônica, além do que o Presidente vem fazendo por todos nós, trazendo para esta região o que existe de bom para o Sul. Deus os perdoe*". A seguir lembrou sua família, esposa, filhos e mãe, e

[77] A boina verde compõe o uniforme do combatente da selva e é seu símbolo.

faleceu. A sua calma ante o perigo, o seu cuidado com os subordinados e as suas recomendações, constituíram-se na sua última instrução uma lição de patriotismo. Sua atitude serena e lúcida diante da morte, embora não compreendesse a motivação da mão que o matava, é digna dos heróis. Nesse dia, o terrorista Miguel Pereira dos Santos ("Cazuza"), do destacamento "C", foi morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso.

No dia 28, um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Tratava-se de Helenira Resende de Souza Nazareth ("Fátima"), do destacamento "A".

No dia 29, um grupo de 4 ou 5 terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC. Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira. Percebida a ação, em razão de ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contra emboscada, na qual morreram três terroristas, Antônio Carlos Monteiro Teixeira ("Antônio"), José Toledo de Oliveira ("Victor")e José Francisco Chaves ("Zé Francisco"), além de possível ferimento em um ou dois terroristas.

Ainda nesse dia, em outra área, um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira ("Flávio") e Manoel José Nurchis ("Gil") do destacamento "B" e João Carlos Haas Sobrinho ("Juca"), da Comissão Militar tendo, possivelmente, ferido outros terroristas que se embrenharam na mata.

Após esse dia não se tem dados sobre outras ações desenvolvidas pelos subversivos, que passaram a realizar deslocamentos através da selva, evitando utilizar trilhas e picadas, além de recolherem-se em áreas de refúgio, normalmente em grotas próximas a fontes de água, de difícil obtenção nessa época do ano. Coincidentemente, ou não, as

atividades desenvolvidas pelos subversivos, ocorreram com maior incidência e intensidade durante o período de aclimatação das forças legais, a partir do qual passaram a evitar contato com a tropa, fugindo de qualquer tipo de confronto ou ação militar. No entanto, ainda houve outros combates de encontro.

A essa altura, as forças legais já haviam conquistado o apoio da população, preocupando visivelmente os subversivos, particularmente, a utilização pelo Exército de guias locais, que passaram a ser intimidados e ameaçados de represália pelos terroristas. Para a mudança de postura da população, constituída em grande parte de posseiros, homens de origem humilde, pacífica, que queriam apenas se estabelecer e trabalhar e ansiavam ocupar áreas devolutas e receber o título de posse da terra, muito contribuiu a prisão pela Polícia Federal, por interferência do Comando da Brigada, de vários grileiros, elementos normalmente a serviço de terceiros ou mais raramente de "motu" próprio, que expulsam os posseiros de suas terras, invariavelmente fazendo uso da violência. Nessa ocasião foram presos, entre outros: José Noleto, proprietário de extensos castanhais, Antônio e Eleutério Alcaz Martim, sócios da Indústria de Madeiras Pará-Impar e seus capangas.

A manobra foi encerrada no dia 2 de outubro, quatro dias antes do previsto. Trouxe ensinamentos preciosos de ordem operacional, logística e de informações, que contribuíram de forma altamente positiva para a corporificação da doutrina militar brasileira. Permitiu que fossem salientadas deficiências de alguns meios materiais, assim como ratificar a excepcional qualidade e rendimento do armamento utilizado. Mostrou falhas humanas, principalmente decorrentes da formação do pessoal com permanência temporária no Exército, evidenciando, por outro lado, a excelente capacidade de adaptação do soldado às rigorosas condições do combate na selva. No entanto, apesar de mais uma vez desarticular o destacamento CE e permitir a apreensão de importantes documentos, deixou claro que não é possível realizar tal tipo de ação com prazo pré-fixado. Esse erro fundamental trouxe sérios prejuízos operacionais, financeiros e psicológicos, além dos possíveis reflexos que teve na própria evolução do processo político nacional e consequente desgaste para as Forças Armadas.

Após o término da manobra, permaneceram na área uma Companhia do 36º BI em Xambioá, com pelotões articulados em Caiano e Abóbora e um pelotão da 8ª RM ao Norte. A partir de 15 de novembro, esses efetivos foram ainda reduzidos, mantendo-se apenas destacamentos nas localidades periféricas de Marabá, Xambioá e Araguatins, além de elementos de informações e barreiras na periferia da área, mantidas pela PM/PA. Isto permitiu que os subversivos voltassem a se movimentar com liberdade, realizassem a reaproximação com os moradores da área, adquirissem e estocassem alimentos e reestruturassem suas forças, em condições de, com a experiência adquirida, ampliar suas ações.

No entanto, o PC do B continuava a sofrer perdas. Em dezembro, dois membros do CC morreram em choques com a polícia. No dia 20, na Guanabara, Lincoln Cordeiro Oest e no dia 30, em São Paulo, Carlos Nicolau Danielli, ao tentar a fuga auxiliado por seus camaradas. No dia 22, Glênio Fernandes de Sá, do destacamento "B", apresentou-se à tropa estacionada em Xambioá. Glênio transmitiu importantes informações sobre o Movimento de Libertação do Povo (MOLIPO) - organização estruturada na área e que seria o embrião do "Exército Popular" [78] - sobre a forma de recrutamento e os itinerários utilizados para a entrada na área; sobre as atividades desenvolvidas pelos militantes do PC do B na área, fornecendo até dados sobre as parcerias conjugais. Finalmente em 28 de dezembro, foi presa em Vila Clementina/SP, a militante Criméia Alice Schmidt de Almeida que, grávida, abandonara a área de campo em junho último.



[78] O MOLIPO possuía como documentos básicos um Programa de reivindicações mínimas. O Regulamento de Justiça Militar Revolucionária (JMR) e o Regulamento Militar, embora estes últimos não fizessem referência ao movimento.

14. VPR e as "travessuras" de Herbert e de Anselmo

Em 1972, a VPR já não existia no Brasil, desmobilizada que fora pelo Comando Nacional Provisório (CNP) em agosto do ano anterior. Seus únicos três remanescentes, Herbert Eustáquio de Carvalho, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, haviam sido passados por Zenaide Machado, antes de sua prisão em 31 de agosto de 1971, ao militante do MPR, Leonardo Valentini, e haviam ficado escondidos, até o final desse ano, em seu apartamento da Rua Noronha Torrezão, em Niterói.

Entretanto, as divergências políticas entre Herbert e o "casal" Adair e Tereza eram muito grandes. Enquanto estes eram contra a desmobilização, Herbert havia sido seu maior defensor e propugnava por um Congresso a ser realizado no exterior. Adair e Tereza desligaram-se de Herbert e foram passados para a ALN. Herbert, por sua vez, enviara Leonardo a Santiago do Chile para contatar com Onofre Pinto, Maria do Carmo Brito e Ângelo Pezzuti da Silva e pedir dinheiro e documentos falsos para sair do País, que foram trazidos por uma moça chilena, em março de 1971.[79]

Mas, para Herbert, já não havia grandes interesses em sair. Nessa época morava em Niterói, na residência do "casal" de militantes do MPR, Cláudio Alves Mesquita Filho e Maria Elisalva Oliveira. Depois de ter passado alguns anos reprimindo o seu homossexualismo, quando Maria Elisalva saía, Herbert dava vazão aos seus instintos divertindo-se com Cláudio. Embolsou os 1.000 dólares e foi ficando.

Em abril, Ubajara Silveira Roriz retornou do Chile, com a responsabilidade de recontatar com os três remanescentes da VPR. Só encontrou-se com Herbert e, juntos, em junho de 1972, incorporaram os quatro únicos militantes do MPR, Leonardo Valentini, Cláudio Alves, Maria Elisalva e João César Belisário de Souza, à VPR, sob a denominação de “Frente Gerson Theodoro de Oliveira”. Com isso, idealizavam conseguir mais dólares do exterior, fornecendo a

[79] Além dos documentos falsos para a viagem, Onofre Pinto enviou 1.000 dólares para Herbert.

imagem de que estariam procurando reestruturar a VPR na Guanabara.

A nova "frente" planejou editar três publicações: um jornal quinzenal, denominado “Jornal Livre” (só saíram três números), uma revista "La Marca" (nunca saiu) e uma tribuna de debates, a "De União" (só saiu um número). A fuga de João César para o Chile, em outubro, desfalcou ainda mais a diminuta "frente". No entanto, já possuía um militante no local onde os dólares poderiam ser conseguidos.

Enquanto isso, José Anselmo dos Santos ("Jonatan"), o ex-Cabo Anselmo, seguindo as recomendações do Delegado Fleury, buscava contatos com os remanescentes da VPR no Brasil. Não encontrando ninguém, dirigiu-se para o Chile em dezembro, quando soube por Onofre Pinto que a ALN e a VPR estavam desconfiando que ele havia passado para a "repressão". Só tranquilizou-se quando Onofre disse que já havia esclarecido tudo e que, inclusive ele iria receber a incumbência de dirigir a instalação de um núcleo armado em Pernambuco, com militantes saídos de Cuba e do Chile. Anselmo retornou ao Brasil com esse encargo.



15. O desmantelamento do PORT

Reestruturado após as “quedas” de 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) ficara mais forte em São Paulo, onde estava localizado o denominado “aparelho técnico" que, sob a direção de Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e Ayberê de Sá, imprimia o jornal “Frente Operária” e outras publicações do Partido. Trabalhava para ampliar suas atividades no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e junto aos camponeses do Nordeste. Seu Birô político estava constituído por Heriberto Back, Martinho Leal de Campos, Almério Melquíades de Araújo, Barnabé Medeiros Filho e Ayberê de Sá. Rui Osvaldo era o encarregado das ligações do Partido com o Secretariado Latino-americano (SLA) sediado em Buenos Aires.

No início de abril, Heriberto reuniu-se com militantes do Distrito Federal, numa casa do Gama, cidade satélite de Brasília, quando relatou sua viagem à URSS, no ano anterior, e informou a decisão do Partido de deslocar Iran Jácome Rodrigues para São Paulo, onde assumiria um cargo no CC.[80] Nessa reunião foi ainda estabelecida a direção regional do Partido. A exposição de Heriberto nessa ocasião foi gravada por Iraé Sassi e essa fita caiu em mãos da polícia, alguns dias depois.

Logo após a organização do PORT no Distrito Federal, reiniciar-se-iam as "quedas" de militantes do partido em São Paulo. Em 12 de abril, foram presos Iran Jácome e Barnabé Medeiros. A prisão, no dia seguinte, da esposa deste último, Isolda Gouveia Medeiros, precipitou uma série de detenções de militantes de base que se estendeu aos elementos da direção, alcançando, em uma semana, quase duas dezenas de militantes da organização e todos os membros de seu Birô Político.[81] Caía ainda Rui Oswaldo, que, ao resistir a tiros à voz de prisão, foi morto no dia 14 de abril.

As declarações dos elementos presos, particularmente as de Heriberto, Martinho, Epaminondas Jácome e Celso Agra, forneceram dados que possibilitaram a identificação e posterior detenção de diversos militantes em outros Estados. Essas prisões, que incluíam todos os militantes do Birô Político, desmantelaram o PORT que só reapareceria alguns anos depois, com novas lideranças.



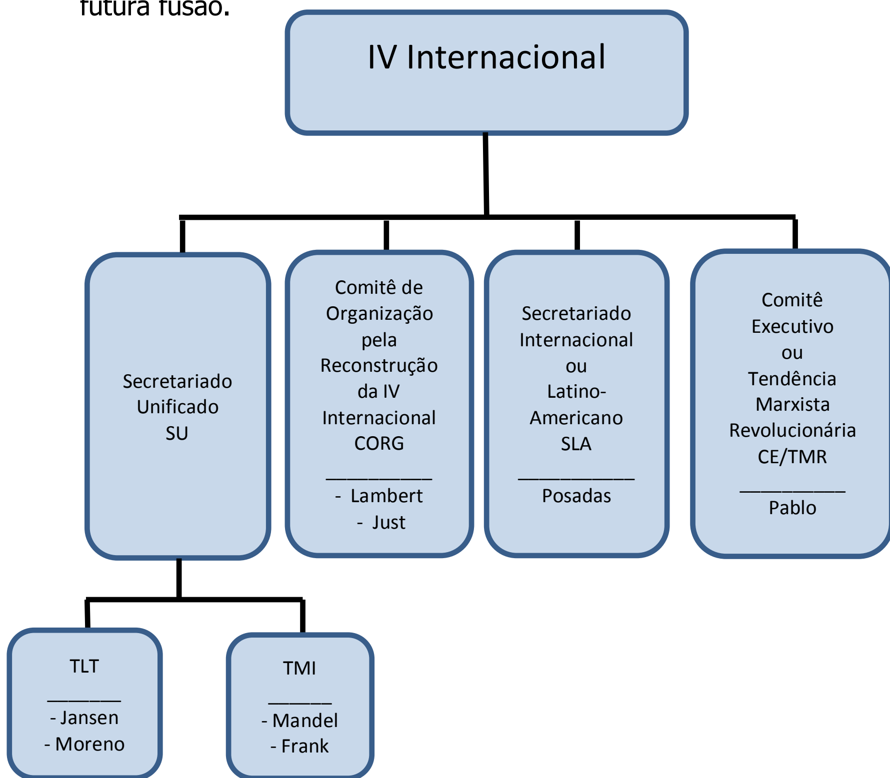
---

[80] Participaram dessa reunião além de Heriberto: Iran Jácome Rodrigues, João Batista Arruda, Iraé Sassi, Aloisio Bezerra de Oliveira e Jaime Gonçalves de Almeida.

[81] Foram presos nessa ocasião: Martinho Leal de Campos e sua esposa Maria do Socorro Cunha Campos, Almério Melquíades de Araújo e sua esposa Karin Bakke de Araújo, Ayberê Ferreira de Sá, Heriberto Bock, Cláudio Antônio de Vasconcellos Cavalcanti, Antônio Cláudio Gomes de Souza e sua companheira Guaracira Gouvêa, irmã de Isolda, Epaminondas Jácome Rodrigues, irmão de Ivan, Celso Agne, Fábio di Giorgi e sua companheira Ana Lúcia Berça Hernandez, José Américo de Paula, Maria Sunio Watanosa e Décio Ferrari.

16. Remanescentes trotskistas em busca de uma definição

Nesse início de ano, vários militantes trotskistas estavam em busca de uma definição. No Brasil, remanescentes da FBT e militantes da Organização Comunista 1º de Maio (OC 1º de Maio) iniciaram contatos para uma possível fusão e posterior filiação ao Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI).[82] Ao mesmo tempo, remanescentes da FBT que viviam em Paris, resolveram criar o denominado "Grupo de Outubro", que em abril editou o primeiro número de seu jornal, que recebeu o mesmo nome escolhido para o grupo. Esses elementos também entraram em contato com os remanescentes da FBT, no Brasil, prevendo uma futura fusão.



[82] A IV Internacional a essa época, estava fracionada em quatro correntes de acordo com o organograma acima.

Em julho, em São Paulo, foi criada outra entidade trotskista, a Organização de Mobilização Operária (OMO), que visava a articulação dos "setores avançados da classe operária, e que passou a publicar o jornal "O Movimento Operário".

No final desse ano, foram retomadas as gestões para a fusão desses pequenos grupos trotskistas, agora acrescido da OMO. Essa fusão só se concretizaria em 1975, com a formação da Organização Marxista Brasileira (OMB), que no ano seguinte transformar-se-ia na Organização Socialista Internacionalista (OSI).



17. VAR-P: os prenúncios do fim

Interrompido o trabalho de massa realizado pelo GRUJOC, no final do ano anterior, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P) prosseguiu realizando ações de sobrevivência, atuando sempre em "frente" com as organizações da esquerda revolucionária na Guanabara.[83]

No dia 10 de janeiro, o início das atividades criminosas da VAR~P, no ano de 1972, marcava a estreia de Irene Madeira de Carvalho, responsável pelo CR/GB em ações armadas. O alvo da ação realizada

[83] Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1972: em 24 de janeiro, assalto ao curso Fisk, na Rua Itacurussá, na Tijuca, com o roubo de uma máquina de escrever e dois mimeógrafos, em "frente" com o PCBR e a VPR; em 31 de janeiro, assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, 1230, em Olaria, com o roubo de 600 carteiras de trabalho em branco e das armas dos policiais de serviço, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 21 de fevereiro, assalto simultâneo às agências dos bancos de Crédito Territorial e da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, com o roubo de 108 mil cruzeiros, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 21 de abril, assalto ao Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela, 348, com o roubo de 45 mil cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 9 de junho, assalto ao Banco Nacional Brasileiro, na Rua Guilherme Maxwell, esquina com Av. Brasil, com o roubo de 18.500 cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 19 de outubro, assalto ao Banco Itau-América, na Rua Marquês de Abrantes, 118-C, em Botafogo, com o roubo de 90.800 cruzeiros, em "frente" com o PCBR.

com panfletagem em "frente" com o PCBR, foi o posto do DETRAN, em Jacarepaguá, na Rua Comendador, nº 2, de onde foram subtraídos oitenta e seis pares de placas.

O orgulho do todo-poderoso James Alen Luz ver-se-ia arranhado com a fuga de seu irmão de criação Adão Vila Verde, o "Itamar", integrante do Setor de Operações. "Itamar", que vivia com o irmão e a militante Ligia Maria Salgado da Nóbrega num "aparelho", em Quintino, desapareceu levando Cr$ 20.000,00 - parte do produto do assalto simultâneo a dois bancos na Rua Bela – e um aparelho de rádio. Um ligeiro "desvio pequeno-burguês" que provocou a ira de James Alen e a promessa de "justiçamento" de "Itamar", assim que fosse encontrado.
No dia 5 de fevereiro, sob o eufemismo de "justiçamento", foi assassinado um marinheiro inglês de dezenove anos, David A. Cuthberg, por uma rajada de metralhadora, no interior de um táxi, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. David, liberado de seu navio, saíra para conhecer o Rio de Janeiro com um amigo quando foi surpreendido pelo comando assassino, composto por militantes da VAR-P, ALN e PCBR, que justificou a repulsiva ação como um protesto contra o "*massacre dos ingleses aos irlandeses do norte*". Carlos Alberto Sales, Hélio da Silva e Ligia Maria Salgado da Nóbrega - esta a lançadora dos panfletos no local - foram os representantes da VAR-P nesta ação que bem retrata a dimensão moral dos terroristas, insensíveis em sacrificar um jovem inocente em troca de publicidade para uma causa perdida.

No dia 16 de março, James Alen Luz, Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva encontravam-se sentados à mesa de um bar na Avenida Meriti, em companhia de Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR, aguardando a chegada de Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, para combinarem mais uma ação em "frente". Flávio, surpreendido numa operação policial de controle de trânsito, e sob o pretexto de uma "estória de cobertura", levou a polícia ao local da reunião, numa tentativa de escapar. O encontro com os policiais, marcado por um intenso tiroteio, propiciou a fuga de Flávio que, ferido, foi levado para o "aparelho" de James Alen, em Quintino, onde recebeu os primeiros socorros e passou algum tempo restabelecendo-se.

A eficiência de operações de controle de trânsito ficaria mais uma vez comprovada com a prisão de Hélio da Silva e Carlos Alberto Sales, quando se deslocavam num táxi, de propriedade da organização, no bairro do Méier, no dia 29 de março.

Carlos Alberto e Hélio "abriram" dois aparelhos da organização. No primeiro, já abandonado por Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo e Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram apreendidos o arquivo da VAR-P, máquinas de impressão, armamento e munição. O segundo "aparelho", abordado ainda na noite do dia 29 de março, e situado na Avenida Suburbana nº 8695, apresentou reação armada e no tiroteio morreram Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Leite Lobo Figueiredo. Tratava-se do “aparelho” de James Alen e Ligia Maria, que estava sendo "limpo" com o auxílio de Maria Regina e de Antônio Marcos, após constatadas as prisões de Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva.

As ocorrências do dia 29 de março assinalaram uma grande derrota para a VAR-P, com a desestruturação do Setor de Operações - desfalcado pelas prisões de Carlos Alberto e Hélio da Silva e pela morte de Ligia Maria - e a paralisação da imprensa com a morte de seus responsáveis, Antônio Marcos e Maria Regina.

No dia seguinte, foi "estourado" um terceiro "aparelho" "aberto" pela dupla presa, na Rua Silva Vale nº 55, no subúrbio de Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma oficina mecânica da organização, utilizada como "fachada" para guardar material e homiziar o dirigente nacional, José Carlos da Costa. Novamente, os órgãos de segurança encontraram resistência armada que resultou na morte de Milton Ferreira e na prisão de Cid de Jesus Torres.

As informações de Hélio da Silva causaram também "queda" no MR-8, com a prisão do dirigente Nelson Rodrigues Filho, elemento de ligação com as organizações da "frente".

As “mortes de março” causaram indiretamente problemas para a combalida estrutura da organização. Em maio, intimidada, Maria Emília Silva, ativa militante do Setor de Imprensa na Guanabara, desligou-se da organização e abandonou o País, alegando problemas de saúde.

O agravamento da situação da organização impunha uma tentativa para a reversão do quadro. Como já parecia ser norma na VAR-P, em ocasiões de crise, foi convocado pelo CN um novo Congresso, o terceiro. Em julho, realizava-se na Ilha do Mosqueiro, em frente a Belém, no Pará, o III Congresso da VAR-P.

O reduzido plenário espelhava a fase difícil vivida pela organização. Presentes: James Alen Luz, José Carlos da Costa, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, um casal de Belém e como convidado o dirigente do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral. As discussões giraram em torno das táticas, com o objetivo de, numa visão autocrítica, corrigir o desvio militarista. Decidiu-se dar ênfase ao trabalho de massas, procurando maior penetração no setor operário. Os delegados presentes elegeram um novo CN constituído por James Alen Luz, José Carlos da Costa e Irene Madeira de Carvalho.

Na tentativa de reestruturar a organização, os membros do CN atribuíram-se missões específicas. James Alen permaneceria na Guanabara tentando reestruturar a organização e fazendo contato com as organizações da "frente", procurando incentivar as ações político-armadas, ao invés das rotineiras ações de sobrevivência. Irene iria para o Rio Grande do Sul a fim de, em ligação com Antônio da Cunha Losada e Sônia Venâncio Cruz, restabelecer contatos com militantes da organização naquele estado, visando o posterior deslocamento para as áreas do Rio e São Paulo, consideradas prioritárias. José Carlos deslocar-se-ia para São Paulo, por já ser conhecido da área, onde havia trabalhado como operário, com a intenção de retomar antigos contatos.

Abandonando Belém após o Congresso, o CN reuniu-se em São Paulo e decidiu pela reestruturação do CR/RS, indicando Antônio da Cunha Losada e sua amante, Sônia Venâncio Cruz para as tarefas de direção. A reestruturação do trabalho em São Paulo, considerada prioritária, ficou adiada para março, quando a organização acreditava ter resolvido o problema da falta de recursos.

Os trabalhos no Rio Grande do Sul, prejudicados pelo baixo nível político dos contatos de Losada, foram ainda mais dificultados

quando Carlos Avelino Fonseca Brasil, desiludido com os rumos tomados pela organização, distribuiu uma carta em Porto Alegre, acusando Losada de "oportunista" e James Alen de "bandoleiro".

As dificuldades de arregimentação de novos militantes e a falta de recursos da VAR-P levaram, James Alen ao Chile, em setembro. Em seus contatos, James foi procurado pelos integrantes das duas facções do MR-8 - que tinha "rachado" - para que fossem reconhecidas pela VAR-P. Demonstrando uma posição firme e ocultando a real situação de sua despedaçada organização, James Alen recusou o reconhecimento da VAR-P às duas correntes do MR-8, afirmando que só as reconheceria caso retornassem ao Brasil para prosseguir a luta revolucionária.

Apesar da empáfia demonstrada no Chile, James Alen retornou sozinho e com os bolsos vazios.

As difíceis condições de militância nos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, fizeram com que a VAR-P voltasse sua atenção para Porto Alegre, onde, julgando menos forte a estrutura dos órgãos de segurança, procuraria recursos financeiros e humanos para desenvolver o trabalho político nas áreas prioritárias, Rio de Janeiro e São Paulo.

Após um sucesso inicial, a organização seria vítima da subestimação dos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.



18. Surge uma nova RAN

No início desse ano o Grupo Independência ou Morte (GIM), embora de forma atabalhoada, crescia. Novos adeptos eram aliciados para os Grupos de Ação (GA) de impressão do jornal, de informações e médico,[84] embora houvesse também algumas deserções.[85]

Sanadas as dificuldades de elaboração do jornal, permaneciam as de sua impressão. Estudos foram feitos para a instalação de uma gráfica, mas o grupo não dispunha de recursos para implementá-la. A impressão do jornal muitas vezes expunha seus militantes ao ser realizada em seus locais de trabalho.[86]

As atividades dos aliciados para o grupo indicavam que esse trabalho era feito sem objetividade e possivelmente sem uma definição adequada dos propósitos da organização. Por exemplo, em março Sandra Lazzarini aliciou para a organização Nicolau Zarvos Neto e Maria Alice Viveiros de Castro ("Lilice"). Ao que se sabe, a atuação de Nicolau limitava-se a discussões sobre o jornal "Independência ou Morte" e a revista "Prisma". Ambos cumpriram também à tarefa de remeter, pelo correio, exemplares das publicações da organização a jornais argentinos e uruguaios. No final do ano, ambos estavam previstos para integrarem o GA de propaganda, recém criado.

Em abril, Hermes Machado foi finalmente encarregado de coordenar um GA cuja atribuição seria realizar ações armadas para auxiliar no sustento da organização, até então sobrevivendo da contribuição individual de seus militantes e simpatizantes. Esse GA foi inicialmente

---

[84] O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino foi aliciado pelo seu colega do Curso Psico-Pré, Júlio F. Rosas Filho, para o GA de impressão do jornal "Independência ou Norte". No Hospital Pedro Ernesto, Gerson Noronha Filho, sobrinho do Governador Chagas Freitas, sua namorada Evelyn Eiseinstein e Sandra Lazzarini, além de outros estudantes e médicos residentes, passaram a engrossar as fileiras do GIM.

[85] O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino durou pouco no GIM por sentir-se agastado por estar desempenhando função julgada subalterna. Por razões idênticas também se afastou do GA de impressão César José Campos.

[86] Muitas vezes o jornal "Independência ou Morte" foi rodado no SESI, onde trabalhava o militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

constituído por Hermes, João Carlos Reis Horta e José Sérgio Vaz. O major do Exército, cassado, Fernando Ryff Correia Lima ("Major") aguardava a constituição de outros GA para assumir o comando da Equipe de Ação (EA) e, posteriormente, do Setor Armado. Cedeu vários manuais de campanha do Exército para o GA de ações armadas, visando a dar-lhe uma base teórica para a sua atuação. O Major, inclusive, criticou o manual de explosivos da organização, confeccionado em 1970 por Hermes, dizendo que seria mais simples comprar os manuais no balcão do Estabelecimento General Cordeiro de Farias, no saguão do Ministério do Exército, onde eram vendidos sem qualquer exigência quanto a seu adquirente e destino, o que passou a ser feito pela organização. O GA de ações armadas apenas iniciava a sua preparação, realizando exercícios de tiro na localidade de Açaí, próximo a Muriqui, RJ, e Amadeu Rocha substituiu João Carlos por Jefferson Santos do Nascimento. Amadeu pretendia continuar utilizando João Carlos na atividade de aliciamento.

No afã de melhorar o nível ideológico dos militantes da organização, o Prof. Júlio Ferreira Rosas Filho iniciou em maio um curso de marxismo. As aulas eram ministradas na Rua Itacuruçá, na residência de César José Campos, aos sábados e domingos.[87] Confirmando a forma indefinida de aliciamento da organização, quando os presentes tomaram conhecimento que as aulas eram realizadas por uma organização subversiva, abandonaram o curso, permanecendo apenas os encontros do dono da casa e sua esposa com o professor. De forma semelhante a organização tentou estender seu proselitismo à área artística.[88] Se Júlio Rosas não obtinha êxito com seu curso fá-lo-ia no aliciamento de professores. Assim foi que trouxe para o grupo um novo militante, o Prof. Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, que passaria a atuar na Revista "Prisma" e no aliciamento de novos membros na área educacional.[89]

---

[87] Participavam do curso, além de Cesar, sua esposa Flavia Sollera Campos, José Seigro Correa Mendes ("Pedro") e sua esposa Ivone Maria Barros Correa e um dentista amigo de César.

[88] O então casal de atores Paulo José e Dina Sfat, foi contatado por Ana Araújo de Arruda Albuquerque, mas não aceitou tornar-se militante. O compositor Capinam, procurado por Cláudio Campos, chegou a ser apresentado a Amadeu Rocha, mas, alegando falta de tempo, escusou-se de militar no GIM.

[89] Francisco Alvarenga traria para o GIM o Prof. Manoel Maurício de Albuquerque.

Neste ano o GIM tentou também a aproximação com outras organizações subversivas, visando ao seu reconhecimento e na tentativa de aliciar novos militantes, particularmente para os seus GA de ações armadas. Foram feitos contatos com o PCBR, com a ALN e com a VPR sem que nada de positivo fosse conseguido.

No meio do ano foram feitas modificações no GA médico. Cláudio José de Campos Filho foi cooptado para formar o esboço de um comando regional e Adail Ivan de Lemos substituiu Jorge Manuel de Oliveira e Silva na coordenação do GA. Este, após seu casamento, estava abandonando a organização quando foi convocado para servir na Marinha.

Em setembro, o grupo que assumia o nome do jornal "Independência ou Morte" resolveu transformar-se numa organização, adotando a denominação de Resistência Armada Nacional (RAN). O dia 7 de setembro foi escolhido como o mais apropriado para a divulgação do "Manifesto ao Povo Brasileiro", que anunciava a constituição da RAN por "*revolucionários representantes de diversas regiões do País, reunidos na cidade de São Paulo*". O manifesto era um engodo propagandístico, pois o antigo GIM, transformado em RAN, estava circunscrito ao Estado da Guanabara, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro.
Ainda em setembro, Amadeu Rocha resolveu ir a Montevidéu conversar com Dagoberto Rodrigues para reafirmar a fundação da organização - já informada por carta - e convidá-lo para integrar o comando da RAN no exterior.

Dagoberto Rodrigues aceitou o convite e disse que ia convidar Neiva Moreira para colaborar com a organização. Os contatos no Uruguai foram ampliados e antigos participantes de Caparaó aderiram à RAN, dentre eles Araken Vaz Galvão e Walter Teschi. Nas conversações com Dagoberto, Amadeu ponderou que um comando nacional só teria sentido, caso a organização se estruturasse em outros dois Estados além da Guanabara. Dagoberto concordou com a ideia e sugeriu para o comando nacional da RAN, quando constituído, o escritor Antônio Calado, que deveria ser procurado em seu nome. Amadeu sugeriu Avellino Gonçalves Kock Torres como o terceiro nome do comando nacional, que foi aceito por Dagoberto.

Na volta ao Rio de Janeiro, Amadeu Rocha contatou Antônio Calado que concordou em participar do comando nacional da RAN.

Dagoberto Rodrigues, mais tarde, em carta escrita a Amadeu, informou que Neiva Moreira aceitaria a responsabilidade de participar do comando da RAN no exterior.

Em setembro de 1972, Júlio Rosas aliciou para a organização o Prof. Carlos Henrique de Escobar Fagundes acompanhado de sua mulher, à época, Maria da Glória Ribeiro da Silva, que passaram a participar da reestruturação da revista "Prisma". Carlos Escobar sugeriu também o nome de sua ex-mulher, a teatróloga Ruth Escobar que, contatada em São Paulo, passou a receber o jornal "Independência ou Morte" e ficou aguardando oportunidade de conversar com Amadeu Rocha.

Carlos Escobar aliciou ainda, o casal César Augusto Chaves Fernandes e Maria da Conceição Chaves Fernandes, ele escritor e ela jornalista do jornal "Opinião". O casal também foi setorizado num GA da revista "Prisma". Carlos Escobar e Maria da Glória ficaram ligados à Filisbina Assunção Santos num dos GA da revista. No outro GA, coordenados por Ana Maria Ferreira Rosas, permaneceram César Augusto e Maria da Conceição.

A visão da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas teve desdobramento com o aliciamento do Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos. Jarbas comprometeu-se a fazer o levantamento dos oficiais nacionalistas que pudessem ser aliciados para a organização.

Amadeu Rocha, com a perspectiva de expansão da organização para São Paulo através de Ruth Escobar, contatou Avelino Gonçalves Kock Torres para informar-lhe da intenção de elevá-lo ao comado nacional da organização e da necessidade de estruturar um GA em Juiz de Fora. Avelino, inicialmente, demonstrou preocupação com o que pudesse acontecer à sua família, no entanto, vencida sua relutância, ao retornar a Juiz de Fora, tentou estruturar o GA da RAN com José Paulo Neto, funcionário da prefeitura municipal daquela cidade, indicado por João Carlos Reis Horta. A tentativa, entretanto, não

logrou êxito, esbarrando em desentendimentos ocorridos entre Avelino e José Paulo.

Em outubro, Júlio Rosas, insistente, iniciava um curso de marxismo para outro grupo de militantes da RAN.[90]

Em dezembro, Sandra Lazzarini "ganhou" para a RAN José Flávio Ramalho Ortigão. No final de dezembro, Ramalho Ortigão foi apresentado a Amadeu Rocha que solicitou para a organização umas armas que estariam guardadas no sítio da família, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Solicitou ainda a utilização do sítio para realizar reuniões e guardar material da organização. Ramalho Ortigão argumentou que não poderia ceder as armas, porque elas estavam na residência da família no Jardim Botânico, mas cederia o sítio.

Com o assentimento de Ramalho Ortigão, foram guardados no sítio documentos da organização, remédios e material de impressão. Ramalho Ortigão, por possuir um carro, passou a servir de motorista para a "impoluta figura" do comandante da RAN, Amadeu de Almeida Rocha.

Ruth Escobar, que continuava mantendo contatos com seu ex-marido Carlos Escobar, foi, finalmente, apresentada a Amadeu Rocha, em dezembro, no Rio de Janeiro. Ruth reafirmou seu propósito de participar da organização e, como estava de viagem marcada para Portugal no início de 1973, ficou de refazer contato com a organização quando retornasse da Europa.

Na ocasião Ruth foi orientada para fazer contato com o Dr. Leonardo Barbosa de Medeiros, recentemente transferido para São Paulo, para estruturar um GA naquela capital. Além da possibilidade de trabalho com Leonardo, Ruth imaginava estruturar um GA na área teatral.

---

[90] O curso foi realizado no apartamento de Filisbina Assunção Santos e, além dela, participaram Wlacyra Maria Wagner, Ana Lúcia Azeredo Carneiro e uma nora de Filisbina integrante do conjunto musical “Quarteto em Cy”. As aulas ocorriam duas vezes por semana, às segundas e terças-feiras e prolongaram-se até o Natal.

Finalmente, em dezembro, ocorreu a reestruturação da revista "Prisma".[91]

Com a perspectiva de estender-se aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a RAN pretendia estruturar um Comando Nacional, cujos membros já estavam escolhidos, e realizar o seu primeiro Congresso onde definiria sua linha política e sua estratégia.



19. MR-8: o fim do militarismo, o "racha" e o Pleno

A destruição do Comitê Regional (CR) da Bahia e do "trabalho de campo" fez com que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) voltasse seus olhos para São Paulo, para onde foi deslocado João Lopes Salgado a fim de iniciar a estruturação do futuro CR.

Foi criada uma Frente Interna (FI), a fim de executar trabalhos especiais, como documentação falsa, gráficas, inteligência e finanças legais, dirigida por Sérgio Rubens. Para substituir a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente Operária (FO), foi criada uma Frente de Massas (FM), voltada particularmente para a atuação junto ao operariado. A grande modificação, entretanto, foi a extinção dos GPM, substituídos por uma Frente de Trabalho Armado (FTA). Para o MR-8, que iniciava a sua autocrítica, as ações armadas deveriam ser poucas e realizadas sempre em "frente" com outras organizações.

Na realidade, a estrutura brasileira do MR-8 estava esfacelada, contando com cerca de 15 militantes para realizar suas atividades. Em contrapartida, crescia a Seção do Exterior que, do Chile, buscava outras linhas para a organização.

---

[91] Júlio Ferreira Rosas Filho foi deslocado do GA do jornal "Independência ou Morte" para coordenar a equipe de ação (EA) da revista "Prisma". Com o ingresso do Prof. Manuel Maurício ele Albuquerque e do médico psiquiatra Antônio Celso Pires Osório Pereira, ficaram estruturados os três GA que formaram a Equipe de Ação da revista Prisma.

Em 30 de março, aconteceu a primeira importante "queda" do ano no MR-8, com a prisão de Nélson Rodrigues Filho, quando "cobria um ponto" com Hélio da Silva, da VAR-Palmares.

Em abril e junho, Paulo Roberto Jabour participou dos dois únicos assaltos do MR-8 nesse ano, respectivamente, ao Banco de Crédito Territorial da Rua Bela, em São Cristóvão, e ao Banco Nacional Brasileiro, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Guilherme Maxwell, ambas em "frente" com o PCBR e com a VAR. Foi a última ação armada do MR-8. Seus militantes, acuados e amedrontados, buscavam apenas a sobrevivência.

Em junho, foram presos Eduardo Lessa e Ana Maria. Em 3 de julho, Paulo Roberto Jabour foi preso na Guanabara. No fim do mês, os jornais noticiavam os desaparecimentos de Sérgio Landulfo Furtado e Paulo Costa Ribeiro Bastos, dos quais não se teve mais notícias.

A Direção Geral (DG) decidiu fugir.[92] João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Luiz Silva Ferreira deslocam-se para o Chile, acompanhados por outros quadros. Os remanescentes do MR-8 no Brasil dispersaram-se e a história da organização passou a ser escrita desde Santiago.

No Chile, o MR-8 ganhou alguns militantes de outras organizações, como Nélson Chaves dos Santos e José Ibrahim, vindos da VPR, e Neusa Maria Barbosa Sader, do POC. Amadeu Thiago de Mello, ex-militante do MNR, ministrava cursos aos quadros do MR-8. As divergências, entretanto, eram evidentes e centravam-se, grosso modo, na divisão entre "militaristas" e "massistas", estes preocupados em dar uma nova dimensão à linha política do MR-8, voltada para o trabalho de massa. Segundo suas teses, o ano de 1972 marcava um período de transição, caracterizado por um impasse: ou a organização mudava a sua linha política ou desapareceria como consequência de sua prática militarista, baseada da em "métodos artesanais de trabalho", no "voluntarismo e espontaneismo político" e na "fragilidade ideológica de seus

[92] Com a saída de Carlos Alberto Vieira Muniz, a Direção Geral do MR-8 havia passado a ser integrada por João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres, Sérgio Landulfo Furtado e João Luiz Silva Ferreira.

militantes". Ainda para os "massistas", impunha-se um "recuo do esquerdismo", visando "o fortalecimento e a preparação da organização para maior eficácia de sua interferência na luta de classes".

Em novembro, em Santiago do Chile, na tentativa de dar solução ao "racha" iminente, o MR-8 convocou uma Assembleia Geral com o comparecimento de seus principais militantes.[93] Na votação final, oficializou-se o "racha", com a saída do grupo "militarista" representado por Wladimir Palmeira e Maria Augusta C. Ribeiro, e integrado, dentre outros, por Daniel Aarão Reis, Samuel Aarão Reis, Athos Magno Costa e Silva, Amadeu Thiago de Melo, Sônia Regina Yessin Ramos e José Ibrahim.[94] Cid de Queiroz Benjamin não aceitou as ideias de nenhum dos grupos, desligou-se das duas facções.

Durante três dias do início de dezembro, os "massistas" realizaram as reuniões preparatórias do Pleno, nas quais discutiram as conjunturas internacional e nacional, a estratégia e a tática, e fizeram um balanço do trabalho das esquerdas no Brasil com diversos militantes convidados de outras organizações.[95]

Alguns dias depois, ainda em dezembro, o MR-8 realizou o seu Pleno, com o comparecimento de Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira e Nelson Chaves dos Santos, esses seis eleitos para a nova DG, além de Norma Sá Pereira Torres e Maria da Glória.

---

[93] Compareceram a AG: Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira, Nelson Chaves dos Santos, Norma Sá Pereira Torres, Maria da Glória Araújo Ferreira, Neusa Maria Barbosa Sader, Dirceu Grecco Monteiro. Elizabeth Rabelo Correia Lima, Wladimir Gracindo Soares Palmeira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e Cid de Queiroz Benjamin.

[94] Esse grupo continuaria usando a sigla NR-8, diferenciando-se por usar o termo "Construção Partidária" (CP). No ano seguinte, apesar de ter chegado a algumas resoluções políticas, o grupo se dissolveria.

[95] Participaram da reunião de dezembro do MR-8: Ângela Maria Mendes de Almeida, do POC, Herbert José de Souza, da AP, Eder Simão Sader, da OCML-PO, Nilton Kalilis dos Santos, da FB-PO, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, do Ponto de Partida nº 1 (PP1), Claudio Leopoldo Salm, do grupo "Temas e Debates", e Ronaldo Fonseca Rocha, de um grupo sem nome.

No artigo 1º dos "Estatutos Provisórios" aprovados no Pleno, o MR-8 definia o caráter e os objetivos da organização: "*Somos uma organização política marxista-leninista cuja finalidade é contribuir para a criação de um partido revolucionário do proletariado no Brasil, que assuma a vanguarda da luta da classe operária e da massa explorada, pela derrubada do poder burguês, pela suspensão da propriedade privada dos meios de produção e pela construção da sociedade socialista como transição para a abolição da sociedade de classe e o ingresso numa sociedade comunista*".

O MR-8 definiu-se pela denominada linha massista, vista como uma absoluta necessidade histórica, a fim de, paulatinamente, preparar a luta armada a ser desencadeada pela própria população. Apesar da autocrítica feita ao militarismo, o MR-8 afirmava nas "Resoluções Políticas do Pleno", que para a "*destruição do poder burguês e o aniquilamento das Forças Armadas reacionárias*" seria imperiosa a luta armada: "*O proletariado e as demais classes revolucionárias terão de desenvolver uma guerra revolucionária contra as classes dominantes, assumindo a luta militar para a tomada do poder. Para tal, a revolução terá de formar o seu exército, assentado principalmente no proletariado urbano e no campesinato, num processo de longa duração*".

Retemperado pela autocrítica e rejuvenescido pela nova linha política, o MR-8 do Pleno, como passou a ser comumente chamado, voltaria no ano seguinte, às suas atividades no Brasil.



20. O MPL reestrutura-se no Brasil

As atividades do Moimento Popular de Libertação (MPL) em 1971 haviam sido muito restritas. No primeiro trimestre, o MPL ampliara a sua abrangência com o aliciamento de João Francisco de Souza, ligado ao Grupo de "O Círculo", em Recife, realizado por Istvan Jancso e Maria Aída Bezerra.[96] Em meados do ano, ocorreu em Recife a prisão do Padre Geraldo do Oliveira Lima, que era ligado ao Grupo "O Círculo". Istvan Jancso, sentindo-se ameaçado, viajou com a família para a França, em agosto. Istvan aproveitou como pretexto para a viagem a realização de um curso de História do Brasil no centro Nacional de *Recherce Scientifique*, em Paris. Na França, Istvan aproveitou o restante do ano para, em contato com os militantes do MPL no exterior, aprofundar as discussões sobre a linha política da organização. Mais tarde, juntaram-se ao grupo o Padre Alfredo Hervé e o Frei Tito de Alencar Lima. Frei Tito, aproveitando-se do fato de responder, em liberdade ao processo de sua implicação com a ALN, fugira para Paris.

Em fevereiro de 1972, Miguel Arraes difundiu o comunicado "Aos companheiros e às organizações brasileiras", onde expôs os motivos do fracasso de sua participação no MPL. Arraes fez severas críticas a Silvio Correia Lins, acusando-o de manipular os recursos da organização sem aceitar fiscalização. Atribuindo a responsabilidade do afastamento do MPL das organizações subversivas no Brasil a Silvio e seus seguidores, o ex-governador de Pernambuco declarou-se definitivamente afastado do movimento.

Na França, o grupo de militantes do MPL ainda procurava a definição de uma linha política. As ideias pré-existentes ao rompimento com Miguel Arraes necessitavam ganhar um contorno nítido. Existia o pensamento de que a linha principal de ação seria a conscientização, isto é, o trabalho a desenvolver não seria do tipo recrutamento de quadros, nem do tipo "ação de massas, mas algo mais amplo visando

[96] Em janeiro de 1971, o Dr. Sebastião Barros de Abreu, coordenador do grupo ligado a Miguel Arraes em Brasília, foi preso, encerrando a tentativa de implantação do trabalho nas áreas rurais de Goiás. Esse grupo já não tinha ligações com o núcleo dirigente do MPL no Brasil, recebendo orientação direta de Arraes.

a modificação na forma de pensar. A transformação dar-se-ia a longo prazo, através de um movimento de educação base, e criaria condições para a modificação do regime e para a implantação do socialismo no Brasil. Apesar da definição de intenções, Roberto Las Casas, considerado o intelectual do grupo, não conseguia formalizar um documento consubstanciando a estratégia e as táticas do movimento. O exílio não permitia uma correta avaliação do clima político no Brasil.

Ainda no primeiro trimestre desse ano, o grupo de exilados foi engrossado com a chegada de José Domingos Cardoso. José Domingos assumiu um cargo na sede da Juventude Operária Católica (JOC), em Bruxelas. Na França, constitui-se um Setor Operário do MPL com a participação de Roberto Las Casas, Padre Hervé e José Domingos. O grupo atuava junto às grandes centrais sindicais socialistas buscando o apoio político e o reconhecimento, perdidos desde o rompimento com Miguel Arraes. Do esforço desses militantes, surgiu o apoio e o reconhecimento do MPL pela Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, uma central socialista.

No segundo semestre, Piragibe Castro Alves viajou para fazer contato com as lideranças do movimento que se encontrava em Paris. Foi proposto o retorno de Istvan Jancso, para iniciar o trabalho de reestruturação do movimento a partir da reativação do Setor de Estudos e Informações (SEI).

Em novembro, Istvan retornou da França e dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com antigos companheiros buscando subsídios para a atuação do SEI. No Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAPE) foram contatados Fernando Henrique Cardoso, José Artur Gianotti e outros elementos, na busca de inspiração.

Após os contatos em São Paulo, Istvan dirigiu-se ao Rio de Janeiro onde foi trabalhar na CEPLADE.[97] O SEI pretendia definir uma linha

[97] Em setembro de 1971, Maria Lectícia Ligneul Cotrin, do setor de Educação do MPL, foi demitida do MEC acusada de subversão. Para poder prosseguir seu trabalho, Maria Lectícia associou-se a outros colegas de esquerda e fundou o Centro de Planejamento e Desenvolvimento da educação (CEPLADE).

teórica para o movimento e uma linha prática de atuação para os militantes. Istvan pretendia apoiar a estruturação do SEI em entidades educacionais que pudessem mascarar a atuação do setor e proporcionar subsídios para a elaboração de um programa. Dentro dessa idéia, foi fundado a NOVA - empresa de pesquisa, assessoramento e avaliação em educação – por Istvan Jancso, Maria Lectícia Ligneul Cotrin, Maria Aída Bezerra e mais dois elementos. Istvan imaginava utilizar outras entidades comprometidas com o MPL, nos diversos Estados, como a Associação Difusora de Técnicas e Pesquisas Pedagógicas (ADITEPP) no Paraná, a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE) em São Paulo e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em Salvador para montar esquema equivalente ao do NOVA.[98] A ideia era situar militantes do MPL nos pontos de responsabilidade na área de pesquisa das citadas entidades, visando a transformá-las em instrumenta de ação do movimento.

Em dezembro de 1972, Sônia Correia Lins e Maria do Pilar Costa Santos retornaram ao Brasil e foram reintegradas na organização em São Paulo. Através de Afonso Delelis, foram apresentadas a Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Elias Stein, Vitor Gianotti, Alcides Salles Filho e Waldemar Rossi, que atuavam no Setor Operário na capital paulista.

No final de 1972, notava-se uma diferença na atuação do MPL. Procurava-se não mais arregimentar adeptos na classe média e sim na classe menos favorecida. O movimento procurava firmar suas bases em três níveis diferentes, no meio operário usando o sindicalismo, na classe menos favorecida através da pastoral católica e no meio dos trabalhadores do campo.

O retorno dos exilados do MPL deu novo alento ao movimento. Procurava-se ultrapassar a fase de reuniões e discussões políticas e partir para as atividades essencialmente práticas.



[98] A FASE foi criada por iniciativa do Padre canadense Leising e seguia a mesma orientação do MEB, tendo como área de atuação os centros urbanos.

21. Um mil novecentos e setenta e dois

O ano do sesquicentenário da independência foi auspicioso para o Brasil. No seu quinto ano consecutivo de desenvolvimento acelerado - única forma de garantir 1,5 milhão de novos empregos à força de trabalho que ingressava anualmente no mercado - o País teve um crescimento de 11,7% no seu PIB, uma inflação em torno de 15% e um déficit público igual a 0,14% do PIB, o menor das duas últimas décadas.

Apesar desse surto extraordinário de progresso, ainda estava longe de eliminar os desequilíbrios setoriais e regionais e de solucionar o complexo e controvertido problema da distribuição da riqueza. O canso de 1970, cujos resultados estavam sendo apurados, mostrava que nessa década toda a população havia melhorado seu nível de vida, mas as distorções ainda eram flagrantes. Os proveitos indiretos sobre a forma de educação, saúde, oferta de emprego e habitação não contam muito porque seus beneficiários calculam sua participação na economia apenas pelos salários, e estes, em lenta recuperação, não haviam ressarcido as grandes perdas verificadas no período de 1962/1969. O Governo, tendo sido o primeiro a ferir o problema, sabia que nessa área não se faz milagres, não se resolve o estágio de pobreza em que ainda vivia grande parte da população com slogans ou políticas populistas. Não cedia à demagogia. Seguia impondo ao País um desenvolvimento de forma ordenada, segundo um planejamento baseado em princípios racionais.

O desenvolvimento acelerado porém, não é por si só, instrumento de redistribuição social. Os benefícios indiretos são a única forma que tem o governo de antecipar as vantagens que o progresso oferece em longo prazo. E o governo tomava medidas nesse sentido. Uma lei regulamentara nesse ano, a profissão de empregado doméstico, vinculando essa categoria profissional – até então não reconhecida - ao sistema previdenciário brasileiro, a exemplo do que fora feito no ano anterior com relação aos trabalhadores rurais. Da mesma forma, isso ocorria com a permanente ampliação das oportunidades de educação, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o fornecimento de remédio gratuito a 70% dos

segurados do INPS, com o aumento real de 3 a 4% do salário mínimo, etc. Embora não solucionassem o problema da distribuição da riqueza, essas medidas eram formas de levar os frutos do desenvolvimento a esses contingentes marginalizados e passos importantes para se alcançar a justiça no campo social.

Nesse ano o País viu o Congresso Interamericano de Direito Trabalhista e Previdência Social reconhecer as vantagens do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e recomendar seu estudo pelos países interessados em aperfeiçoar fórmulas de justiça social. Era a consagração internacional de um instrumento que revolucionara as relações de trabalho no País, mas que sofrera enorme carga das esquerdas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com 4 milhões de alunos e 200 mil professores, recebera idêntica consagração internacional. Era provável que nos próximos anos viesse a ser reconhecido também, o esforço que se fazia para elevar a renda do assalariado através do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador, que buscava elevá-lo da condição de mão de obra não qualificada à mão de obra especializada.

Auspiciosa também era a constatação de que o terrorismo urbano estava decisivamente no seu ramo descendente. A FLNN e o MOLIPO estavam desestruturados. A VPR praticamente já não existia no País e o MR-8 seguia no mesmo caminho, do qual não estava longe a VAR-P. Embora surgisse nesse ano uma nova organização, a Resistência Armada Nacionalista (RAN), cujos líderes eram já conhecidos por seus fracassos anteriores, podia-se afirmar que a "guerrilha urbana" estava com seus dias contados. Sua derrota militar completa era uma questão de tempo. As organizações subversivas tinham consciência de que já não podiam continuar a luta armada. A fuga da direção geral do MR-8 para o Chile era um dos muitos indícios dessa verdade. Nesse ano o MR-8 ao fazer no exterior sua autocrítica, dera início a um processo a que se submeteriam uma a uma as demais organizações subversivas, chegando todas elas a conclusões semelhantes. Não era possível continuar nessa prática militarista baseada em métodos artesanais de trabalho, no voluntarismo e "espontaneismo" político e na fragilidade ideológica de seus militantes. Esse reconhecimento era o prelúdio do fim da terceira tentativa de tomada do poder. O fato de proclamarem a

necessidade do recuo do esquerdismo, visando ao fortalecimento e à preparação das organizações para maior eficácia de sua interferência na luta de classes eram, por outro lado, os primeiros passos de uma nova tentativa que viria com o tempo, por outros métodos, com outras táticas.

No entanto, as organizações subversivas que continuavam a atuar no País, possivelmente em desespero de causa, mostravam-se cada vez mais virulentas, praticando atos de violência que extrapolavam a possível necessidade de utilizá-la, como seria o caso do combate às forças de segurança ou pela sobrevivência. Assim, nesse ano, registramos, assassinatos desnecessários e injustificáveis como o do contador do Banco Novo Mundo, Sílvio Nunes Alves, por militantes do PCBR, após o roubo do banco, sem reação, no momento do abandono do local; o assassinato do gerente da firma F. Monteiro S/A, Valter César Galetti, por militantes da ALN/SP, após terem pichado a loja e feito discursos por cinco minutos, ferindo ainda o subgerente Maurílio Ramalho e o despachante Rosalino Fernandes; o "justiçamento" do marinheiro inglês David A. Cuthberg, por militantes de uma "frente" de organizações subversivas como forma de expressão da solidariedade ao IRA (irlandês); o "justiçamento exemplar" do posseiro João Pereira, pelo PC doB, na região do Araguaia; o assassinato do 1º Sargento PMSP Thomas Paulino de Almeida, que teve seu carro roubado e foi morto no volante do mesmo, por militantes do Molipo, simplesmente por ser um policial, embora não envolvido na ação anti-subversiva. Mortos em condições semelhantes foram o investigador Mário Domingos Panzariello, por militantes da ALN/GB; o soldado PMGO Luzimar Machado de Oliveira, por militantes do Molipo e o Cabo PMSP Silas Bispo Feche, por militantes da ALN/SP. Vale lembrar nesses episódios a atitude violenta de Gastone Lúcia, que feriu gravemente três policiais pela simples suspeita de que se dirigiam a ela. Dessa forma bruta de agir, sem nenhuma preocupação com a população, resultaram a morte de pessoas completamente alheias ao problema, como a do funcionário público aposentado, o sexagenário Napoleão Felipe Biscaldi, por militantes do Molipo; da senhora Iris do Amaral, por militantes da ALN/GB, além de inúmeros outros feridos, como os transeuntes Marino Floriano Sanchez, Romeu Silva, Altamiro Firezo, a menina de oito anos, Irene Dias, e o senhor Rodolfo Archmman. Nota-se que houve uma incidência do uso desregrado da violência por parte dos

militantes do Molipo e da ALN, as duas organizações que tinham o maior número de militantes com curso em Cuba e que estavam em processo de desarticulação no País.

Numa área, porém, as organizações subversivas continuavam a crescer – a da "*desinformatzya*". À medida que se desfaziam as organizações no País, os trânsfugas ampliavam os instrumentos que serviam de veículo à propaganda contra o País no exterior. Agora eram: a FB-PO e a APML do B que haviam incorporado seus quadros no trabalho de difundir as meias-verdades sobre o Brasil. No entanto, mesmo nesse aspecto, embora com repercussão apenas interna, ocorreram dois fatos importantes:

Em novembro, o Jornal do Brasil, publicou uma carta de uma jovem gaúcha, Judite Fasolini Zanata. Tendo concluído o primeiro ano de Letras em 1964, Judite resolveu ingressar numa ordem religiosa. Deixou o curso e iniciou o noviciado de dois anos. Em fevereiro de 1967, era secretária do bispo auxiliar de Pelotas. Sentindo desejo de estudar, Judite pediu e obteve uma modesta bolsa de estudos da *Adveniat*, para o curso de Catequese no Instituto *Lumem Vitae*, filiado à Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

Em agosto de 1970, chegavam à Bélgica Judite e mais vinte três padres e freiras brasileiros. Era a única leiga - havia desistido do hábito de freira - embora continuasse interessada na catequese.

No segundo ano do curso, em 1971, para cumprir uma exigência acadêmica de apresentação de tese, Judite foi a seu orientador e informou que pretendia montar sua tese em torno da "teologia da libertação". O padre Jacques von Nieuvenhove, seu orientador, disse-lhe que teologia por teologia a tese ficaria num plano muito abstrato. Sugeriu-lhe então, que partisse de uma "realidade concreta". Que "*pusesse em evidência a situação política, econômica, social e cultural do Brasil*". Judite diz que ficou perplexa. Não tinha formação nem conhecimento para aquele tipo de trabalho.

O padre disse-lhe que era preciso pesquisar. Judite alegou que preferia "*se restringir a assuntos estritamente religiosos, ligados à fé e à religião, em virtude de ter tido uma vida estudantil e religiosa*

completetamente desligada daqueles aspectos". Precisando da tese para ser aprovada e ante a firmeza do padre orientador, foi pesquisar. Diz, no entanto que, ante a situação criada, ficou completamente transtornada.

Feita a tese, o padre a devolveu alegando, segundo relata Judite em sua carta, "*que deveria falar sobre a existência da tortura como mecanismo de repressão política*". E entregou-lhe, como subsídios, livros e artigos de Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e outros exemplares da revista "*Croissance des Jeunes Nations*" , a que já nos referimos no capitulo anterior, publicação mantida por uma organização esquerdista internacional.[99]

Após chegar ao Brasil, em 20 de setembro, escreve Judite referindo-se a sua tese "*vim a me certificar tratar-se de matéria inclusa numa campanha contra o Brasil no exterior*". E prossegue: "*Premida pela necessidade de terminar o curso com aproveitamento e confiando que a orientação do padre Jacques fosse correta, fiz a tese nos moldes indicados por ele, sem aquilatar o crime que estava cometendo contra a minha Pátria. Servi de instrumento dessa campanha inconscientemente, vendo agora que fui aproveitada, na minha boa fé, pelo orientador da tese*".

O episódio, mais do que colocar a nu os "fundamentos" da campanha contra o Brasil no exterior, mostrava que o clero dito "progressista", ao valer-se do instrumental marxista para análise da "realidade concreta", incorpora também a ética e a moral comunistas segundo as quais "*os fins justificam os meios*". Por eles pode-se mistificar, simular, aumentar, mentir. E é o que fazem quase sempre, valendo-se da repetição automática das ladainhas, onde fazem repetir suas pregações subversivas, sem a inquietação interior da atitude interrogativa.

A denúncia de Judite fez com que, uma semana depois, um militante do PCB, Adaulto Alves dos Santos ("Carlos" ou "Arlindo"), viesse ao

[99] Os bispos citados eram dois dos oito bispos brasileiros signatários da "Mensagem dos Dezessete Bispos do Terceiro Mundo", referido no item 19, do Capítulo IV deste trabalho, quando foi feita a opção pelo socialismo.

mesmo Jornal do Brasil, denunciar, segundo suas palavras "*com nomes, fatos e locais, toda a trama comunista em relação ao Brasil, bem como todas as maquinações do Movimento Comunista Internacional*". Adaulto, conforme narrou ao repórter, 20 anos depois descobriu que o PCB "*é um antro de intrigas e vaidades, com gente de boa e má fé, teóricos e aproveitadores, sobretudo aproveitadores*". Jornalista profissional trabalhou em jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas o jornalismo era apenas sua "frente legal", pois nos últimos 20 anos fora um profissional do Partido e há 12 anos atuava na área internacional, fazendo contatos com os Partidos Comunistas estrangeiros e com agentes da KGB.

Adaulto revelou efetivamente, a organização das Seções de Relações Exteriores, de Agitação e Propaganda, de Educação, de Organizações e de Negócios do PCB. Revelou os aparelhos do Partido no exterior e o apoio dado pelos soviéticos na formação de quadros, através da Escola de Quadros Profissionais de Moscou e da Universidade Patrice Lumumba. Explicou o mecanismo de troca de informações e de recebimento de verbas (dólares) e material de propaganda. Denunciou o trabalho militar, denominação dada principalmente ao esforço de infiltração nas Forças Armadas, dirigido por Dinarco Reis e a tática do Partido em relação à Igreja Católica. Com relação a esse último aspecto declarou: "*o objetivo em relação a ela é utilizá-la em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas os chamados 'progressistas'* (como vinha sendo feito anteriormente) *aproveitando ao máximo os canais de penetração tradicionais, para difundir sorrateiramente o comunismo com a fachada cristã. Por exemplo: não interessa aos soviéticos se D. Helder Câmara é comunista ou não. O que importa é que ele serve aos propósitos do comunismo*".

Finalmente "Carlos" revelou os encarregados de dirigir os esforços do Partido na campanha que se move contra o País no exterior: "*Zuleika D'Alambert e seu marido Armênio Guedes que estão no Chile, em Santiago, fazendo proselitismo junto aos jovens brasileiros que lá se encontram*".

Os aspectos antes ressaltados estavam a indicar que o Presidente Médici, a 15 meses do término de seu mandato, poderia alcançar os objetivos a que se propusera ao ser indicado candidato à Presidência da República. No entanto, era preciso ter em mente que naquela

ocasião ele se colocara como delegado e como depositário da confiança das Forças Armadas, das quais teria recebido missão irrecusável. Naquela época, a segurança interna era o problema sobre o qual se concentrava todo o sistema de governo. As ameaças correta ou incorretamente identificadas haviam produzido o Ato Institucional Nº 14 e a reformulação do Decreto-lei da Segurança Nacional. Por isso a descoberta, nesse ano, do foco guerrilheiro no sudeste do Pará, toldava essa expectativa.

No Sudeste do Pará haviam sido realizadas duas operações, embora equivocadas. A primeira por ter, como já ocorrera no vale do Ribeira do Iguape, feito o lançamento precipitado de tropa em missão de combate, quando deveria ter sido montada, antecedendo-a uma operação de informações. Embora não fosse esse o objetivo buscado, essa operação transformou-se num reconhecimento e, como tal, o seu êxito foi satisfatório. Além dos mortos e feridos de ambos os lados, foram feitas dez prisões de subversivos, das quais quatro resultantes de deserções, o que, por si só, já se constituía em dado importante. As informações prestadas pelo subversivo "Geraldo" [100] foram valiosas, dando uma noção importante sobre o armamento, o nível de instrução e de suprimento dos terroristas. Mas a tropa não adentrando a selva, não pode confirmar essas informações, que continuaram genéricas e pouco confiáveis. O equívoco se completaria com a suspensão da operação sem que seus objetivos tivessem sido alcançados.

Deu-se, então, uma trégua aos subversivos e cometeu-se um segundo equívoco, maior que o da primeira operação, ao pensar-se que era possível reduzir o foco guerrilheiro com recrutas e o que é fundamental, com prazo pré-fixado. Um prazo extremamente curto, inferior aos vinte dias inicialmente previstos, dos quais seis foram consumidos com a adaptação do homem ao meio e quatro foram suprimidos pela determinação de concluir as ações com essa antecedência. Foram, na realidade, dez dias de operações e os resultados, menos satisfatórios do que a operação anterior. Não foram feitas prisões, não se adentrou na selva, não se evoluiu quanto ao conhecimento dos elementos que ocupavam a área, embora,

[100] "Geraldo" era codinome utilizado pelo terrorista José Genoíno Neto.

como manobra, tivesse oferecido excepcionais ensinamentos. Através de uma bem montada operação cívico-social, permitiu não apenas ganhar a simpatia da população, como constatar que os subversivos não tinham adeptos na área. A população local desconhecia suas intenções e estava completamente alheia a seu posicionamento político- ideológico.

Essas operações, embora reduzissem o efetivo dos subversivos - que não apresentavam condições de repô-lo, já que na cidade também sofreriam perdas - não traziam tranquilidade ao Governo. Não se pensava, na época, que a dificuldade de reduzir o foco guerrilheiro decorria muito mais desses equívocos do que da capacidade da força adversária. Assim, esse foco tornou-se a mais séria de todas as ameaças. Primeiro, porque se estabelecera no campo, objetivo que nenhuma das outras organizações subversivas alcançara. Ali, se se valesse da faculdade que têm os guerrilheiros de se deslocarem livremente - desobrigados que estão, inicialmente, de manter o terreno - nos longos espaços disponíveis, o seu combate tornar-se-ia bem mais difícil e dispendioso. Segundo, porque enfrentando condições objetivas e subjetivas desfavoráveis, tudo levava a crer que deveriam ter o apoio do exterior, o que ampliaria significativamente sua eficiência. Sem esse apoio, em tais condições, essa empreitada não passaria de uma grande aventura e não se tinha, até então, elementos para considerá-los meros aventureiros. Terceiro, porque havia o receio de que pudessem estabelecer uma zona liberada, onde procurassem caracterizar a formação de um verdadeiro Estado e, como tal, buscar o reconhecimento dessa condição jurídica, o apoio externo, enfim, a internacionalização do conflito.

Receios, equívocos, incapacidade de avaliar adequadamente a situação, geraram consequências sérias e outros equívocos que acabaram por se constituir, no mínimo, em fator inibidor da institucionalização do País, no momento talvez mais adequado. Levaram a uma férrea censura da imprensa que, naquele momento, não era compreendida nem pelos seus profissionais e muito menos pela população, que passou a descrer que o objetivo último da Revolução - o seu compromisso democrático - não houvesse mudado, permitindo que outros segmentos da sociedade se colocassem contra ela. Finalmente, permitiu que, ante seu silêncio, os subversivos

contassem sua versão dos fatos, propositalmente deturpada, mas, como versão única, fosse tida como verdadeira. Naturalmente hoje, afastados dos fatos e tendo a certeza de que, na verdade, aquele foco guerrilheiro não passava de uma grande aventura, é bem mais fácil enxergar-se a situação por outro ângulo.



CAPITULO XI

1973

1. A re-institucionalização gradativa

O ano, no dizer dos comentaristas políticos, não se iniciara bem. O Presidente Médici em sua mensagem de passagem de ano nada abordara sobre decisões políticas importantes que deveriam ocorrer, não se pronunciando sobre o futuro, neste que era praticamente seu último ano de governo.

O País seguia porém, com tranquilidade e mudara sua face. Já não seria, depois de uma década da Revolução de 1964, um "paraíso tropical" ou um "gigante adormecido". Passava por um surto de progresso econômico que na história moderna só encontra paralelo na *performance* japonesa de tempos atrás. Através desse desenvolvimento continuado, chegara à situação de 9º País ocidental de maior renda bruta nacional, no exato momento em que se tornara a 7ª nação em número de habitantes.

Mas, como "nem só de pão vive o homem" era natural que houvesse contestações e críticas. A ampliação da autoridade estatal no meio econômico, como fundamento para o desenvolvimento, era um fato assinalado pela imprensa, chegando alguns a taxarem o governo de estabelecer o "socialismo democrático" ou a "democracia estatizante". Apesar dessa constatação em reunião do Clube de Repórteres Políticos, o professor de direito constitucional Afonso Arinos congratulava-se com os resultados da política econômico-financeira do governo. Começava a se tornar mais candente a crítica acerca da distribuição da renda. Reclamava-se da falta de liberdade política. Mas todas essas críticas que se ouviam e liam, não faziam parte dessa liberdade? Não era, evidentemente ainda, o estágio de liberdade com que a Revolução comprometera-se desde suas origens e por isso essa "cobrança" era uma atitude compreensível. Ademais

que, como temos destacado, a culpa pela não compreensão dessa lenta evolução era do próprio governo, que limitou as informações à população, por razões que temos também exposto ao longo desse trabalho, de modo que cada um possa julgar a sua validade. A propósito, vale reproduzir o pensamento, nessa oportunidade do deputado e também professor de direito constitucional, Célio Borja.

Dizia Célio Borja, em síntese, em declarações ao Jornal do Brasil, após recordar os compromissos democráticos da revolução: "*Concordo que em 68 e 69 havia razões que justificavam a armadura do sistema para a defesa das instituições diante da ofensiva terrorista. Aquela altura, o país se achava diante de uma ofensiva que não conhecia limites em nossa história. Era, portanto, evidente a razão que justificava todo o aparelho institucional. Considero agora a necessidade de uma re-institucionalização gradativa*". Embora a proposição em termos globais pareça correta - o grande déficit da Revolução ainda era o da institucionalização - é importante salientar o momento em que o deputado governista situava como justificativa da "armadura do sistema". Na verdade, para quem vem como nós acompanhando o desdobramento da luta armada nesse período, seria correto afirmar que teriam sido os anos de 68 e 69 os mais críticos em termos de ameaça às instituições ou teriam sido os anos de 69 e 70, ou 70 e 71 ou mesmo 72 e 73? A análise do deputado, porém, era feita com base nas informações de que dispunha e que possivelmente, eram bem mais amplas do que as do público em geral e elas conduziam a essa conclusão. De outro lado, isto explica porque os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa. Seus conhecimentos sobre essa ameaça eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da "armadura".

O importante é que, com as exceções necessárias até para confirmar a regra, havia concordância quanto à questão de fundo - a necessidade de uma institucionalização gradativa. O problema era a harmonização do momento adequado.

Mas o processo político não estava estagnado, embora andasse lentamente. Nesse ano foi suspensa a intervenção federal em 28 municípios, o Código do Processo Civil, com a contribuição do Congresso, onde foram acolhidas cerca de 500 emendas, devia

refletir as tendências e opiniões da sociedade brasileira. O Presidente Médici anunciara que a questão sucessória seria aberta no segundo semestre, quando remeteria ao Congresso a lei complementar para regular a composição do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo chefe do governo. O Presidente adiantara, desde logo, que não haveria modificações nas regras do jogo. Não haveria reeleição e nem prorrogação de mandato. Referia-se, naturalmente, às sucessões anteriores dentro do processo revolucionário, nas quais emergências factuais impuseram modificações nas previsões legais. Inclusive manteve-se firme quanto as propostas que pretendiam modificar o prazo de desincompatibilização que se encerrava a 15 de julho.

No dia 19 de julho, o Presidente Médici indicou para a ARENA, o Gen. Ernesto Geisel como candidato à Presidência da República. O MDB lançou também seus candidatos e decidiu utilizá-los para conduzir uma peregrinação pelo país, com comícios e atos públicos em defesa de seu programa e por "aberturas políticas". Embora o Jornal do Brasil reprovasse essa atitude do MDB, que para seu editorialista havia optado "*pelo modelo de atuação das ligas de propaganda em vez de funcionar como Partido político*", essa atividade não foi obstada. Não foram oferecidas todavia, as facilidades de acesso aos meios de comunicação que se pleiteava, por se julgar não cabíveis em se tratando de uma eleição indireta.

Se no Brasil não havia uma percepção clara dessa evolução, no exterior, os "asilados" políticos pareciam vê-la melhor e tomavam decisões comuns, buscando uma unidade de ação. Uma possível abertura política era vislumbrada e movimentava os "exilados", principalmente em Paris, onde se concentravam. A presença de João Goulart na capital francesa alvoroçava-os. Era desejo deles que Goulart voltasse ao Brasil, como um teste ou uma provocação, não se sabe, já que dois ex-presidentes, igualmente cassados, viviam normalmente no País.

Ex-terroristas e subversivos rearticulavam-se no exterior, na expectativa de que pudessem surgir oportunidades de retorno e de nova atuação política no País que proclamavam "*agora deverá ser pacífica*".

A queda do presidente Allende no Chile, onde existiam cerca de 1.300 brasileiros em situação irregular, provocou uma revoada que teve a bela capital francesa eleita como área de pouso da maioria. A esquerda europeia, incentivada por esse aumento de "mão de obra" disponível, foi buscar no episódio do Chile a inspiração, para sustentar a propaganda contra o Brasil no exterior, o qual foi alvo em Bruxelas - onde o País realizava uma feira internacional, a Brasil Export 73 - de uma manifestação de hostilidade planejada com larga antecedência e custeada por milhares de dólares e marcos. Buscando uma repercussão espetacular, além do costumeiro e batido tema de tortura, passou a tentar transmitir a imagem do País como "*neo-imperialista, que não se recusaria a servir de trampolim a influência de forças hostis à 'libertação' do continente*". Os temas da mensagem dão bem ideia de suas origens, orientação e indicação segura da fonte aos dólares e marcos.

No Brasil, uma bomba relógio colocada na agência de Turismo LAN-CHILE e que provocou ferimentos em seis policiais e seis transeuntes, foi a manifestação do estertor do terrorismo nesse período de que nos ocupamos.

O Gen. Geisel, como candidato que tinha a maioria do colégio eleitoral que o iria eleger, entrevistava-se com todos os Ministros para conhecimento detalhado dos problemas e projetos em andamento em cada setor. O Governo por sua vez não diminuiu o ritmo de sua administração e nem restringiu seus projetos aqueles de curto prazo. O Brasil continuava a projetar seu desenvolvimento para o futuro.

O Gen. Geisel, em seu primeiro pronunciamento como candidato, alertara que "*as modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva e correspondam incontestavelmente à nossa realidade e à vontade política da Nação, interessada, sobretudo, que não se quebre o clima de tranquilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo*".

Enfatizou "*não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para segurança*

social, econômica e política dos brasileiros". Finalizando seu discurso, disse da necessidade de "*compatibilização do compromisso de continuidade revolucionária com as aspirações políticas e por um diálogo que conduza à normalidade institucional*".

Reafirmava-se o propósito da Revolução de 1964 – caminhava-se para a institucionalização gradativa como desejo nacional e por decisão dos dirigentes revolucionários.



2. O ápice do desenvolvimento nacional

O Brasil alcançou em 1973 a maior taxa de crescimento de toda a sua história, com um incremento de 14% no seu PIB, apesar as condições climáticas terem provocado um mau ano agrícola. A agricultura cresceu apenas 3,5%, mas o aumento da produção industrial foi de 15,8%. O governo realizara seu planejamento e implementava medidas visando a manter a inflação em torno de 12%.

Começava-se a ver aflorar os resultados de uma obra saneadora planejada com eficiência e executada com determinação por toda a nação. Neste ano ficou pronta a primeira rodovia do Prodoeste, a BR-452, ligando Itumbiara a Rio Verde e foi inaugurado o trecho Rio-Bahia da BR-101. A Belém-Brasília fora retificada em vários trechos o que permitiu a diminuição de sua extensão em 160 km e tinha agora seus 2.100 km totalmente asfaltados. O País que em 1966 tinha uma rede de estradas federais de 37 mil km, possuía em 1973, exatamente esta quilometragem em estradas asfaltadas, de uma rede que fora duplicada em 7 anos, alcançando 73 mil km. A construção de estradas, que evoluíra a um ritmo de 12% ao ano no período de 1964/67, crescera, no período de 1968/73, em média 25% ao ano. Nos mesmos períodos, o asfaltamento de rodovias aumentara a médias anuais de 6% e 33%, respectivamente.

O esforço nos transportes se fez também na navegação e em ferrovias. Nestas últimas, concentraram-se os recursos naquelas que passaram a integrar os corredores de exportação. Estimava-se que, dentro de 2 anos, as ferrovias brasileiras estariam em condições de transportar o volume de carga agrícola através desses corredores. A produção em escala na agricultura, que recebeu do Governo Médici incentivos sem precedentes, foi acompanhada de um plano de modernização, reequipamento e expansão da rede ferroviária. A integração porto-ferrovia delineava, em parte, a reabilitação de nossas estradas de ferro que se complementava com o equipamento dos portos. Inaugurou-se em Santos um terminal de carregamento de cereais dos mais modernos do mundo. Dois e meio bilhões de cruzeiros foram aplicados também na recuperação dos transportes ferroviários suburbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por ocasião da visita do Presidente Médici a Portugal, inaugurou-se um cabo submarino com 160 canais, oferecendo ligações mais claras e confiáveis do Brasil com diversos países europeus. De 4.000 terminais de telex existentes, o País passou a contar com 15.000. Na área das comunicações, os últimos passos necessários para o estabelecimento de um sistema completo foram dados ao integrar-se Fernando de Noronha aos sistemas nacionais de telex e telefonia. A Companhia Telefônica Brasileira voltava-se para a melhoria de seus quadros, com a formação de cientistas de alto nível, a fim de desenvolver pesquisas, ao invés de simplesmente importar suas matrizes. A necessidade de rapidez nas ligações internacionais estava contemplada num planejamento que previa, para 1975, a conclusão de um sistema de discagem direta internacional - DDI, ligando-nos com todo o mundo.

A confiabilidade e rapidez das comunicações do Brasil com o mundo era um fator importante para responder à expansão e dinâmica de nosso comércio exterior. O Brasil não tinha ainda um superávit na sua balança comercial, embora nossas exportações já houvessem ultrapassado os 6 bilhões de dólares anuais. Essas exportações tornavam-se um dos pilares de nosso desenvolvimento continuado, pois permitiam que importássemos os equipamentos e matérias primas indispensáveis que respondiam por 97% de nossa pauta de

importação. Além dessa importante função de nossas exportações, cada dólar exportado significava aumento da escala de produção, geração de mais empregos, melhoria da qualidade dos produtos e uma inevitável diminuição nos custos da produção e comercialização externa e interna.

Mas, o processo de desenvolvimento é complexo e dinâmico e os planejadores têm que estar atentos a suas variações. As indústrias automobilística, de eletrodomésticos e de construção civil, em constante expansão, estavam em vias de ter que diminuir o seu ritmo por falta de matéria prima. A produção brasileira de aço, que no segundo trimestre deste ano cresceu 12%, não atendia à demanda, aumentando a necessidade de importação do produto. Isto levou o Governo brasileiro a reformular seu planejamento, que tinha por meta alcançar a produção de 20 milhões de toneladas de aço em 1980, antecipando a obtenção do índice fixado para 1978. Para tornar viável essa nova meta, o Brasil teria que investir 26 bilhões de d6lares na construção de 3 novas unidades: a usina de Tubarão, a laminação de Tubarão e a usina de Carajás ou Itaqui, cuja viabilidade econômica começava a ser estudada. O valor desses empreendimentos mostra porque as nações subdesenvolvidas nem sempre conseguem romper as barreiras que as separam das nações desenvolvidas. E, para rompê-las é preciso coragem e poupança (capital) interna ou externa. Além disso, o tempo de maturação do projeto de construção de uma usina siderúrgica, ou mesmo da unidade de uma usina, varia de 3 a 5 anos. Essa antecedência de planejamento é sempre um risco, dada as modificações que nesse espaço de tempo pode sofrer a conjuntura internacional. Com vistas a atender a essa nova dimensão da siderurgia brasileira, o Governo criou a SIDERBRAS, empresa "holding" que reunia a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e a USIMINAS, a fim de realizar a política brasileira nesse setor.

Apesar de termos assistido ao primeiro voo do avião Bandeirante, e a Embraer ter-se lançado no projeto de um novo avião, o Xavante, atestando a evolução de nossa tecnologia, o Brasil ainda pagava caro pela importação de "know-how" estrangeiro. Neste ano os gastos foram de 1 bilhão de dólares, pesando na balança de pagamento no valor de 350 milhões de dólares. Tendo em vista este alto custo pago

pela tecnologia estrangeira, o Governo decidiu, a partir desse ano, aplicar 1% do PNB na criação de tecnologia própria e nos anos de 73/74 despender 3,6 bilhões de cruzeiros no Plano Básico de Desenvolvimento Tecnológico.

A instalação da fábrica de automóveis FIAT em Minas Gerais atendeu a mais um objetivo do crescimento nacional que buscava uma descentralização do parque manufatureiro nacional. Minas Gerais, com o incremento da indústria cimenteira e agora com a implantação da indústria automobilística, ia se tornando um novo polo de desenvolvimento.

No plano internacional alguns fatos iriam mostrar que, a medida que o Brasil se expandia, começava a chocar-se com outros interesses, bem como que a conjuntura internacional que nos fora sumamente favorável até então, poderia mudar seus rumos. Os países produtores de petróleo anunciavam ao mundo, como decorrência de acordos que haviam firmado em Genebra no final de 1972, que a era da energia barata acabara. Nessa época o preço de um barril de petróleo era de US$ 2,59 (Cr$ 15,54). O Brasil então tomou as medidas que podia adotar na contingência; passou a estocar carvão mineral e óleo que lhe permitissem produção de energia até 1980.

Por outro lado, a Argentina fazia tudo que estava a seu alcance para retardar o progresso energético brasileiro. No dia 1º de abril, o Brasil deu início à operação de enchimento da barragem de Ilha Solteira, buscando, com o aceleramento do projeto, ter até o final do ano, 4 dos 20 geradores dessa usina em funcionamento. A Argentina protestou evocando a Convenção de Estocolmo. Ocorre que Ilha Solteira fica a montante de Jupiá e a formação de seu lago não afetava a situação existente a jusante dessa usina. Qualquer irregularidade na operação traria prejuízos inicialmente a Jupiá, o que não era do interesse do Brasil. Ademais a operação de enchimento do lago de Ilha Solteira seguia o mesmo cronograma previsto para o enchimento do lago de Jupiá, que havia sido considerado exemplar pela Argentina.

O Presidente Médici determinou que cessassem as discussões em torno da usina de Itaipu e que se desse início a suas obras. Foi formada uma empresa mista dos dois países interessados, com um

capital de 100 milhões de dólares e uma comissão do Congresso Nacional foi encarregada de opinar sobre a aquisição, pelo Brasil, dos serviços de eletricidade do Paraguai.

Ainda em abril, em Brasília, com a presença do Presidente Stroesner, os chanceleres dos dois países assinavam o acordo de Itaipu, negociado agora em termos definitivos.

Ato contínuo, a Argentina informou ao Brasil que pretendia construir a hidrelétrica de Corpus e por isso desejava que o Brasil e o Paraguai reduzissem a cota projetada para a barragem de Itaipu, o que resultaria numa perda de 25% de seu potencial. Ocorre que o projeto de Corpus estava num estágio tão incipiente que poderia ser protelado indefinidamente. O Brasil deu à Argentina as explicações julgadas necessárias e prosseguiu nos seus projetos. Neste ano ainda, o Brasil faria o desvio do Rio Iguaçu para dar início à construção da barragem da hidrelétrica de Salto Osório que, em 1975, deveria gerar 1.050 mil kW.

Outros problemas menores, nas fronteiras vivas e econômicas do País, começariam a surgir, fruto de um trabalho desenvolvido pela esquerda internacional.

Apesar dos indícios de mudanças substanciais na conjuntura, apesar das dificuldades crescentes a enfrentar, em decorrência de nossa expansão e dos choques de interesses, o Brasil era um País com "fôlego" para prosseguir sua caminhada e estava muito melhor preparado para enfrentar possíveis crises internacionais. Ainda mais, gozava de confiança da comunidade internacional. Neste ano, julgando que suas reservas internacionais estavam muito elevadas, pela primeira vez na sua história o País passava a reter 40% dos ingressos de capitais estrangeiros, para frear a rapidez de ingresso de divisas, que já alcançavam 6,3 bilhões de dólares, equivalentes ao valor de nossas importações e exportações, na época.



3. O desenvolvimento social

O desenvolvimento brasileiro contemplava cada vez mais o campo social, o qual ia sofrendo os influxos das alterações que se operavam nas estruturas. Em algumas áreas, porém, isso não ocorreu sem resistências, exigindo uma atuação enérgica e determinada do Governo. Isto verificou-se naquele ano, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, com a implantação dos projetos de reforma agrária do Proterra. Nessa região, além de desapropriar terras de 24 latifundiários que não aderiram ao projeto, o Governo teve que anular escrituras de doação de terras a seus parentes, a fim de conter esses abusivos desvios. Em contrapartida, nessa mesma região, desapropriou terras, com indenização prévia e a justo valor, de sete usinas que aderiram ao projeto e onde foram assentadas 1.000 famílias e negociava outras operações idênticas que permitiriam igual número de assentamentos.

O trabalhador rural foi sempre alvo das maiores atenções do Governo. Complementando os benefícios já concedidos ao homem do campo, equiparou as pensões, julgadas insuficientes, às aposentadorias, providência que veio acompanhada de medidas que visavam a evitar a dispensa sistemática no campo, em decorrência da aposentadoria. Neste mesmo ano, as aposentadorias de trabalhadores rurais ultrapassaram a casa de um milhão. Além do nítido caráter social das providências, elas funcionaram como fator inibidor do êxodo rural, fenômeno agregado ao próprio desenvolvimento e que será tanto mais rápido quanto maior for a diferença da assistência oferecida ao trabalhador urbano e ao rural.

A educação foi outra área através da qual foram levados a números crescentes da população os benefícios indiretos do crescimento econômico. O MOBRAL alcançava o último município, estando instalado nos 3.953 municípios brasileiros e sua meta de alfabetização era superior a um milhão de pessoas. Como suplemento de sua atividade básica, o MOBRAL passou a participar do Programa Intensivo de preparação de mão de obra, de longo alcance social. Além de ampliar a rede de ensino gratuito, o Governo vinha buscando criar condições de real acesso à educação. Para isto, o MEC

distribuiu 8 milhões de livros, através do Programa do Livro Didático que os vendia a baixos preços obtidos por meio de coedições de alta tiragem.

A exemplo do que ocorreu com os trabalhadores rurais no ano anterior, neste foram estendidos aos empregados domésticos os benefícios da previdência social. Com isso, o número de assistidos pela previdência ultrapassava a casa dos 10 milhões. Também o Setor Financeiro da Habitação, além de financiar unidades habitacionais em números crescentes, levava benefícios à população na área do saneamento básico, sendo à época, atendidos com redes adutoras de abastecimento de água 2.640 municípios e tendo crescido em 100%, nos últimos 10 anos, a rede de esgotos sanitários. A partir deste ano e até 1980, havia previsão da aplicação de Cr$ 5 bilhões nessa área, beneficiando, se concretizada, 65 milhões de pessoas.

A marcha satisfatória da economia, sem dúvida, vinha permitindo ao Governo liberar recursos para projetos que atendessem seus objetivos sociais.



4. A FBI continuava em expansão

À medida que os terroristas fugiam do País, a Frente Brasileira de Informações (FBI) expandia-se. As organizações subversivas que imergiam no Brasil, afloravam no exterior e integravam-se no que se havia tornado a mais importante forma de luta das esquerdas - a propaganda adversa.

Em março, apareceu no Chile mais uma publicação, a "*Jornadas de la Lucha Popular*". Assumido pelo Comitê do PCB no exterior, o tabloide incluiu-se no esquema da FBI, assacando infâmias contra o Brasil.

No dia 24 de maio, no Chile, um evento solene. Realizou-se um jantar no restaurante Savain em solidariedade às atividades da ACBS e da FBI. Na ocasião, foram rendidas homenagens a Francisco Whitaker Ferreira, escolhido como novo coordenador do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

O ano de 1973 foi marcado por duas importantes campanhas desenvolvidas pela FBI.

Em junho, foi iniciado na Bélgica um movimento para suspender a realização da '"Brazil Export 73". O "Comitê Belgo-Europa-América Latina" e o, também belga, "Movimento cristão para a Paz" desenvolveram intensa campanha tentando evitar a realização da feira. O pasquim "Jornadas de la Lucha Popular" no seu nº 3, de agosto, distribuído no Chile, também se incorporou à campanha. O objetivo era por demais evidente. A realização da exposição poderia representar o desmascaramento das infâmias divulgadas na Europa e, ao contrário, promover o País.

A segunda campanha desenvolvida pela FBI referia-se ao julgamento do Governo Brasileiro pelo Tribunal Bertrand Russel. Intensa atividade foi desenvolvida no sentido de recolher informações e testemunhos que pudessem ser apresentados durante o julgamento, previsto para outubro. Um dos principais membros do tribunal, o senador italiano Lélio Basso, esteve no Chile convidando terroristas a testemunharem perante o tribunal. O militante da ALN Fernando Soares, asilado nn Itália, esteve no Uruguai, desenvolvendo as mesmas atividades do Senador Basso no Chile.

É preciso não perder de vista que a maioria dos componentes dos diversos órgãos que compunham a rede de apoio à FBI, e a própria FBI, eram subversivos comunistas fugidos do Brasil.

A revolução chilena de setembro representou o desalento para asilados brasileiros e a queda de um importante bastião no esquema do movimento comunista. Toda atividade desenvolvida pela FBI no Chile foi suspensa, a partir da revoada dos comunistas à procura de um novo refúgio. O julgamento do Brasil pelo "Tribunal Bertrand Russel" foi adiado. O último boletim da FBI editado no Chile, o nº

43/44, de Jul/Ago, anunciava a formação do júri do tribunal para o julgamento da "ditadura brasileira", em outubro.

Em novembro, o Comitê Francês da *Amnesty International*, em ligação com o Front, organizou e promoveu um congresso sobre tortura, repetindo as acusações de sempre contra o Brasil. Como novidade, a reação do professor Denis Buean, romeno naturalizado francês que, ao comentar uma notícia do jornal "Le Figaro" sobre o evento, destacou que a Amnesty International nada fazia contra a tortura nos países comunistas.

No final do ano, iniciou-se a publicação do "*Brasilianische Informations-Front*", versão alemã do boletim da FBI. Ressalvando-se o idioma diferente, o boletim seguia o mesmo esquema do chileno, do francês e do italiano; as notícias eram as mesmas, assim como a fonte e a estrutura encarregada de fazê-las circular.



5. Os "justiçamentos" e o desmantelamento do PCBR

Após as "quedas" de dezembro de 1972, que atingiram a cúpula dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), três militantes assumiram o Comissariado Nacional Provisório (CNP) que passou a ser conhecido como o "3º CC": Ramires Maranhão do Valle, Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima.

Estruturado somente na Guanabara, o PCBR possuía esparsos militantes distribuídos na Frente de Massas, que englobava o Setor Operário, o Setor Estudantil, o Setor Logístico e a Base Médica. Na realidade, para as ações armadas, só existiam os militantes do triunvirato dirigente, reforçados por Vitorino Alves Moitinho, que já havia saído da prisão.

Em 25 de fevereiro de 1973, o PCBR participou do traiçoeiro assassinato do Delegado Otávio Gonçalves de Oliveira atirando pelas

costas, em Copacabana. Em “frente” com a ALN e com a VAR-Palmares, participaram do crime Ramires e Ranúsia, esta, responsável pelo esquema médico.

Em março, Ramires e Vitorino dirigiram-se para Porto Alegre, onde, em "frente" com a VAR-PALMARES, assaltaram, no dia 14, o Banco Francês Brasileiro, roubando cerca de Cr$ 41.000,00. Ainda em "frente" com a ALN e com a VAR-Palmares, o PCBR assaltou, em 4 de junho, o "BOB’S" de Ipanema, de onde roubaram cerca de Cr$ 31.000,00.

Em julho, os quatro militantes iniciaram o planejamento do assassinato de Salatiel Teixeira Rollins, ex-membro do CC e da CEx e que, havia saído da prisão um ano antes. Segundo os quatro remanescentes, ele era um traidor e deveria ser "justiçado". Depois de roubarem um Volks em Maria da Graça, os militantes, na manhã do dia 22, entraram num bar da Rua Dias Ferreira, no Leblon, onde Salatiel era o gerente. A vítima nem chegou a perceber o que estava acontecendo. Absorvido no trabalho de lavar o local, recebeu o impacto de três tiros disparados por Ramires e Vitorino. Enquanto Ranúsia esperava no Volks da fuga, Almir pichava as paredes do bar com a sigla assassina "PCBR" e lançava sobre o cadáver, panfletos assinados pelo "Comando Mário Alves".

Em 29 de agosto, os quatro assaltaram uma clínica médica na Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, da qual roubaram cerca de Cr$ 4.000,00.

Nessa época, além de enfrentar as dificuldades causadas pelo restrito número de militantes, o CNP do PCBR travava à distância, intensas discussões com os militantes foragidos e banidos que, no Chile, haviam eleito um novo CC, em oposição à direção do “interior”.

Na primeira quinzena de outubro, a denúncia de um informante possibilitou a localização de Almir que passou a ser constantemente vigiado. Na manhã de 27 de outubro, Ranúsia foi presa pela polícia. Já no seu primeiro depoimento afirmou que além de vários assaltos, o PCBR estava planejando o “justiçamento” de Ramayana Vaz Vargens, acusado de traição na prisão e que havia sido liberado quatro meses antes. Disse também, que teria um "ponto" nessa

noite, na Praça Combate, em Jacarepaguá, com Ramires e Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, a fim de serem acertados os novos assaltos em regime de "frente". Na chegada ao "ponto", Ranúsia e os policiais foram recebidos a tiros. No final da refrega os quatro mortos, Ramires, Ranúsia, Almir e Vitorino, atestavam o desmantelamento total do PCBR.

Só muitos anos mais tarde, com a volta de dirigentes do exterior, como Apolônio de Carvalho, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Antônio Prestes de Paula, pode o PCBR, reestruturar-se novamente, atuando infiltrado no PT. E, mais uma vez, prosseguir nos assaltos a bancos, prenunciando, talvez uma futura luta armada.



6. A desestruturação do PCR

Em 1973, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) era comandado por uma Direção Geral (DG), constituída por Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva no Conselho de Luta Operária (CLO), Valmir Costa no Conselho de Luta Estudantil (CLE) e Manoel Aleixo da Silva no Conselho de Luta Camponesa (CLC). Selma Bandeira Mendes era responsável pelas finanças e Bartolomeu Mendes Cunha encarregado do Setor de Imprensa. Existiam direções regionais (DR) em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A DR de Pernambuco era integrada pelos mesmos elementos da DG.

Em 20 de março a organização realizou sua primeira ação do ano. Manoel Lisboa e José Emilson, usando fardas da Força Aérea, e mais três elementos assaltaram o Parque da Aeronáutica em Recife, roubando dois mosquetões e uma carabina .30.

As primeiras prisões de militantes do PCR ocorreram em maio, em João Pessoa, logo estendidas para Maceió, em fins de julho. Mesmo assim, em 4 de agosto, a organização assaltou a Padaria Rosarinho, na Avenida Norte, em Recife, roubando cerca de 5 mil cruzeiros. Desesperado, o PCR esquecia-se de suas convicções anteriores e

buscava no assalto, conseguir dinheiro para a sua ameaçada sobrevivência. Foi, no entanto, o canto de cisne de suas ações armadas.

Em agosto e setembro, ocorreram as prisões de dezenas de militantes do PCR, nos quatro Estados. Em Recife, foram descobertos quatro "aparelhos". No localizado na Avenida Central, em Tejipió, foi encontrada grande quantidade de armamento, de munição e de explosivos.

Seu principal dirigente, Manoel Lisboa de Moura, o "Galego", preso em 16 de agosto, disse que Emmanuel Bezerra dos Santos, havia ido a Buenos Aires, no começo do mês, a fim de contatar e pedir apoio ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) argentino e à Vanguarda Comunista e que, ao retornar, teriam um "ponto" no Largo da Moema, em São Paulo. No dia previsto para o encontro, às 08:30 horas, deixado sozinho no meio da praça, cercada pelos agentes, "Galego" encontrou-se com Emmanuel. Nesse momento, ao receber voz de prisão, Emmanuel reagiu a tiros, ocasionando um violento tiroteio que causou a morte dos dois militantes.

Com a perda desses dois dirigentes, com a morte do encarregado do trabalho de campo, Manoel Aleixo da Silva, o "Ventania", ao reagir a prisão, em 29 de agosto, no município pernambucano de Ribeirão e com a prisão de cerca de meia centena militantes, o PCR ficou praticamente desestruturado. Dos elementos da direção, só não foram presos Valmir Costa, Selma Bandeira Mendes e Luíza Maria Nóbrega.

O PCR só voltaria ao cenário da esquerda brasileira anos mais tarde, com a fusão do que restou da organização ao MR-8.



7. ALN: a violência até no estertor

O longo silêncio da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi quebrado em São Paulo, no dia 16 de janeiro, com o assalto à empresa de transportes Útil S/A, como decorrência da necessidade de sobrevivência. A essa altura, o limitado efetivo da ALN fazia com que seus militantes exercessem múltiplas funções e que se confundisse a Coordenação Nacional com a Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) e com o próprio Grupo Tático Armado (GTA).

Antônio Carlos Bicalho Lana e Arnaldo Cardoso Rocha, seu companheiro de direção nacional, alternavam-se no planejamento e no comando das ações armadas que sustentavam o que restava da organização subversiva em São Paulo. Ao GTA foram incorporados elementos pertencentes ao Setor Estudantil, entre os quais Ronaldo Mouth Queiroz e Francisco Emanuel Penteado.

Havia um esforço da organização no sentido de recompor o Setor Estudantil, na tentativa de mobiliar seus debilitados quadros. Conseguira refazer seus contatos no movimento estudantil, praticamente inexistentes desde o "racha" do MOLIPO. Ronaldo Mouth Queiroz ligara-se a Alexandre Vanucchi Leme para a reconstituição de grupos de discussão política, primeiro passo para o aliciamento e recrutamento de novos militantes.

Apesar de abalada na sua estrutura, a ALN conseguia manter o seu Setor de Imprensa funcionando. Divulgou em São Paulo, uma edição mimeografada do nº 9 de "O Guerrilheiro", enquanto no Rio de Janeiro era distribuído o nº 9 de "Ação", referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1972.[101] As publicações, refletindo o estertor da organização, não mais enalteciam seus feitos "guerrilheiros". Limitavam-se a orientar o planejamento das ações a

---

[101] O atraso na difusão do nº 9 de "Ação" devia-se à morte da editora-chefe do jornal, Aurora Maria do Nascimento Furtado, em novembro de 1972. Ainda em janeiro foi difundido o nº 10 desse jornal, que continuaria a ser divulgado até o nº 12, de julho de 1974. Ao que se sabe, o nº 10 de "O Guerrilheiro", de abril desse ano, seria o último número desse jornal.

serem realizadas, apenas, onde e quando se pudesse assegurar uma superioridade tática.

Assim como ocorrera com o MR-8 no exterior, o nº 12 de "Ação", vaticinava, numa postura autocrítica, que o prosseguimento da atividade armada, indiscriminadamente, representaria a destruição da organização. Mas, ao contrário daquela organização, esclarecia que as ações - corretas de início - esvaziavam-se de conteúdo político e a insistência na sua prática constituía um erro tático, proporcionando o ressurgimento do "reformismo pacifista" - alusão à nova postura propugnada por diversas organizações subversivas e, particularmente, à Tendência Leninista que, aos poucos, ganhava adeptos dentre os quadros e militantes da ALN, também no Brasil.

Mas a organização, mesmo nos seus estertores e apesar, da autocrítica, manter-se-ia guiada pela violência irracional que estava incorporada em seus militantes.

Atribuindo a morte de Yuri Xavier Pereira e seus companheiros à delação de um dos proprietários do Restaurante Varela, no bairro da Mooca, onde o terrorista e seu bando foram localizados, decidiu-se por seu assassinato, com o pomposo título de "'justiçamento". O comando "Aurora Maria do Nascimento Furtado", constituído por Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado, Francisco Seiko Okama e Ronaldo Mouth Queiroz foi encarregado da missão e assassinou, no dia 21 de fevereiro, o comerciante Manoel Henrique de Oliveira, conhecido por todos como "Português". Às 07:0 horas dessa manhã, quando Manoel descia de seu Volkswagen, acompanhado de um sobrinho menor, para abrir o restaurante do qual era um dos quatro sócios proprietários, foi metralhado, sem que pudesse esboçar um gesto de defesa, não tendo seu sobrinho sido atingido pelas rajadas de metralhadora por mero acaso. Manoel, 39 anos, de nacionalidade portuguesa, viera para o Brasil há pouco mais de um ano, "para tentar a vida na terra da promissão". Com sua morte, antes que pudesse enriquecer, deixou sua mulher com duas crianças pequenas, totalmente desamparadas, numa terra estranha. O conhecimento da ação não ficou restrito aos assassinos; o corpo de Manoel foi coberto por panfletos da organização impressos no Centro de Orientação Estudantil da USP, por interveniência do militante da ALN, Paulo Frateschi.

Havia algum tempo que os órgãos de segurança conheciam a intenção da ALN em assassinar seus componentes, como forma de intimidação e retaliação pelas frequentes "perdas" ocorridas no "estouro de aparelhos" e nos confrontos armados. A organização reconhecia que a agonia das organizações "militaristas" devia-se, em boa parte, à atividade eficiente dos profissionais que participavam da luta antiterrorista.

O doutor Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho" delegado do DOPS paulista, destacava-se, desde os tempos de estudante na Universidade Mackenzie, como um convicto opositor das teses marxista-leninistas. Na luta contra a subversão comunista, "Otavinho" havia demonstrado sua inabalável profissão de fé no regime de liberdade. Além disso, pela sua educação e afabilidade, "Otavinho" era muito estimado nos órgãos de segurança, constituindo-se, por tudo isso, num alvo compensador para o terror.

Passando o fim de semana no Rio de Janeiro, "Otavinho" retornava da praia com um amigo, no dia 25 de fevereiro. Parou na esquina da Av. Copacabana com a Rua República do Peru para fazer uma ligação telefônica para sua noiva. Estava sendo vigiado havia muito tempo por um comando composto por Flávio Augusto Neves de Sales e Merival de Araújo da ALN, Ramires Maranhão do Vale do PCBR e James Alen Luz da VAR-P. Enquanto completava a ligação no "orelhão", "Otavinho" foi abatido pelas costas por um tiro de espingarda de caça calibre 12, disparado à queima-roupa por um dos dois elementos que haviam saltado sorrateiramente de um Aero-Willys verde. O disparo fatal, que deixou suas marcas no prédio da esquina e na banca de jornais próxima ao orelhão, feriu também, o amigo de Octávio Gonçalves que foi internado no Hospital Miguel Couto. O "justiçamento" foi completado por dois tiros de pistola 9mm desferidos na cabeça do corpo já estendido na calçada, enquanto de dentro do veículo eram lançados panfletos, ante os olhares assustados de populares. Com a morte de "Otavinho" talvez a ALN tenha desejado demonstrar que, apesar de debilitada, a "guerra" prosseguiria.

No dia 2 de março, em São Paulo, ao abordar um local suspeito de tráfico de tóxico, a polícia foi recebida a bala e os meliantes lograram

fugir. Um deles, nissei, na fuga deixou cair uma maleta contendo documentos da ALN, sendo o fato comunicado aos órgãos de segurança. No dia 15 desse mesmo mês, com o auxílio dos policiais envolvidos nesse incidente, foi dada uma nova "batida" no local, tendo sido ali identificado o mesmo elemento que deixara cair a maleta com documentos durante a fuga anterior, acompanhado de outros dois. À ordem de prisão, reagiram, travando-se cerrado tiroteio. Ao dispararem suas armas, os terroristas feriram a transeunte Aparecida Guarnieri Rodrigues e um policial. Ao cabo da refrega os três elementos estavam mortos, tendo sido identificados como Francisco Seiko Okama, Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanuel Penteado.



8. Uma ajuda involuntária à guerra psicológica

Independentemente do episódio ocorrido na véspera quando morreram em São Paulo, em tiroteio com a polícia, três terroristas da ALN, fruto de um paciente trabalho de investigação no meio universitário da USP, foi preso, no dia 16 de março, o subversivo Alexandre Vanucchi Leme. Alexandre "abriu" os elementos que estava recrutando para a ALN, o que permitiu a imediata prisão de alguns deles.

Alexandre admitiu um "ponto" com Ronaldo Mouth Queiroz no dia seguinte, às 11:00 horas, no cruzamento da rua Bresser com a Av Celso Garcia, no Brás, lugar de tráfego intenso. Levado ao local, Alexandre foi deixado na esquina, permanecendo os agentes à distância, aguardando que o encontro se concretizasse. Aparentando tranquilidade, Alexandre dirigiu-se à padaria da esquina, tomou uma cerveja e retornou ao seu ponto, olhando insistentemente para os lados. Em determinado momento, vislumbrando a chance de escapar, Alexandre tentou atravessar a rua em desabalada carreira, imediatamente após a abertura do semáforo. Não conseguiu. Foi

colhido pelo caminhão Mercedes Benz, placa NT-1903, dirigido por João Coscov, vindo a falecer com lesões traumáticas crânio-encefálicas, atestadas como "causa mortis" pela necropsia realizada no IML.

No inquérito instaurado pelo DOPS foram ouvidas várias testemunhas, entre as quais, naturalmente, o motorista do caminhão e todos confirmaram a ocorrência. Houve, no entanto, um retardo no anúncio de sua morte - a imprensa noticiou-a no dia 20 de março - e isso deveu-se à necessidade de aprofundamento das investigações com base nos depoimentos de Alexandre dos dias 16 e 17. A operação resultante permitiu a prisão de mais estudantes comprometidos com a ALN, num total de dezoito.

Com dados fornecidos por Alexandre Vanucchi Leme, foi realizada uma operação de vigilância na Vila Buarque, com a finalidade de deter Ronaldo Mouth Queiroz, elemento importante no esquema de aliciamento de estudantes. Na manhã do dia 6 de abril, foi observado na esquina da Av. Angélica com a Rua Sergipe, um elemento com todas as características de Ronaldo. Ao ser dada voz de prisão ao suspeito, este sacou um revólver .38 e reagiu a tiros, vindo a falecer no tiroteio que se seguiu. A polícia, diligenciando nas imediações da ocorrência, localizou o "aparelho" de Ronaldo, onde farta documentação demonstrava a preocupação de aliciar estudantes da USP e a realização de levantamentos de terroristas já mortos e de agentes de órgãos de segurança. A morte de Ronaldo punha fim a uma operação que teve início com a prisão de Alexandre e que desbaratou o Setor Estudantil da ALN em São Paulo.

O "ponto" que Alexandre "abrira" com Ronaldo possivelmente era um "ponto de polícia". O fato é que dessa ou de outra forma, já no dia 17, circulavam na USP rumores de sua prisão. Quando foi noticiada sua morte, os órgãos de segurança foram surpreendidos por uma intensa atividade de propaganda, a qual difundiu a versão de que Alexandre tinha morrido em consequência de torturas sofridas nos órgãos de segurança. A campanha, apoiada pelo clero dito "progressista" - sob a liderança de D. Evaristo Arns - gerou um compreensível clima de revolta no meio estudantil. Era o próprio "fermento na massa" na sua verdadeira expressão. O fato abriu uma campanha psicológica sistemática que, daí por diante, seria

desencadeada sempre que ocorresse a morte de um terrorista que não fosse resultado de um flagrante entrevero.

No momento da morte de Alexandre, estavam descobertos "os direitos humanos". Sim, porque sobre a morte brutal de Manoel Henrique de Oliveira, que fora assassinado a porta de seu trabalho um mês antes e o assassinato cruel de Octávio Gonçalves Moreira Júnior, quatro dias depois, nada fora dito. Ou a vida e o trabalho não se inserem entre os direitos humanos? Ou seria porque Manoel, um dos quatro proprietários de um restaurante na época, não era um "oprimido" e sim um representante do "capitalismo selvagem"? Estes fatos, por acaso, não foram escritos com sangue? Ou será que a imagem de Deus estampada na pessoa humana não é sempre a mesma?

Vários terroristas declararam mais tarde ter assistido ou tomado conhecimento da "morte" de Alexandre, o "menino Alexandre", como preferem referir-se, nos seus depoimentos, uma psicóloga e uma pedagoga. Um dos depoentes diz que ouvira seus gritos e gemidos na cela solitária e que já estava em tal cela 15 dias antes do interrogando chegar ao pavilhão (...). Ora, Alexandre foi preso dia 16, como é público e notório e mesmo que não tivesse morrido ao tentar a fuga no dia 17, sua morte foi noticiada a 20, tudo do mês de março. Como poderia estar na solitária há mais de 15 dias? O restante de seu depoimento é semelhante aos demais, apenas diferindo, também, quando acrescenta que no dia da morte o carcereiro informou-lhe "*que aquele moço da solitária havia tentado o suicídio cortando os pulsos e que veio a saber que o nome desse rapaz da solitária era Alexandre Vanucchi*". Erro dessa natureza é compreensível. Afinal, o trabalho de denúncia sistemática de tortura nos tribunais estava no seu início e alguns terroristas julgavam que quanto mais grave a denúncia melhor, esquecendo-se de que mesmo a mentira precisa de um mínimo de coerência e não havia ainda uma coordenação eficiente. Os poucos erros desse tipo não seriam mais cometidos. A versão seria única, normalmente coerente e com nuances sem importância para dar-lhe maior autenticidade.

Indagamos ao diretor do DOPS a época sobre a morte de Alexandre e ele nos disse: "*Se o Alexandre Vanucchi tivesse permanecido vivo não teríamos acabado apenas com o Setor Estudantil da ALN, em São*

Paulo, teríamos, naqueles dias, acabado com a própria ALN e talvez outras organizações que com ela atuavam em 'frente'. Por paradoxal que possa parecer, os maiores interessados em preservar a vida de Alexandre, naquele momento, eram os órgãos de segurança. Além do mais, se fosse objetivo dos órgãos de segurança simular a morte de Alexandre no trânsito, quem conhece, São Paulo sabe que seria um absurdo tentar fazê-lo, às 11 horas da manhã, no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia. O retardamento do anúncio de sua morte foi o recurso que nos restou para acabar pelo menos com o Setor Estudantil da ALN. Não esperávamos que sua morte por acidente, comprovada em inquérito, fosse alvo de uma campanha psicológica que pelas suas técnicas, naturalmente, ignorou o inquérito e as circunstâncias citadas".



9. O fim da ALN

No dia 13 de abril, a Ação Libertadora Nacional (ALN) perdia no Rio de Janeiro o terrorista do GTA, Merival de Araújo, morto ao tentar escapar durante a "cobertura de um ponto". A prisão de Merival fora possível pelas declarações de seu "apoio", o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga, militante da RAN, preso naquela ocasião.

No dia 28 de junho, quando preparava provas na secretaria do Curso MCB que funcionava em anexo ao Colégio Veiga de Almeida, na Rua São Francisco Xavier, na Tijuca, o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga foi assassinado com quatro tiros de pistola .45 desferidos pelo terrorista do GTA, Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto. O assassino, acompanhado por mais dois elementos, após perguntar à vítima se era o professor Jacques, disparou quatro vezes, em resposta ao gesto amistoso do mestre que lhe estendia a mão. Um dos acompanhantes de Thomas pichou uma parede do colégio com a sigla ALN.

Consumava-se assim, mais um "justiçamento" da ALN que pressentindo o seu fim, agia de forma a cercá-lo da mesma aura de violência que caracterizou o seu surgimento e a sua existência como organização subversiva.

Em julho em São Paulo, a ALN perdeu em enfrentamentos armados mais um elemento de sua Coordenação Nacional e mais um experiente quadro do GTA. No dia 13, o dirigente Luiz José da Cunha, identificado na Avenida Santo Amaro, empreendeu fuga ferindo duas moças na tentativa de sequestrar um carro, antes de morrer no combate com a polícia. No dia 16, desfalcava a organização o militante Hélber José Gomes Goulart, morto no bairro do Ipiranga ao tentar romper um cerco policial. A ALN mantinha a mística de que os quadros dirigentes e os membros do GTA não deveriam "cair vivos".

Com Hélber foi encontrado um documento da organização que considerava como causas das derrotas da esquerda em geral: "*a neutralização e o controle das informações através dos CODI; o incremento da formação técnica dos agentes da lei, bem como o aperfeiçoamento dos métodos de investigação; a campanha publicitária do governo; o controle exercido sobre os sindicatos, dificultando os movimentos de massa; os 'projetos impacto'; a falta de uma unidade política de esquerda, bem como a inexperiência de guerra; as derrotas impostas aos movimentos armados e às suas redes de apoio; o grande número de militantes no exterior*". O texto admitia o sucesso do governo revolucionário junto à classe média quando veiculava textualmente: "*(...) E na verdade não podemos dizer que não obteve êxito*".

Em 1º de outubro, o que sobrara da CR/GB, chefiada por Flávio Augusto Neves Leão de Sales, em "frente" com o PCBR e a VARP, fez explodir uma bomba nos escritórios da agência de passagens da empresa aérea LAN-Chile, na Avenida Rio Branco, ferindo seis policiais e seis populares. A bomba, entregue com um bilhete, representou um protesto pela derrubada do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, ocorrida no dia 11 de setembro.

A bomba, colocada na agência da LAN-Chile, foi considerada a última manifestação de violência praticada pelas organizações subversivas e

baliza o fim da tentativa armada comunista para a tomada do poder no Brasil.

Em face das "quedas" ocorridas nas fileiras da ALN, sua estrutura que já era deficiente, tornou-se crítica. Em São Paulo, restava um grupo do Setor de Massas, controlado por Betty Chachamovitz, do qual faziam parte Edmir Elias Albino, Gregório Gomes Silvestre e Rivaldo Leão. Estes elementos, militando na organização desde o final de 1972, ligavam-se diretamente ao último membro da antiga CN ainda atuante, Antônio Carlos Bicalho Lana. O grupo atuava no meio sindical da cidade de Santos, particularmente no meio portuário, imprimindo e distribuindo um jornal.

A desarticulação da organização exigia a neutralização do remanescente da direção nacional, Antônio Carlos Bicalho Lana, que continuava atuando em São Paulo. Prosseguindo as investigações, os órgãos de segurança localizaram em 30 de novembro, na Avenida Pinedo, em Santo Amaro, um casal suspeito. Ao serem abordados, os dois sacaram suas armas e tentaram fugir, atirando nos agentes. Cercados, continuaram atirando até tombarem mortalmente feridos. Confirmando as suspeitas, foram identificados como Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes de Moraes. Desta forma, a ALN tornava-se acéfala com o desaparecimento do último membro da Coordenação Nacional.

Com a morte de Bicalho, Betty Chachamovitz deslocou-se para o Rio de Janeiro, passando a viver com Flávio Augusto Neves Leão de Sales. Sem a assistência de Betty, o grupo, que atuava no setor portuário de Santos, seria assinalado e preso em abril/maio de 1974, encerrando suas atividades.

A ALN no Brasil estava praticamente extinta. Com a inquestionável derrota militar da organização, as teses da Tendência Leninista da ALN, formuladas no exterior por Rolando Fratti, ganhavam adeptos, afirmando-se como a linha política mais correta dentro da conjuntura. O debate entre a TL e a ALN, veiculado pelo jornal "Unidade e Luta", no Chile, foi nitidamente favorável à Tendência.

Após a derrubada de Allende no Chile, a TL, acompanhando a revoada das organizações subversivas brasileiras que lá atuavam,

manteve um núcleo na Argentina com Ricardo Zarattini Filho, enquanto o restante se radicava na Europa.

Nessa altura Cuba já havia reconhecido um dos mentores da TL, José Maria Crispim, como liderança da ALN. Crispim foi para a Argentina, para onde, no final do ano, dirigiram-se Flávio Neves Leão de Sales e Rafael de Falco Neto, visando a impor seus pontos de vista e manter a ALN dentro da orientação original imposta por Marighela. Nada conseguiram e acabaram aceitando a vitória do novo pensamento que se impunha na organização.

A Ação Libertadora Nacional deixava de existir como organização atuante no Brasil.



10. Operação "Sucuri"

"*Se conhecermos o inimigo e a nós mesmos, não precisaremos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecermos, mas não ao inimigo, para cada vitória teremos uma derrota. Se não nos conhecermos, nem ao inimigo, perderemos todas as batalhas*". Sun Tzu

Em 1973 teriam continuidade as quedas verificadas no PC do B desde o final do ano anterior, atingindo elementos da cúpula do partido entre os quais, três do Comitê Central (CC). Em 15 de fevereiro, foi preso Luiz Vergatti e nos dias 4 de janeiro e 13 de março, foram mortos em choques com a polícia, respectivamente, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. O cerco ao PC do B, na cidade estava

estabelecido. Era preciso cuidar do foco guerrilheiro que se desenvolvia nas matas do Araguaia e que se havia tornado preocupação máxima do Partido e das forças de segurança.

No início desse ano sentiu-se a necessidade de se obter dados mais concretos acerca da área onde se implantara o foco guerrilheiro e das atividades que ali eram desenvolvidas, antes de realizar qualquer ação para reduzi-lo. A saída das tropas da área, desde outubro do ano anterior, restituíra liberdade de ação aos subversivos. Tendo tido suas baixas localizadas particularmente a oeste da Serra das Andorinhas, sem dúvida realizara remanejamentos em seus efetivos. Embora não houvesse dados que indicassem a retomada do fluxo de subversivos para a área, o longo período de permanência na região, realizando um trabalho de conquista da população e o proselitismo que passaram a desenvolver, desde julho do ano anterior, eram de molde a indicar que pudessem ter conseguido ampliar seus quadros com moradores locais. Sem dúvida haviam reposto seus suprimentos, estabelecido novos depósitos, organizado novas bases e, possivelmente - se é que pretendiam expandir aquele foco, não se tratando de simples área de treinamento - teriam conseguido melhorar a qualidade e ampliar número de suas armas.

Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto à população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc, foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de "Sucuri". Concluídos os preparativos, a operação teve início somete na primeira quinzena de maio, com a "implantação" de agentes na região, de maneira semelhante à que os terroristas haviam feito durante seis anos, mas de forma bem mais rápida. Em cerca de 20 dias foram implantados 32 (trinta e dois) agentes que iriam fazer funcionar uma eficiente rede de coleta de informações, numa área superior a 10.000 km^2. As dificuldades dessa extensa área, coberta por uma exuberante floresta amazônica e dotada de rica rede fluvial, somar-se-iam as deficiências de escassas vias de acesso, que se resumiam à Belém-Brasília e à Transamazônica. No interior da área havia a MA-70 (Marabá-Conceição do Araguaia), a OP-25 (São Domingos-São Geraldo), intransitável e a OP-3 (Brejo Grande-Santa Cruz), inconclusa.

A fase mais difícil das operações foi exatamente a do estabelecimento da rede de agentes - a aquisição de terra pelos "posseiros", a compra de "bodegas" e o estabelecimento dos negócios.[102] Um dos agentes chegou a ser aprisionado logo ao adentrar a área. Depois de solto seria afastado por medida de segurança, mas faria muita falta. Era um "gateiro" (informante-móvel) e não pôde ser substituído. O Sd. Francisco Xavier de Paula, que havia se instalado numa posse de terra, no município de Xambioá, desapareceu. E provável que tenha sido identificado pelos terroristas e por eles tenha sido morto. No início de junho estava montada a rede e começaram a fluir as primeiras informações. A maioria desses dados iniciais dizia respeito aos aspectos políticos-econômicos-psicossociais da área. Retratavam de maneira objetiva as precárias condições em que o poder político se exercitava na região, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apática e irresponsável. Os órgãos estaduais e federais, inoperantes quando não corrompidos, eram postos por seus chefes locais a serviço dos grandes proprietários: O pequeno proprietário, em precaríssimo estado físico-sanitário, era explorado pelos madeireiros, donos de castanhais e grileiros.

Esse quadro favorecia a obtenção inconsciente de apoio político de posseiros e pequenos proprietários, homens humildes, pacíficos e desassistidos, aqueles que, como os subversivos, estendiam-lhes as mãos. A situação era tão revoltante que uma equipe de agentes desviou-se do "trabalho de cobertura", inicialmente prevista e passou a trabalhar em apoio a um escritório do INCRA na área. Como tal, procedeu a levantamentos sócio-econômicos e fundiários na região que, conjugados com contatos feitos em Brasília, permitiram que se realizasse a titulação parcelada de uma série de posseiros. Os agentes empenhados nessa tarefa tiraram grande proveito dessa atividade no campo das informações, seja pelo relacionamento com a população e a colaboração que desta passaram a receber, seja por ter essa atividade se constituído em "estória de cobertura" melhor do que a originalmente engendrada. Nesse período inicial os agentes remeteram também informações que permitiram atualizar caminhos e

[102] Bodega é um termo empregado na área para definir um pequeno comércio onde se adquire querosene, farinha, linha, agulha, anzol, etc. Caracteriza-se exatamente pela variedade dos produtos,

trilhas, nomes de castanhais e igarapés e localizar bodegas e vilarejos.



Acampamento de campanha na área

Os agentes viveram cinco meses na região. Os informes fluíam das "roças", "bodegas" e "pessoal do INCRA" para os informantes, que eram os agentes móveis encarregados de transmiti-los aos subcoordenadores, um ao Norte e outro ao Sul. Muitas vezes um informante tinha que percorrer 40 quilômetros para passar os informes. Os agentes dispunham, para a defesa pessoal, de armas de caça, facões e revólveres semelhantes ao de uso corrente na área. Somente os "roceiros" levavam armas de caça calibre .20. As roupas eram também as de uso na área, previamente usadas e lavadas várias vezes. Apenas uma estação de rádio foi levada para a região.

Os agentes por várias vezes tiveram contato com os terroristas e um deles, para não despertar suspeitas, viu-se obrigado a vender-lhes munição. Esse convívio na região permitiu aos agentes delinear a área onde os subversivos circulavam; determinar o tipo de armamento de que dispunham; identificar os elementos que lhes prestavam apoio; conhecer toda a área de operações, identificar na população, os neutros e os que poderiam contrapor-se aos terroristas, desde que apoiados. Apesar de não ter sido possível localizar as bases da guerrilha, já que as medidas de segurança não permitiam a circulação nessas áreas sem criar sérias suspeitas, foi possível determinar seu dispositivo e, grosso modo, sua composição. Ao final da operação foi possível estimar também a quantidade de suprimentos que havia sido estocada e o tempo que os subversivos poderiam sobreviver, se cortadas suas fontes de abastecimento.

Durante esse per iodo os subversivos realizaram diversas ações: executaram dois moradores locais, um conhecido por Pedro Limoeiro e outro por Osmar, tendo "expropriado" deles suas armas, roupas e remédios; atacaram a fazenda de Nemer Kouri, acusado de auxiliar as forças legais, tendo também na ocasião roubado, a título de “expropriação”, dinheiro, armas, roupas, alimentos e remédios; e assaltaram um posto policial (PM/PA) na Transamazônica, de onde também "expropriaram" seis fuzis antigos, um revólver, munição e roupas. A cada uma dessas ações os comandantes dos destacamentos responsáveis emitiram "um comunicado militar", exaltando o "ato revolucionário".

Nesse mesmo período, fugiu da área um elemento não identificado pelas forças legais, que atendia pelo codinome de "Paulo", considerado pelos subversivos como traidor. Anteriormente, em 16 de agosto, por desejar deixar a área, foi "justiçado" o subversivo Rosalindo Cruz, "Mundico", dado pelos subversivos como morto em acidente com arma de fogo.

As informações necessárias ao início das operações já haviam sido colhidas. Estava perfeitamente configurada a intenção do grupo terrorista de permanecer na região, a fim de tentar alcançar seus objetivos políticos, com a implantação de uma área liberada, embora nos oito meses que permaneceram com quase total liberdade, pouco houvessem evoluído. Recrutaram entre os moradores locais um

numero irrisório de colaboradores, não haviam conseguido melhorar a qualidade nem ampliar a quantidade de seu armamento e não haviam reforçado seus efetivos, sequer para repor as baixas que alcançavam entre mortos, presos e desertores, um terço do efetivo inicial.



11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B

Era pensamento dos subversivos incrustados no sudeste do Pará que, se o "inimigo" não atacasse antes de outubro, ele não mais o faria nesse ano, em razão da chegada das chuvas. Também julgavam que as forças de segurança, como das vezes anteriores, evitariam entrar na selva, "*porque não tinham capacidade para isso*", pelo que se haviam preparado para realizar emboscadas e ações de fustigamentos nas trilhas e caminhos. Julgavam ainda que, como das vezes anteriores, essas forças deveriam entrar na área pelo Norte e pelo Sul.

As forças legais iniciaram as ações em 7 de outubro e surpreenderam as forças subversivas, ainda que a época de início das operações não estivesse subordinada a esse propósito. Essas forças atuaram descentralizadamente, guiadas pelos elementos que há cinco meses viviam na área e de cuja presença os subversivos sequer suspeitavam. Isto se constituiu em mais uma surpresa para os terroristas, que ficaram cerca de um mês sem ter noção dos efetivos que os combatiam. Essas forças tinham um efetivo de cerca de 250 homens, mas os terroristas o estimavam cinco vezes superior, confundidos por sua dispersão.

A primeira ação realizada foi a de isolamento dos elementos que prestavam apoio material aos terroristas e deveria ser desencadeada simultaneamente em toda a área, pois se pensava que, após longa permanência na região, os subversivos tivessem montado uma

eficiente rede de informações. As forças de segurança estavam equivocadas. Concluiu-se depois que sequer essa rede conseguiram estruturar com os moradores locais.



Moradores que colaboravam com os terroristas
sendo revistados pelo exército

Cada equipe que adentrou a área recebia de seu guia uma ficha dos moradores, indicando seu grau de comprometimento e tipo de apoio que prestavam, embora, inicialmente, pelas razões antes explicitadas, todos tivessem sido isolados. Esses elementos, depois de desestimulados a cooperar com os subversivos, eram concitados a colaborar com as forças legais que passaram a apoiar suas famílias. Sob a custódia da PM/PA, recebiam alimentação, certidões de casamento e nascimento e, por fim, a muitos foi entregue o esperado título de terra. Não tinham qualquer formação política e cooperavam com os "paulistas" - denominação dada aos terroristas - que lhes davam assistência médica, orientação sobre práticas agrícolas e educação e lhes tratavam com correção, da mesma forma, passaram a colaborar com as forças legais à medida que lhes foi ganha a confiança. Muitos deles tornaram-se valiosos guias.

Logo no início das operações, a rede de apoio, cuidadosamente trabalhada durante meses, estava na sua quase totalidade neutralizada, graças aos levantamentos realizados com antecedência. Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as

forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Haviam morrido no enfrentamento com as "forças da repressão": Jovino Ferreira de Souza ("Nunes"), André Grabois ("José Carlos"), João Gualberto Calatronio ("Zebão") – pertencentes ao destacamento "A" – Antônio Alfredo Campos (elemento de apoio da área). Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza ("Sônia").



Grupo de terroristas no Araguaia

Habitantes locais, surpreendidos pelas ações junto às forças subversivas, abandonaram os "paulistas" logo nos primeiros dias. Outros o fariam dias depois. Após esses primeiros combates, os terroristas desapareceram da área. Tinham seguramente se retirado para as áreas de homízio. Durante o restante do mês de outubro, todo o mês de novembro e boa parte de dezembro não houve mais encontros nessa região.

As tropas agora empregadas eram especializadas neste tipo de combate e boa parte delas com larga vivência na selva. Palmilhavam

a selva, mas não encontravam ninguém. Estabeleceram as bases de operações na mata, patrulharam castanhais, grotas, áreas de homízio, recebiam informações de helicópteros que vigiavam a região, estavam acompanhados de bons "pizeiros" e, possivelmente, dadas as dimensões da área, não encontravam viva alma.[103] É provável que muitas vezes tivessem passado bem próximo de acampamentos, mas em razão do limitado campo de visão na mata, não percebessem sua existência.



Helicóptero nas operações

Em fins de novembro, uma patrulha plotou um grupo de terroristas junto a uma grota, na área do destacamento "B". Travou-se um tiroteio, quando dois subversivos lograram fugir. É possível que nessa ocasião tenha morrido o terrorista Arildo Valadão ("Ari"). Os "paulistas", no entanto, imputam a morte de "Ari" a um morador local conhecido por Jonas, integrante desse grupo e que, após esse episódio, teria desertado.

---

[103] "Pizeiro" era o nome dado na área ao rastreador, o homem que tem habilidade de seguir rastros.

Nos primeiros dias de dezembro, ainda na área do Destacamento “B”, uma patrulha que vinha da região de Palestina defrontou-se com um grupo de 7 a 8 subversivos, acampados próximos a uma grota, num lugar já utilizado para esse fim anteriormente.

A patrulha atacou o grupo que, ao invés de reagir, fugiu apavorado, abandonando mochilas, bornais, panelas e um revólver. Teriam sido feridos ou mortos nessa oportunidade, pelo menos dois terroristas. O relatório de "Jota", codinome de Ângelo Arroyo, sobre a luta no Araguaia, assinala nesse episódio apenas a morte de Adriano Fonseca Filho ("Chico"). No entanto fala que "Jaime" e "Ferreira", nessa ocasião “*ficaram desligados do grupo.*[104] *Simão não foi à referência procura-los. Não se sabe o que ocorreu com eles. Durante cinco dias os demais companheiros, em número de cinco, caminharam pela mata sem ter o que comer e sequer um isqueiro para acender fogo. Ao se encontrarem com o resto da força, apresentavam o corpo inchado de picadas de tatuquira*[105] *e estavam famintos*”.[106] Com o que acontecera a "Ari", "Jaime" e "Ferreira" parece que não houve mais preocupação, bastou o registro.

No final de dezembro foram localizados rastros que indicavam a movimentação de uma coluna na área do destacamento “A”. Esses rastros foram seguidos e dada a possibilidade dos terroristas estarem, efetivamente reunidos em grande número, informações foram passadas por meio de helicópteros de modo que outras equipes fossem orientadas para aquela região.

No dia 25, pela manhã, a patrulha que estava na área travou cerrado tiroteio com os subversivos. Intensificaram-se os reconhecimentos na

---

[104] "Jaime", será possivelmente Jaime Petit da Silva e "Ferreira", ou "Zé Ferreira", Antônio Guilherme Ribeira Ribas.

[105] Mosquitos flebótomos (do gênero Phlebotomus).Esses mosquitos recebem no Brasil diversos nomes populares como mosquito-palha, tatuquira, birigui, bererê etc. Vivem no interior das florestas, de onde passam para as habitações humanas próximas. As fêmeas sugam sangue de vertebrados e transmitem ao homem as leishmânias, protozoários causadores de graves doenças humanas. As larvas dos flebótomos vivem em água acumulada, em lugares muito úmidos e na matéria vegetal decomposta. (NE)

[106] "Simão" é o codinome de Cilón Cunha Brun.

região e entre os dias 30 de dezembro e 2 de janeiro, houve vários combates de encontro, com trocas de tiro. [107]


"Tatuquira"

Os subversivos, desde que começaram essas últimas operações em outubro de 1973, pareciam ter como objetivo marcar presença na área, ou sobreviver. Nesses três meses, em nenhuma ocasião chegaram a tomar a iniciativa das ações. Seus efetivos na área, ao término do ano, haviam se reduzido a um terço do existente em abril de 1972. As operações prolongar-se-iam até meados de 1974, mas as forças restantes na área não tinham condições de atuar coordenadamente cm força, principalmente porque perderam o contato com a direção política do movimento, que também vinha sendo desarticulada nas cidades. O grosso das tropas foi retirado, sendo mantidos na área elementos de informações e um destacamento que passou a guarnecer as instalações de um quartel recém-construído em Marabá.



[107] No combate do dia 2 de fevereiro, foi ferido um soldado da patrulha, com um tiro na coxa esquerda.

12. A incorporação da APML do B ao PC do B

Após a expulsão de Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright, estreitaram-se os contatos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) com os dirigentes do PC do B. Resolveu-se que o processo de incorporação da APML do B ao PC do B seria gradual, coexistindo inicialmente, as atividades orgânicas das duas entidades.

A 17 de maio, o Birô Político do CC da APML do B divulgou sua última circular, intitulada "Incorporemo-nos ao PC do B" onde indicava o procedimento a ser observado pelas duas organizações subversivas no decurso da incorporação.

Em julho, uma reunião do CC do PC do B aprovou o documento "Acerca da Luta Anti-imperialista", no qual o Partido posicionava-se contra o PC da China e contra a "Teoria dos Três Mundos", discordando de Mao Tse Tung acerca da existência de uma 3ª Posição, ocupada por países não alinhados com os EUA e com a URSS e que seriam capazes de dirigir os seus próprios movimentos de "libertação nacional". No segundo semestre desse ano, intensificaram-se as reuniões entre João Amazonas de Souza Pedrozo, Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo Silva Arantes, visando à incorporação da APML do B ao PC do B. Haroldo e Aldo, porta-vozes dessa decisão, já estavam cogitados para integrarem o CC e a Comissão Executiva do PC do B.

Durante o ano de 1973, alguns dirigentes da APML do B passaram a auxiliar em tarefas do CC/PC do B e da própria Comissão Executiva do CC/PC do B. A união das duas organizações iniciava-se pela cúpula.

Apenas no final de 1974, durante uma reunião do CC/PC do B ocorreria formalmente a incorporação. Os dirigentes da APML do B, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo Silva Arantes, Péricles Santos Souza, José Renato Rabelo, João Batista Franco Drumond e Ronald Cavalcanti Freitas foram cooptados para membros do CC/PC do B, sendo Aldo Arantes e Haroldo Lima eleitos membros da CEx/CC/PC do B.

Conforme combinado, as duas organizações mantiveram independentes os seus trabalhos a níveis intermediário e de bases, adotando o PC do B a denominação de "Estrutura 1" e a APML do B a de "Estrutura 2".



13. A extinção da VPR

No início de 1973, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) vindos de Cuba, onde haviam feito cursos de guerrilha, iniciavam os trabalhos para reestruturar a VPR no Brasil, a partir de um núcleo armado, em Pernambuco.[108]

O ex-cabo Anselmo, então amasiado com a paraguaia Soledad, componente do núcleo, indicou o "aparelho" onde eles se reuniam em Paulista, município do Grande Recife. Na noite de 8 de janeiro a polícia deu uma "batida" no local e houve violenta reação terroristas. Após cerrado tiroteio, os seis militantes tinham sido mortos pelos órgãos policiais.

No final desse mês Herbert Eustáquio de Carvalho, líder da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira", enviou Maria Elisalva Oliveira ao Chile, onde conseguiu 7 mil dólares com João César Belisário de Souza.

Entretanto, a Coordenação Provisória da VPR existente no Chile não estava vendo com bons olhos as atividades de Herbert. Em fevereiro, expulsou da organização Maria do Carmo Brito por não ter correspondido às "*funções que exercia na época de sua prisão*", e Herbert por diversos motivos, dentre os quais "*por demonstração de*

[108] O núcleo era formado por: Eudaldo Gomes da Silva que havia sido banido para a Argélia em junho de 1970, sua então companheira Pauline Reichstal ("Silvana"), uma tcheca ex amásia de Ladislas Dowbor, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, o ex-marinheiro Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e a paraguaia Soledad Barret Viedma ("Sol").

medo físico", "*por excessivos gastos pessoais e desvios de dinheiro*" e "*por passar a exercer atividades duvidosas junto a um grupo da pequena-burguesia (MPR) - admitindo-os como membros da VPR, sob o título de Frente Gerson Theodoro de Oliveira*"

A tempestade, no entanto, não se desencadeou só no Chile. Fruto das "quedas" de diversos militantes da DVP, na Guanabara e em Minas Gerais, foram presos, entre os dias 3 e 7 de março, Maria Elisalva, Leonardo Valentini e Ubajara Silveira Roriz, acabando a "sonhada" reestruturação da VPR através da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira".

O Brasil havia ficado muito pequeno para Herbert. Apesar de sua "amizade íntima" com Cláudio Alves Mesquita Filho ter lhe dado tranquilidade emocional, a polícia brasileira fechava o cerco e ele conhecia bem a determinação de seus ex-companheiros da VPR. Com os 7 mil dólares, Herbert e Cláudio fugiram para Paris, alguns meses depois, passando a viver maritalmente e indo trabalhar numa sauna "gay". Herbert, ex-comando nacional da VPR, resolvera "assumir".[109]

Em meados de abril de 1973, com os dados fornecidos por Pedro Lobo de Oliveira, formou-se, em Santiago do Chile, um Tribunal Revolucionário integrado por militantes da ALN, do PCBR, do MR-8 e da VPR, esta representada por Oswaldo Soares e Flávio Roberto de Souza, que chegou às seguintes decisões: expulsar Onofre Pinto "por conivência com a infiltração policial no Nordeste"; [110] expulsar Christóvão da Silva Ribeiro e Wânio José de Mattos; [111] "justiçar" o ex-Cabo Anselmo[112] e o delegado Fleury.[113]

---

[109] Em janeiro de 1985, já no Brasil, o “casal” Herbert Eustáquio de Carvalho e Cláudio Alves Mesquita Filho foi nomeado assessor do deputado Estadual pelo PT do Rio de Janeiro, Liszt Benjamim Vieira, ex-companheiro da VPR, banido para a Argélia em junho de 1970.

[110] Onofre Pinto desapareceu misteriosamente em julho de 1974, na Argentina.

[111] Wânio José de Mattos morreu no Chile em 1973, com "peritonite”.

[112] Até hoje, o ex-Cabo Anselmo vive escondido.

[113] O Dr. Sérgio Fernando Paranhos Fleury, incansável lutador contra o terrorismo no Brasil, morreu em 1º de maio de 1979, num acidente ocorrido em Ilha Bela, no litoral norte paulista.

A atitude de vingança, entretanto, não conseguiu sedimentar os militantes da VPR numa única vontade de reestruturação. A queda do presidente Allende, do Chile, em 11 de setembro, dispersou seus militantes e extinguiu a VPR.



14. O fim da VAR-P

Embora voltada para o Rio Grande do Sul - onde no seu julgamento, os órgãos de segurança ainda não haviam alcançado a eficiência revelada em São Paulo e no Rio de Janeiro - a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P) mantinha seus contatos com a "frente" no Rio de Janeiro. No início desse ano, a VPR auto dissolveu-se, alegando falta de condições orgânicas e abandonou a coalisão subversiva. Os contatos permaneceram, então com ALN e o PCBR, por conta de James Alen Luz e José Carlos da Costa.

No dia 25 de fevereiro, a "frente" perpetrou o assassinato do delegado do DOPS/SP, Dr. Octávio Gonçalves Moreira Junior, o "Otavinho", relatado no item referente à ALN, deste capítulo.

Dentro do planejamento da organização, Porto Alegre tornara-se o alvo de suas investidas armadas, no afã de obter recursos para implantar uma infra-estrutura de apoio ao trabalho de massas. No dia 14 de março, reunidos militantes da VAR-P e do PCBR vindos do Rio de Janeiro, foi assaltada a agência Passo da Areia do Banco Francês Brasileiro, no bairro Floresta. Durante o assalto, que rendeu quarenta e três mil e duzentos cruzeiros, foram feridos a bala o encarregado da limpeza Haroldo Rocha Silveira e o guarda bancário Telmo Farias Raymundo, pelo assaltante José Carlos da Costa. O bando era constituído por dois militantes do PCBR e James Alen Luz, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada e "Janilson" pela VAR-P.

Após a ação, José Carlos Costa e os dois militantes do PCBR Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moutinho, retornaram ao Rio de Janeiro.

Em março, James Alen passou para Irene Madeira de Carvalho "pontos" com a ALN e o PCBR, para que fosse combinada outra ação em Porto Alegre. O "ponto", coberto apenas pelo PCBR, permitiu o planejamento da ação que não se realizou por falha na ação do roubo do veículo, perpetrado por militantes daquela organização.

No dia 25 de março, a fatalidade colocaria fim na vida criminosa de James Alen Luz. Ao retornar embriagado de um churrasco, na zona balneária de Porto Alegre, na Variant do militante Aldir Rodrigues da Silva, James Alen veio a falecer quando o veículo se chocou contra uma árvore, na estrada do Lami. Antônio da Cunha Losada e o motorista Aldir, ainda levaram o corpo para uma clínica, onde foi constatada a morte do líder da VAR-P, o tristemente famoso "Ciro".

A identificação de James Alen foi dificultada pelo expediente de Aldir e Losada em retirar-lhe os documentos, antes de deixá-lo na clínica. Inicialmente, foi confundido com Aldir, em razão do recibo encontrado no veículo acidentado. A vinda da esposa de Aldir de São Paulo esclareceu a dúvida, levando a polícia, induzida pela documentação da VAR-P encontrada na Variant e pelos boatos da presença de "Ciro" em Porto Alegre, a concluir pela identificação de James Alen, após o confronto de fichas datiloscópicas.

A existência nominal da VAR-P, sustentada pelas andanças e participações em assaltos de James Alen, viu-se irremediavelmente condenada pelo desaparecimento de seu líder. Abalada, Irene Madeira de Carvalho retornou ao Rio de Janeiro, permanecendo em contato com José Carlos da Costa. Os levantamentos para os "justiçamentos" de Reinhold Amadeu Klement e Artur Paulo de Souza, orientados por James Alen em Porto Alegre, sob a alegação de abandono da organização, colaboração com as autoridades e concessão de entrevistas a órgãos de difusão, foram suspensos e a empreitada abandonada.

Em setembro, no Rio de Janeiro, Irene Madeira "cobriu ponto" com Flávio Augusto Neves Leão de Sales da ALN e Ramires Maranhão do

Vale do PCBR e concordou, juntamente com Ramires com a proposta de Flávio de que as três organizações assumissem a autoria de um atentado a bomba que seria realizado contra os escritórios da LAN-CHILE por militantes da ALN. A ação, realizada em 1º de outubro, foi relatada no item deste capítulo referente a ALN.

A agonia da organização prosseguiria em meados de outubro, no Rio Grande do Sul com a "queda" do pretenso CR/RS e seu incipiente trabalho operário. As prisões de Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, Aldir Rodrigues da Silva e mais seis militantes significaram o fim do trabalho organizado da VAR-P.

O golpe de misericórdia ocorreria no dia 22 de novembro em Porto Alegre, com a prisão de Irene Madeira de Carvalho, quando a última expressão da direção nacional procurava verificar pessoalmente a extensão dos danos provocados pelos órgãos de segurança.

O final do ano trouxe consigo o fim da VAR-P, nascida do COLINA com prenúncios de grandeza, mas que se esvaziara paulatinamente corroída por dissidências, "rachas", acompanhando a melancólica sina das demais organizações da esquerda revolucionária.



15. A extinção da LO e do MPR

A Liga Operária (LO) passara todo o ano de 1972 realizando trabalho de massa e procurando aumentar seus efetivos que não chegaram, entretanto, a ultrapassar meia centena de militantes. Seu jornal "Unidade" era mais conhecido que a própria LO que passou a ser, também, chamada de "Grupo Unidade".

A prisão de Eurico Natal em 3 de janeiro de 1973, desencadeou uma sucessão de mais de 30 detenções nos três primeiros meses do ano,

acarretando a extinção da LO e do Movimento Popular Revolucionário (MPR).[114]

Os três membros da Direção da Organização (DO), Apolo Heringer Lisboa, Carmen Helena do Vale Beringer Lisboa e José Anibal Perez de Pontes fugiram para o Chile em março, acompanhados de Lúcia Marly de Oliveira, companheira de José Aníbal; e do casal Ernesto Prado Lopes e Oceania Paula Pinheiro Dias.

Somente em 1977, ouvir-se-ia falar novamente do "Grupo Unidade", com Apolo, Carmen e José Aníbal editando em Paris, a revista "Conjuntura Brasileira".



16. RAN, mais um fim melancólico

Em janeiro de 1973, Júlio Ferreira Rosas Filho reencontrou de férias no Rio de Janeiro, o Capitão-Tenente José Miguel Camolez, da Base Naval de Aratu, em Salvador/BA. Camolez já tinha sido citado pelo Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos como elemento de esquerda, suscetível de ser arregimentado para a Resistência Armada Nacional (RAN).

Dentro do propósito da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas, Júlio Rosas providenciou um encontro do CT Camolez com Amadeu de Almeida Rocha. Na conversa ficou acertado o ingresso de Camolez na RAN, com o

[114] Da LO foram presos: Amado Manoel de Souza Portela, Antônio Carlos Meienberg Fadul, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Cleto José Praia Fiuza, Cristina Mari Pape, Dalton Godinho Pires, Eduardo José Ribeiro da Fonseca Filho, Edward Braga, Eurico Natal, Fábio Geraldo Flores, Fernando Maurício Caldeira Brandt Saldanha, Graciela Meienberg Fadul, Jandira Andrade Gitirana Praia Fiuza, Janete Oliveira de Carvalho, Joel Ângelo da Costa, Jonas Soares, José Diogo da Silva, José Muniz Cardoso, José Santiago, Juvenício José Neves da Silva, Lygia Carvalho Pape, Manoel Assumpção de Castro, Manoel Leite, Margarida Maria Godinho Pires, Paulo Ferreira Campos e Regina Lúcia dos Reis Abrantes. Do MPR foram presos: Leonardo Valentini, Maria Elisalva Oliveira, Marília dos Santos Cruz e Paulo Roberto Machado da Silva.

compromisso deste de tentar criar um grupo de ação (GA) em Salvador. Camolez levantou também a possibilidade de fazer um trabalho de massa junto aos operários da Base Naval de Aratu. Amadeu pediu - num procedimento já padronizado - para que Camolez comprasse uma pistola Walter PPK na Marinha e cedesse para a organização. Pediu ainda, que fosse levantado o nome do oficial que comandou a operação que resultara na morte de Carlos Lamarca no interior da Bahia. Amadeu procurava, com uma fanfarronice característica, impressionar Camolez com a perspectiva da RAN poder ajustar contas com aquele oficial.

O GA de propaganda estava, no início de 1973, em fase de implantação. Filisbina Assunção Santos, como coordenadora, contava com a colaboração de Ana Maria Ferreira Rosas, de Nicolau Zarvos Neto e de Maria Alice Viveiros de Castro. A equipe de ação (EA) da revista Prisma, coordenada por Júlio Ferreira Rosas Filho, estava completa com três GA[115] e, a partir de fevereiro, passou a ser rodada no sítio de Ramalho Ortigão.

Hermes Machado Neto recebeu ordens de iniciar as ações armadas, em preparação desde meados do ano anterior. Entre os levantamentos já feitos existia um da residência do Dr. Chrisógemo Silva Borges, um dos donos da "Clínica da Gávea". Antes, porém, de realizar esse assalto, Amadeu Rocha resolveu reforçar o poder de fogo do GA ordenando um assalto a um posto da Guarda Noturna na Rua Uruguai.

No dia 22 de fevereiro foi assaltada a Inspetoria da Guarda Noturna, na Rua Uruguai. O comando da ação, para efeito de treinamento, foi atribuído a José Sérgio Vaz. O motorista do GA passou a ser Ramalho Ortigão que recebeu o apelido de “Fittipaldi”. Durante a incursão Jefferson Santos do Nascimento disparou acidentalmente a sua arma, provocando uma fuga precipitada. Assim mesmo foram roubados dezenove revólveres. Durante a retirada, uma cena cômica: os

[115] O 1º GA, coordenado pelo próprio Júlio, contava com a participação de Marília Salles Falei Medeiros e Manoel Maurício de Albuquerque. O 2º GA, coordenado por Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, compunha-se de César Augusto Chaves Fernandes e de Maria da Conceição Chaves Fernandes. Carlos Henrique de Escobar Fagundes coordenava no 3º GA a atuação de Maria da Glória Ribeiro da Silva e de Antônio Celso Pires Osório Pereira.

assaltantes de carro foram perseguidos algum tempo por um guarda-noturno de bicicleta. Naquela ocasião, Jefferson disparou novamente sua arma, tentando afugentar o perseguidor.

O assalto da Guarda Noturna foi motivo de euforia na organização. Como crianças travessas, os "revolucionários" Amadeu Rocha e Júlio Rosas ligavam para todos os conhecidos mandando que comprassem os jornais e identificassem o assalto como sendo de autoria da RAN. Amadeu chegou a preparar correspondência para os jornais, onde a organização assumia a responsabilidade da ação.

Já tendo roubado um carro no início de fevereiro, no dia 27 desse mês foi realizada aquela que seria a segunda e última ação da RAN. Hermes Machado, Jefferson Santos e José Sérgio Vaz reuniram-se no Largo do Machado e dirigiram-se a pé para o prédio nº 128 da Rua Senado Vergueiro. Sandra Lazzarini, que já auxiliara na complementação do levantamento do apartamento do Dr. Chrisógemo, serviu de distração ao porteiro enquanto Hermes Machado – o comandante da ação - e seus dois comparsas entravam no prédio. Inicialmente, entraram no apartamento Hermes e José, rendendo, amarrando e amordaçando a esposa e o filho do médico e mais a empregada da casa. O médico não estava em casa. Pouco tempo depois, adentrava ao apartamento o Dr. Chrisógemo acompanhado por Jefferson. Do cofre foram roubados trinta mil cruzeiros, oitocentos dólares e várias ações ao portador da Companhia Vale do Rio Doce. Após amarrarem e amordaçarem também o médico o bando se retirou, abandoando o prédio.

Após o assalto à residência do Dr Chrisógemo, José Sérgio Vaz foi preso por ter dado um desfalque na editora onde trabalhava. A organização, preocupada com a segurança, contratou um advogado para tirá-lo da prisão. Em reunião realizada no sítio de Ramalho Ortigão, ficou decidido que os membros do GA armado deixariam de se encontrar enquanto perdurasse a situação.

No início de março, as perspectivas da RAN eram animadoras. Em São Paulo, a disposição de participação de Ruth Escobar prometia uma atuação intensa no meio teatral e a perspectiva de trabalho, junto com Leonardo Barbosa de Medeiros, permitia prever uma breve estruturação do GA na capital paulista. Em Recife, seria tentada a

implantação de um trabalho de massa através do ex-padre Narciso Sminovski e de sua mulher Maria Francisca Simões Lemos. O GA de Juiz de Fora estava para ser estruturado, apesar dos desentendimentos de Avelino Kock Torres e José Paulo Neto. Em Salvador, também havia otimismo com a possibilidade de atuação do Capitão-Tenente José Miguel Camolez, em termos de estruturação do GA e aliciamento na área militar.

O crescimento da organização previsto para 1973, impulsionado pelas recém-iniciadas ações armadas, proporcionaria condições para a estruturação de diversos militantes.[116] A partir dos assaltos a RAN começou a pensar grande. Pretendia comprar uma gráfica que ficaria sob a responsabilidade de Mário de Lucena Montenegro, em atividade no setor de imprensa, o qual era coordenado por Roberto Pinto de Luna Pedrosa. A organização esperava estruturar-se em breve, em mais dois estados para formalizar a instituição do Comando Nacional.

Em março, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira foi preso pelos órgãos de segurança, para esclarecer sua participação em curso de guerrilhas em Cuba. O fato gerou uma crise de segurança na RAN. Hermes Machado e Sérgio Vaz abandonaram o "aparelho" de Sepetiba, onde haviam se homiziado após o último assalto – local frequentado por Amarantho - e se homiziaram em residências de militantes legais.

Quando a emergência estava praticamente superada, houve as prisões de Sandra Lazzarini, Adail Ivan de Lemos e José Flávio Ramalho Ortigão. A partir dessas prisões, o despreparo dos intelectuais para a eventualidade da prisão provocou o completo desmantelamento da organização. Amadeu Rocha, abandonando sua residência, entregou grande parte do dinheiro roubado à guarda de Júlio Rosas Filho. O pai de Júlio gastou grande parte do dinheiro para pagar contas pessoais do filho.

---

[116] Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que se encontrava afastado da organização, tinha previsão de ser setorizado num GA de ações armadas. Adail Ivan de Lemos seria agregado à estrutura de comando regional na Guanabara quando se liberasse dos problemas judiciais por participação de assaltos no Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Não afeitos à clandestinidade, os militantes da RAN foram sendo presos um a um, até que, no dia 5 de abril, foi a vez de Amadeu de Almeida Rocha. Sua prisão causou constrangimento à sua esposa, Alice Amália Moniz Almeida Rocha, que ficou conhecendo sua noiva, Vera Lúcia Coutinho Faria, na prisão.

Da arrogância e da autoconfiança de Amadeu, discípulo aplicado da escola de Leonel Brizola, o tutor de Caparaó, nada restou. Desprovido de coragem física e moral, Amadeu acovardou-se de forma humilhante, tornando-se motivo do "desbundamento" de vários militantes da RAN, que pretendiam manter o "papel digno do revolucionário na prisão".

O que restava da RAN, até o dia 5 de abril de 1973, foi destruído pela delação de Amadeu. Mais tarde, já cumprindo pena, o "grande líder" da RAN denunciaria as "torturas" que teria sofrido, procurando justificar a tibieza de seu comportamento na prisão.

Menos sorte teve o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Antes de sua prisão, recebera de Júlio Rosas um pacote, contendo algumas armas do lote roubado da Guarda Noturna do Rio de Janeiro, com a orientação de desfazer-se dele. Jacques passou as armas para Merival de Araújo - terrorista da ALN – de quem era um elemento de "apoio". Durante os seus depoimentos na polícia, Jacques "abriu" um contato que teria com Merival que, de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão. No dia 28 de junho Francisco Jacques Moreira de Alvarenga seria assassinado pela ALN em pleno Colégio Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, onde lecionava.

A RAN, assim como o seu predecessor o MNR, não tinha uma linha política definida e considerava o trabalho de massas como assessório.

Pretendeu estabelecer relações com organizações argentinas da luta armada. Dava muita importância ao trabalho junto às Forças Armadas. Segundo as lideranças da organização, a revolução peruana do General Alvarado representava uma alternativa válida para a revolução brasileira.

A luta armada era vista como a única forma de alterar o regime no País. Entretanto, a RAN não tinha definido como utilizar o argumento das armas. Antes que pudesse tentá-lo pela segunda vez, tinha um fim tão melancólico quanto o da fracassada "guerrilha de Caparaó".



17. A divisão da Direção Geral do MR-8

Após a autocrítica e a reformulação de sua linha política, o novo MR-8, o MR-8 do Pleno, passou a desenvolver suas novas atividades, com a sua Direção Geral (DG) dividida em duas seções: a do Exterior, com Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Nelson Chaves dos Santos e João Luiz Silva Ferreira, e a do Interior, no Brasil, com Franklin de Souza Martins e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Em Fevereiro de 1973, Franklin retornou ao Brasil, instalando-se em São Paulo e estruturando um Comitê Regional (CR) dirigido por José Roberto Monteiro e Albino Wakahara, passando a imprimir o jornal "Manifesto".

Logo depois, regressaram Sérgio Rubens de Araújo Torres e sua esposa, Norma Sá Pereira Torres, passando a reestruturar e a coordenar o CR da Guanabara.

Na realidade, o MR-8 do Interior era dirigido pela DG no Chile, que chegou, inclusive, a realizar o "I Ativo no Exterior", em agosto.

A queda de Allende, em 11 de setembro de 1973, dificultou os planos iniciais da organização, com os quatro membros da DG tomando diferentes caminhos, até nova integração em Paris, em 1974. O esquema de contato passou a ser por cartas enviadas para o endereço de Augusto Boal, em Buenos Aires.



18. O crescimento e a desarticulação do MPL

Com o regresso de Sônia Correia Lins da Europa, no final de 1972, iniciaram-se os estudos para modificar a estrutura do Movimento Popular de Libertação (MPL). A organização, como um todo, possuía uma coordenação e três setores: Educação, Operário e Igreja. A existência de militantes atuando em mais de um setor, na mesma área, criou a necessidade de um organismo que harmonizasse as atividades paralelas.

No início de 1973, foi aprovada a criação das Regionais, entidades coordenadoras nos grandes centros urbanos que seriam orientadas por uma Coordenação Nacional, instituída na mesma ocasião.

A antiga coordenação transformou-se em Coordenação Nacional, onde Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis passaram a contar com a colaboração de Waldemar Rossi, líder metalúrgico de São Paulo. Institui-se provisoriamente a Regional São Paulo[117] para superar a carência de recursos, a direção do MPL, em ligação com Silvio Correia Lins, resolveu abrir uma sucursal da Intrade[118] na cidade do Rio de Janeiro.[119]

Em março de 1973, foi realizada a 1ª Reunião da Coordenação Nacional num colégio católico no bairro da Casa Verde, São Paulo. Durante o encontro ficou decidida a ampliação da Coordenação Nacional e a criação da Regional do Paraná.

Foram incluídos na CN Istvan Jancso, o Padre Carlos Minayo Gomes, Antônio Aparecido Flores de Oliveira e Sônia Correia Lins. A Regional

---

[117] A Regional/SP estava constituída pelos militantes Maria do Pilar Costa Santos, Vitor Gianotti, Leo Pedro Birke, Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Waldemar Rossi, Antônio Sales Filho e Elias Stein, este militante profissionalizado pela organização.

[118] Lembrar que a Intrade foi fundada por Miguel Arraes na França. Ver Vol . 2 (NE)

[119] Os escritórios da Intrade Ltda, localizados na Avenida Rio Branco nº 57, tinham a finalidade de atuar no comércio internacional e servir de cobertura para angariar recursos para o movimento. Eram associados do empreendimento Roberto Farias Mendes, Marcos Correia Lins, Otávio Augusto Machado.

do Paraná estabeleceu-se com os militantes Cristina Schoroeter Simião, Paulo José Fortes Simião, Padre Ângelo Avelino Perin e Padre Felipe Leddot.

No Rio de Janeiro, o aliciamento foi orientado pelo Padre Minayo, coordenador da Pastoral Operária do Vicariato da Leopoldina e assistente da Ação Católica Operária (ACO). Alguns operários metalúrgicos, integrantes da Comissão Operária (CO), constituíram o grupo “Reflexão sobre o Trabalho na Classe”. As reuniões do CO ocorriam no Vicariato da Leopoldina, onde passaram a ser ministradas palestras por Istvan Jancso e por Piragibe Castro Alves, visando à manutenção da coesão do grupo e a conscientização dos ouvintes para a necessidade de mudanças na estrutura existente. A partir de determinada época, além dos membros do Grupo Reflexão, passaram a assistir às palestras outros membros da Pastoral Operária.

A atuação do grupo no Sindicato dos Metalúrgicos, orientada por Afonso Delelis, voltou-se para a constituição da Oposição Sindical que teve papel de destaque nas eleições sindicais.

Waldemar Rossi encontrou-se com Joaquim Arnaldo de Albuquerque para discutir assuntos ligados a interesses comuns da atividade sindical no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com uma reunião posterior em São Paulo, ficou praticamente acertado o ingresso dos metalúrgicos cariocas no MPL.

Ao final de 1973, Padre Minayo terminou o trabalho de aliciamento, transformando os membros do Grupo Reflexão em militantes do MPL.

Na formação da Regional da Guanabara, Beatriz Bebiano não concordou em participar da estruturação da Regional, optando pela vinculação do Setor de Educação diretamente à Coordenação Nacional. À Regional da Guanabara ficaram ligados apenas os Setores Igreja e Operário.[120]

---

[120] A Regional Guanabara ficou constituída pelo padre Minayo Gomes, como coordenador e pelos militantes Joaquim Arnaldo Albuquerque, Altamiro Silva, Manoel Andrade Canosa e José Maria Galdeano.

Em São Paulo foi realizada uma reunião para definir uma nova coordenação regional. Foram escolhidos Elias Stein, Vitor Gianotti e Waldemar Rossi que atuavam nos Setores Igreja e Operário e Maria do Pilar Costa Santos e Leo Pedro Birke que coordenavam as ligações no Setor Educação. Maria do Pilar realizaria também os contatos na área de campo em São Paulo.

Por volta de agosto de 1973, ocorreu no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, no Rio de Janeiro, a 2ª Reunião da Coordenação Nacional, quando foi incluído um representante do Paraná no órgão máximo do movimento.

Com o retorno do Padre Alfredo Hervé para a França, Istvan Jancso, em uma de suas frequentes viagens à capital baiana, aliciou no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Padre Andrés e os irmãos José Crisóstomo e Deodato, com os quais passou a coordenar o movimento, atuando prioritariamente no Setor Educação.

No Paraná, Paulo José Fortes Simião ministrava cursos nos Centros Sociais ligados às paróquias, dentro do Plano Pastoral Rural do Paraná. Estavam ligados ao movimento os Padres Josef Emiel Jan Caekelberg, de Francisco Beltrão/PR, e Manoel Jeguels, de Altônia/PR.

Em setembro de 1973, no bairro de Casa Verde, São Paulo, o mesmo local da 1ª reunião, foi realizada a 3ª Reunião da Coordenação Nacional do MPL.

Durante o encontro ocorreram algumas definições. O trabalho de bairros deveria ser retomado, aproveitando-se das sociedades de Amigos de Bairros já existentes. O trabalho do Setor Igreja deveria prosseguir através das pastorais, sob a coordenação do Padre Minayo Gomes. Os trabalhos no campo e nos bairros não tinham um coordenador designado, ficando aberto a todos os membros da Coordenação Nacional. No Setor Operário, as Regionais deveriam incentivar a atuação das Oposições Sindicais nas fábricas e nos sindicatos.

O controle financeiro do MPL ficaria a cargo dos irmãos Marcos e Sônia Correia Lins. Os recursos seriam obtidos através de

financiamentos a projetos concedidos por entidades assistenciais internacionais como a *International American Fundation* (FINA), americana, o *Comité Catholique* francês e *Developpement et Paix* canadense, dentre outras.

Dentro desse esquema financeiro, Istvan Jancso desviou parte de um financiamento, concedido ao NOVA, para o MPL e Cristina adotou o mesmo procedimento, quanto a um empréstimo recebido pela ADITMPP. Os recursos da organização destinavam-se a manutenção de militantes profissionalizados e ao financiamento de despesas de viagens a serviço do MPL.

No dia 12 de janeiro de 1974, o MPL realizou a quarta e última Reunião da Coordenação Nacional, no Instituto Pio XII em Taboão da Serra/SP.

Durante a reunião, a Coordenação Nacional – desfalcada do Padre Carlos Minayo Gomes que viajara em férias para a Espanha - discutiu dois documentos que não chegaram a ser aprovados. Piragibe Castro Alves apresentou um documento sobre a conjuntura econômica e Waldemar Rossi expôs um texto sobre a estrutura sindical. A Coordenação concluiu pelo prosseguimento das discussões numa próxima reunião, prevista para o mês de fevereiro.

Em Taboão da Serra, um dos encarregados das finanças, Marcos Correia Lins apresentou um quadro sombrio sobre a situação da organização. Um déficit de oitenta mil cruzeiros, acumulado em sua maior parte com ajuda de custo a militantes, ameaçava inviabilizar o MPL. As soluções levantadas, aumento do auxílio recebido do exterior ou montagem de empresas rentáveis, administradas exclusivamente por militantes do MPL, ficaram de ser aprofundadas na próxima reunião da Coordenação Nacional. A intensificação das atividades do MPL tinha seu preço.

Os questionamentos e problemas do MPL terminaram com o desmantelamento da organização, iniciado no final de janeiro de 1974.

No Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba foi presa a maioria dos militantes do MPL. Apenas Marcos Correia Lins e o Padre Carlos Minayo Gomes conseguiram escapar à ação policial.

Desarticulava-se assim o movimento que pretendeu, sem êxito, unir as esquerdas e a oposição ao regime de 1964 numa "Frente Anti-imperialista". Evoluindo para uma organização voltada para o trabalho de massas, através da conscientização pela educação de base, o MPL promoveu a união de intelectuais marxistas, clérigos “progressistas” e operários ligados ao setor de metalurgia. Carecendo de estatutos e de um documento-base contendo estratégia e táticas, o movimento tornou-se uma entidade abstrata, atuante pela infiltração em entidades legais ou consentidas, existentes na área de educação e nos meios eclesiásticos e operários.

Em 1978, a justiça absolveria os militantes do MPL em consequência das dificuldades encontradas em materializar a existência da organização.



19. Um mil novecentos e setenta e três

O ano de 1973 marcou, praticamente, o fim da terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Foram desmantelados, no seu transcorrer, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Liga Operária (LO), o Movimento Popular Revolucionário (MPR), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), a Resistência Armada Nacional (RAN) e o Movimento Popular de Libertação (MPL) e desarticulado o foco guerrilheiro do PC do B, no sudeste do Pará.

Não diminuíra porem a violência. Além do elevado número de mortos em combate, seriam “justiçados” Manoel Henrique de Oliveira, Octávio Gonçalves Moreira Júnior, Pedro Limoeiro e Osmar,

moradores do sudeste do Pará, Rosalino Cruz do PC do B e Salatiel Teixeira Rollins do PCBR, além de mais de uma dezena de pessoas feridas no atentado à agência da LAN-CHILE. Sobre essa violência, sobre esses assassinatos, alguns brutais como do Dr. "Otavinho", alguns de inocentes, alheios ao problema como de Manoel de Oliveira, não se ouviu uma única manifestação dos comitês e associações de Defesa dos Direitos Humanos que começavam a proliferar no País. Para essas entidades apenas as esquerdas tinham direitos humanos a serem preservados. Para elas a imagem de Deus estampada na pessoa humana, seguramente, não era única.

Apesar de todos os esforços e gastos dispendidos pelas esquerdas e, particularmente, pelo Movimento Cristão para a Paz, a feira realizada pelo Brasil, na Bélgica "Brasil Export 73" superou todas as expectativas, tendo sido um êxito completo. O Brasil confirmava para os países da Europa que era uma alternativa válida de suprimento permanente, além de matérias primas, de produtos manufaturados. Esse sucesso que abria novos mercados para os produtos nacionais, ampliando as possibilidades do País de dar seguimento a seu progresso, pela via da livre iniciativa, era sentido pelas esquerdas, tanto quanto sua derrota na luta armada no País. Durante as semanas que antecederam essa feira, a FBI e seus acólitos tentaram passar uma imagem do Brasi1 de mera "ditadura militar" com pretensões imperialistas.

Mais uma vez tiveram êxito. Nos desencontros que iriam surgir entre o Brasil e Argentina, com relação ao aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná, provocados mais por problemas de política interna de nosso vizinho do sul, o posicionamento do Brasil foi tido, pela coligação de Partidos que venceu as eleições argentinas, como uma "demonstração de imperialismo". A mesma colocação seria posta quando o Brasil, buscando uma estreita cooperação com a Bolívia, financiou alguns projetos naquela nação irmã.

Mas, o País sabia que, à medida que se desenvolvesse, expandindo suas fronteiras econômicas, iria contrariar interesses e encontrar obstáculos cada vez maiores a serem contornados por nosso corpo diplomático, felizmente altamente capacitado.

Vivíamos o décimo ano do processo revolucionário e o sétimo de crescimento acelerado, tendo nesse último período quase dobrado o nosso Produto Interno Bruto. De 1967 a 1973 o PIB aumentou 85%, com crescimento anual médio de 11%. Para se ter um elemento de comparação, no período entre 1956 e 1961, quando tivemos outro surto de crescimento, a média anual foi de 7,4%.

No dia 31 de março desse ano, o Jornal do Brasil, no seu editorial "1964" assim se expressava:

> *"Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se.*
>
> *Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já o destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades.*
>
> *Os louvores e as emulações que acompanham, como se fossem moldura, a imagem do País que se projeta, constituem o julgamento de mudança para melhor, e por isso mesmo irreversível, embora sujeita a reajustes eventuais no seu mecanismo de prospecção e aperfeiçoamento. O que ficou para trás está banido pelo consenso geral da nação que se moderniza a fim de antecipar seu destino.*
>
> *O País que foi reformulado em 1964 na maneira de pensar e agir ingressa hoje no ano 10 de sua nova etapa, e em muitos aspectos mostra uma face transfigurada. A obra de renovação aponta em quase todos os setores os frutos de um trabalho ingente planejado e executado pela nação inteira - governo e povo unidos no mesmo sentimento e na mesma inspiração. O crescimento econômico; a afirmação internacional; a ocupação crescente de largos espaços vazios de nosso território; a preocupação mais recente com o conteúdo social do desenvolvimento; tudo isso traduz a definição pragmática de um destino que desabrocha..."*

Ao fim de 10 anos de processo revolucionário, o País experimentara o período de crescimento mais duradouro e a níveis mais elevados de sua história. Eliminara também as atividades da subversão armada. Estavam, pois, criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da Revolução. O País organizara-se e progredira sob o signo da eficiência, mas não rearticulara seu sistema político, não lançara as bases de uma estrutura permanente capaz de integrar o homem brasileiro no processo de busca do seu bem estar.

Era preciso agora, se restabelecer as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político. Era preciso que se encontrasse a estabilidade política através do estado de direito, "capaz de preservar a ordem jurídica e a paz social, por meio de instrumento permanente", que reduzisse o arbítrio, preservasse as garantias individuais e armasse o Estado para a defesa da sociedade democrática.

Era o que propunha o novo Governo, a par com a continuidade do desenvolvimento econômico e social.



CAPITULO XII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA TERCEIRA TENTATIVA

1. O desfecho

> "*A guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e do risco, nem tampouco é obra d'um entusiasmo desenfreado: é um meio sério para alcançar um fim sério*". CLAUSEWITZ

Em. 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que desde 1967/68 haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram - a luta armada - estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria.

Nessa luta, como vimos ao longo deste trabalho, estiveram envolvidos grupos e facções minoritários da população que, convertidos à ideologia marxista-leninista, decidiram-se pelo caminho da violência para tentar impor sua vontade à maioria da nação. Seus objetivos eram aparentemente comuns - tomar o poder e implantar uma nova ordem que, baseada na ideologia que os inspirou, seria a "ditadura do proletariado".

Ao escolher a luta armada, isto é, submeter a vontade da nação pela força física, pela ação violenta, essas organizações comunistas decidiram-se igualmente por arcar com as consequências de sua atitude. A escolha de tal forma de luta, desafiando a autoridade constituída, agredindo as instituições de forma violenta, com o apoio do exterior -- que lhe fornecia ideologia, doutrina revolucionária, insidiosa propaganda, recursos financeiros, treinamento de

guerrilheiros, enfim, subsídios de toda ordem – a fim de operar modificações nas estruturas do País, implicou na ação legítima e oposta do Estado agredido.

"*As almas filantrópicas*", como diz Clausewitz, "*podem julgar que existe uma maneira diferente de contrapor-se a essa ação violenta, sem uso da violência*". "*É um erro*", diz o filósofo da guerra, "*pensar assim, por mais que a brutalidade nos repugne*". Tal método ainda não foi inventado. Nesse embate, as organizações subversivas, como vimos nos capítulos anteriores, foram completamente derrotadas. A luta armada fracassara e com ela a mais duradoura, a mais sangrenta, mas nem por isso a mais perigosa tentativa de tomada do poder pelos comunistas. A ação das forças de segurança fora determinante nessa derrota. Mas quais seriam as outras causas desse insucesso?

As próprias organizações subversivas, em suas autocríticas, reconheceram a eficiência dos órgãos de segurança e concluíram que foi um equivoco subestimarem sua capacidade; nessas autocríticas, é ponto pacífico e unânime também, que foi um erro fundamental lançarem-se na aventura militarista sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. Essa causa foi tão ou mais importante para o insucesso dessa tentativa de tomada do poder quanto a anterior.

Existem, naturalmente, outras importantes causas determinantes dessa derrota. Nos propomos, nestas conclusões, a analisar essas causas e outros aspectos que influíram na derrota, porque nelas reside a resposta a muitas indagações feitas no início deste trabalho. Por outro lado, o exame destas questões, proporcionará' um melhor conhecimento da natureza do processo subversivo, das organizações envolvidas e dos homens que nelas militaram ou as dirigiram.



2. A atomização das esquerdas brasileiras

Havia alguns anos que o bloco comunista deixara de ser monolítico. Vimos que mesmo antes de 1961 já existiam no País, além do PCB, do PORT, do PC do B, da POLOP e da AP, a esquerda independente, isto é, aquela não estruturada em uma organização ou partido.[121]

Em 1964, a precipitação dos comunistas ou, como diz o dito popular, "a sede com que foram ao pote", determinou o fracasso daquela segunda tentativa de tomada do poder. A técnica pretensamente posta em prática naquela ocasião, que o Instituto para Estudo de Conflitos de Londres, denomina de "conquista progressiva da nação" é demorada, arrastando-se, às vezes, por décadas, como ocorreu em Portugal, onde o processo levou 40 anos. O Comitê Central do PCB, em suas "'Teses", publicadas no seu periódico clandestino "Voz Operária", buscando eximir o Partido de culpa por aquela derrota, considerou que a Revolução de 31 de março havia sido deflagrada em decorrência da ameaça de utilização da força e da violência e que essa violência fora colocada pela própria esquerda, no afã de atingir seus objetivos.

À esquerda independente, a quem possivelmente o PCB tenha dirigido suas críticas, como é usual nessas horas, desaparece e seus porta-vozes "fazem-se de mortos".[122] Mas a esquerda organizada ou a que passaria a ser conhecida como "nova esquerda", tornou as dores e culpou a própria linha revolucionária do PCB e a forma com que o Partido conduziu a escalada comunista, por esse fracasso. Esse insucesso, tido como fracasso da "via pacífica", robusteceu na "nova esquerda" a convicção de que a tomada do poder só seria viável pela luta armada, passando imediatamente a preparar-se para ela. O fato

[121] A esquerda independente é uma figura difusa, constituída por líderes de esquerda ou que, de acordo com a conjuntura e suas conveniências, se fazem passar por tal, agindo como francos atiradores e atirando de acordo com seus interesses sem se comprometerem com um organismo estruturado.

[122] É possível que o PCB quisesse se referir mais a Brizola, ou mesmo a Arraes, ou a ambos e outros, do que ao PORT, POLOP, PC do B ou AP, todos, à época, de expressão muito reduzida.

ampliou o fosso entre essas organizações - que passaram a autodeterminar-se de "esquerda revolucionária" - e o PCB, por elas considerado reformista é de quem queriam distinguir-se.

O processo dessa tentativa provocou também o acirramento da luta interna no PCB. Essa luta foi travada em torno do balanço "dos erros e causas da derrota de 1964", valorizando a luta armada. Além dessas circunstâncias, a luta armada já vinha sendo impulsionada na América Latina pela China e por Cuba. Essas discordâncias, inicialmente em torno da linha revolucionária e da tática adotada, geraram, primeiro no PCB e depois no seio das demais organizações subversivas, dissidências que evoluíram para novas organizações. Posteriormente, além da linha revolucionária, aspectos menores e de somenos importância passaram a se constituir em motivo suficiente para se criar, no interior das organizações subversivas, tendências e frações que evoluíam normalmente até o "racha", fazendo surgir uma nova organização.

O divisionismo tornou-se a característica fundamental da esquerda revolucionária brasileira. O Brasil foi seguramente o país onde o maior número de organizações subversivas existiu e atuou, simultaneamente, com o mesmo objetivo - o de derrubar o governo e o regime.

Por que isto teria acontecido?

Melhor do que nós, a esquerda terá sua resposta a esta indagação. Sem nos aprofundarmos nelas, mas visando a conhecer melhor a esses que dizem ter a solução para todos os problemas nacionais, apontamos duas deficiências que saltam aos olhos como causas desse fenômeno. A falta de lideranças autênticas, capazes de congregar essas facções e a falta ou deficiência no preparo político-ideológico de quadros e dirigentes. Difícil é determinar qual dessas causas, que se nos afiguram como interagentes, será a fundamental.

Se um grupo dentro de uma organização tinha um ponto de vista diferente, não apresentava argumentos doutrinários capazes de fundamentá-lo, exatamente por não terem seus pretensos líderes conhecimentos político-ideológicos suficientes para fazê-lo. Era mais fácil para eles criar outra organização do que argumentar. Por outro

lado, a facção contrária não tinha argumentos suficientes, com base na doutrina, para convencê-los e mantê-los na organização. Esta indisciplina intelectual revela falta de conhecimento doutrinário e, em decorrência, de convicção ideológica. Isto gerava uma instabilidade muito grande nas organizações, onde se verificavam situações anômalas criadas por aqueles fatos. Recordamos apenas um dentre as dezenas de casos narrados neste trabalho. A Dissidência Comunista da Guanabara (Dl/GB) sofreu em 1967, um processo de luta interna, tripartindo-se. O grupo majoritário, de posições mais moderadas, iria, meses depois, radicalizar-se e adotar o foco militarista. Já o chamado grupo dos "foquistas" que então defendia ideias militaristas, meses após formaria a Dissidência da Dissidência (DDD), com base numa visão crítica do militarismo. A simples denominação desta última organização, expressa como nos teoremas, o que queríamos demonstrar.

O foquismo, sem dúvida, contribuiu para que essa tendência divisionista fosse levada ao extremo.

Cuba, pretendendo ter introduzido "um avanço decisivo à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo" buscava. exportar seu processo revolucionário baseado no "foco militarista". A inovação do "foco militarista" residia, principalmente, na não necessária subordinação da guerrilha a um Partido Comunista. A revolução deveria ser dirigida por uma vanguarda marxista-leninista que estivesse decidida a iniciá-la por um foco militar - a guerrilha - que seria o motor da guerra total. Entendiam os cubanos e de resto também os chineses, que para derrubar o poder do Estado Capitalista, como diz Debray, para "*arrebentar o seu esqueleto - o exército - é preciso outro e supõe treinamento, disciplina e armas*", e isso era o prioritário. No foquismo, o comando militar não se sujeita ao político, a guerrilha não é simples braço armado do Partido. Dizem seus teóricos que não há subordinação de nenhuma dessas instâncias, "desde que fique claro que a guerrilha é a ala diretora e motriz". Deixam pois, imanente, a prevalência do militar e dão prioridade à organização militar e à luta armada, podendo a organização e a formação política até inexistirem nas fases iniciais. Outro aspecto em que o foquismo pretendeu inovar, foi em fazer crer que a ação armada é que impulsionaria a conscientização das massas.

O foquismo, dispensando a complexa e demorada organização do partido revolucionário, facilitaria, sobremodo, a criação de novas organizações. As pretensas lideranças não sendo formadas no interior de um partido, onde normalmente vão galgando posições nos embates políticos, nem sempre eram autênticas. Um indivíduo mais arrojado, mas nem sempre mais capaz e nem mesmo mais corajoso, podia facilmente arvorar-se em líder. Esses pretensos líderes, diante de obstáculos à sua ascensão, preferiam desbordá-los, através de um "racha", do que enfrentá-los.

Interessante é que a unificação das esquerdas, ou, a unidade na ação, fazia parte do discurso de todas as organizações subversivas da época, mas nunca se verificou na prática, a não ser em situações circunstanciais, como nas formações de "frente" para assaltos e sequestros. Um exemplo marcante disso foi a fusão da VPR com o COLINA para formar a VAR-Palmares, que seria a organização mais potente já constituída no país - pela quantidade e qualidade de seus militantes, pelo número de armas que dispunha e pelos recursos financeiros que estariam disponíveis para a organização - mas que, pela imaturidade política ou pelo egocentrismo de seus pretensos líderes, não resistiu a mais do que algumas semanas e desmembrou-se.

A característica predominante, pois, da esquerda revolucionária, foi o divisionismo. A atomização resultante, significando uma divisão de forças, enfraqueceu-as, numa atitude incompreensível para quem pretendia, pelo menos teoricamente, destruir as Forças Armadas do País. Este fato, sobretudo, tira toda a seriedade e possível sinceridade de propósitos que se pudesse atribuir a esses pretensos líderes e suas organizações. Afinal estavam assassinando, roubando, atentando contra a vida e a propriedade em nome desses propósitos. Mais importante do que isso, por esses mesmos propósitos, estavam jogando nessa verdadeira aventura com a vida de jovens inexperientes, muitos dos quais, iludidos idealistas.

Se não foram capazes de se unirem para alcançar o objetivo comum que procuravam - a tomada do poder - pode-se imaginar o caos e a carnificina que proporcionariam, se um dia chegassem a ele.

Não há dúvida de que a atomização das esquerdas foi um importante fator dessa derrota. O enfraquecimento dessas organizações evitou que o País fosse lançado numa guerra civil, ou pelo menos, contribuiu para que fosse extremamente reduzida, em relação ao que poderia ter sido, o número de mortos e feridos a lamentar de ambos os lados.



3. Origens da guerra revolucionária e suas táticas

No verão de 1920 a revolução bolchevista estava consolidada e os comunistas senhores da Rússia. A Rússia contra atacara e invadira a Polônia. Os propagandistas soviéticos espalharam a ideia de que os exércitos soviéticos ateariam o fermento da revolução desde a Polônia até a Mancha. Os operários e camponeses poloneses, porém, não fizeram o que a doutrina marxista-leninista lhes indicara. Não se sublevaram em apoio aos exércitos vermelhos e estes foram derrotados e rechaçados para a Rússia.[123]

O fracasso da invasão da Polônia e dos levantes revolucionários, que deveriam eclodir em todas as partes da Europa, foi acompanhado por desastres na própria Rússia. No inverno de 1920/1921 os efeitos da guerra e do ineficiente sistema econômico comunista quase levaram a Rússia a um colapso total. E como se isso não bastasse, os marinheiros de Kronstadt, a principal vitrine da revolução, revoltaram-se em março de 1921 contra o que denominavam de usurpação comunista.[124]

---

[123] JFC Fuller, “A Military History of the Western World” - BH Lidell Hart “The Soviet Army”

[124] O governo comunista massacrou os revoltosos de Kronstadt de uma forma tão sanguinária que espantou os próprios comandantes militares do Exército Vermelho. A história desse horripilante morticínio pode ser encontrada em vários sites na Internet e na literatura especializada (só em inglês). (NE)

Essa combinação, de derrota externa e desastre interno, forçou os líderes soviéticos a abandonarem suas pretensões de uma ordem comunista mundial imediata e a se concentrarem em salvar a revolução antes de expandi-la. A política externa soviética teve de ser orientada para uma tarefa imediata e muito necessária: a preservação do novo Estado Soviético até que ele se tornasse bastante forte - o santuário do comunismo internacional. Lenin, pragmático e realista na estimativa da situação do poder mundial, anunciou ao partido, em 1921, que não era possível derrotar os capitalistas com um único golpe. Aceitavam o fato de que o "triunfo final do comunismo", teria de ser retardado por diversas décadas. Lenin preparou a base teórica para uma "*detente*" com as nações capitalistas, prevendo alguma espécie de "modus vivendi" com os estados não comunistas. Estava mudada a estratégia para a revolução mundial. Desse ano em diante foi dada ênfase às formas não tradicionais de guerra, sobretudo à propaganda e à guerra política e ao desenvolvimento da arma organizacional (os agentes treinados do Partido, as organizações auxiliares e de frente).[125]

No III Congresso do Comintern, em junho/julho, ainda em 1921, a nova estratégia foi anunciada por Karl Radek, ele próprio um dos primeiros protótipos do revolucionário profissional da nova era da política mundial. Radek frisou que "*a tarefa revolucionária poderia tomar muitas outras formas além da guerra direta*". Os comunistas, disse ele, "*deviam compreender que a operação de escolas do partido, o trabalho das organizações clandestinas, a preparação de manifestações, a agitação e a propaganda revolucionária – tudo isso – eram formas de luta*".

Era uma nova tática que surgia.

Somadas essas ideias as contidas na filosofia escatológica soviética da guerra e com base em experiências práticas em técnicas revolucionárias, onde a ação popular foi fator decisivo, teóricos marxistas desenvolveram uma doutrina para a guerra não tradicional - a guerra revolucionária - estruturada na base das táticas da

[125] Atkinson O. James, "A Política de Luta", Bibliex e Editora e Edições CRO, Rio de Janeiro, 1968, págs. 40 e 41.

subversão e da luta armada.[126] Sem criar praticamente nada, esta concepção, simplesmente estruturou e metodizou fatos, ações e técnicas já conhecidas, dando ênfase ao preparo do organismo revolucionário e à conquista prévia do apoio popular. Consiste essencialmente em criar um clima favorável que é utilizado por um grupo político na condução da "massa" para a derrubada do governo e da sociedade existentes.

A organização do partido revolucionário dispensa maiores comentários para o entendimento do processo, mas, de qualquer forma, será objeto de apreciação específica no item 9 deste capítulo. O preparo de líderes e militantes para a ação armada, a montagem e o adestramento de uma organização militar, são feitos simultaneamente com a obtenção de material bélico necessário à ação a ser empreendida.

A conquista da população e a criação de um clima favorável à revolução merecem uma melhor compreensão.

A conquista da população consiste sobretudo no emprego planejado da propaganda, através da impregnação ideológica e de outras ações, normalmente de cunho psicológico que, atuando de forma lenta, progressiva e insidiosa, busca introduzir a descrença nos governantes e nas instituições. Contesta a moralidade e a eficiência do governo, cria ou amplia a descrença na equânime distribuição da justiça, insufla a quebra da hierarquia, lança enfim a dúvida sobre os agentes do governo e a população quanto às razoes que os obriguem a permanecer fieis ao regime em vigor. Busca igualmente, criar um clima de desassossego e uma sensação de insegurança, atuando particularmente sobre as instituições sociais tradicionais (família, escola, igreja, forças armadas, etc.). Vale-se ainda do aliciamento, da infiltração e do estabelecimento de hierarquias paralelas, sempre tendo em vista fazer a população perder a fé nos governantes e nas

[126] A filosofia escatológica da guerra, desenvolvida com base nos ensinamentos de Marx, difere em aspectos fundamentais da filosofia clausewitziana. O principal deles é que, no paradigma de Lenin, os atores nas relações internacionais já não são os Estados monolíticos e sim as classes sociais, surgindo daí a ideia do inimigo interno, o inimigo de classe, levado pelos comunistas para o interior dos países.

instituições. Quando a população deseja mudar a situação existente, está espiritualmente conquistada.

A criação do clima revolucionário é obtida através da continuação dessas ações e conseguido no momento propício, através da exploração de contradições, do agravamento de insatisfações e ansiedades, da deturpação e da desmoralização das instituições e dos valores morais e espirituais da nacionalidade. É complementada por pressões, demonstrações de força e atividades de terrorismo, sabotagens, desordens, greves, tumultos e distúrbios.



4. O leque das linhas revolucionárias

Como aparecimento das armas nucleares durante II Guerra Mundial, agravando os riscos de uma agressão direta ou de confrontos militares e tendo já a URSS expandido seu império sobre vários países do leste europeu, voltou a crescer a importância da guerra irregular e indireta, a guerra por procuração. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Kruschev propõe a tese da coexistência pacífica.[127] Era a "*detente*" teorizada por Lenin em 1921, aplicada com nova denominação. Não significava absolutamente, como no passado, o abandono do objetivo da revolução comunista mundial. Já não se tratava de uma nova tática, mas uma simples inversão de prioridades. A subversão passava a ter prevalência sobre a luta armada. Por esse processo buscavam a conquista do poder, sem o recurso da violência generalizada e sem seus riscos imediatos. A luta armada não estava, porém, descartada, era uma alternativa para ser usada, se necessário e normalmente, nas fases finais do processo.

[127] Ver item 3, Cap. I, 2ª Parte deste livro para dados sobre o XX Congresso do PCUS.

Esta nova forma de atuação adotada pelo PCUS e seus seguidores, dentre os quais o PCB, tendo por base a coexistência pacífica que reforçava os efeitos da propaganda em torno da paz. E da guerra política, passou a ser conhecida como linha ortodoxa.[128] Essa linha preconizava a "via pacífica" para a tomada do poder, um termo ilusório mas com conotação altamente favorável.

Esse congresso do PCUS, como vimos no Cap. I da 2º parte, fez aflorar o conflito sino-soviético quebrando o monolitismo do MCI, com a China passando a disputar sua liderança. A China defendia a irredutibilidade da luta armada e passou a "exportar" o modelo vitorioso da sua revolução. Essa defesa da luta armada, sob a liderança do Partido Comunista, com base na doutrina maoísta do cerco das cidades pelo campo, ficou conhecida como linha chinesa ou maoísta. Preconizava uma guerra prolongada, aliando a ação armada com um trabalho de massa precedente e sempre presente no processo.

Além da linha cubana, conhecida também como "foquismo" ou "foco militarista", cujas características gerais já foram expostas no item 2, precedente, completava o leque de opções derivadas da doutrina revolucionária marxista-leninista a linha trotskista.

Para os trotskistas a revolução baseia-se na formação de comandos paralelos ou no "poder duplo" (comissões de fábrica, milícias operárias, etc.), cuja proliferação permitirá constituir uma Central Única dos Trabalhadores. Esta Central através da insurreição instantânea e geral do campo e da cidade, será o instrumento de tomada do poder. O trabalho de agitação deve, desde logo, aspirar e desencadear greves e distúrbios e, no campo, constituir sindicatos camponeses, proceder a invasões de terras e organizar insurreições localizadas. Os trabalhadores devem, passo a passo, assumir o controle dos meios de produção. A revolução partirá das lutas econômicas existentes ou latentes que se agravarão até converter-se em insurreição de massas.[129]

---

[128] A URSS a partir do término da II Guerra Mundial lançou uma miríade de organizações de frente, a maioria girando em torno da "defesa da paz".
[129] Debray, R.: "A Revolução na Revolução", obra já citada, pág. 19.

As organizações que adotaram a linha chinesa ou o foco militarista se autodenominavam de esquerda revolucionária ou nova esquerda.[130]



5. A preferência pelo foquismo

Das linhas revolucionárias disponíveis no início da década de sessenta, a ortodoxa foi descartada por motivos mais do que óbvios. A linha trotskista foi adotada pelas organizações vinculadas a uma das facções originárias da IV Internacional, recaindo, porém, sobre o foquismo a preferência da grande maioria.

Arrolamos a seguir as causas que ao longo deste trabalho nos pareceram tenham contribuído, umas mais, outras menos, de acordo com a organização subversiva, para determinar aquela preferência:

- Influência da revolução cubana. Por ter sido a primeira revolução comunista vitoriosa no continente americano, ela foi promovida e exaltada ao máximo;

- Influência da OLAS. Essa organização, além de incentivar a luta armada no subcontinente latino-americano, prometia apoio material, financeiro, de propaganda, etc;

---

[130] No final do século passado e início do século atual houve uma cisão na II Internacional, devido à maneira como deveria ser implantado o socialismo. As organizações marxistas se autodeterminaram e passaram a ser conhecidas como Esquerda Revolucionária porque preconizavam a passagem para o socialismo através de uma revolução. Com isso distinguiam-se dos social-democratas que pregavam e admitiam que se poderia atingir um regime socialista por meios pacíficos, observadas as regras da democracia. Hoje essa expressão é usada pelas organizações subversivas que surgiram na década de 60, e mais precisamente a partir de 1964, como dissidências das organizações comunistas então existentes: PCB, PC do B, POLOP, AP e PORT, para se distinguirem, principalmente do PCB, considerado reformista.

— A intensa propaganda da linha foquista, apresentada como um "avanço decisivo à experiência revolucionária", dando-lhe uma conotação de infalibilidade;

— O imediatismo. O foquismo despreza o longo e paciente trabalho de conquista do apoio das massas e dispensa, igualmente, o paciente e meticuloso trabalho de organização do partido revolucionário, relegando a um segundo plano a preparação político-ideológica do militante;

— O personalismo. O fato do foquismo permitir que o líder de um pequeno grupo pudesse pretender dirigir a revolução, sem enfrentar as disputas políticas para galgar posições no interior de um partido, atendia ao personalismo tão comum ao homem latino-americano;

— Halo de romantismo que envolvia os "barbudinhos" de Sierra Maestra, influenciando a intelectualidade pequeno-burguesa e a juventude do movimento estudantil.



6. A "luta" se resume ao terrorismo

Tanto a linha maoísta - com seu propalado "cerco das cidades pelo campo" - quanto a linha foquista - cujos ideólogos só se referem à guerrilha, considerando-a como guerrilha rural - dão prioridade absoluta à luta armada no campo.

PC do B, a mais importante facção maoísta, para justificar a importância do campo, aduzia aos aspectos doutrinários da luta revolucionária importada outros fatores específicos do País, tais como: "*as regiões montanhosas e grande parte de seu território coberto por densas florestas*"; "*a concentração dos contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo nas grandes cidades*", etc.

Já o foco, nasce por doutrina no campo. "Os focos guerrilheiros, ao começo da sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas, de população muito dispersa". Debray, assim descreve o que chama de "etapa do assentamento primário" [131]: "*Durante a primeira etapa (...) o grupo inicial conhece um período de nomadismo absoluto, no começo; depois de um período mais longo de fortalecimento ou ambientação dos combatentes, organização dos mensageiros, de linhas de abastecimento, de armazenamento, de depósitos de armas, para chegar a fase final de instalação verdadeira ou constituição mínima de uma zona de operações*".

A implantação do "foco", porém, não chegou a ser tentada seriamente por seus adeptos.

Os grupos foquistas perderam-se em ações que visavam à obtenção de recursos, acarretando a hipertrofia dos seus setores urbano e logístico. Apenas a Dissidência Fluminense do PCB, o primeiro MR-8, chegou a trabalhar no sentido de implantar um foco guerrilheiro no Paraná. As demais organizações foquistas não deram sequer os primeiros passos da etapa de assentamento do foco guerrilheiro. Nenhuma chegou a estabelecer-se em uma área e organizar cadeia de mensageiros ou linha de abastecimento. Nenhuma teve continuidade e as tentativas feitas tinham como objetivo mais o treinamento do que a instalação do foco. Foi isso exatamente o que ocorreu num dos casos mais conhecidos, o do Vale do Ribeira do Iguape.

Por paradoxal que pareça, a única organização que chegou a estabelecer um "foco guerrilheiro" ou deu os primeiros passos nesse sentido, foi o PC do B, que o condenava visceralmente. Mas este é um caso específico e será examinado no item seguinte.

O fato é que as organizações foquistas exaltavam, teoricamente, a necessidade de estabelecerem-se as áreas estratégicas, mas, sob os mais variados pretextos, iam permanecendo nas cidades.

---

[131] Debray divide o desenvolvimento da guerra de guerrilha na América Latina em três etapas: a do assentamento primário, a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva do inimigo e a ofensiva revolucionária político-militar de uma só vez.

O “foco”, como recomenda essa linha, deve ter início numa área de difícil acesso, se possível montanhosa e coberta de selva. Ora, o combate na montanha, ou na selva, exige técnicas e treinamentos especiais. A simples vida na selva é sacrificada e depende de adaptação. O deslocamento abrindo picada, carregando pesados fardos, com visibilidade reduzida, normalmente, a menos de 10 metros, dificultando sobremodo a orientação e não permitindo às vezes, que se ande mais de 100 metros em uma hora, exige um esforço extraordinário. Sem falar na temperatura e umidade elevadas, nos espinhos, insetos e animais, na caça e na água nem sempre disponíveis, tornam a sobrevivência nela um risco, muitas vezes maior que o próprio inimigo.

Aliando-se a essas dificuldades, o fato de que a maioria dos militantes das organizações subversivas era constituída de estudantes e intelectuais “pequeno-burgueses”, despreparados e não dispostos a enfrentar tais dificuldades, pode-se inferir que essa conjugação de fatores tenha se tornado uma das causas e possivelmente das mais importantes, para que essas organizações permanecessem nas cidades e insistissem no terrorismo urbano. Na cidade, com um carro "expropriado" pode-se andar a mais de 100 km/h e com uma nota no bolso, fruto de um assalto, está garantida a sobrevivência.

Vimos em capítulo anterior, militantes do MAR, num dos casos de treinamento de guerrilha rural, abandonarem as agruras do campo, trocando-o pelos assaltos a bancos e atentados na cidade, indiferentes à orientação da organização. E não havia "inimigo" na área. Vimos também, casos de militantes do PC do B que não se adaptaram à vida na selva, ou que se negaram a engajar-se na guerrilha rural e que tiveram de empreender a fuga da região, para não serem mortos pelos próprios companheiros.

Além desses aspectos, tendo em vista os segmentos sociais onde essas organizaç6es recrutavam seus militantes e a sua faixa etária, pode-se aduzir outros já citados. Na selva, as ações são realizadas no anonimato, enquanto que na cidade, a notícia de um assalto, ou de um sequestro, ganha manchetes nos jornais, permitindo que seus autores engrandeçam-se aos olhos de seu grupo e tornem-se verdadeiros "heróis". Na selva, muitas vezes, quando uma morte se verifica longe das bases, situada a dias de penosa marcha, sequer a

evacuação do cadáver do companheiro é possível, pois as dificuldades são tantas que seria uma odisseia inenarrável. Mesmo que as condições físicas tornassem essa ação de solidariedade humana possível, as condições climáticas e mesológicas não permitiriam tal evacuação. É sabido que na selva amazônica o processo de decomposição biológica inicia-se imediatamente após a morte e a putrefação é questão de horas.

(Nesse ponto, no documento original, está faltando a página 818, que apesar de nossos esforços não foi possível obtê-la)

Guevara: "*É fundamental que nunca pode surgir por si só uma guerrilha suburbana (...) portanto a função dessa guerrilha não será levar a cabo ações independentes mas sim de acordo com planos estratégicos pré-concebidos*". Debray é, porém, mais radical na condenação do terrorismo independente e assim definia essas "ações anárquicas": "*É claro que o terrorismo na cidade não pode desempenhar nenhum papel decisivo e que traz consigo alguns perigos de ordem política. Mas, se está subordinado à luta fundamental, a do campo, tem do ponto de vista militar, um valor estratégico: imobiliza milhares de soldados inimigos, paralisa a maior parte do aparato repressivo em tarefas estéreis de proteção (..)*".

Concluindo, as ações desenvolvidas no Brasil de sequestro, de assalto, de assassinato e de "justiçamento", não cumpriram um objetivo específico sequer de uma guerrilha urbana.

A juventude brasileira e os intelectuais pequeno-burgueses foram iludidos ou iludiram-se, pois, sua luta, foi "sem sentido", sem objetividade alguma, meros atos de terror, de banditismo urbano.



7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B?

O PC do B foi, na década de sessenta, a única organização subversiva comunista que fez uma tentativa de realizar um movimento revolucionário no campo. Essa tentativa, porem, fracassou, não saindo de suas origens. Por quê?

O PC do B, como vimos, condenava o foquismo, principalmente por seu "voluntarismo", isto é, por "*não levar em conta a situação objetiva, as forças de classe em presença e o processo político em curso*", no que estava absolutamente certo. Aliás, a crítica é uma capacidade que se há de louvar nos comunistas.

O foco militarista não representava nenhuma inovação estratégica ou tática, nem nenhum "avanço decisivo na experiência revolucionária" como pregava sua propaganda. A rigor, não podia sequer ser considerada uma linha revolucionária distinta. Era sim, uma sistematização rebuscada por um escritor militante de uma revolução vitoriosa. Uma revolução que deu certo graças as condições especialíssimas em que se consumou. Cuba vivia sob uma prolongada, férrea, inepta e corrupta ditadura, sem perspectivas de aberturas ou melhorias. Seu povo estava cansado e desejoso de mudanças, fossem elas quais fossem. Isto é, a população urbana estava auto-preparada espiritualmente, não precisando ter conquistado seu apoio ao movimento revolucionário. As forças de segurança estavam enfraquecidas e desmoralizadas pelo tipo de governo a que eram obrigadas a dar sustentação. Existia uma liderança efetiva e capaz que conseguiu mascarar o caráter marxista leninista da revolução, apresentando-a como "nacional" e "antiditatorial", para um povo que não sabia o significado dessas palavras no jargão comunista e que conseguiu angariar para o movimento a simpatia do mundo. Só nessas condições excepcionais, uma organização tão incipiente e débil poderia conduzir um movimento revolucionário à vitória.

Pode-se alinhar várias causas para o fracasso da tentativa do PC do B, mas quase todas elas estarão invariavelmente ligadas ao fato dela ter sido, de propósito ou não, uma tentativa a foquista na essência.

Em razão dessa inspiração, começou por menosprezar o apoio da população - um dos fundamentos da guerra popular prolongada a que se propunha - a título de manutenção do sigilo, dando maior ênfase ao trabalho militar do que ao trabalho político.

Ali estavam como bodegueiros, posseiros, comerciantes, farmacêuticos, e como tal, poderiam ter permanecido na região, mais do que o fizeram, não fosse a "abertura" da área de treinamento por um casal de militantes que fugiu da região.

Por ocultarem dos habitantes locais a condição de comunistas, como os homens de "Sierra Maestra", mas também a de revolucionários, o apoio que receberam desses habitantes foi o mesmo dispensado aos estudantes do Projeto Rondon.[132] A população retribuiu os auxílios que lhe foram efetivamente prestados e o comportamento exemplar que tiveram para com ela, exceto em alguns casos, também exemplares, de "justiçamento" de habitantes locais julgados pelo Tribunal Revolucionário. Em consequência desses fatos não obteve como preconizava a "guerra popular prolongada", o apoio das massas. As massas camponesas não se sensibilizaram com “as lutas mais altas” e nem foram capazes de “fornecer a massa principal de combatentes da guerra popular", como preconizavam suas resoluções políticas. Isto não decorreu apenas da falta de trabalho político prévio, mas também da própria área selecionada, de população muito rarefeita, onde um casebre distava do outro cerca de 6 a 8 horas de caminhada. Como resultado prático, depois de seis anos de permanência na área, não conseguiu o Partido cooptar uma dúzia de adeptos entre a população local, e assim mesmo, a maioria desertou quando as forças de segurança retornaram.

Negligenciaram as condições objetivas, alheando-se da conjuntura nacional. Quando se decidiram-pelo estabelecimento do foco, em 1966, o País caminhava a passos firmes para a redemocratização. Durante a fase de assentamento do foco, foram surpreendidos pela abertura da Transamazônica, que, do trecho em que cruza o Rio

[132] O Projeto Rondon criado em 11 de julho de 1967, é um projeto de integração social envolvendo atividades voluntárias de universitários visando aproximá-los da realidade do país, além de contribuir para o desenvolvimento de comunidades carentes. (NE)

Araguaia até Marabá, cortou transversalmente a principal área selecionada para a guerrilha. A construção dessa rodovia, o asfaltamento da Belém-Brasília e a presença, embora ineficiente do INCRA, caracterizava o momento em que a população sofrida e esquecida dessa área começava a tomar conhecimento da existência do governo brasileiro. Quando a guerrilha teve início, com os primeiros embates com as forças de segurança em 1972, o Brasil vivia a euforia de um desenvolvimento continuado, sem precedentes no mundo contemporâneo, à exceção do ocorrido anteriormente no Japão.

Complementando a irrealidade da proposição, estava a pretensão de formar um Exército Popular, quando não dispunham de pessoal suficiente, de armamento adequado sequer para as dezenas de comunistas ali instalados - a menos que esperassem recebê-lo do exterior - de equipamento necessário e não se mostraram capazes de ampliar os efetivos iniciais e nem de repor as baixas, à medida que elas foram ocorrendo, apesar das tréguas involuntárias verificadas. Na verdade, não foram capazes de estabelecer uma rede de apoio ou criar uma cadeia de informações, após seis anos de permanência na área. Para coroar esse irrealismo, subestimaram a capacidade operacional das Forças Armadas, às quais classificavam como carentes de experiência e condições de combate.

Era o mesmo Partido Comunista de 1935 que fazia de seus sonhos a "realidade", de "sua realidade" a luta fraticida, sacrificando a vida de pessoas, cujas mentes estavam cristalizadas pela ideologia. É preciso não esquecer que seu objetivo era construir um Exército Popular, capaz de destruir a tudo e a todos que se lhe opusessem na caminhada para a tomada do poder.

Hoje "choram" seus mortos como se fossem inocentes.

(Nesse ponto, no documento original, está faltando a página 822, que apesar de nossos esforços não foi possível obtê-la)

Vimos no item 1, do Cap. I, da 1ª Parte, que as organizações alinhadas com a então III Internacional planejam, antes desse, um objetivo intermediário, por considerarem que a mudança do regime

vigente não pode ser conseguida apenas pelo Partido e o proletariado. A maioria da população não deseja a mudança do regime, mas, normalmente, boa parte dela está insatisfeita ou pode se tornar descontente com o governo. É preciso pois, utilizar essa massa insatisfeita para derrubá-lo. Uma vez vitoriosa essa fase, instala-se um governo progressista, uma "democracia popular".[133] Já no poder, altera-se a correlação de forças e o Partido poderá, dirigindo o proletariado, passar à segunda etapa, a da revolução socialista que conduzirá à ditadura do proletariado. Por essa razão são conhecidas também como etapistas.

Da concepção estratégica de todas essas organizações subversivas, consta o caráter da revolução. O caráter da revolução deve responder basicamente: qual o tipo de revolução que na conjuntura, possibilitará a tomada do poder? Teoricamente, o caráter da revolução é definido a partir de uma análise da conjuntura, sob a visão marxista, quando são levantadas as contradições da sociedade. Naturalmente, na óptica dessas organizações, essas contradições só podem ser solucionadas pelas transformações que a revolução realizaria e as classes nela engajadas seriam as que a promoveriam e beneficiar-se-iam dela. Como resultado dessa análise, determinam também, o "estágio" de desenvolvimento da sociedade, com predominância de seu aspecto econômico. A definição desse estágio permitirá basicamente, caracterizar os principais inimigos que a revolução deverá enfrentar e as tarefas que caberão às classes nela envolvidas.

Ao caracterizar o estágio do desenvolvimento brasileiro, as organizações subversivas o tem classificado como "semi-feudal", “semi-colonial”, "agrário", “agrário-industrial” ou "industrial-agrário". Essa diversificada classificação e até mesmo a inversão de termos, tem sido um dos motivos de divergência entre elas.

Dessa divergente classificação, surgem naturalmente, diferentes caracteres da revolução, que são normalmente expressos por dois ou

---

[133] Uma organização subversiva, na sua versão tupiniquim, rebatiza-a de “democracia proletária”. Sem dúvida uma expressão com conotação bem mais positiva que a literal “ditadura do proletariado”, tão mal enfatizada por Marx, na expressão fria de suas concepções totalitárias.

mais vocábulos, como já vimos, no caso cubano, cujo caráter da revolução era "nacional e anti-ditatorial". O caráter define o principal, ou principais, inimigos da revolução e as tarefas a serem cumpridas para derrotá-los. Assim, se o principal inimigo considerado é o "imperialismo", a principal tarefa da revolução será a "libertação econômica e política da dependência imperialista" e a revolução será "nacional". Se o principal inimigo é o "latifúndio ou o capitalismo", a tarefa básica da revolução será, respectivamente, "a transformação das estruturas com a eliminação do monopólio da terra ou do modo de produção capitalista" e, naturalmente, a "eliminação de todos lati fundiários ou dos capitalistas como classe" e, em ambos os casos, a revolução será "democrática".

Nesse raciocínio reside a explicação, simplista naturalmente, dos dois significados que têm a palavra "democracia" para os comunistas e que os mortais comuns não conseguem alcançar. A "democracia" da revolução comunista significa a eliminação do latifúndio e/ou do modo de produção capitalista e dos latifundiários e capitalistas como classe. Enquanto não chegam ao poder, democracia significa, porém, a mais ampla e irrestrita liberdade. Liberdade, sobretudo, para organizarem-se com a garantia da lei, para tramar e investir contra essa mesma democracia. Uma vez no poder, seriam as liberdades de expressão, de opinião e de participação, as primeiras a serem "cassadas" em nome da revolução. Consolidada a revolução, seria cassada, também, a liberdade de oportunidade, monopolizada pela "nomenclatura".[134]

[134] O termo *nomenklatura* deriva do latim nomenclatura que, assim como em português, significa uma lista de nomes. Era como se designava a "burocracia", ou "classe dirigente" da União Soviética. Ela incluía altos funcionários do Partido Comunista da União Soviética e trabalhadores com cargos técnicos, artistas e outras pessoas protegidas pelo Partido Comunista. Na verdade, os membros da "nomenklatura" eram, em sua esmagadora maioria, filiados ao Partido Comunista da União Soviética e gozavam de inúmeros privilégios e vantagens inacessíveis para o restante da população do país. Originalmente, era uma lista de postos ou cargos com altas responsabilidades, cujos ocupantes deviam ser previamente aprovados pelo Partido Comunista da União Soviética. Por extensão, o nome passou a ser usado também para as pessoas que ocupavam tais cargos. Atualmente usa-se em todo mundo para designar a classe de pessoas que usufrui privilégios concedidos pelos governos. (NE)

As organizações trotskistas, como vimos no item 1, do cap. I, da 2ª Parte, não visualizam a necessidade da etapa intermediária. Para elas, desde o início, a revolução será socialista e uma vez derrubado o governo, o socialismo estará implantado.

O método é racional e coerente. Fica claro de seu desdobramento que a análise da conjuntura, como é usual, serve para identificar as contradições da sociedade e mesmo flagrantes injustiças, as quais permitem levantar "bandeiras" e "slogans" que estejam adequados à realidade presente. Fica claro também essas bandeiras e slogans serão utilizados para agitar, iludir e conduzir a massa de manobra, que levará o partido ao governo. Uma vez ali, essa massa será alijada, tendo servido apenas, na verdadeira acepção da expressão, como "massa de manobra" do partido.

Não tendo as organizações subversivas que atuaram no Brasil desembocado na revolução, aqui teoricamente esquematizada, suas estratégias não podem ser objeto de análise crítica. No entanto, a discussão teórica de seus elementos formadores, somada às discordâncias em torno de suas conclusões, constitui-se em mais um dos fatores concorrentes para a atomização das esquerdas. Por outro lado, essa análise serve também como um alerta sobre o que significam, no jargão comunista, as palavras "**liberdade**", "**nacional**" e "**democrática**".



9. O organismo revolucionário

Um dos aspectos enfatizados nos movimentos revolucionários marxista-leninistas é o preparo do organismo necessário à sua condução. Esse organismo se concretiza através de uma série de atividades: o recrutamento e preparação dos dirigentes; a formação de quadros, em cursos e escolas especiais; a criação de núcleos (células) de revolucionários profissionais (dirigentes, ativistas, agentes especiais, etc.); a disseminação desses núcleos e estruturação do partido revolucionário em todos os níveis da

organização político-administrativa do país. Esse organismo é, correntemente, o Partido Comunista e aquelas tarefas são inerentes à sua própria estruturação que é demorada e cuidadosamente estabelecida.

Com o advento do "foquismo" o Partido Comunista deixou de ser um instrumento necessário à condução da revolução. Esse instrumento seria a vanguarda composta por aqueles "que realmente desejam fazer a revolução". Debray no seu "Revolução na Revolução" desfila uma série de desvantagens de, na condução da revolução, ser a guerrilha o mero "braço armado" de um partido, mostrando que a luta armada exige um novo modo de organização e um novo estilo de direção. Para o foquisrno o preparo físico é fundamental. "*Uma perfeita educação marxista não é, necessariamente, condição imperativa*". Para o foquismo "*a guerrilha é o partido em gestação*".

No Partido Comunista a estrutura política prepondera sobre qualquer outra coisa. Na vanguarda guerrilheira há prevalência do militar, ou, no mínimo, as instâncias militar e política se igualam, e são preferencialmente unificadas, daí denominar-se tal estrutura de Organização Político Militar (OPM) .

De qualquer forma, seja qual for o modo de organização e o estilo de direção, tanto o partido como a OPM necessitam recrutar adeptos e preparar seus quadros e dirigentes, sendo estes os aspectos que influirão no sucesso ou insucesso da ação e, por isso, serão objeto de nossa análise.



10. O recrutamento

O recrutamento e um processo de atração, sedução, enfim, de convencimento das pessoas a aceitarem a doutrina marxista-leninista. A fase inicial desse trabalho é a de aliciamento que consiste na conquista de adeptos - futuros militantes ou simpatizantes - para a causa revolucionária. É realizado através de contatos pessoais,

formação de grupos de estudo, reuniões informais, reuniões de base, etc. e é favorecido pela infiltração dos agentes nos mais diversos órgãos e instituições. Na fase do aliciamento, normalmente, o alvo desconhece a existência da organização subversiva e durante seu transcurso são inoculados no indivíduo os primeiros conhecimentos ideológicos, por meio da visão marxista da realidade. Na fase final, o alvo toma conhecimento da organização e é levado a prática de algum ilícito que beneficie, que a identifique e o vincule a ela.

Algumas organizações subversivas tinham organismos de fachada, especialmente voltados para essa tarefa. Dos vários exemplos citados nos capítulos anteriores, recordemos a estrutura da Dissidência da Guanabara (DI/GB), depois MR-8, que atuava especificamente no meio estudantil, para as tarefas de aliciamento e recrutamento. O alvo, o estudante, era aliciado pelos Grupos de Estudo (GE) - "a porta de entrada da organização". No GE eram ministrados os estudos doutrinários iniciais e dada uma visão ideológica das conjunturas internacional e brasileira. Após essa fase, os estudantes passavam a integrar os organismos para-partidários (OPP), ocasião em que realizavam as primeiras ações em benefício da organização, de cuja existência só então tomavam conhecimento. Com essas ações adquiriam experiência, se comprometiam e se vinculavam à organização. O passo seguinte era a estruturação na organização subversiva. [135]

Havia também formas bem mais diretas de aliciamento. A título de exemplo transcrevemos o extrato do depoimento de uma jovem universitária presa em Brasília, em 1972, que mostra também a colaboração dos professores, desde então: "*Fui criada em uma família sem problemas. Nada me faltava: tinha o carinho e afeto de meus parentes e um razoável padrão de vida (classe média) onde via satisfeitas todas as minhas necessidades materiais. Nossa família podia ser classificada como uma família de padrão tradicional: respeito e a obediência aos mais velhos, educação religiosa cristã com missas dominicais quase obrigatórias, aversão aos modismos (cabelos, roupas extravagantes, etc) hábitos e horários rígidos, etc. Entrei para a faculdade muito cedo, dezessete para dezoito anos.*

[135] Estruturado é o militante que integra algum órgão (organização de base, comitê, etc) da organização subversiva.

Fiquei aturdida com o ambiente que encontrei. Não entendia o linguajar de meus companheiros e relutava em aceitar certos hábitos correntes como fumar coletivamente (eu nem fumava) permitir certas licenciosidades, sair junto com rapazes, usar certos trajes, etc. Era tachada por meus colegas de 'quadrada', 'retrógrada' e outros epítetos. Estes evitavam a minha companhia e passei a viver numa espécie de 'gelo'. Foi então que um companheiro (não é preciso dizer que era subversivo) condoeu-se de minha situação e começou a me procurar. Exultei com isso. Ele então foi me ensinando. Isto é, doutrinando a seu modo, para uma nova realidade que eu desconhecia. Paralelamente a isso os professores faziam sua contribuição: 95% dos livros recomendados eram de autores marxistas. Como perdi uma prova e estava na iminência de ser reprovada numa dada matéria, o professor exigiu de mim uma monografia baseada num livro de autor comunista com o que me seria dado o grau necessário o que de fato ocorreu. Eu não tive escolha. Eu não tive alternativa".

De outro lado, havia formas de aliciamento bem mais sutis. Depoimentos prestados por subversivos revelam que o sexo era usado nos meios terroristas como elemento de atração e comprometimento de jovens inexperientes. Um dos casos mais chocantes pelo seu resultado, foi o de Solange Lourenço Gomes, conhecida pelos codinomes de "Rute", "Conceição", "Clara", "Aurora" e "Maria José Linhares".[136]

Solange conta que quando iniciou o namoro com Carlos Augusto da Silva Zílio, em **1966**, [137]

(Nesse ponto, no documento original, está faltando a página 828, que apesar de nossos esforços não foi possível obtê-la)

(...) em inquérito, foram pronunciados, mas a quase totalidade foi "jogada" na clandestinidade e 98% deles passaram a integrar ou já

[136] A maioria dos fatos aqui narrados já se tornaram públicos, uma vez que Solange, quando se entregou em julho de 1971, deu entrevista para vários jornais, revelando-os na ocasião. (A entrevista foi publicada nos jornais em 28 de julho de 1971- NE)

[137] Grifamos a data para aquelas pessoas que insistem em afirmar que a subversão no país só teve início após o AI-5.

integravam organizações subversivas e engajaram-se na luta armada. Naturalmente, o jovem inexperiente era a presa mais fácil dessa verdadeira cilada. Cilada que, nesse caso, como vimos, foi preparada por orientação de Cuba, em conluio com organizações subversivas nacionais. O recrutamento simplista do tipo desse de Ibiúna representou um alto percentual no total de recrutados. Apenas esse episódio foi responsável por cerca de 15% de todos os recrutados, nesse período de luta armada.

Não foi, pois, por acaso ou outra razão, que mais de 80% dos quadros das organizações subversivas eram constituídos de estudantes, dos quais cerca de 20% eram secundaristas. Dos restantes, boa parte era de militantes profissionais, intelectuais é profissionais liberais, sendo inexpressivo o número de trabalhadores da cidade e quase nulo, os do campo que integraram as organizações de esquerda revolucionária.

Uma jovem militante da ALN encarregada do setor descreve de forma mais detalhada o que chamou "*as etapas do processo de politização*" empregadas na organização. Parece-nos que vale a pena, a título de alerta, descrevê-las na síntese:

1. Conhecimento dos elementos mais permeáveis a novas informações, estabelecendo-se contato com eles;

2. Discussão inicial em torno de um fato político que ocorra, no âmbito internacional ou nacional;

3. Ligação desse fato político com a estrutura sócio-econômica brasileira;

4. Discussão da necessidade de uma mudança estrutural-revolução;

5. Colocação de meios para se realizar essa mudança - propostas específicas da organização;

6. Integração do elemento em algum nível de trabalho prático, progressivamente;

7. Engajamento progressivo e irreversível do elemento na organização

Ao se procurar estabelecer contato com os elementos mais abertos para o início do processo de politização, usa-se inicialmente situações sociais, shows, conversas em bares, atividades que versem sobre temas favoráveis à manifestação de crítica e a problemas ou ao sistema como um todo. A partir de então os indivíduos que mais se manifestam são identificados e procurados posteriormente para conversas individuais (...)

Após o contato inicial, que é feito sob vários pretextos, inicia-se a discussão abordando algum fato político que tenha ocorrido recentemente e que forneça conteúdo para ser criticado. Por exemplo, atos institucionais (...). Posteriormente discutem-se outros problemas num nível amplo, inserindo-o numa estrutura sócio-econômica de tipo capitalista ou no quadro das relações sócio-econômicas imperialistas. Aqui são fornecidos textos que partem desse problema específico e o relacionamento com a situação brasileira, no seu aspecto estrutural. O objetivo é fazer com que a pessoa conclua a ineficiência do sistema capitalista (...)

A filosofia que baseia a análise nesses textos é a marxista, que vai sendo incorporada de um modo sutil pelo elemento (...)

Estando a par do método de análise marxista-leninista e já informada da impossibilidade de resolução dos problemas de nossa realidade dentro desse sistema, são introduzidas as questões referentes aos meios de mudança dessa mesma estrutura sócio-econômica. Iniciam-se as discussões sobre a violência no processo revolucionário, o papel do terrorismo frente às instituições vigentes e outras questões relativas à política da organização, especificamente (...)

O elemento responsável pelo desenvolvimento desse processo de politização deve encaminhar a pessoa, já politizada, para desempenhar algum trabalho; direta ou indiretamente, ligado à organização (...)

Paralelamente ao trabalho de vinculação teórica, o elemento vai sofrendo um processo de vinculação prática, progressivamente.

Inicialmente é considerado apoio da organização, fornecendo dinheiro à organização, mantendo pessoas ou material da organização em sua casa e outras atividades.

Após esse passo, realiza pequenas tarefas para a organização: levantamentos, panfletagens, etc. O fato do novo elemento participar praticamente de uma fase, pelo menos, das ações da organização, vai tornando essa prática um fato conhecido a ele, tirando-lhe o medo e o receio inicial do participar de ações.

Depois desses primeiros trabalhos, o indivíduo vai recebendo obrigações mais importantes para a organização, até que possa a participar diretamente numa ação armada, não tendo nenhuma alternativa a partir de então pois, em questão de pouco tempo será reconhecido e obrigado a passar para a clandestinidade. Tem que pertencer aos quadros da organização, depender dela (...)

A vida na clandestinidade transcorre de um modo ditatorial para o elemento, pois, como indivíduo ele perdeu todas as possibilidades de vida civil regular, o que poderia tornar-lhe independente em relação à organização. Ele está ã mercê da organização em todos os aspectos: econômico, pessoal e quanto ao nível de atuação política. Passa a ser extremamente conhecido pelos integrantes da organização, reduzindo, a cada dia, a sua margem de vida. A prática de ações armadas torna-se corriqueira, sua visão da vida vai mudando a cada passo dessa vinculação até que o elemento atira, mata, perdendo o significado real desses fatos.



11. A preparação dos quadros

A formação de quadros e dirigentes deu-se quase que exclusivamente no exterior. Cerca de 150 militantes foram formados em Cuba. Por volta de 120 foram formados na China e um número bem mais reduzido foi formado na URSS. Dos formados na Rússia a totalidade era do PCB, dos formados na China, cerca de 65% pertenciam ao PC do B, sendo que, em torno de 15% deles deixariam o partido para integrarem a Ala Vermelha. Dos 35% restantes, pertenciam à AP 25%, ao PCB 5%, e em menores percentuais foram contemplados o PCR e o PRT. Os formados em Cuba estavam diluídos em maior número de organizações, sendo que a ALN foi a que mais se beneficiou desses recursos.[138]

Não se dispõe de dados que permitam uma avaliação judiciosa desses recursos. Sabe-se, no entanto, que em Cuba existiam dois cursos básicos, um de guerrilha rural e outro de guerrilha urbana e havia cursos complementares de especialização tais como: de fotografia, explosivos, enfermagem, preparação de documentação falsa, etc. Todos eram cursos de pequena duração, cujo nível e organização eram objeto de críticas dos subversivos que os frequentavam.

Na verdade, eram poucas as organizações que tinham um número razoável de elementos com esses cursos de especialização. Mesmo considerando que os efetivos das organizações subversivas não eram elevados, esses percentuais eram pequenos. Se esses elementos tivessem sido utilizados para a formação de quadros, num prazo razoável, poderia ter resultado em quadros melhor preparados. No entanto não se tem notícia dessa utilização. Os casos de treinamento assinalados ao longo deste livro são raros. Eram, de qualquer modo, cursos de formação militar. Se compararmos esses cursos com a formação dada ao soldado nas Forças Armadas, onde os instrutores

[138] Dada a compartimentação posta em prática pelas organizações subversivas, estes dados não são absolutos mas apenas uma aproximação. Assim de 108 subversivos relacionados com curso na China, foram considerados 120 os possuidores desses cursos, dada a razoável margem de erros que essa relação poderia apresentar.

são profissionais altamente treinados e especializados, contando com meios necessários e dedicação em tempo integral durante nove meses, pode-se concluir que era fraco o preparo militar, mesmo dos militantes com curso no exterior. Aliando-se as formas de recrutamento utilizadas à inexistência de cursos ou estágios de formação política, pode-se concluir que também era baixo o nível de preparo ideológico da massa de militantes. Esse despreparo levou-os a cometer graves e bisonhos erros de segurança, quer na prática diária da militância, quer através de seu comportamento perante o "inimigo".



12. As deserções e as técnicas de terror

Cedo as organizações subversivas perceberam a vulnerabilidade que representava a falta de preparo político-ideológico de seus militantes. Nos interrogatórios era comum esses militantes despreparados e sem convicção "entregarem" tudo o que sabiam quando caíam em contradições ou quando eram postos ante evidências. Mais de 90% das prisões decorriam da indicação de subversivos anteriormente presos. Assim, quando um terrorista era preso, perdia toda a confiança da organização e se, por qualquer motivo, era liberado ou permanecia pouco tempo detido, era considerado um "cachorro" e à primeira vacilação ou erro, normalmente "justiçado", como vimos em vários casos narrados, quase todos, diga-se de passagem, injustamente. Houve diversos casos de elementos seriamente implicados na subversão que passaram pelos órgãos de segurança e que não foram identificados como subversivos.
Como decorrência dessa mesma causa, o despreparo político-ideológico, mais de uma centena de militantes desertaram das organizações subversivas e um número superior a cinco dezenas repudiou, publicamente, a subversão e o terrorismo.

Incapacitadas de corrigir essa deficiência fundamental, as organizações subversivas valeram-se do expediente que lhes pareceu

mais expedito, cujas técnicas dominavam e não tinham pejo em delas utilizaram-se, o terror.

Essas técnicas começavam no âmbito das próprias organizações com as ameaças e a concretização de assassinatos, ditos "justiçamentos" a que os militantes sabiam estar sujeitos.

Outra técnica, de múltiplos efeitos, era fazer crer aos militantes que uma vez presos, seriam torturados física e psicologicamente até a morte. Ao mesmo tempo em que criavam e propagavam essa imagem dos órgãos de segurança, induziam os militantes a resistir à prisão a todo o custo. Essa técnica era "multinacional". Os que tinham essa doutrinação mais internalizada eram os possuidores de curso em Cuba. Segundo essa técnica, resistir à prisão a todo custo era, na pior das hipóteses, apenas "*abreviar a hora da morte sem o risco de trair a luta do povo*". Finalmente conscientizavam os militantes de que se não pudessem chegar a isso "no ato de reagir à prisão", havia que "*tentar o suicídio de todas as formas possíveis*". Estas instruções induzindo ao suicídio eram comuns às organizações subversivas e cada uma buscava transmiti-las da forma mais patética possível. A ALN, por exemplo, no seu documento intitulado "Sobre a questão do comportamento" assim sintetizava este apelo: "*e suicídio é uma mera antecipação de uma morte certa... E morrer é passividade, mas matar-se é ato*". De forma constrangedora constatamos que a doutrinação surtiu efeito. Inúmeros casos de tentativa de suicídio nas prisões; a maioria neutralizada pelas medidas de segurança adotadas nas carceragens, e a invariável disposição de resistir à prisão até a morte são testemunhas inequívocas da eficiência do processo de fanatização utilizado pelos terroristas.

O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apesentado como "morte por tortura nos órgãos de segurança". Uma coisa é certa, permitir que esses suicídios fossem perpetrados na prisão era a "burrice" máxima. Mas esses descuidos ocorreram apesar das medidas rigorosas para evitá-los. Convenhamos, porém, que se os componentes dos órgãos de segurança eram tão cruéis e desalmados, como dizia a propaganda adversa, havia mil maneiras menos comprometedoras de dar "sumiço" em alguém. O "suicidar"

alguém sob sua guarda na prisão está além da "burrice" admitida. O resto ... o resto é "desinformatzya".

Mas a guerra psicológica é um instrumento extremamente eficaz e exatamente por isso, ninguém indaga da racionalidade do que está sendo impingido. Com essa técnica, reforçavam nos militantes o pavor de caírem presos, aumentavam o moral da organização quando o militante resistia à prisão, ao mesmo tempo que passavam essa imagem distorcida dos órgãos de segurança ao grande público. Se conseguiam uma missa, com toda pompa, em memória do suicida, o que não era difícil dado o empenho dos prelados "progressistas" na "desinformatzya", estava selada a culpa do órgão de segurança aos olhos da população.[139]

Apesar dessas técnicas e dos riscos, o número de deserções e de repúdio público ao terrorismo e à subversão foi relativamente elevado. A grande maioria que assim agiu, parece ter sido sincera, sendo poucos os casos que apresentavam indícios de que essa atitude visava a possíveis atenuações de penas ou outras vantagens pessoais.

A característica comum desses militantes era a falta de preparo político-ideológico mas, para confirmar a regra, houve inclusive a exceção. Hans Rudolf Jakob Manz, com treinamento na URSS, Cuba e Tchecoslováquia, homem maduro e com sólida formação marxista-leninista, repudiou a subversão. As causas principais parecem ter sido a infantilidade dos métodos e a falta de objetividade das organizações subversivas brasileiras. Pelo menos essas foram as causas mais comuns entre aqueles que esconjuraram o terror. Além dessas, apareceram como causas: a tentativa das organizações subversivas de dar justificativa ideológica a puros atos de banditismo; a desilusão com os métodos de luta e a argumentação para mantê-los e a incapacidade das esquerdas em apresentar soluções construtivas quando o governo que desejavam derrubar havia encontrado, pacificamente, meios e formas de vencer as barreiras do subdesenvolvimento.

[139] A liturgia não nega o direito dos sacramentos ao suicida, recomenda porém, que o ato seja discreto e reservado. A pompa e o aparto nesses casos, deveria significar que não houvera “suicídio”. A missa, na verdade, transformava-se em ato político.

Pode-se citar, entre os que por essas razões ficaram desiludidos com os métodos, processos e fins das esquerdas: André Yoshinaga Massafumi, "Massa" ou "Jorge", 21 anos quando foi preso, estudante, pertencente à VPR/SP; Rômulo Augusto Romero Fontes, "Enio", "Taka", "David" ou "Craveiro", 21 anos quando preso, comerciário, da VPR/SP, militante desde os 13 anos, participou das Ligas Camponesas, e o único conhecimento político que possuía era a doutrina marxista-leninista; Reinholdo Amadeo Klement, "Amâncio", "Batista" ou "Chico", 20 anos quando preso, estudante secundarista, pertenceu à AP e à VPR/RS; Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, "Severino", 20 anos quando se apresentou voluntariamente, estudante, da VAR-Palmares/GO; José Barros de Oliveira, "Arnaldo", "Fernando" ou "Marcos", 39 anos quando se apresentou espontaneamente, antigo militante do PCB, pertencia à VPR/SP, mecânico ferramenteiro; José Raimundo de Oliveira, "Evandro", 35 anos quando preso, sargento da polícia Militar de Minas Gerais e estudante, comunista, pertencia ao COLINA, abjurou a violência e recusou-se a ser banido em troca da liberdade do embaixador da Suíça. Refutou em reportagem filmada e na imprensa as mentiras publicadas na Europa de autoria de Ângelo Pezzuti.

Entre esses desertores havia também indivíduos violentos e agressivos por natureza como Gilson Teodoro de Oliveira, da VPR/SP, tido como fanático. Gilson abjurou o terrorismo num programa de TV, após ter tentado o suicídio por enforcamento, na prisão. Houve também casos de indivíduos que mostraram uma fraqueza a toda prova. Foi o caso de Newton Moraes, da ALN/MG, conhecido como "Brandão" ou "Gordo". Assaltante a mão armada, "Brandão" participou de uma série de assaltos a bancos e roubo de automóveis. Ao ser preso ficou desesperado e escreveu uma carta a seus pais, na qual renegava o terrorismo e o comunismo. Possivelmente pressionado por colegas de prisão, tumultuou seu julgamento ao negar seus depoimentos anteriores, insinuando inclusive que houvera sido forçado a tomar aquela atitude perante seus pais. Após o julgamento, arrependido, voltou a procurar as autoridades reafirmando seu repúdio ao terror. "Brandão" não fez acusação de ter sido torturado durante os interrogatórios, embora naquela altura essa fosse uma recomendação comum a todos os subversivos.

Erwin Rezende Duarte, "Tião", estudante, do COLINA/MG, tinha 22 anos quando foi preso juntamente com Ângelo Pezzuti, com quem atuou na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, no preparo e difusão de documentos relatando torturas inexistentes. Em agosto de 1971, quando era das mais ativas a atuação da "Frente Brasileira de Informações (FBI), prestou declarações à imprensa, desmentindo e desmascarando Ângelo Pezzuti e seus documentos, além de renunciar e renegar o seu passado subversivo. Mais sincero talvez do que o depoimento de Erwin, foi o de Rouberdário Diniz Valério, "Dario", "Pedro", 31 anos quando foi preso, estudante, condenado a 2 anos e 11 meses de prisão. Rouberdário desiludiu-se com o terrorismo e abjurou o comunismo, fruto de leituras e do comportamento de seus companheiros de prisão. Revoltou-se com as mentiras e refutou as publicações de Ângelo Pezzuti. As estórias de Pezzuti, porém, circularam pela Europa e América, nas asas da FBI.

Havia casos em que a rejeição decorria de problemas pessoais. Foi o que ocorreu com Milton Campos de Souza, "Francisco", "Marcos", da ALN/MG, 23 anos quando preso, estudante, que tinha remorsos por ter matado um garoto de 14 anos, Marcelo Costa Tavares, por ocasião de um assalto a banco, em Belo Horizonte. Problemas de família e afetividade e mesmo traumas familiares também foram causas de deserção, como foi o caso de Maria Júlia de Oliveira, 19 anos quando presa, estudante, pertencente à AP/SP, ou de Jackson Luiz Pires Machado, "Geraldo", 21 anos quando preso, estudante. "Geraldo" entrou para a VAR-Palmares/GO, quando seu pai foi preso por peculato. Foi um ativo militante, traçou planos de organização para a VAR-P, assaltou bancos, planejou a formação de colunas guerrilheiras e chegou a ser um militante de nível na organização. Repudiou a subversão e o comunismo em um programa de TV, logo após sua mãe ter morrido em acidente automobilístico ao vir visitá-lo na prisão pela primeira vez.

Entre os arrependidos encontravam-se também indivíduos que, não sendo comunistas e nem tendo simpatia por essa ideologia, haviam ingressado em organizações subversivas por imaturidade ou atraídos pelo espírito de aventura. Seguramente enquadram-se nesse caso Gustavo Guimarães Barbosa e Douglas de Carvalho Morechia. Razões semelhantes podem ser imputadas aqueles que renunciaram ao terror e à subversão por não haverem suportado as angústias da

clandestinidade, como Celso Lungaretti, o primeiro terrorista a renegar publicamente suas atividades e o marxismo-leninismo.



13. Conclusão

A avaliação desta terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, leva-nos a indagações muito parecidas com as formuladas após a primeira tentativa, também levada a efeito pelo caminho da violência. Conduz-nos igualmente ao pensamento de Lenin ao referir-se ao esquerdismo - doença infantil do comunismo - de que ela foi "*não só uma estupidez, mas também um crime*".

Mais uma vez vimos a tão decantada análise marxista da realidade, instrumental tão ao gosto do clero dito "progressista" mostrar-se um meio inútil, como qualquer outra metodologia, quando manipulada por mentes bloqueadas pela ideologia e seus dogmas, porque essas confundem a realidade com seus desejos, chegando sempre a conclusões pré-determinadas.

Poderíamos, nesta conclusão, ressaltar a deformação de valores a que foram levados nossos jovens, principalmente aqueles preparados em Cuba, a irresponsabilidade de líderes personalistas e egocêntricos, o envolvimento insidioso do melhor da nossa juventude, a estudantil, ou o aspecto que mais nos impressionou nesse processo – mais mesmo que a violência física ou a indução ao suicídio como ato heroico – a agressão psicológica, com base na mistificação, no exagero e na mentira que sofreu a nação brasileira, envolvendo uma de suas mais importantes instituições, suas Forças Armadas.

É preciso, porém, atentar que, ao contrário do que pretendem induzir, os fatos não contém em si a verdade. Os meios de comunicação nos dão exemplos diários de fatos que, conforme as fronteiras ou os interesses de pessoas ou grupos, dão margem a

interpretações diferentes e até opostas. As ideologias, sobretudo, alteram a realidade dos fatos.

Jean Brunhes dizia que é por "*um estranho abuso de palavras que se fala da veracidade de um fato. Um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade; verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos*". Esse juízo depende não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e condições em que se deram, e pode ser mutável, à medida que tenhamos maiores informações sobre eles. Uma das experiências mais significativas a esse respeito deu-se com o francês Benjamin Constant, que por muitos anos coletou cerca de 10.000 fatos, sobre os quais assentou alentada obra crítica das ideias religiosas. Sofrendo a ação de novas influências, evoluiu no seu pensamento e modificou completamente a obra, alterando-lhe o espírito, não obstante servir-se dos mesmos fatos. Ele costumava dizer a respeito dessa experiência: "*Eles deram meia volta à voz de comando e atacam agora em sentido oposto*".

Nosso propósito nesta 3ª parte deste livro era dar meia volta nos fatos, não para atacar, mas para apresentá-los sob outro ângulo, de forma que não ficasse deles, apenas, uma visão unilateral. Não tínhamos a pretensão de trazer a luz a verdade final e irrefutável em todos os seus aspectos, a qual só existe nas mentes cristalizadas pelas ideologias. Nosso propósito era dar ao leitor a possibilidade de ver o outro lado dos fatos, de comparar suas interpretações, de refletir sobre eles com espírito crítico e encontrar sua própria verdade, que, sem dúvida, estará mais próxima da realidade, na medida em que puder despir-se de seus preconceitos, descondicionar-se e fazer uma análise com isenção.



4ª PARTE

A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPITULO I

A ESTRATÉGIA GERAL

"*As palavras, como parte de um esforço cuidadosamente organizado, são hoje uma forma de luta suplementar e algumas vezes suplantam as antigas formas de conflito*".
Atkinson[140]

1. A estratégia geral

Vencidas na forma de luta que escolheram - a luta armada - as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia - a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa.

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares; etc), a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a

[140] Atkinson, James D: "A Política de Luta", já citado.

revolução. Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, da qual divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", também socialista.

Todos atuavam, agora, no trabalho de massa.

Sabedores que, com a politização que a democracia introduziu no mundo ocidental, os "*donos da opinião pública determinam os acontecimentos muito mais que os donos das fábricas ou os chefes militares*", valer-se-iam largamente da propaganda para alcançar seus objetivos.[141]



[141] A propaganda é aqui entendida como arma que é da Guerra Psicológica. Constitui-se na difusão de dados e fatos visando a influenciar opiniões, gerar emoções, provocar atitudes ou dirigir o comportamento de indivíduos e grupos, a fim de beneficiar quem a promove.

2. A política de distensão

O fato de terem adotado uma estratégia comum não significa que haviam sido eliminadas as divergências entre as organizações de esquerda. Tampouco poderia ser tomado como tal o fato de que tivessem objetivos táticos coincidentes. Isto decorria tão somente da existência de uma necessidade comum a todas elas - a possibilidade de poderem voltar a atuar no País com alguma segurança. Isto lhes foi proporcionado pela chamada "política de distensão".

Tendo o Brasil se livrado da agressão armada comunista, seu novo governo propunha-se a institucionalizar gradativamente o País, pois esse era o desejo da sociedade brasileira que legitimamente pressionava nesse sentido. Essa era também uma meta da Revolução de 1964.

O novo governo iniciou a implantação de um programa de medidas liberalizantes, progressivamente posto em prática, para o retorno à democracia que ficou conhecido como "política de distensão". Alguns chamavam essa fase simplesmente de redemocratização, outros, cientes dos poucos progressos que a Revolução fizera no campo político - premido pela luta armada - a denominavam de aperfeiçoamento democrático, como a indicar a necessidade de avanços marcantes nessa área e não a simples liberalização. Essa nuance serve para destacar que não havia um consenso de como conduzir essa fase, que havia divergências não apenas quanto ao como, mas também o que, o quando, o porquê, etc.

Tais medidas começaram com a suspensão da censura à imprensa e culminaram, nessa fase, com a revogação do artigo 182 da Constituição de 1969.

Com a revogação do citado artigo da Constituição, foi eliminado a figura do Ato Institucional nº 5 e todos os atos complementares nele apensos. Isto restaurava o habeas-corpus para os crimes políticos e o direito de não ser preso sem mandado. Restabelecia, também, as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade aos componentes do Poder Judiciário. Eliminava determinadas

prerrogativas do Executivo, o que tornava mais equilibrados os Poderes. O Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e a cassação de mandatos eleitorais. Incorporava, em contrapartida, à Constituição uma série de medidas denominadas "salvaguardas de emergência".



3. O equilíbrio estratégico

O Movimento Comunista Brasileiro - aqui entendido como o conjunto das atividades realizadas pelas organizações comunistas e por organismos por elas criados, infiltrados ou dominados, conduzidas segundo a ideologia marxista-leninista, que tem por finalidade implantar o comunismo no Brasil - passou a coexistir a partir de 1964 com a etapa que denominaram de confrontação, dividida em linhas gerais em três grandes períodos: o primeiro de 1964 a 1973, a defensiva estratégica; o segundo de 1974 a 1978, o equilíbrio estratégico; e o último ou atual, a partir de 1979, a contra-ofensiva.

O período de 1974 a 1979, caracterizar-se-ia como de equilíbrio, porque haveria o gradativo "desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal", níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem.

Nessa fase, as organizações subversivas levantariam bandeiras que variariam em ênfase e na forma de expressão, mas, quase todas, diriam respeito à possibilidade de se prepararem para a tomada do poder, com segurança, com a garantia do direito, valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal – a democracia, sem aspas e adjetivos - oferece: <u>a possibilidade de seus inimigos prepararem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei</u>.

Foram fixadas então as "bandeiras" com as quais iniciariam o seu trabalho de massa:

— Anistia geral aos presos a condenados políticos

— Revogação do AI-5 e toda a “legislação de exceção”

— Liberdades democráticas (ou políticas)

— Respeito aos direitos humanos

— Livre organização de todos os partidos políticos, inclusive os comunistas

— Punição de todos os responsáveis pelos crimes no período da “ditadura”

— Extinção de todos os “órgãos de opressão”.

Algumas OS incluíram desde logo, entre suas bandeiras, a convocação de uma Assembleia Constituinte.[142]



4. A campanha psicológica

Em apoio à consecução das metas do período de equilíbrio estratégico, seria desencadeada uma verdadeira operação psicológica, com base principalmente em ações políticas e psicossociais. Através dessas, atividades as organizações subversivas difundiriam suas "bandeiras" e 'buscariam criar em grupos nacionais e internacionais, emoções, atitudes e comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos.

---

[142] Essas bandeiras constam das resoluções políticas do IV Congresso do PCB, atualizadas sucessivamente nas reuniões do CG de novembro de 1972, dezembro de1975 e março de 1977.

Seria dada continuidade à campanha psicológica que se desenvolvia no exterior com a Frente Brasileira de Informações (FBI) e que agora adentraria ao território nacional,

A revoada de subversivos do Chile, com a queda do governo de Salvador Allende, e do Brasil, com a derrota militar da esquerda revolucionária, havia possibilitado a expansão da Frente Brasileira de Informações (FBI) que continuava operando. No entanto, a partir de 1974, as atividades da FBI iriam começar a sofrer um declínio, como decorrência da vitória dos órgãos de segurança sobre as organizações terroristas. As denúncias divulgadas no exterior, na sua maior parte, referiam-se à ação policial contra os terroristas, sua violência e pretensa tortura que infligiam aos prisioneiros. Esse tema ia perdendo sentido.

No início de 1974, a *Amnesty International* que empregara vários subversivos brasileiros em suas sucursais e que se propunha a ajudar prisioneiros condenados por motivo de suas convicções políticas, "*que não tinham cometido atos de violência*", publicou e difundiu o documento "*Deaths in Custody in Brazil*" (Mortes em Custódia no Brasil), contendo nomes de terroristas e subversivos mortos, buscando polemizar as ocorrências. O novo tema a ser trabalhado não só iria ocupar a FBI na sua difusão, como se somaria ao da tortura e seria utilizado por mais de uma década.

Em 1º de abril de 1974, na sessão do Tribunal Bertrand Russel, foram apresentados inúmeros testemunhos de subversivos brasileiros que haviam sido patrocinados pelo Comitê Italiano da *Amnesty International*, mediante compensação financeira. Dentre os aquinhoados estavam os depoentes Miguel Arraes, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Moro, Denise Crispim, Wellington Moreira Diniz, Carlos Figueiredo de Sá, Maria do Socorro Soares Vigevani, Jean Marc Friedrich Van Der Weid, Frei Tito de Alencar Lima, Ângelo Pezutti, Sônia Regina Yessin Ramos, Onofre Pinto, Gregório Bezerra e Thiago de Melo. Como o leitor poderá notar, um corpo de jurados "altamente qualificado" e principalmente "isento".

Se no ano anterior, a queda do governo chileno representara a perda de um importante bastião no esquema do movimento comunista,

este ano, a Revolução dos Cravos, em 25 de abril, em Portugal, abria um novo espaço, particularmente, para os subversivos brasileiros que se encontravam no exterior. Em Portugal, o Partido Comunista passou a controlar a revolução militar e o próprio Movimento das Forças Armadas e oferecia aos "companheiros de viagem" as mesmas facilidades que lhes dera Allende no Chile. Em torno de setembro/outubro de 1974, encontravam-se residindo em Lisboa Márcio Moreira Alves, Almino Afonso, Carlos Figueiredo de Sá e outras figuras de destaque da FBI. Por volta de novembro de 1974, Miguel Arraes mudou-se, também, para Lisboa, unindo-se ao restante da coordenação internacional da frente. À essa época, também já chegara a Portugal José Maria Crispim que ali fundara o Movimento de Ação Socialista (MAS), congregando o que restara da ALN, do MR-8 e do PCBR. Nessa época, o MAS recebia auxílio financeiro da Junta de Coordenação Revolucionária, sem, entretanto, integrá-la.[143]

Em janeiro de 1975, após analisar um extenso informe do professor brasileiro da Universidade de Vincennes, Francisco Andrade - ligado à ALN - o Tribunal Bertrand Russel condenou o Brasil. Durante a sessão, além do Brasil, foram julgados o Chile, o Uruguai e a Bolívia, acusados de violarem os direitos fundamentais do homem. Os quatro países foram condenados e considerados culpados de "crimes contra a humanidade".

Aproveitando-se das comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, foi lançado em São Paulo, sob a liderança da militante do PCB Therezinha Godoy Zerbine, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA ou MFPA) que visava criar uma corrente de opinião interna e internacional para pressionar o Governo brasileiro a conceder anistia a todos os presos políticos. Constituído por diversas militantes de organizações subversivas, algumas, inclusive com condenações, mães e esposas de subversivos, o MFA iria se irradiar para outras capitais inserindo-se na campanha psicológica que vindo do exterior adentrava o País. Nos lugares onde esse movimento foi

[143] Fundada em fevereiro de 1974 na Argentina, a JCR reunia as organizações mais radicais do subcontinente sul-americano, liderada pelo ERP, numa demonstração de que a suspensão da luta armada era conjuntural. A ALN integrava seu “comando unificado” que era constituído ainda pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina, o Movimento de Libertação Nacional (MLN) da Bolívia e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MRN) do Chile.

dominado por militantes do PC do B intitular-se-ia Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Paralelamente, em 30 de maio de 1975, era crido em Portugal o Comitê Pró Anistia Geral no Brasil também conhecido como Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil (CPAGB).

As medidas liberalizantes que vinham sendo tomadas no Brasil constituíam-se em mais um fator de esvaziamento da FBI.

Em 8 de fevereiro de 1976, Carlos Figueiredo de Sá reuniu-se em Lisboa com asilados brasileiros numa espécie de "assembleia geral". Durante o encontro, foi aprovado um texto que passou a vigorar como os estatutos do II Comitê Pró Anistia Geral no Brasil (CPAGB), organismo oficial da campanha pela anistia dos presos políticos. O CPAGB autodenominava-se "apartidário aberto à participação de todos aqueles que possam se dedicar a solidariedade com a luta do povo brasileiro". Na verdade o CPAGB era uma frente de propaganda contra o governo brasileiro e que tomaria o lugar da FBI, sendo a anistia ampla, geral e irrestrita uma de suas principais bandeiras. A CPAGB contava com o apoio do Partido Socialista Português (PSP), Partido Comunista Português (PCP), entidades ligadas aos Direitos Humanos e organizações de frente do MCI. Seu órgão de divulgação denominava-se "*Amnestia*".

Além de portugueses ligados ao PSP e ao PCP, faziam parte de sua direção, vários subversivos brasileiros.[144] Esses comitês, como a FBI, foram criados em diversos países da Europa, Argélia e EUA.

Mostrando que efetivamente tratava-se de uma frente de propaganda, o CPAGB divulgou, logo após sua criação, com ampla publicidade na imprensa, a situação dos presos políticos do presídio da Ilha Grande.

Em abril de 1976, confirmando suas atividades, como frente de propaganda, o CPAGB lançou uma publicação intitulada "Dos Presos

---

[144] Fariam parte da direção do CPAGB: Almir Dutton Ferreira; Domingos Fernandes; José Maria Crispim; Márcio Moreira Alves; Cândido da Costa Aragão; Carlos Figueiredo de Sá; Fernando Leite Pereira; Zillah Dutton Ferreira; Altair Luchesi Campos e Maria Ferreira.

Políticos Brasileiros". Tratava-se de uma condensação do livro "*Allegation of torture in Brazil*" (Alegação de tortura no Brasil) publicado em 1972 pela *Amnesty International*, possivelmente realizada por Márcio Moreira Alves, um dos principais responsáveis por sua publicação.

Em 14 de fevereiro de 1978 era lançado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Cumprindo internamente função semelhante à da FBl, as organizações pró-anistia realizavam debates, passeatas, manifestações e comícios, procurando pressionar o Congresso por uma lei que concedesse anistia a todos os presos políticos e a todos os cidadãos banidos em nome de qualquer dos três principais atos institucionais.

Continuariam a valer-se da propaganda para transmitir à nação brasileira suas "bandeiras" e também uma "verdade" própria, unilateral e distorcida sobre os fatos relacionados com o processo revolucionário-terrorista desencadeado no País e principalmente, em relação ao combate a essa subversão que, pelo nível de seu desenvolvimento, acabou por envolver as Forças Armadas. Adentrando no País no bojo da campanha pela anistia, deixavam subjacente em suas mensagens a "candura" dos terroristas, apresentados como "angelicais defensores" da sociedade democrática. Valendo-se do invencível tropismo das massas para a mentira, de que nos fala Djacir Menezes, particularmente se apresentada sob forma mística, não lhes faltou sequer esse efeito, obtido por meio dos teólogos da "libertação" que chegaram a comparar os terroristas ao Cristo que "*passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto*". Naturalmente, nunca disseram, nesse verdadeiro protótipo da técnica de meia-verdade, por razoes óbvias, que Cristo não assaltou, não sequestrou, nem assassinou ninguém. Na ideia força da "resistência democrática" punham, de forma subliminar, a tese constante das esquerdas de que o recurso a violência, a luta armada, havia lhes sido imposto como única alternativa deixada pelas forças da "ditadura militar”.

Essa "verdade" foi transmitida através de ideias-força de alta conotação emotiva e propositadamente genéricas, como: "direitos humanos"; "tortura, torturados e torturadores"; "liberdades democráticas"; "estado de direito"; "ditadura militar"; "órgão de

repressão", etc, que por seu largo espectro, sugerem diferentes ideias a diferentes pessoas e explorando interesses e crenças da população, mostraram-se eficientes e atingiram múltiplos objetivos. Além de difundir suas bandeiras, permitiu-lhes ou têm lhes permitido denegrir e enxovalhar seus algozes - os órgãos de segurança - buscando, nessa fase, combalir o ânimo de seus integrantes, destruir sua moral e acua-los em campanhas bem orientadas. Permitiu-lhes colocar os grupos neutros contra esse alvo. E permitiu-lhes, finalmente, justificar seus fracassos pretéritos aos olhos dos futuros recrutados, isto é, transformar a derrota militar em vitória política.

Nessa fase, ainda, seu aliado o clero "progressista", valendo-se da dialética dos direitos humanos e utilizando-se do instrumental da Igreja - que formalmente já atua politicamente através da CNBB - que desce ao nível das "Organizações de base", por meio de ampla rede de comissões, subcomissões e atividades de grupos, realizava seu próprio projeto de coordenação política - seu trabalho de massa - organizando grupos de pressão, com táticas próprias.

O objetivo desse trabalho, além de outros que veremos em capítulo seguinte, era a "rápida mobilização de movimentos de massa em torno de certas questões". Nessa ocasião aflorou, por exemplo, o “Movimento Contra o Custo de Vida”, orientado pelo clero "progressista", aparentemente sem conotação política, mas objetivamente estruturado como forma de treinamento e organização de massa. Esse movimento começou a ser organizado em 1973 e só veio a tona em 1978, como se fosse "*uma ação espontânea de iniciativa da própria massa*".



5. A fronteira incerta

Existia, como é fácil perceber, uma coincidência muito grande entre os objetivos buscados pelo Governo, os quais seriam os da sociedade brasileira e a maioria dos objetivos das organizações subversivas. Havia pressões justas e legais no sentido de se promover a redemocratização e as organizações subversivas jogavam uma partida fácil, pois exploravam o direito de discordar, inerente à própria democracia.

Essa coincidência fazia com que se entrasse na área que Jean François Revel chamou de - a fronteira incerta - "*a transição fácil entre o oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas instituições e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios*".

Vivíamos exatamente nessa fronteira incerta, quando em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, referidas no Cap. XI da 3ª Parte deste trabalho, intensificaram-se as operações sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro, atingindo seu ápice em 1975, com o desmantelamento, no primeiro semestre de 1976, da CE/MG. Em São Paulo, na Guanabara, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Sergipe e na Bahia, haviam sido presos membros do Comitê Central, da Comissão Executiva e dos Comitês Estaduais dos Estados citados. Apesar da atividade subversiva dos comunistas presos, houve uma grande campanha em torno do episódio. A *Amnesty International* lançou um apelo urgente ao mundo.[145] A Arquidiocese de São Paulo transformou-se no centro da campanha. Criou um Instrumento de ajuda humanitária às famílias de pessoas presas e desaparecidas. Com o estímulo do Cardeal Arns, a Arquidiocese criou a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, integrada por juristas do Estado. A comissão foi encarregada da

---

[145] Ver Amnesty International report 1975-1976 – "Brazil" pág. 90-82

defesa dos "perseguidos" e de mover ações civis contra as autoridades "em casos comprovados de tortura". [146] O principal objetivo do Cardeal Arns era estimular a população a resistir à "*repressão violenta de uma forma, pacífica, mas firme*..."[147] (As aspas na corpo da citação são do autor) .

As normas de terror, utilizadas principalmente pela ALN pura amedrontar seus militantes e ao mesmo tempo denegrir a imagem dos órgãos de segurança, tinham continuidade agora no corpo da guerra psico-política e eram difundidas visando a população em geral.

Neste contexto ocorre o lamentável, em todos os sentidos, suicídio do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do DOI/ CODI/II Ex.

No mês de outubro de 1975 o DOI/II Ex. estava desenvolvendo investigações visando a desmantelar células do PCB no setor de comunicação social. Rodolfo Konder apontou o jornalista Herzog como militante do partido. Vladimir Herzog trabalhava na Rádio e TV Cultura de São Paulo, no período noturno, sendo Diretor responsável de Tele jornalismo. No dia 24, Herzog foi convidado a prestar depoimentos no DOI/II Ex. O comandante do II Exército havia recomendado que se evitasse atrapalhar a vida profissional dos envolvidos, pelo menos até que suas implicações assim o exigissem. Não fora a proibição de ouvir pessoas após as 18:00 horas, Herzog poderia ter prestado esclarecimentos e ser liberado no próprio dia 24. Sua atuação era secundária.

No dia 25, as 8:00 horas, Vladimir Herzog, acompanhado do jornalista Paulo Pereira Nunes, compareceu ao DOI, tendo Nunes sido informado que poderia procurar por Herzog por volta das 16:00 horas, quando o jornalista já deveria estar liberado. Herzog inicialmente negou sua militância, mas confrontado com o próprio Rodolfo Konder e Jorge Jatahy Duque Estrada, acabou confessando

---

[146] Nesta época, ao invés dos generais do povo da 2ª Tentativa de tomada do poder, apareciam os "cardeais do povo". Ver entrevista de D. Paulo Evaristo Arns, em História Imediata, nº 4 – "D. Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo"..

[147] Ver Alves, Maria Helena Moreira – em "Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)" – Editora Vozes – Petrópolis – 1984 – pág 283 e seguintes.

os atos nos quais esteve envolvido, nenhum de maior importância. No entanto, revelou a nome de todos os militantes do PCB com os quais mantinha contato.

Após o almoço, devendo Herzog aguardar que seus depoimentos fossem datilografados, foi recolhido a uma cela especial no piso superior da dependência, tendo havido o cuidado – estabelecido nas normas de segurança - de substituir suas roupas, calçado, etc, por um macacão de brim. Foi solicitado ao jornalista que nesse período, fizesse uma declaração de próprio punho.

Por volta das 16:00 horas; estando prontos os depoimentos, ao ser buscado o jornalista para assiná-los, foi constatado que o mesmo havia se enforcado, como ficou plenamente comprovado posteriormente nos laudos de necrópsia e complementar, tendo antes do ato extremo rasgado a declaração que redigira.

Entregue à família, ao contrário de versões propositalmente deturpadas, nada lhe foi recomendado e muito menos determinado. O corpo de Herzog foi lavado e preparado pelo rabino de sua confissão religiosa que não constatou qualquer sevícia ou sinal de violência em seu corpo. A ação declaratória movida por sua família visou à indenização, por ter o ato sido cometido quando o nominado estava sob custódia e em dependência sob responsabilidade do II Exército.[148]

No dia seguinte ao da morte de Herzog, o Cardeal Arns pediu oficialmente o apoio dos bispos presentes à Conferência Regional dos Bispos em Itaici, São Paulo. A Conferência divulgou uma declaração formal, analisando a repressão em São Paulo e denunciando a morte do jornalista.[149] Os bispos declaravam sua total solidariedade com o sofrimento das vítimas, denunciavam a negativa de habeas-corpus como grave violação dos direitos humanos e convocavam os cristãos a demonstrar sua solidariedade com as 'vítimas' e famílias dos

[148] Ação Declaratória: Aquela em que mediante simples declaração, com força executória, o juiz proclama a existência ou inexistência de uma relação jurídica, ou a falsidade ou autenticidade de um documento.

[149] Nessa época o AI-5 estava em pleno vigor e não havia ainda sido restabelecida a concessão de “habeas corpus” nos casos de crimes políticos.

'perseguidos', reunindo-se em todas as catedrais e igrejas de São Paulo para os serviços religiosos em "*memória dos desaparecidos, dos que ainda sofrem em prisões e dos que morreram vitimados pela violência*".

Apesar da "generalização brilhante", uma das técnicas mais usuais da guerra psicológica, o documento não foi refutado. A morte de Herzog constituiu-se no evento mais importante da campanha em desenvolvimento.

Os casos de suicídio e tentativas foram elevados, particularmente desses últimos, tendo grande parte sido abortadas graças às normas de segurança com que se buscava evitar a consumação, nas prisões, do ato extremo contra a vida. Se fôssemos relacionar todos os casos catalogados, além dos já apontados aleatoriamente neste trabalho, precisaríamos abrir um novo capítulo. Citaremos porém, dois casos, ambos ocorridos após 1975, o que mostra que as instruções que diziam "*morrer é passividade, mas matar-se é ato*" continuavam em vigor.

José Leite de Assis Fonseca, em 1970 passou a integrar o "Corpo de Apoio Revolucionário à Luta do Povo Brasileiro" em Paris. Constituído por ex-militantes de várias organizações terroristas brasileiras, tinha por finalidade retirar do Brasil elementos das esquerdas que estivessem desarticuladas e preparar quadros para posterior retorno ao País. O grupo era formado basicamente por ex-militantes da ALN e do PC do B e alguns da VAR-P e MR-8. Leite esteve na França de 1968 a 1971.

Preso em julho de 1975, em Brasília, como militante do PCB, Leite em determinado dia, com um forte impulso bateu sua cabeça violentamente contra a parede da cela. Após atendido e indagado sobre o motivo desse ato de auto-flagelação, disse que, quando de sua estada em Paris, tomara conhecimento do caso de um "estudante" francês que, tendo sido preso durante as manifestações estudantis em 1960, suicidara-se na prisão, transformando-se em "herói" do movimento. Segundo Leite, esse estudante para se matar, havia enfiado a cabeça na grade da cela e jogando o corpo para cima quebrara o pescoço. Por isso, tinha passado por sua cabeça também cometer suicídio e transformar-se em herói. É de imaginar o cuidado

que foi necessário para evitar que Leite se transformasse, efetivamente, num "herói nacional".

O outro caso deu-se com uma militante do PC do B, presa em 1976, que por motivo de segurança, identificaremos apenas pelo nome de "Maria".[150] Esta foi encontrada pelo carcereiro, encolhida a um canto de sua cela com o rosto todo arroxeado. Enquanto aguardava o médico, chamado com urgência, o carcereiro com auxílio de outros companheiros, adentrou sua cela e na tentativa de reanimá-la com massagens e respiração artificial, desabotoou a gola de seu macacão, descobrindo então o artifício utilizado na tentativa de suicídio. "Maria" retirara a borda costurada do lençol e enrolara-a apertadamente em torno do pescoço, em sucessivas voltas e estava prestes a morrer sufocada. A determinação suicida não fora assinalada, a princípio, por ter a prisioneira abotoado e levantado a gola de sua vestimenta. Livrada do laço e ainda com a respiração entrecortada, "Maria" proferiu as suas primeiras palavras:

- Me deixa morrer, seu filho da puta !!!

Além de tudo, ainda tinha-se que "pajear" esses energúmenos.

Entre nós, nesse período, a fronteira tornara-se mais incerta, na medida em que as próprias instituições seriam objeto de pretensos aperfeiçoamentos e a esse pretexto, muitas leis em vigor deixavam de ser observadas. As entidades da chamada oposição organizada estavam infiltradas e vivíamos sob uma campanha psicológica que ia obtendo êxito crescente, graças à adequabilidade das técnicas utilizadas, principalmente a exploração psicológica de fatos apresentados como verdades irrefutáveis e ao uso de personalidades, como parlamentares, jornalistas e parcialmente clérigos, para dar prestígio e autenticidade às mensagens veiculadas.

Recorremos mais uma vez a J. François Revel, como objetivo de salientar que não estamos imaginando coisas e que o problema não é especificamente nosso, mas um sub-produto da guerra psicológica,

[150] "Maria" e seu amásio revelaram dados que permitiram a realização de uma importante operação e sua identificação poderia colocar em risco a integridade física de ambos. Seu nome consta dos originais deste trabalho.

para a qual o Ocidente, como nos diz Suzanne Labin, continua nesse setor "cego, surdo e mudo".[151]

Diz Revel: "*Acaba-se por chegar a esta situação invertida que vivemos todo dia nesta sociedade que chamamos, por convenção, o Ocidente; situação em que aqueles que querem destruir a democracia parecem lutar por reivindicações legítimas, enquanto os que querem defendê-la são apresentados como artífices de uma repressão reacionária. A identificação dos adversários da democracia, internos e externos, com forças progressistas legítimas e, o que é pior, com forças de 'paz' tende a desconsiderar e a paralisar a ação dos homens que tão somente querem preservar suas instituições*". [152]



6. A contra-ofensiva

A passagem do período de equilíbrio estratégico para a contra ofensiva estratégica foi deflagrada pelas organizações subversivas em 1979, como consequência da adoção pelo Governo do General João Baptista Figueiredo, do processo de aprimoramento democrático que ficou conhecido como "abertura política", através do qual restabeleceram-se as franquias democráticas. O primeiro passo desse período foi a anistia política, resultado de intensas negociações com a oposição. [153] Houve também mudanças na Lei de inelegibilidade, possibilitando a candidatura dos anistiados. No bojo da abertura foi feita ainda, uma reforma eleitoral que extinguiu os partidos existentes e possibilitou a criação de um maior número de novos partidos políticos.

---

[151] Suzanne Labin é autora de "Em Cima da Hora", obra já citada aqui.

[152] Acrescentaríamos somente que não se identificam apenas com as forças de paz, mas a todos os temas candentes englobados nos direitos humanos.

[153] A lei não concedia anistia aos que haviam se envolvido na luta armada e eram acusados de "crime de sangue". Os integrantes das Forças Armadas expurgados por motivos políticos não poderiam reassumir suas funções, mas passariam a receber vencimentos integrais. Esses aspectos da lei não agradaram as esquerdas, principalmente não lhes agradava o perdão incondicional que a lei concedeu aos integrantes dos órgãos de segurança.

A Lei de Anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos ex-terroristas, subversivos e banidos que estavam no exterior, constituindo-se em um reforço de peso para o período de contra ofensiva.

Utilizando-se das organizações de massa como instrumentos de ação, ocupando posições de liderança no seio dos mais variados segmentos da sociedade, dirigindo e orientando simpatizantes ou inocentes colocados à testa dos diferentes movimentos, conseguiram direcioná-los na busca do objetivo proposto de mobilização das massas, conscientizando-as da necessidade de participarem dos movimentos populares para pressionar o Governo a fim de obter o atendimento de suas reivindicações.

As eleições realizadas em novembro de 1982, dando seguimento ao processo de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do período de contra ofensiva das OS, não só pela livre pregação política através da participação de políticos contestadores, ex-asilados, ex-cassados, simpatizantes e mesmo militantes estruturados de organizações subversivas que se filiaram e concorreram nas legendas dos partidos legais de oposição mas, principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental.

A eleição de governadores apoiados, velada ou ostensivamente, pelas esquerdas, em importantes Estados da Federação, fez com que se abrigassem no seio de seus governos, quando não eles próprios, políticos cassados ou militantes das OS - como foi o caso, por exemplo, do Governador do Rio de Janeiro.[154]

Essa nova situação proporcionou às OS melhores condições para articular o trabalho junto às massas e as pressões de cúpula, em obediência às suas resoluções.

A partir dessa livre pregação doutrinária, as OS passaram a ousar mais e suas táticas, de uma maneira quase generalizada, passaram a

[154] Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro (NE)

objetivar "*o desencadeamento de mobilizações amplas, a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, a criação de posições políticas vantajosas para desencadear mobilizações amplas*".

Através das organizações de massas, conseguiram desencadear essas mobilizações, valendo-se do que denominaram de "semi-legalidade política" isto é, movimentos ilegais, por contrariarem dispositivos de lei, mas que seriam legítimos, por trazerem em seu bojo reivindicações objetivas e pretensamente justas. Eram os primeiros testes, as primeiras tentativas de confronto, valendo-se da "fronteira incerta".

Assim procedendo, o MCB conseguiu êxitos no envolvimento das massas populares. Algumas vitórias parciais foram obtidas, através do aliciamento dos trabalhadores, com a deflagração de greves de nítido cunho político e de contestação às decisões do Governo, particularmente, no Campo Econômico.

Mobilizações dessa natureza aconteceram por ocasião da greve política do julho de 83 e da fixação da política salarial no mês de outubro do mesmo ano, quando o Governo se viu forçado a modificar os parâmetros de sua política no prazo de sete dias vigorando o Decreto Lei nº 2064 durante o espaço de tempo, talvez inédito, de uma semana. Naquela oportunidade o Governo foi obrigado a decretar, pela primeira vez, as Medidas de Emergência, o que ocorreu durante a tramitação do Decreto Lei 2065. Esse Decreto foi posto por terra na prática, com menos de seis meses de vigência, quando dos acordos salariais dos metalúrgicos. Para o MCB, mais importante do que os reajustes obtidos pelos operários foi a quebra do ordenamento jurídico, com a "derrubada" da política salarial do Governo, buscando a sua desmoralização.

A amplitude política do movimento de contestação - embora confiada a uma minoria, representada pelos militantes da OS e pelas "direções políticas" por eles conquistadas no movimento educacional, no movimento operário-sindical e nos movimentos populares - foi alcançada pela incorporação de extensos contingentes da população premidos pela difícil conjuntura sócio-econômica.

Três fatores concorreram de forma decisiva para o êxito desse trabalho de massa: a total liberdade concedida, a crise econômico-financeira que o País atravessava, a qual reduziu o bem-estar da população, gerando a impopularidade do Governo e o desejo de mudar, e o trabalho que há longo prazo vinha sendo realizado, paralelamente, pelo clero dito "progressista".

Nada do que foi feito até então, dentro desta estratégia do MCB, compara-se ao trabalho desenvolvido pelas organizações subversivas no bojo da campanha pelas eleições diretas, realizadas em 1984, seja em termos de divulgação, por todos os meios de comunicação social, de seus slogans e palavras-de-ordem, seja por sua pregação ideológica às grandes massas. Não se nega a validade do movimento, apenas ressalta-se a forma com que o "adversário que viola as instituições" aproveita-se da fronteira de incerteza para desenvolver o seu trabalho de massa, o seu proselitismo.

Além de realizarem o "trabalho de massa", mobilizando previamente militantes e simpatizantes para os comícios, contaram, para a continuidade desse trabalho, com o aproveitamento da campanha publicitária, transportes gratuitos, shows, som, iluminação e outras facilidades postas à disposição dos participantes pela máquina administrativa dos Estados, das prefeituras e de outros organismos.

Jamais poderiam contar, em outras circunstâncias, com uma infraestrutura tão fabulosa que chegou até a caríssima sofisticação de proporcionar a transmissão direta de "flashes" pela TV, nos seus horários mais nobres, para fazer seus proselitismos.

As OS ganharam com isso importantes posições e na preparação para a legalização dos partidos proscritos, cujas bandeiras e siglas foram difundidas em todo o território nacional no trabalho de arregimentação e mobilização de amplas massas populares, incutindo-lhes confiança em sua força e avançando seu nível que diziam ser de "conscientização, organização e luta" e de onde, esperavam, surgiriam as forças políticas e materiais para alcançar a fase final da contra-ofensiva.

O entusiasmo foi tanto que, em 1 º de abril de 1984, a Convergência Socialista (CS), uma organização subversiva trotskista, assim se expressava no Item 1 de sua Resolução Política:

> "*O elemento fundamental a ser destacado na conjuntura é que a ditadura militar pode ser derrubada a curto prazo. É preciso sacudir a vanguarda de todo o país. A ditadura pode cair, pode ser vitoriosa a revolução democrática aqui e agora, como se deu na Bolívia e Argentina. Ou seja, existem condições objetivas para tanto:*
>
> — *Com a ascensão das massas nunca vista na história do país;*
> — *A divisão da burguesia;*
> — *Uma crise econômica e política também sem precedentes.*
>
> *Dentro da etapa pré-revolucionária, estamos vivendo, desde o início do ano, uma sub-etapa revolucionária mais avançada que pode levar, como parte da revolução democrática, à abertura da etapa revolucionária e à derrubada da ditadura*". (os grifos são do autor)

Ficava suficientemente claro que as organizações subversivas não almejavam apenas o término do "regime autoritário" - a essa altura nem tanto autoritário - uma aspiração generalizada da nação. Buscavam, no bojo desse movimento legítimo, incentivar uma crise político-institucional, para através dela, derrubar a "ditadura militar" e tomar o poder de forma revolucionária. Esse foi um momento crítico da transição para a democracia e não fossem os adiantados entendimentos entre o Governo e as oposições, em particular seu candidato à Presidência da República e a determinação do Presidente Figueiredo, poderia ter ocorrido mais um retrocesso político.

Durante o transcorrer desse período de contra-ofensiva estratégica, não cessou a guerra psicológica, pelo contrário, com a volta dos elementos do exterior ela foi incrementada, ganhando sofisticação.[155]

Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição legal e leal às instituições. Era preciso desacreditar a Revolução de 64, negar seus êxitos, proclamando a "farsa do milagre econômico". Era preciso que a consecução dos objetivos da "abertura" fossem a ela creditados, para que pudesse manter na massa a confiança em sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem de governo acuado que nada concedia, mas que pressionado a tudo cedia.

Imanente em todo esse trabalho, estava o objetivo de atingir seus algozes - agora as próprias Forças Armadas - que não só recentemente, como em 1935 e 1964, haviam sido o obstáculo mais sério a suas tentativas de tomada do poder, com o fito de afastá-las ou neutralizá-las como empecilhos à sua caminhada.

Não refutado com oportunidade, o êxito inicial dessas ideias deu margem a novas campanhas, com as quais as esquerdas foram atingindo seus objetivos; recrudescidas após a anistia, quando os ex-terroristas retornaram do exterior e incorporaram-se a esse trabalho, infiltrando-se em todos os segmentos sociais e atuando particularmente através das comissões de Justiça e Paz, e das associações, comitês, sociedades, etc, de Defesa dos Direitos Humanos que proliferam pelo país. Estes últimos passaram a atuar como verdadeiras organizações de "frente", de difícil refutação pelo próprio assunto que mascara seus reais objetivos. São, porém, na sua maioria, organismos dominados pela esquerda. Essa afirmação é comprovada pelo documento liberado à imprensa, por ocasião do

[155] No final da década de 70, foi criada no Brasil uma entidade clandestina, de sofisticada estrutura, dotada de modernos computadores e que daria emprego a dezenas de ex-terroristas e subversivos que retornavam ao País após a anistia, com o apoio de milhares de dólares, subvencionada pela ala progressista do clero. Essa entidade iria se ocupar a difundir as “denúncias” de torturas, delatadas sempre por ex-terroristas, relatar mortos e desaparecidos e historiar “a origem do regime militar”; o “estado autoritário e seu aparelho repressivo” e difundir, de modo muito especial, a história das organizações subversivas brasileiras “duramente perseguidas pelo regime militar”, com grande repercussão.

término do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda/PE, em janeiro de 1986 - quando foi criado o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - contendo deliberações finais do encontro. Nessas deliberações propugnam pela criação de uma sociedade sem classes, isto é, uma sociedade comunista. Esse objetivo é repetido na Carta Aberta à população, difundida por ocasião da passagem do 38º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1986, assinada não só pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, mas também pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e pela Comissão Pastoral da Terra – Centro Sul, entre outros. Esse documento, além de vincular outras bandeiras do MCB, assim se expressa em um de seus trechos:

*"(...) estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa, igualitária, enfim, **uma sociedade sem classes**"*. (grifo do autor)

Com tal posição ideológica - utópica como realização, mas perturbadora da vida nacional por suas atividades político-ideológicas - compreende-se porque as organizações de Defesa dos Direitos Humanos, como as organizações subversivas, procuram denegrir a imagem das Forças Armadas. Seus objetivos são comuns.

A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das campanhas, o seu entrosamento no tempo e no espaço político nacional e a conjugação de esforços das organizações subversivas, de fachadas e infiltradas, permitiram que essas inverdades, repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive para boa parte dos componentes das próprias Forças Armadas, seus familiares e, em especial, os elementos mais jovens que não viveram aquela situação e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos.



CAPITULO II

PROJETO DO CLERO DITO PROGRESSISTA

1. A infiltração marxista

Existem inúmeros trabalhos que se ocupam do processo do marxistização da Teologia. Um dos mais interessantes, mas nem por isso completo, é o do sacerdote polonês Miguel Poradowvski.[156] Ele apresenta o que denomina etapas da marxistização, iniciando pela corrente "saducéia" que é constituída pelos cristãos que creem em Deus, amam-no e o servem, mas não creem na vida após a morte. Há muito da influência saducéia na "teologia da morte de Deus". Seus seguidores estão muito próximos dos marxistas, com eles se entendem facilmente e com eles colaboram. Introduzida essa corrente na Igreja, tanto na Teologia como na Pastoral e na Liturgia, constitui uma excelente preparação para as etapas posteriores. Procura-se com ela acostumar os cristãos a concentrarem toda a sua vida, exclusivamente sobre o temporal, aproximando-os dos marxistas.[157]

A etapa seguinte da evolução do processo está ligada à imagem do "Reino de Deus na terra". Partindo dessa imagem, o teólogo protestante Karl Barth constituiu uma ponte mais sólida entre os cristãos e os marxistas, desenvolvendo a tese de que ambos têm a

---

[156] Os trabalhos de Poradowski foram publicados no Brasil no nº 19 da revista "Hora Presente". Nessa mesma revista são também encontradas duas entrevistas, nos nº 17 e 18, respectivamente, do cardeal D. Agnelo Rossi (Evangelização e secularismo) e do cardeal D. Joseph Holiner (O Evangelho do Paraíso Terrestre) que focalizam outros aspectos deste mesmo tema.

[157] No item 15 do Cap. I da 3ª parte deste trabalho, sob o título de "Influências Marxistas na Igreja" já abordamos alguns assuntos desta mesma questão.

mesma finalidade: "a construção de uma nova sociedade do futuro". Os cristãos concebem essa sociedade como a "Reino de Deus na terra", os marxistas, como o "socialismo" ou o "comunismo". A posição de Barth é em muitos pontos idêntica à de Marx, como por exemplo, a referente ao "desaparecimento" da instituição do Estado precedendo a sociedade ideal do futuro, o que é característica fundamental da sociedade comunista.

O problema do "Reino de Deus na terra" foi objeto de vários enfoques. Um deles que lhe deu novo e forte impulso, ocorreu imediatamente após o Concílio Vaticano II, com "A Teologia da Esperança", obra de Jurgen Moltmann, outro teólogo protestante. A esperança de um porvir melhor, dirigido a um fim concreto, temporal e terreno é um catalizador das energias humanas esteja vinculada ou não à religião. Este é, no fundo, o mesmo problema de que se ocupara Barth sob um ponto de vista mais atraente, considerando a esperança como o motor da vida, como elemento dinâmico. A esperança como confiança, quase certeza, de que o homem pode, aqui na terra, construir uma sociedade ideal do futuro, que será uma realização tanto do conceito cristão do "Reino de Deus na terra", quanto do conceito marxista de uma sociedade comunista. Como quase ninguém se pergunta e a grande maioria desconhece, se o "Reino de Deus na terra" está mais próximo no Quênia, na Tanzânia socialista, na Costa do Marfim, na pobreza socialista da vizinha Guiné, na Tailândia, em Singapura ou na Coréia do Sul do que no Camboja, na Coréia do Norte ou na Nicarágua, para não falar no Japão e noutros países desenvolvidos, fica imanente que esse "reino" só poderá ser construído pelo socialismo.

Fica claro que a marxistização da corrente teológica católica se deu através da protestantização, o que vale dizer que a protestante está igualmente marxistizada.

Outra "teologia" que aproxima os cristãos do marxismo é a do "cristianismo horizontal". Antropocêntrica, essa teologia elimina a cruz como símbolo. Para a Teologia católica a cruz é seu símbolo: seu tronco, isto é, a direção vertical; simboliza o amor do homem a Deus e de Deus ao homem, enquanto seus braços, isto é, a direção horizontal, indicam as consequências desse amor: sua projeção até o próximo. Para essa "nova teologia" o braço vertical não existe, pois

está concentrada totalmente sobre o homem, sobre o horizontal. O essencial no cristianismo é o amor a Deus, mas sua consequência se expressa no amor ao próximo - amar a Deus no próximo. Para o "cristianismo horizontal", na prática, Deus não existe e Jesus é apresentado como um homem que sacrificou sua vida pelos demais, por motivos puramente humanos, como expressão da solidariedade humana. Daí porque o comparam a "Che" Guevara e outros. "*Muitas congregações religiosas que assimilaram esse pensamento, concentram-se no trabalho exclusivamente laico e temporal, por sacrificado que seja. Transformando-se em associações laicas de beneficência muito frequentemente estão comprometidas em atividades subversivas, colaborando ativamente com os movimentos marxistas revolucionários*".[158]

Suas homilias, e isso é comum entre nós, versam quase exclusivamente sobre temas sócio-econômicos. As funções litúrgicas são por eles transformadas em cerimônias laicas, com sentido meramente sociológico. O "cristianismo horizontal", diz Poradowski, "*manifesta-se nas orações e cânticos litúrgicos compostos para a circunstância. As igrejas são transformadas em 'casas do povo'. Até a Santa Missa fica reduzida a uma assembleia do povo, frequentemente com a participação ativa até de pessoas ateias (...)*".

Poradowski mostra ainda as influências de outros pensamentos como os da "Fé sem religião", do "cristianismo sem mitologia", do "cristianismo ateu", etc, que foram empurrando os cristãos para o marxismo. Não é, porém, nosso propósito aprofundar-nos nesses problemas. Nosso objetivo era demonstrar a existência, se se pode dizer, de cristãos-marxistas, por respeito à Igreja - que somos tanto nós cristãos leigos como os padres e pastores - procurando separar o joio do trigo.



[158] Poradowski – Obra já citada.

2. As linhas do clero.

Como decorrência dessas influências continuadas do marxismo e sua atuação no seio da Igreja, que vai da exploração de ambições pessoais até a infiltração em seminários e universidades religiosas, no final da década de sessenta, os estudiosos do assunto consideravam que o clero comportava três linhas bem definidas, quanto às ideias que esposa e às atividades que desenvolve: conservadores tradicionalistas, reformistas e progressistas.

Quanto ao pensamento e ação dos tradicionalistas parece desnecessário qualquer esclarecimento, pois a designação fala por si.

Os Reformistas têm como principal característica a adaptação da Igreja às condições modernas, sob a orientação das encíclicas e em obediência à autoridade eclesiástica. Agem na linha das tradicionais missões da Igreja, visando à construção de uma civilização cristã orgânica, alicerçada num sistema religioso autônomo e nos recursos próprios. Julgam que a Igreja deve considerar a cidade - teatro no qual o Reino de Deus se realiza - os problemas e as inquietações que ela suscita para os cristãos. Mas consideram que a Igreja pode e deve ter uma orientação apenas ética com relação aos assuntos políticos e não uma orientação partidária. Eticamente a Igreja deve apontar as injustiças e as iniquidades, não justificando a inércia da sociedade diante de situações de miséria que são incompatíveis com a dignidade humana.

Consideram impossível conciliar marxismo e cristianismo.

Outra característica marcante deste grupo é acreditar que os instrumentos para conscientizar as massas são a Fé e a Esperança e jamais o ódio e o desespero.

Consideram os problemas sociais de máxima importância e procuram a cooperação laical para solucioná-los. Dentro da opção pelos pobres feita pela Igreja, não exclusiva e nem excludente, procuram posição de conciliação entre as classes, que leva a sociedade ao progresso,

como é tradição de sua doutrina social, com fundamentos nas encíclicas "*Rerum Novarum*" e "*Quadragésimo Anno*".

Os Progressistas a essa época, quando a "teologia" da libertação ainda estava em gestação, já eram considerados, de forma genérica, como "integrados de várias maneiras ao socialismo". Embora sem definir que tipo de socialismo, dizia-se que essa integração era radical, tanto assim é que Pierre Valain, ao apresentar as tipologias sociais do episcopado brasileiro, caracterizou-o como **extremista**.

Consideram a justiça social impossível na conjuntura moderna, assentada segundo afirmam, na iniquidade de um sistema econômico falso e de uma estrutura social anti-cristã. Aconselham mesmo em trecho da "Mensagem de 17 Bispos do Terceiro Mundo", dos quais sete signatários são brasileiros, a subversão e a luta de classes.

Ao referir-se a esse grupo, Valain diz: "*sua trajetória, em que pese buscar polos diferentes dos comunistas* (sic)*, tem pontos em que se entrelaçam, sendo pois aliados que percorrem caminhos comuns, cada vez mais difíceis de serem distinguidos*". São atraídos para os poderes temporais que almejam obter. Intrometem-se na vida econômica e política das nações, inclusive com participação político-partidária. Acusam as autoridades democráticas de incapazes e procuram desprestigiá-las.

D. Antônio Batista Fragoso, Bispo Diocesano de Crateús, um dos signatários do manifesto antes referido, afirmava à época que "*Cuba deve ser o exemplo para a América Latina*" e convidou Crateús a "*transformar sua Diocese numa pequenina ilha de Cuba*".

Essa tipologia é aceita, p elo menos pelos progressistas. O ex-padre Hugo Assmann, "um dos mais radicais protagonistas da teologia da libertação", ao referir-se às divergências no seio da Igreja, afirma que "*o verdadeiro abismo, a verdadeira discrepância de fundo, não é o existente entre cristãos rudemente tradicionalistas de um lado e os cristãos reformistas pós-conciliares de outro, mas o que existe entre estes e os cristãos revolucionariamente comprometidos*".



3. A teologia da libertação

Essa teologia surgiu em meados dos anos sessenta, prosperou e se fez sentir nos documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellin/Colômbia em 1968, que traduziu seu radicalismo intelectual.

Proclama e insiste no seu caráter especificamente latino-americano, embora se sustente claramente em teólogos europeus, protestantes e católicos.

Seu postulado fundamental é que constituímos (a América Latina) "*um mundo dominado, oprimido e explorado pelo capitalismo ocidental*". Baseia-se na famigerada doutrina da dependência. Segundo esse corolário marxista, "*a riqueza de uns é baseada, sustentada e explorada pela pobreza dos outros*". Parte suas análises da disjuntiva - países subdesenvolvidos e países imperialistas. Transporta essa disjuntiva do plano internacional para a relação entre as classes de uma mesma nação, onde identifica os "exploradores" como a personificação do capitalismo, sinônimo de "*riqueza à custa da miséria*".

Sintetiza, como se pode perceber, toda a influência marxista sofrida pela teologia. Seu discurso, antropocêntrico, deixou de ser teológico, é sócio-político-ideológico. Sua semântica é marxista e sua principal característica talvez "*seja seu conteúdo utópico, algumas vezes admitido francamente*".[159]

O padre peruano Gustavo Gutierrez, o mais importante teólogo da libertação, confessa-se marxista. Acredita que o "Reino" realiza-se aqui na terra, numa sociedade "justa", o que quer dizer, "*numa sociedade socialista, sem classes e sem propriedade*".[160]

---

[159] Respondendo, em 29 de junho de 1980, à pergunta de um estudante "sobre qual libertação que defende a Igreja brasileira", D. Paulo Evaristo Arns preconizou uma "utopia prática". Citação retirada de Penna, J. O. de Meira – "O Evangelho Segundo Marx" – Editora Convívio – São Paulo – 1982 – pág. 51.

[160] Penna, J. O. de Meira – obra já citada, pág. 37.

O brasileiro Hugo Assmann, ex-padre, é o mais conhecido e radical teólogo da libertação patrícia. Assmann ataca o "reformismo" e a "terceira via", alegando que ela desvia a atenção do que é essencial, a Revolução. Considera os reformistas da Igreja "ingênuos ou reacionários". Ao criticar o padre Vekemans, SJ, que defendeu a ideia de que o subdesenvolvimento pode ser superado por medidas reformistas, diz "*o que se deve é fazer ciência nova, subversiva, rebelde, guerrilheira e politizada e não procurar saídas terceiristas, tais como capitalismo de Estado, multiplicação dos polos de dependência, etc*".

O marxismo desses senhores, diz o embaixador Meira Penna, "*não é apenas num sentido platonicamente ideológico (...) porém no sentido muito definido da práxis de violência, de luta de classes, da revolução social totalitária e da subversão do que denominam eles, de um modo geral, as 'estruturas'*". [161]

"*Os teólogos da libertação, ou pelos menos alguns deles, como Gutierrez e Assmann, sustentam a necessidade do empenho em uma práxis radical que incida sobre o nível estrutural, sócio-econômico, para transformá-lo. Não se trata assim de um programa reformista – que eles violentamente condenam – mas de uma práxis que se propõe deliberadamente a modificar o sistema vigente, se necessário por métodos que violem a legalidade*". [162]

"*O tipo do socialismo que, do princípio ao fim, pregam em suas obras, não é a chamada social-democracia, que vigora em muitos países da Europa Ocidental, mas o socialismo comunista, triunfante nos da Europa Oriental. A condenação irrestrita da propriedade privada manifestada em seus livros, não deixa dúvidas quanto a isso e tampouco a constante citação de Marx e seus discípulos*".[163]

Para Assmann, e isso é importante, "*não se trata somente de ser marxista, mas de ser marxista em nome da fé*". Isto é, valer-se de seu valor simbólico – a nível público e social, o peso sociológico e

[161] Penna, J. O. de Meira – obra já citada, pág. 37.
[162] Penna, J. O. de Meira – obra já citada, pág. 16.
[163] Penna, J. O. de Meira – obra já citada, pág. 12.

místico do sacerdote ainda é determinante - e de todo o instrumental da Igreja".



4. O projeto "progressista"

Introdução

A Igreja Católica possui uma proposta de organização social que a induz a participar nos conflitos sociais e procurar influir na organização político-social dos países onde atua. Em decorrência de divergências internas, consubstanciadas de forma simplista nas linhas do clero, esse projeto não se apresenta com um discurso único.

De um lado, estão os que, dentro da opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja, procuram uma posição de conciliação entre as classes que leve a sociedade ao progresso, como é da tradição de sua doutrina social, com fundamento nas Encíclicas *Rerum Novarum* (RN) e *Quadragésimo Anno* (QA).

De outro lado, estão os "progressistas", intimamente ligados à Teologia da Libertação, que creem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm um projeto político próprio.

Não é nosso propósito, nem teria sentido nesse trabalho, aprofundarmo-nos nesse problema. Vamos, no entanto, delinear esse projeto, diríamos político-ideológico, com o qual o clero progressista procura afetar decisivamente a ordem política, econômica e social brasileira, apenas no sentido de podermos compreender sua "práxis",

sua vinculação ou cooperação com as organizações comunistas atuantes no país.[164]



O projeto na década de 50

O projeto 'progressista' fora tentado nos anos 50 através da apropriação da Ação Católica, quando esta recebeu a influência do modelo franco-belga e das ideias do personalismo de Mounier, estas contrárias a uma sociedade fundada na ordem capitalista. A essa época, os "progressistas" controlavam setores importantes de ação, como por exemplo, o Movimento Educacional de Base (MEB), que se tornara o centro de preparação de líderes a serem canalizados para as organizações paralelas. Vimos nesse trabalho que os desvios doutrinários que norteavam a Ação Católica, levaram-na, após afastada da hierarquia, a se transformar primeiro, na Ação Popular (AP), uma das primeiras organizações a optar pela luta armada, evoluindo depois para a Ação Popular Marxista Leninista (APML). O MEB, após a Revolução de 64, com o controle exercido pela hierarquia sobre as instituições, esvaziando-as ideologicamente, seria negligenciado por essas correntes.



[164] Para o desenvolvimento desse item valemo-nos particularmente da tese de mestrado da Socióloga Virginia Costa Duarte, intitulada "Radicais Cristãos: Atuação política e Presença ideológica". No entanto, as ideias aqui veiculadas não expressam absolutamente o pensamento dessa estudiosa do assunto, cujo alentado trabalho não é suscetível de redução a uma visão simplista, aqui imposta pela síntese.

A evolução do projeto nos anos 60

Uma nova tentativa seria feita, ainda na década de 60.[165] Valendo-se dos debates estabelecidos na década de 50, em torno das perspectivas de desenvolvimento nacional, os "progressistas" fixaram o eixo de suas preocupações na disjuntiva "países sub-desenvolvidos" e "países imperialistas", uma colocação marxista.[166] "*Colocando tal dicotomia*", diz Virgínia Duarte, "*como uma contradição inerente a estrutura capitalista afirma superar o desenvolvimento não pode constituir um ideal histórico cristão, opção isolada da que nos leva a liquidar o capitalismo, pois isso ocorrendo seria desprendermos de um sistema na qualidade de mais fraco para nele novamente ingressarmos já em situação de superioridade"*. Para eles a solução seria um modelo autônomo de desenvolvimento. Mas, como "*não é só na ordem internacional que o capitalismo implica o sinônimo 'riqueza à custa da miséria' - isto ocorre no seio das nações com sua estrutura de classe, onde se pode identificar os 'exploradores' - correlacionam a 'nação dependente' com o 'processo histórico da ascensão dos subalternos'"*.

Aos "oprimidos" como "classe", passava a caber a mudança histórica que no esquema de Mounier era tarefa de todos os homens (e passando-se na consciência do indivíduo pensante). Se a nação, para alcançar sua dignidade deveria evitar a órbita de influência

[165] Com base nas ideias desenvolvidas pelos padres H. Vaz e Cardonnel.

[166] Parece-nos interessante levar ao leitor observações do embaixador Meira Penna, transcritas de seu livro já citado, que vem a propósito desse corolário marxista: "*Se levarmos a sério essa teoria, seríamos forçados a concluir que se a Suíça, a Suécia ou a Noruega, por exemplo, países que possuem as mais altas rendas per capita do planeta, são ricos, é porque oprimiram e condenaram à pobreza as nações latino-americanas. A Suíça e os países escandinavos nunca possuíram colônias. Construíram sua riqueza numa técnica avançada, pelo seu próprio esforço, sua admirável operosidade, sua dedicação às virtudes "econômicas" de poupança e trabalho. Não há base em qualquer teoria econômica objetiva e racional para a tese de que a riqueza desses países se explique pela pobreza dos demais. A Bélgica e a Holanda registraram o milagre de seu enriquecimento no período pós guerra, precisamente depois de haverem perdido suas colônias – o Congo e a Indonésia. Portugal é o país mais pobre da Europa, muito embora seja aquele que, por mais tempo, manteve os relativamente mais extensos territórios coloniais do planeta. E os países mais pobres da África, são justamente os dois que nunca foram colonizados, a Libéria e a Etiópia*".

imperialista, caberia aos "subalternos" recusar as relações com os "opressores". Para isso era preciso criar uma nova ordem distinta das formas de organização capitalista. Em consequência, a trajetória popular não só realizava-se em paralelo aquele sistema, como deveria negá-lo na prática, se necessário, pela força. A teoria marxista estava aqui posta, em verdadeira grandeza, com uma nova roupagem.



O projeto "progressista" nos anos 70

Na reunião da CELAM, em Medellín, com a preocupação do episcopado de salvaguardar a unidade da Igreja, os 'progressistas' legitimam-se como parte integrante do quadro eclesiástico, assegurando assim, a utilização dos recursos institucionais da Igreja.

Na década de 70, vão fundamentar seu projeto na Teologia da Libertação, um discurso político próprio – que se expressaria através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais populares - e na educação popular.

Para a "educação popular", no lugar da Ação Católica e do MEB serão criadas entidades, algumas sem vínculos formais com a Igreja, mas quase todas recebendo subvenções de instituições católicas do exterior, para desenvolver projetos de "educação popular" e desenvolver ou supervisionar trabalhos de base (organismos do movimento popular). Seu objetivo será educar para a transformação social. Todas essas entidades terão afinidade ideológica com o MEB e as propostas dos teólogos da libertação. Sustentarão a teologia da libertação, a temática progressista e através de publicações e práticas, ganharão espaço nas Universidades e influenciarão os movimentos populares (ver nos Cap. X e XI da 3ª Parte as entidades criadas por militantes do Movimento Popular de Libertação – MPL). Desta forma as ideias dos anos 60 têm continuidade nos anos 70, a despeito do desaparecimento da Ação popular e do MEB.

Para os teólogos da libertação, a religião tem papel importante no processo de conscientização popular, pelo universo simbólico que carrega.

O projeto terá então dois movimentos para a conquista do Estado. O primeiro movimento se dará nas CEBs que são o lugar da "educação de fé" que, por compreender uma discussão política, leva o cristão à praça pública, à luta política. Supostamente a discussão aí deve ser capaz de conceber uma nova forma de organização social. Esse movimento é de conscientização e mobilização popular. O segundo movimento é o das organizações sócio-políticas, os partidos políticos, sindicatos e organizações populares. Nesse segundo movimento, as CEBs lançam seus componentes.



O projeto da Igreja Católica

Em Medellín, amparado pela "*Gaudium et Spes*",[167] o episcopado opta por converter os homens através de uma linguagem de amor, pretendendo iniciar a transformação da ordem vigente constituindo-se em grupo, em comunidade solidária. As CEBs se constituiriam num movimento de educação de fé. A fé engendraria a salvação pela possibilidade de realizar a colaboração de classes e, a partir daí, reorganizar o todo social segundo ditames cristãos. Essa construção "comunitária", realizada com ou sem o aval do poder público, encontra no organismo eclesiástico seu organizador e supervisor, porque é aí, e em seu nome, que se condensam as diversas

[167] A encíclica "*Quadragésimo Anno*", ao abrir um tópico para as relações operário-dono do capital, lançou bases do projeto de organização social da Igreja. Ser cristão nessa nova perspectiva passou a ser recusar compactuar-se com a ordem social vigente e mobilizar-se para reformá-la. A fé possui uma dimensão social. Ter fé será viver em comunidade e atuar por meio dela. Essa concepção de fé modifica a percepção de salvação, que não se refere mais apenas às condutas individual e religiosa, mas também à participação ativa do leigo no modo temporal. Essa concepção da fé devolve à religião católica o caráter profético dos primeiros tempos, instaurando as possibilidades para que a Igreja Católica as coloque formalmente contra o Poder Público secular.

comunidades e as distintas classes sociais num só Povo de Deus. O que une os distintos grupos é o amor e a obediência ao Todo Poderoso e à Igreja. Tal devoção, capaz de cimentar as bases do acordo entre as classes sociais, preveria em futuro próximo, a realização de uma ordem social mais justa, a partir da fundaço do Estado segundo os principias cristãos expostos na "*Rerum Novarum*" e na "*Quadragésimo Anno*".



Os desvios ideológicos

Os teólogos da libertação alegam que as CEBs sejam entendidas "*como momento de conscientização e mobilização popular, mas não como veiculadoras de um conteúdo pragmático que promove um tipo específico de ação como certa forma de ser e fazer política*". Isto não corresponde a verdade se entendido o significado que a fé e a salvação adquirem no universo da Teologia da Libertação.

Na teologia da libertação, a fé orienta-se apenas para um dos momentos da vivência em comunidade, aquele referente à solidariedade entre os "oprimidos". Dentro dessa perspectiva capenga, os membros das comunidades da base passam a ser os salvadores de toda ordem social e, através dela, salvação para cada homem.

Essa concepção afeta todo o projeto da Igreja Católica, A "revolução pessoal" de Mounier não é mais exigência a ser alcançada por todos os homens, mas uma necessidade que recai exclusivamente sobre os "subalternos". Dessa forma, não é o ser divino, enquanto entidade acima de todos os homens e personificada no estado de hegemonia cristã, que estará encarregado de conduzir as classes à mudança pessoal, mas sim os subalternos que forçarão os demais a se renderem a sua hegemonia. É a ditadura do proletariado, ou como preferem os progressistas, a "ditadura dos subalternos".

Virgínia Duarte diz a respeito: "*Alguns críticos desse plano de ação enfatizam com frequência que dificilmente o processo seria realizado sem descambar em ditadura, única capaz de impor a vontade da maioria popular sobre a minoria de ex-opressores*".

O trabalho de um desses militantes, citado por Virgínia Duarte e contido na "Teologia da Pastoral Operária" de Domingos Barbé, mostra, sem subterfúgios e metáforas, a verdade nua e crua.

"*A classe trabalhadora é a força motriz do capitalismo industrial e também é a principal força capaz de paralisar a estrutura capitalista, pois, como já dissemos, ela tem os meios de produção nas mãos para fazê-los funcionar. Também é ela pode acabar com a existência de classes sociais diferentes e reconstruir uma sociedade comunitária, a 'classe revolucionária'. Necessariamente a classe operária de mãos dadas com os lavradores*".

"*Haverá duas fases nesse processo. Uma fase de mudanças do poder: a classe trabalhadora precisa organizar-se pela base, enquanto classe, e com isso fortalecer-se politicamente para substituir a burguesia na função da <u>direção da nova sociedade que estará aparecendo</u>. Nessa fase deve-se tomar cuidado para que, ao se organizar, não se crie novamente uma estrutura de opressão. Não basta tomar o poder, é preciso, sobretudo, reparti-lo. Entretanto, as resistências à nova organização da sociedade que quer aparecer são enormes. Muitos querem ameaçar, por dentro e por fora, essa nova ordem que quer nascer. Por isso existirá <u>uma fase em que o governo dos trabalhadores concentrará em suas mãos o poder</u>; Este poder deve fazer tudo para não utilizar as armas do antigo opressor e para não se contaminar. Seria tornar vão um combate terrível e frustrar uma grande empresa. <u>A meta pela qual se deve lutar é justamente o desaparecimento progressivo do Estado</u>. Isto será o objeto da segunda fase da luta do proletariado*". (grifos do autor)

Diz Virgínia Duarte: "*Por outro lado, na versão 'radical', a Igreja Católica, enquanto expressão da vontade divina, assumiria uma postura de aliada aos subalternos, expressão parcial, portanto, do todo que ela agora reivindica como o povo de Deus*".

"*Erigindo as CEBs e pastorais populares como portadoras da luz, os teólogos da libertação optam por um procedimento que faz tramitar o divino entre as comunidades e Deus, estabelecendo aí, a peça-chave de sua investida sobre as organizações sócio-políticas, por um lado, e sobre a Igreja católica, por outro*".[168]



5. A "práxis progressista"

Introdução

Os "progressistas" impulsionados pela teologia da libertação, creem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm uma visão da sociedade futura contrária à ordem capitalista. Deixando de lado a ideia da revolução, que no "existencialismo cristão" travava-se na consciência do individuo pensante, levam-na para a prática, crendo que devam estar na vanguarda da batalha para a extinção do sistema vigente, o que pode ocorrer "na marra". Para isso, como os personalistas, abre alianças com forças "não cristãs" (por exemplo, os comunistas).

Esta colocação é suficiente para que se possa afirmar que numa primeira fase, seu objetivo é comum aos das organizações comunistas atuantes no país - a derrocada do sistema capitalista, incapaz, no seu entendimento, de promover a justiça, eliminar as iniquidades e prover a igualdade.

Na prática, o projeto "progressista" busca articular os movimentos populares com o movimento operário-sindical (que, na verdade, é incluído por ele numa mesma chave, a dos "subalternos"), numa única estrutura de massa paralela com a qual pretende conquistar o Estado.

---

[168] A autora chama "radical" a ala que se assemelha ao que designamos de progressista e chama de progressista a ala que se assemelha ao que designamos "reformadores" pós-conciliares.

É preciso que fique claro nesse trabalho que não se discorda aqui da ideia da Igreja de que a educação popular é necessária "*para transformar os componentes das classes menos favorecidas em agentes da conquista de seus legítimos direitos e prepará-los para observar as normas de conduta impostas pela moral cristã*". Nem se discute a validade de organizá-los para que possam pressionar o Estado "*a reconhecer os direitos básicos dos subalternos e autonomia de suas organizações e, finalmente a adequar-se às atribuições que a 'Rerum Novarum' e a 'Quadragésimo Anno' lhes reservam*". O que se aponta são os desvios que a ideologia marxista provoca nesses propósitos cristãos, com o apoio do clero progressista, visando à consecução de seu objetivo de tomada do poder.



ANAMPOS

Dentro de sua concepção de que o movimento sindical é também integrante do movimento popular, os progressistas buscaram articulá-lo. A articulação passou a ser uma palavra chave capaz de conduzir a um único movimento de massa paralelo ao "atrelado" ao Estado.

Assim passou a ser trabalhada a ideia de criar-se a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS). Constituir-se-ia numa articulação ou corrente de sindicalistas e lideranças do movimento popular, comprometidos com as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida. Seu objetivo básico e fundamental era unir as forças do "Movimento Sindical" e dos "Movimentos Populares" da cidade e do campo, pois entende que as lutas específicas de cada movimento se somam, se entrelaçam e têm a mesma finalidade: "*a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade*".

No setor sindical reuniria os sindicalistas que desejassem construir um movimento sindical pela base, autônomo e "que expressasse os

reais interesses da classe trabalhadora". No setor de movimentos populares, reuniria todos aqueles movimentos, entidades e associações que lutam "por melhores condições de vida dos trabalhadores das periferias das cidades e do campo".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a estruturação da ANAMPOS ela "*é o esforço, a luta, a presença de muitos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, dentro dos sindicatos, federações e confederações, fazendo com que, apesar de atrelados ao Estado, comecem a conquistar espaços de autonomia e garantam boa parcela de liberdade para encaminhar, coordenar e garantir a campanha de libertação da classe trabalhadora*". (os grifos são do autor)



Oposições Sindicais

Simultaneamente com o trabalho de criação de organizações do movimento popular assistir-se-ia ao surgimento, no movimento operário, das chamadas "oposições sindicais". Esse momento coincide com aquele em que o PCB, por ter sido derrotado em 1964, deixara de atuar com intensidade nesse setor, onde tinha hegemonia. É o momento também em que as organizações revolucionárias e militaristas, que haviam rompido com o "reformismo" do PCB buscavam ganhar a classe operária para suas organizações.

Em agosto de 1979, Manoel da Conceição Santos, ex-militante da APML, em entrevista à revista "Cadernos do Terceiro Mundo", assim se referiu ao problema: "*A Oposição Sindical surgiu no Brasil antes de 1968, como fruto do trabalho dos militantes operários que provinham de diferentes experiências políticas dentro da esquerda ou do trabalho feito pela Igreja Brasileira nas comunidades de base, pastorais operárias, principalmente em São Paulo (...) Na verdade, a Oposição Sindical vivia uma espécie de semi-clandestinidade até 1968*".

José Ibrahim conta no livro "A esquerda armada no Brasil", já citado neste trabalho, como o PCB, após a Revolução de 1964, "abandonou o sindicato" e como se deu o trabalho de organização da oposição sindical na COBRASMA, indústria metalúrgica sediada em Osasco/SP, inicialmente em 1965, como um comitê sindical de fábrica clandestino. Esse comitê, paralelo ao sindicato "pelego", estabelecia a "dualidade do poder sindical em Osasco". Diz ele em certo trecho de sua narrativa: "*A existência de oposições sindicais de esquerda estendia-se a todo o Brasil. O rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a causa determinante da formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta*". Nessa época, José Ibrahim já militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e integrava uma célula operária clandestina. O trabalho da oposição sindical culminou com as comemorações do 1º de maio, em São Paulo, em 1968, quando as oposições sindicais "ocuparam a tribuna revolucionariamente", episódio a que nos referimos suscintamente no Cap. V item 6, quando o Governador do Estado e demais autoridades tiveram que se refugiar na Catedral da Sé.

A Oposição Sindical concretiza-se com as realizações do Congresso da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, em março de 1979, e do "Encontro das Oposições Sindicais Brasileiras" em Bruxelas, em março/abril de 1979. (o grifo é do autor)

Para a coordenação de suas atividades, a Oposição Sindical criou os "Encontros" organizados a níveis municipal, estadual e nacional. Nascia o "*Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), organizando todas as forças não comprometidas com o Governo e com os patrões*", possibilitando à Oposição Sindical uma melhor estrutura para contrapor-se à Unidade Sindical, dominada pelo PCB. O 1º ENTOES a nível nacional foi realizado no Centro de Formação de Líderes, da Diocese de Nova Iguaçu/RJ, em setembro de 1980. Em razão das divergências havidas entre diferentes "correntes" que nela se fizeram representar, não alcançou os objetivos visados e os ENTOES não se realizaram mais a nível nacional.

Ainda em 1980 os líderes da Oposição Sindical apoiados pelo clero "progressista" e militantes do PT [169], iniciam campanha que resultaria na estruturação da ANAMPOS. Em fevereiro de 1980, realizou-se o Encontro de João Monlevade/MG, onde participaram "*dirigentes sindicais de várias tendências e pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e de atividades comunitárias de base, quer do campo como da cidade*".

A ANAMPOS teria como finalidade coordenar medidas práticas de ação da massa trabalhadora, da cidade e do campo, com as mais variadas formas de mobilização e organização das classes populares, "*para a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade*".



O partido político

No segundo encontro da ANAMPOS, realizado em julho de 1980, em Taboão da Serra/SP, transferido de São Bernardo, em razão da greve que se desenvolvia no chamado ABC paulista, foi emitido um documento denominado "Documento de S. Bernardo".

Nesse documento a ANAMPOS expressou no tópico "A necessidade do Partido Político", que as lutas reivindicatórias travadas, nos últimos anos pelos movimentos populares, nos bairros, na zona rural e nos sindicatos, revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política.

Prossegue dizendo que "*uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram politizá-los, seja de fora pra dentro ou de cima para baixo. Romper este preconceito é*

[169] Partido dos Trabalhadores (NE)

contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política".

Declara o "Documento de S. Bernardo" que "*as classes populares devem ter seu partido político, cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos, isto é, uma sociedade sem classes*". (o grifo é do autor). O trecho é bastante esclarecedor.

Assim, no entender da ANAMPOS, este partido político deve possuir as seguintes características:

— *Prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo em cujas mãos deve estar o poder de decisão*

— *Assumir os interesses populares*

— *Promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades especificidades regionais*

— *Instrumento das lutas populares*

— *Não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar sempre mais as aspirações objetivas da classe trabalhadora*

— *Não pretender fixar-se somente na luta perlamentar ou dar prioridade a ela*

O capítulo "A relação entre partido político e Movimentos Populares" finaliza abordando tópicos que caracterizam o relacionamento que deve existir entre o partido político e os movimentos populares.

Coincidentemente ou não, em janeiro de 1979, talvez com precipitação, a tese de formação de um Partido dos Trabalhadores foi apresentada em Lins/SP, durante a realização do IX Congresso dos

Metalúrgicos, graças aos trabalhos de organização, agitação e propaganda trotskista da Convergência Socialista.[170]

O lançamento do Partido dos Trabalhadores deu-se em 28 de julho de 1979 em Belo Horizonte/MG, por um grupo de líderes sindicais, com a presença de cerca de 300 pessoas, inclusive do trotskista Mario Pedrosa.

Diversas reuniões a níveis regionais sucederam-se e, paulatinamente, apoiado pelo clero progressista o partido se estruturava. Dois anos foram necessários para a sua organização básica e nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, em São Paulo, o PT realizou sua pré-convenção nacional, quando foram escolhidos os 92 nomes a serem indicados para o Diretório Nacional.

Após a realização da Convenção nacional, em setembro de 1981, o partido tornou-se apto a obter o registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que se concretizou em 11 de fevereiro de 1982.

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas num momento em que as condições objetivas (amadurecimento do capitalismo brasileiro e um profundo processo de urbanização e estratificação das classes sociais) e as condições subjetivas (crise da ditadura e sua base de sustentação, ascenso das lutas sindicais e florescimento de uma nova vanguarda) eram propicias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/1980.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessária a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR-8, PCBR, etc), em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica - alguns até com pretensões partidárias próprias - não vacilaram em abraçar a

[170] Ver no Apêndice a ficha do PT elaborada pelos órgãos de segurança americanos em 1995 (NE)

proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências, um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo - dos PCs e do PTB – no movimento operário brasileiro.

Somou-se a essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências mais heterogêneas, mas que tinham sua identidade no trabalho comunitário e popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos, junto à população pobre, executados por organismos de base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda, tem sido uma de suas grandes forças, talvez até, uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências – difícil e árdua no início - e de concepções que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque uma série de concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram inicialmente, que o PT seria uma simples "frente de esquerda" onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E, com um pouco de sorte e competência, no momento propício, sairiam com uma corrente já nacional, mais forte, etc. Algumas dessas correntes julgavam-se, inclusive, "o partido" ou "o embrião do partido" revolucionário no Brasil. [171]



[171] Citação retirada do documento "Sobre as Tendências do PT" – Raul Pont – Secretário Geral do PT/RS – membro do Diretório Nacional – janeiro de 1987.

Os movimentos populares

Para os sociólogos e teólogos vinculados ao clero progressista, a abrangência dos movimentos populares está calcada na concepção original e na conceituação que fazem de "povo" e de “classes populares”.

“Povo”, no seu conceito cientifico, é considerado como um termo amplo que ultrapassa o sentido de indivíduo e classe social; sentido global, portanto, que envolve todos os indivíduos componentes de uma nação, independente de sua condição social, política ou econômica. Em contraposição, para os teólogos "progressistas", “povo são todos aqueles que estão em contradição com o bloco do poder”, e "sua compreensão deriva do conjunto relações políticas e ideológicas de dominação de uma formação social determinada e não de relações de produção".

Desse conceito simplista e tendencioso inferem a existência das “classes populares”; ficando entendidas como tais “aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo”, isto é, “compreendem uma dimensão que se liga tipicamente à exploração na atividade produtiva, ou seja, o operário na fábrica, o proletário rural numa agro-indústria, o camponês, etc”. Mas na estrutura econômica global, na relação de mercado, o pequeno proprietário também sofre uma exploração do grande capital, está sempre numa posição de subordinação à lógica desse capital (internacional e nacional). O funcionário público que trabalha, não em frente a uma máquina, mas de uma mesa, também não tem nenhuma capacidade de controle do seu próprio trabalho, está submetido a uma relação de exploração.

Assim sendo, passam a estabelecer reações de exploração entre todos os demais elementos da sociedade e onde quer que possa haver um grupo naturalmente hierarquizado: o negro, explorado desde a escravidão; a mulher, explorada pela estrutura social; o índio; o desempregado; etc, ficando excluído das “classes populares” apenas o capitalista, numa explícita demonstração do caráter disjuntivo da teoria marxista.

Esses grupos ou classes populares devem, entretanto, ser organizados, conscientizados, doutrinados e levados a formar "movimentos", para "*lutarem pela tomada do poder que está em oposição ao povo e derrubar o regime que explora e domina*" as ditas classes. Em sua visão sociológica, os adeptos dessa linha procuram englobar os mais variados segmentos da sociedade, dentro da abrangência da conceituação de "povo" e de "classe popular". As relações entre aqueles que ocupam o poder e as massas populares, quer sejam de trabalho ou político-ideológicas, estariam determinando a formação de grupos variados e significativos, possuidores de anseios, ávidos de representação e de participação nas questões sociais e políticas.



CAPITULO III

A REESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS

1. A linha ortodoxa

Configurada a derrota da esquerda revolucionária, o partido Comunista Brasileiro - PCB, que se encolheu durante o período de luta armada, houve por bem voltar à luz. Em reunião de seu CC, realizada em São Paulo, em novembro de 1973, caracterizou o regime brasileiro como uma "ditadura fascista", passando a propugnar a formação de uma "frente patriótica anti-fascista" (FPAF). Essa "frente" reuniria a massa operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, o MDB, a Igreja e também setores das FFAA, da ARENA [172] e até mesmo dos monopólios, descontentes com o "caráter fascista" assumido pelo regime.

Era a velha tática das frentes, sempre presentes nas resoluções políticas do partido. Para não ir muito longe no tempo, recordemos apenas a Frente Única de 1965 e a Frente Ampla de 1966.

Voltando às atividades e também em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, publicadas na imprensa, o PCB que até então não havia sido alcançado pelos órgãos de segurança, teve em 1974/75 vários de seus organismos desarticulados e dirigentes presos. Seguindo determinação do PCUS, os membros de CC que ainda se encontravam no Brasil, foram retirados para o exterior onde, além de Prestes, que desde 1971 vivia na União Soviética, estavam

[172] O MDB – Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA – Aliança Renovadora Nacional – eram os dois únicos partidos permitidos durante o regime militar. FFAA significa Forças Armadas. (NE)

seus representantes junto ao PCUS e aos PC ela Tchecoslováquia, da França e da Argentina.[173]

Neste perlado vivia-se no País o período de distensão política e desenvolviam-se as "lutas" por liberdades democráticas, pela anistia e por liberdade de organização. Tendo seu CC no exterior, o PCB não participava ativamente dessas campanhas e nem do "ascenso do movimento operário", iniciado com a greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo/SP, que se estendeu no ano de 1978 a outras fábricas e outras categorias. De resto, essa ação chocava-se com a política da FPAF, na qual não havia espaço para o confronto com a burguesia, um dos componentes da "Frente", onde o movimento sindical era um item a mais. O PCB ia perdendo, espaço e hegemonia numa área que dominara por muitos anos.

Só com a anistia inicia-se o processo de retorno ao Brasil dos dirigentes comunistas. Nessa ocasião torna-se pública a divisão do CC, com a divulgação da "Carta aos Comunistas" elaborada por Luiz Carlos Prestes, na qual critica, na sua forma costumeira, a direção do Partido do qual era a autoridade maior, chegando a conclamar as bases partidárias a varrer a direção do partido. Sentia que sua liderança já não era hegemônica, tanto assim é que, na citada carta, denuncia a existência de planos para transformar o VII Congresso em uma "farsa" que reforçaria a direção e o marginalizaria.

Prestes, feito "mito", exterioriza ideias avançadas, mas no fundo quer a manutenção do culto à personalidade stalinista, no caso, culto a ele. Desta vez, porém, consuma-se o "racha" com substituição, em maio de 1980,de Prestes por Giocondo Dias, o "Cabo Giocondo", por muito tempo seu guarda-costas e motorista. Prestes, porém, não é excluído do CC e estabelece-se uma polêmica com a resposta do CC a sua carta, por meio, ironicamente, do jornal do partido "Voz da Unidade". Em sua resposta o CC se compromete a realizar o Congresso de forma democrática, apesar da atitude senhorial do

[173] Representava o CC do PCB: em Moscou, Luís Tenório de Lima; em Praga, Roberto Morena (na Federação Sindical Mundial) e Dinarco Reis (Revista Internacional); em Paris, Zuleika D'Alambert e Armênio Guedes; em Buenos Aires, Armando Ziller e Agliberto Vieira de Azevedo. Não pertencentes ao CC, estavam no exterior, em Budapeste, Marcos Jaimovitch; em Berlim/RDA, Ana Carlos Lima (Ana Montenegro).

companheiro Prestes que em sua carta "*se arroga o direito de impor condições para aceitar as suas decisões*".

Geraldo Rodrigues dos Santos em entrevista à imprensa, falando em nome do CC, afirma que "*sempre viu o ponto de vista de Prestes sair vitorioso. Na primeira vez em que foi refutado e ficou em minoria ele se insurgiu contra essa situação e abandonou o cargo. É um desertor (...) Ele defende a luta imediata pela revolução socialista, o que estreita o esquema de aliança*".

Com o "racha", muitos militantes apoiam as posições de Prestes. Alguns ingressam no PT, a maioria passa a ser uma dissidência organizada no interior do PCB.

Era intenção do Partido, expulsar Prestes por ocasião do VII Congresso que, sob a "cobertura" de um Seminário, seria realizado no final de 1982, mas que não se concretizou porque a reunião foi interrompida pela Polícia Federal.

Infiltrado no MDB, já nas eleições parlamentares de 1978, o PCB apoiou com todas as suas forças esse partido. Nas eleições de 1982 elegeu pela legenda do agora PMDB, [174] de seu Comitê Central, 3 Deputados Federais, 4 Deputados Estaduais e 2 Vereadores.[175] Vinte e sete de seus membros elegem-se deputados federais, 36 deputados estaduais e inúmeros vereadores, infiltrando diversos militantes em executivos estaduais, aos quais deu seu apoio. Nessas eleições Prestes apoia Brizola no Rio de Janeiro e os candidatos do PMDB nos demais Estados.

Em setembro de 1983, o CC intervém no CR de São Paulo, destituindo 11 de seus 28 membros. Havia sérias discordâncias entre esses dirigentes e o CC, em várias questões.

---

[174] O MDB passou a ser denominado de PMDB, o P de Partido. (NE)

[175] Deputados Federais: Alberto Goldman, Marcelo Gato e Roberto Freire. Deputados estaduais: Antonio Rezk, Cloter Saldanha Mota, Hermano de Paiva Oliveira e Marcio José de Almeida. Vereadores: Adalberto Timoteo da Silva e Luís Tenório de Lima.

Para Marco Aurélio Nogueira, essas divergências teriam origem nas consequências do XX congresso do PCUS, a partir do qual sempre subsistiriam, no interior do partido, duas correntes. Para David Capistrano, outro dos dirigentes expulsos; as discordâncias originaram-se desde o lançamento do jornal "Voz da Unidade", uma vez que o CC queria fazer dele simplesmente um porta voz de suas opiniões. A situação agravara-se por ocasião da frustrada tentativa de realização do VII Congresso quando o CC vetara a participação de 2 representantes do CR paulista. Após esse evento radicalizara-se o choque entre as duas correntes e o motivo desse acirramento foi a crítica que seus componentes auto denominados renovadores, faziam da forma pela qual o CC desenvolvia a campanha para legalização do partido. Os renovadores não concordavam com o que chamavam "*política de conchavos e acordos de bastidores, subestimando a mobilização dos trabalhadores na luta pela legalidade*".

Realmente, nessa época, a Comissão Executiva do CC vinha realizando continuadas viagens com visitas a Assembleia Legislativas, Governadores de Estado e ao Congresso Nacional, oportunidade em que o Secretário Geral distribuía os documentos forjados que seriam utilizados na tentativa de registro do Partido no TSE. Os Estatutos reais do partido eram os aprovados pelo seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967 e dos quais constava ser o PCB "*vanguarda política e forma superior de organização da classe operária e ter por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria*".

Concretizado o "racha", os dissidentes do CR/SP criam, em novembro de 1983, a revista "Presença". Os militantes, que se agrupam em torno dessa revista, são identificados pela esquerda brasileira, como Eurocomunistas, rótulo que repelem. Para eles o pensamento político do qual fazem parte, tem suas origens na "Declaração de março de 1958". Por ocasião dos comícios pelas eleições diretas, em janeiro de 1984 em São Paulo, os renovadores, capitaneados por Capistrano, lançam um número do jornal "A Esquerda". Esse jornal iria criar desentendimentos nessa ala. Marco Aurélio Nogueira pregava que o jornal preocupava-se apenas em atacar o CC do PCB, ao invés de

defender a linha dos renovadores. O fato seria o prenúncio da extinção da Ala ou Corrente Renovadora.[176]

Sob a fachada de "Encontro Nacional pela legalidade do PCB", o partido realizou, entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984 o seu VII Congresso. Neste conclave propõe "uma alternativa democrática para a crise brasileira", ou seja, o partido julgava imprescindível, para a continuidade do trabalho das esquerdas, a superação do regime autoritário. A "alternativa" admite como contradição fundamental a questão do Capital e Trabalho, mas vê como primeira etapa a luta contra o "imperialismo". Dessa forma o caráter da revolução brasileira é "democrática" e "nacional". Acusam as correntes radicais, que se aglutinam em torno da CUT,[177] de serem divisionistas e terem uma "*inclinação para o basismo e pelo espontaneísmo e de partidizarem o movimento sindical instrumentalizado-o nas entidades para implantar projetos político-partidários*". O Congresso elegeu um CC sob o eufemismo de "Comissão Nacional pela legalidade do PCB". Dos antigos dirigentes apenas o vereador Luiz Tenório de Lima não foi reconduzido à Comissão Executiva, entrando em seu lugar Roberto Freire, então do PMDB/PE. No documento deste congresso, que usaria para buscar sua legalização, o partido não usa sequer uma vez a expressão "classe operária", que troca pelo vocábulo mais genérico, "trabalhadores", o que chega a ser um exagero. Da mesma forma e, naturalmente, em trecho algum prega a "luta de classes". Afinal esse documento destina-se a contentar e iludir a burguesia democrática.

No dia 25 de março, no entanto, na festa realizada no Ginásio do Pacaembu, gentilmente cedido pelo Prefeito de São Paulo, divulgou longa resolução política, onde fica claro que não abandonaria a hipótese da luta armada.

A atuação do partido é regular no Movimento Educacional e não é grande o seu empenho de penetração no campo. No Movimento

[176] Com a falência da revista "Presença" que sustentava o jornal "A Esquerda", que também deixou de circular, não se ouviu mais falar na ala dissidente renovadora, David Capistrano da Costa Filho, seu principal líder, filiou-se ao PT, tendo sido candidato derrotado ao cargo de deputado federal no pleito de novembro de 1986.

[177] CUT – Central Única dos Trabalhadores. (NE)

operário-sindical domina uma de suas grandes direções, a Unidade Sindical, integrada pela CGT,[178] tendo perdido há muito a hegemonia que dispunha nesse segmento social. Através de seu jornal legal - Voz da Unidade - desenvolve intenso trabalho de propaganda e transmite orientações para seus quadros.

Suas ligações internacionais são amplas, não só com os PC do Continente, mas principalmente com os PC da Europa. Recebe apoio financeiro e material, passagens aéreas, tratamento de saúde e outras facilidades do PCUS e de outros partidos do MCI. Tem, ainda, um amplo apoio para formação e especialização de quadros, principalmente na URSS, na Bulgária e em Cuba.

Apenas, de setembro de 1983 a maio de 84, criou nove "organizações de frente", na base de uma por mês, totalizando cerca de 100 instrumentos legais de atuação, todas elas funcionando em torno das mesmas bandeiras do MCI: defesa da paz, desarmamento, etc.

No dia 8 de maio de 1985, O Diário Oficial da União (DOU) publicou o Programa, os Estatutos e o Manifesto do PCB, dando-lhe condições de legalidade. Tais documentos deram entrada no Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça em 8 de abril de 1985, com uma série de irregularidades que deveriam ter impedido a sua publicação no DOU. A falsidade dos mesmos chegaria a ser reconhecida publicamente pelo membro da Comissão Executiva Salomão Malina, ao declarar em entrevista ao jornal Correio Braziliense, publicada na edição de 2 de junho de 1986, "*que o partido, na procura de seu reconhecimento legal, foi forçado a fazer algumas concessões em seus estatutos, onde se inscreveram princípios nos quais os comunistas não acreditam*". [179]

---

[178] CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores. (NE)

[179] Quatro militantes que assinaram o manifesto já se encontravam mortos quando os documentos deram entrada no Ministério da Justiça: Jayme Rodrigues Estrela Junior (falecido em 20 de fevereiro de 1985), João Batista Vilanova Artigas (falecido em 12 de janeiro de 1985), Marcos Andreotti (falecido em 1 de outubro de 1984) e Sebastião Francisco (falecido em 10 de julho de 1983).

A partir dessa autorização do Ministério Público, passaria o PCB a atuar com duas estruturas: uma ostensiva, constituída por suas Comissões Diretoras Provisórias; outra clandestina, baseada na tradicional organização leninista do partido – Comitê Central, comitês estaduais, municipais e zonais e as organizações de base. A existência dessas duas estruturas, uma legal e outra ilegal, vem sendo reafirmada em vários documentos, boletins e panfletos e em declarações de líderes do partido, onde é comum aparecer a terminologia constante nos documentos reais da organização, aprovados em seu VI Congresso.

Ala Prestes

Os militantes do partido que comungam com o pensamento de Prestes, desde o "racha" deste com o PCB, passaram a constituir a chamada “Ala Prestes” que vem tentando aglutinar-se e organizar um novo partido comunista. Nos anos do 1982/83, os dissidentes do Rio Grande do Sul tentaram organizar o Partido Comunista Marxista-leninista (PCML). Ultimamente os grupos prestistas de Pernambuco e Rio de Janeiro vêm tentando uma união sob o nome de "Coordenação Provisória de Reconstrução do PCB" (CPR/PCB).

Além da CPR/PCB, esses dissidentes adotam a denominação "Corrente Prestistas" no RS, "Dissidência Marxista-Leninista" em São Paulo e "Comitê Gregório Bezerra" em Goiás. Prestes, com seu apego ao "culto à personalidade" tem sido o entrave maior à unificação da chamada "Ala Prestes".



2. A esquerda revolucionária

PC do B

Após a derrota do Araguaia, o PC do B iniciou um processo de discussões em torno da validade da tentativa guerrilheira.

Durante a reunião do CC, realizada em dezembro de 1976, no bairro da Lapa, em São Paulo, foi apresentado o documento “Gloriosa Jornada de Lutas", de autoria de Ângelo Arroyo e João Amazonas de Souza Pedrozo, onde se fazia apologia ao movimento do Araguaia. A derrota atribuída a erros táticos e a uma avaliação equivocada do inimigo, não desmerecia a "heroica jornada". Opondo-se à dupla, Pedro Pomar assumiu uma posição crítica, afirmando que a experiência não representara uma tentativa de implantação da "Guerra Popular Prolongada", limitando-se a um frustrado ensaio foquista. Segundo Pomar, os erros cometidos extrapolavam o tático, atingindo o estratégico.

O duro golpe representado pelas mortes de Arroyo e Pomar, ao fim da reunião, e as prisões de vários membros do CC, após deixarem o "aparelho" da Lapa, não colocariam fim à polêmica sobre o Araguaia.

Recomposto o CC e vivendo o clima de abertura política proporcionado pelo governo de João Figueiredo, o PC do B realizou, em junho de 1979, em Bruxelas, a sua VII Conferência Nacional. Durante a conferência foi formalizado o rompimento com o Partido Comunista Chinês (PCCH), adotando o partido uma postura contra o “social imperialismo”, contra o “revisionismo russo e chinês”, contra a teoria dos “Três Mundos” e contra o pensamento de Mao Tsé Tung. A VII Conferência definiu a tática de lutar pela mais ampla liberdade política, através de todas as “forças patrióticas e sociais” de oposição ao regime. Definida, também, ficou a luta pela convocação de uma assembleia constituinte por um governo “provisório”, a ser implantado com a derrocada do regime militar.

Após a VII Conferência acirraram-se as discussões sobre a guerrilha do Araguaia.

Uma facção, contrária à posição do CC, advogava a tese de que a luta não deveria ter sido deflagrac1a em 1972, declarando que tinha havido uma "aplicação mecânica" da teoria da "Guerra Popular: Prolongada". O Brasil não sendo um país semi-colonial e não possuindo um campesinato revolucionário, não apresentava condições para a implantação da experiência chinesa. A facção dissidente, conhecida como "Ala Crítica", não negando a luta armada, defendeu a "violência revolucionária das massas", através da "revolução insurrecional urbana".

A maioria do CC, defendendo o pensamento de Arroyo e Amazonas, não admitiu a autocrítica ao Araguaia, afirmando que a luta foi desencadeada pelo Exército e não pela guerrilha. Segundo essa Corrente, a resistência de quase dois anos, apesar da derrota militar, demonstrou que havia apoio popular ao movimento.

As divergências, extrapolando as posições sobre o Araguaia, estenderam-se às posições políticas no debate ao documento "Governo das Forças Democráticas e de Unidade Popular", formulado pelo Secretário-Geral, João Amazonas. Amazonas propôs a revolução, passando pela etapa de formação de um "governo liberal, reformista democrático burguês", através da aliança com a burguesia liberal. A revolução seria "nacional", "anti-imperialista" e "agrária".

Os dissidentes contestaram Amazonas, visualizando o Brasil como capitalista sob a hegemonia do capital monopolista estrangeiro, em ligação com o "nacional", aliado ao sistema latifundiário. Esta visão condiciona a opção pela implantação de um governo revolucionário, subsequente à derrubada da "ditadura" sem a necessidade de conduzir a revolução a uma etapa "nacional- burguesa".

Alegando a existência de consentimento nas resoluções da VII Conferência, os dissidentes tentaram convocar um Congresso Nacional para debater as divergências. Os Comitês Regionais da Bahia, São Paulo (EI), Rio de Janeiro, Pará e Paraná propuseram a realização de um Congresso. Em março de 1980, em sessão plenária o CC aprovou o documento "A Todo o Partido", fazendo advertências aos comitês rebelados.

Em agosto de 1980, a crise teve desdobramento com a destituição de quatro membros do CC e com a dissolução e reorganização dos CR de São Paulo e da Bahia. Os dissidentes, acusados de fracionistas e liquidacionistas, passaram a alegar a inexistência no Brasil do Partido Revolucionário do Proletariado e a concitar a união das correntes marxista-leninistas para a formação deste partido. Recomendavam ainda, o ingresso dos comunistas no Partido dos Trabalhadores (PT), contrariando orientação do CC.

Em setembro de 1983, em razão das punições sofridas, os CR BA, SP (EI), RJ, PA e PR realizaram a "Reunião Nacional de Consultas" e tomaram a iniciativa de convocar extraordinariamente o VI Congresso. O CC reagiu imediatamente, expulsando os dissidentes e afirmando não existir divergências que justificassem um congresso.

Após o "racha", o PC do B efetivou as mudanças em sua linha política, alinhando-se internacionalmente com o Partido dos Trabalhadores da Albânia (PTA). Em âmbito nacional, foi privilegiado o relacionamento da classe operária em detrimento do campo, até então prioridade do partido, em razão da expectativa da deflagração da "Guerra Popular Prolongada", modelo chinês.

Apesar das divergências, a nível nacional, o PC do B aproximou-se do PCB e do MR-8 que defendem, como ele, a revolução por etapas e seus militantes entraram para o PMDB. Esta aproximação propiciou a atuação conjunta em muitos acontecimentos do movimento sindical-político-popular.

A partir de 1980, com o retorno do exterior de seus principais dirigentes, dentre eles, João Amazonas, o PC do B sofreria um processo de expansão e consolidação de sua estrutura, organizando comitês regionais em vinte estados e no Distrito Federal. O partido procurou estender sua estrutura regional a mais três estados e um território.

Infiltrado no PMDB, o PC do B conseguiu eleger, em novembro de 1982, dentre seus militantes estruturados, quatro deputados federais – Aurélio Peres, José Luiz Moreira Guedes, Haroldo Borges Rodrigues Lima e Aldo Silva Arantes, todos do CC – onze deputados estaduais e quase uma centena de vereadores e prefeitos.

No início de 1983, realizou-se o VI Congresso do PC do B, passando o partido a advogar a implantação de um governo provisório, constituído por forças "patrióticas, democráticas e populares", capaz de impor um plano de "salvação nacional". A "salvação nacional" abrangeria a revogação das "leis arbitrárias", a garantia da liberdade política, a convocação de uma assembleia nacional constituinte com participação popular, a suspensão do pagamento da dívida externa – até que a nação em liberdade se pronunciasse a respeito – o rompimento de todos os acordos com o FMI[180] e a tomada de providências urgentes para avaliar as condições de vida do povo. O governo provisório seria obra de uma "Frente democrática e de Unidade Popular", que, sob a hegemonia da classe operária, congregaria as "forças democráticas e populares".

No seu trabalho de massa, o PC do B tem procurado incentivar o confronto entre populares e a ordem pública, tendo sido comprovada a sua responsabilidade em quebra-quebras, saques a estabelecimentos comerciais e invasões de terrenos urbanos e rurais.

Dando cobertura à sua atividade junto às massas, O PC do B tem vários militantes infiltrados na grande imprensa e na televisão. Edita um jornal legal, destinado às massas, "Tribuna da Luta Operária", um jornal para seus militantes, "A Classe Operária", e uma revista teórica legal, "Princípios", através dos quais difunde a orientação de seu Comitê Central, além das revistas "Presença da Mulher" - dirigida exclusivamente às mulheres e "Debate Sindical".

No Movimento Operário Sindical, o PC do B passou a atuar no Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), hoje CGT, dominando ou infiltrando-se em vários sindicatos, dando prioridade àqueles que tenham maiores possibilidades de exercer uma efetiva pressão de base sobre o Governo e as classes patronais.

No Movimento Estudantil, a tendência "Viração", sob inspiração do PC do B, destaca-se das demais, liderando as diretorias da UNE e da UBES.

---

[180] FMI – Fundo Monetário Internacional (NE)

Na área da juventude, constatando o vazio existente e o reduzido universo de jovens abrangido pelo Movimento Estudantil os quais após a diplomação normalmente abandonavam a orientação e as lutas do partido, o PC do B criou a União da Juventude Socialista (UJS) - importante meio para o recrutamento de novos militantes - que vem, desde 1985, realizando anualmente o seu Congresso Nacional.

Nos Movimentos Populares vem concentrando os seus esforços em Associações de Moradores/Favelados e de Mulheres, controlando a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e inúmeras entidades femininas nas principais cidades do País.

No Movimento Religioso, o partido aproveita-se do trabalho do clero "progressista", pincipalmente nas áreas rurais, onde participa ativamente da insuflação de posseiros para a invasão de terras.

Uma das atividades consideradas mais "fechadas" do PC do B, é o trabalho militar, através do qual atua nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Existem indícios de que já ocorre infiltração nas FFAA, particularmente no Exército.

Finalmente cabe ressaltar que o PC do B não abandonou a proposta da luta armada, mantendo na atualidade, por questões táticas, o "trabalho de massa" como forma de atuação prioritária, até que as condições objetivas e subjetivas durante o processo revolucionário, permitam o desencadeamento de ações violentas, aí incluídas a luta armada, conduzindo o País ao rumo de uma "democracia popular".



MR-8

Em 1976 na França, o MR-8 realizou o seu I Congresso. Nas suas resoluções, a organização confirmou a linha política do "Pleno" de 1972, no Chile.[181]

Apesar de continuar criticando o "revisionismo" de 1968, a organização exaltava Cuba como o "primeiro grande passo da marcha dos povos latino americanos rumo ao socialismo".

Durante o encontro foi eleito um Comitê Central para substituir a anterior Direção Nacional (DN) eleita no "Pleno" do Chile. Novos estatutos, nova estrutura de organização e o "Programa Socialista da Revolução Brasileira (PSRB)" foram pontos, também, da reunião da direção na França.

O PSRB baseado claramente no Programa Socialista para o Brasil (PSB) – documento aprovado pela POLOP em 1967, durante o seu IV Congresso – preconiza a instituição de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores como etapa intermediária no caminho para a "ditadura do proletariado".

Enquanto as lideranças ditavam normas no exterior, o MR-8 procurava através do Movimento Estudantil, reorganizar a esquerda revolucionária, fazendo contatos com outras organizações que acreditavam numa alternativa proletária. Naquela ocasião, a "OITO" – como passou a ser conhecida a organização no meio das esquerdas – ligou-se com a OCML-PO, o MEP e a APML, buscando a reestruturação após a derrota militar.[182]

Em 1978, novos elementos foram eleitos para o Comitê Central, durante uma Conferência Nacional, sendo aprovadas, na ocasião, resoluções sobre a Política de Organização, Construção Partidária e Política de Segurança.

---

[181] Publicado na revista "Brasil Socialista" – impressa na Suíça – nº 9 de abril de 1977.

[182] OCML-PO: Organização de Combate Marxista Leninista da Política Operária – MEP: Movimento pela Emancipação do Proletariado – APML: Ação Popular Marxista Leninista.

No último trimestre de 1979, o MR-8 iniciou uma fase de expansão, fundindo-se com organizações menores, na busca do que considerava a reunificação dos comunistas.

Em outubro de 1979, durante a realização do II Congresso, foi formalizada a unificação com a Organização Comunista do Sul (OCS). Nas resoluções do II Congresso, a "grande burguesia intimamente associada ao imperialismo" era assinalada como o principal inimigo da Revolução Brasileira. A reafirmação das posições do PSRB, aprovada no I Congresso, juntou-se como instrumento de atuação revolucionária, a "Frente Popular", constituída pela classe operária e por setores avançados da população.

A possibilidade da luta armada não foi descartada pelo "Oito", como se pode depreender do entendimento de trechos das "Resoluções Políticas do II Congresso": "*Se quisermos de fato nos livrar da ditadura - e não preparar o massacre das massas - precisamos ter claro: será preciso derrubar a ditadura pela força; só um ingênuo ou um charlatão pode proclamar que nosso povo deve renunciar de antemão à luta armada, em função da possibilidade teórica de um desenlace pacifico para a revolução brasileira*".

O crescimento da organização passou pela fusão com a Fração Operária Comunista (FOC) - um "racha" da OCML-PO em novembro de 1979, e, já em 1980, com o "Grupo Unidade", integrado por remanescentes da TL/ALN.

A partir de 26 de julho de 1981, o MR-8 ganhou condições de incrementar suas atividades no Nordeste através da absorção do PCR, organização de forte influência naquela região. Por intermédio do dirigente do PCR, Edval Nunes da Silva, o "Cajá", elevado à posição de membro do CC, o MR-8 passou a ter uma maior penetração junto ao clero "progressista", ao qual "Cajá" estava intimamente ligado.

O repentino crescimento do MR-8 teve em 1981 consequências desastrosas para a organização. As "organizações de frente" – representadas por empresas comerciais, particularmente gráficas – que sustentavam a estrutura clandestina da organização entraram

em decadência, resultante da incompetência administrativa e da malversação de recursos. A estrutura, inchada por diversas absorções, não pode ser atendida financeiramente de forma satisfatória. As insatisfações cristalizaram-se me focos de contestação.

Em janeiro de 1982, quando o CC distribuiu as "Teses para o III Congresso", aguçou-se na organização um processo de cisão. Os dissidentes atacavam as teses, tachando-as de reformistas e estendiam suas críticas ao CC, acusado dentre outros aspectos, por malversação de fundos, que estava conduzindo a organização a uma situação de insolvência.

Em agosto de 1982, foi realizado o III Congresso. Os dissidentes, em minoria no CC e no Secretariado Nacional, foram derrotados e as teses aprovadas. O MR-8 passava a defender uma "Revolução Nacional e Democrática", ao invés da "Revolução Democrática e Nacional". A inversão dos adjetivos representava uma ênfase ao nacional, justificada por serem os "interesses externos" os responsáveis pelo caráter não democrático do regime político no Brasil. Segundo o MR-8 "*a ruptura com o imperialismo criaria condições para um surto capitalista que criaria condições objetivas para o avanço da democracia política*".

Para a "Revolução Nacional" seria necessário atrair os setores nacionais, particularmente a burguesia e as Forças Armadas. O MR-8, substituindo a "Frente Popular", aprovada no II Congresso, pretendia unir a grande maioria das forças sociais e políticas do País numa ampla "Frente Nacionalista Anti-imperialista".

Os dissidentes não aceitaram as resoluções do III Congresso e ironicamente, através do jornal clandestino "Unidade Proletária", atacavam o CC e suas posições reformistas. O agravamento do problema econômico tornou mais tenso o clima na organização. Termos como "trambique", "calote" e "trapaça" cortavam os ares acrescentados à terminologia marxista-leninista, emoldurando um conflito típico, característico do "capitalismo decadente".

Os protestos dos dissidentes ganharam força e, no início de 1983, grande parte dos Comitês Regionais do Rio de Janeiro, Paraná,

Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Pará, engrossava as fileiras dos descontentes.

No Comitê Central, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz - candidatos derrotados a deputado federal nas eleições de novembro de 1982 - lideravam, em minoria, a dissidência. O Secretário Geral do MR-8, Cláudio Cardoso Campos, em maioria no CC, mantinha as posições aprovadas no III Congresso.

A crise teve a solução previsível. Os dissidentes, à revelia do CC, convocaram extraordinariamente, o IV Congresso do MR-8, realizando-o em julho de 1983, no Rio de Janeiro. Durante o conclave, decidiu-se considerar extinto o MR-8 e aprovar o ingresso individual de todos os dissidentes ao PCB. O MR-8 sofria um grande baque com a perda de cerca de cinquenta por cento de seus militantes.

Em seguida ao "racha", a organização participou de discussões sobre a unificação da atividade sindical. Antepondo-se à manobra do PT, o MR-8 não participou da fundação da CUT, em São Bernardo, em agosto de 1983, classificando a iniciativa como divisionista. Em novembro do mesmo ano, participou da fundação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), hoje CGT, alinhando-se ao PCB e ao PC do B.

No Movimento Estudantil atua também em "frente" com o PCB e PC do B, não possuindo, isoladamente, qualquer expressão.

Nos Movimentos Populares possui grande influência em associações de bairros e de entidades femininas, como as Federações de Mulheres de quatro importantes Estados da Federação: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Na área política, assim como seus parceiros o PCB e o PC do B, encontra-se infiltrado no PMDB e, ao abrigo desta legenda, elegeu em 1982 quatro deputados federais: José Fogaça (RS), Júnia Marize (MG), João Cunha (SP) e Sérgio Manoel da Cruz (MS).

Em âmbito internacional, além de manter frequentes contatos com o governo cubano, o MR-8 reviu, desde o II Congresso, em 1979, a sua

posição crítica em relação ao PCUS. Mantendo em nível elevado seu relacionamento com Cuba e Moscou, a organização iniciou uma intensa troca de informações com o governo sandinista da Nicarágua, tornando-se ardorosa apologista de seu modelo político.

Embora não possa ser descartada, não há indícios de que o MR-8 pretenda utilizar já a luta armada. Entretanto a possibilidade de ações radicais por parte dos militantes do "Oito" deve ser sempre considerada. [183]



PRC

No final de 1980, eram expulsos do PC do B os dissidentes que criticavam a experiência guerrilheira do Araguaia e a etapa "nacional-burguesa" da revolução. Os expulsos, concentrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Paraná, passaram a considerar-se marxista-leninistas, discordando do trotskismo e do stalinismo e combatendo o revisionismo contemporâneo – representado pelas orientações emanadas do PCUS – a social democracia e o maoísmo.

Os dissidentes, incialmente conhecidos como "Ala Crítica", após expulsos, passaram a ser chamados de "A Esquerda do PC do B". Essa ala ingressou em grande parte no PT, apoiando a criação da CUT. No Movimento Estudantil, passou a disputar espaço e influência, agrupando-se na tendência "Caminhando".

No dia 21 de janeiro de 1984, a "Esquerda do PC do B" concluiu o seu I Congresso, com a fundação do Partido revolucionário Comunista (PRC).

Nas resoluções de seu Congresso de Fundação, o PRC fez uma avaliação crítica dos partidos e organizações de esquerda. O PCB foi

[183] Seu dirigente máximo, Claudio Gardano Campos, candidato a deputado federal por São Paulo, seu reduto eleitoral, não foi eleito, tendo obtido 17.108 votos.

rotulado de "corrente degenerada e de prestígio decrescente", mas possuidor do controle de ponderáveis setores das massas; o MR-8, classificado de "racionalista", foi criticado por promover a "Atração do proletariado à união nacional para retomar o desenvolvimento do capitalismo"; o PC do B, desacreditado por sua política pendular entre a aliança com a burguesia e a radicalização das massas, era acuado de adotar uma postura direitista, escolhendo, na maior parte das vezes, a primeira opção; o PT, apesar de acolher o PRC, era avaliado como um partido reformista por pregar a ascensão dos trabalhadores ao poder dentro de uma ordem burguesa, abrigando em seu seio as correntes trotskistas.

Apesar das críticas aos partidos e organizações de esquerda, o PRC demonstra intenção de lutar pela direção nas lutas conjuntas com o PT e o PCB, visando a esclarecer as massas sobre o caminho mais consequente das lutas populares.

No interior do PT, o PRC propõe a formação de uma tendência à esquerda, admitindo a inclusão de setores avançados PMDB, do PDT e independentes.

Após o I Congresso, o PRC difundiu o "Manifesto à Classe Operária", consubstanciando sua linha política e princípios aprovados no conclave. O partido assumiu uma postura radical, defendendo a "violência revolucionária das massas". Sua estratégia difere das demais OS da esquerda revolucionária, aproximando-se da linha trotskista. Ao invés de um "Governo Democrático Popular", onde a pequena burguesia ainda está presente, pretende erigir um "Estado Democrático Operário e Popular", sobre os "escombros do estado burguês", assemelhando-se ao atual Estado nicaraguense. Na "Democracia Operária e Popular" começaria a ser aplicado um programa mínimo que evoluiria até o socialismo, sem etapa intermediária. Para a constituição de um novo poder "democrático, operário e popular", o PRC concita o proletariado a se colocar na frente do movimento, mantendo total independência política em relação à burguesia e rechaçando a conciliação patrocinada pelas "classes dominantes". A estatização de grandes empresas capitalistas e a expropriação dos grandes latifúndios, a serem pulverizados numa reforma agrária radical, são tarefas prioritárias do "Estado Democrático Operário Popular". O rompimento com o FMI e o não

pagamento da dívida externa representariam a eliminação da dominação imperialista.

O PRC, através do seu manifesto, declarou-se na clandestinidade, por julgar suas posições irreconciliáveis em relação ao capitalismo, a burguesia e ao estado.

Apoiando-se no PT, onde se filiou a maioria de seus militantes, o PRC não se constrangeu de utilizar o PMDB, nas áreas onde aquele partido não estava estruturado. Na Câmara dos Deputados o partido possui dois representantes: José Genoíno Neto (PT/SP)[184] e Victor Buaiz (PT/RS), tendo conseguido também uma importante prefeitura e alguns vereadores em diferentes estados.

No movimento operário e sindical alinha-se à Central Única dos trabalhadores (CUT), Mesmo apoiando a CUT, o PRC propõe a reunificação do movimento sindical através de um amplo entendimento com a CGT, sem abrir mão de seus princípios.

Apesar de ser um partido relativamente novo, o PRC vem se destacando pela radicalização de suas ideias e pela violência.

A análise de sua linha política demonstra que, se ainda não decidiu partir para a luta armada, já está numa postura eminentemente ofensiva, preconizando o "rompimento da legalidade" e a implantação de um Estado Democrático Operário e Popular.



[184] O "Geraldo" do Araguaia. (NE)

PCBR

Desmantelado no final de 1973, o PCBR ganhou alento com o retorno de dirigentes, como Antônio Prestes de Paula e Apolônio Pinto de Carvalho que se encontravam exilados. Acobertados pela anistia e infiltrados no PT, esses elementos reagruparam, sob a antiga sigla, um núcleo de militantes, acrescido de novos prosélitos.

Em março de 1979, a organização procurando reencontrar sua identidade, difundiu um documento em que definia sua postura frente ao PT, visualizando-o como um partido de rachas. O PCBR antevia a ocorrência de confronto no seio do PT, preparando-se para lutar contra a facção que pretendia a "social-democratização" do partido, bem como contra os "doutrinaristas" que intencionavam transformá-lo em "Partido Revolucionário da Classe Operária". A organização entendia que um partido revolucionário seria composto exclusivamente por comunistas, o que não seria o caso do PT.

Em seu trabalho de reorganização, o PCBR conseguiu implantar estruturas orgânicas clandestinas nos estados de Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em agosto de 1980, um dos líderes nacionais do PCBR, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, lançou em Recife o jornal alternativo "O Povão", veículo divulgador das posições políticas da organização.

Dentro do PT, considerado como um partido tático de uma "frente", o PCBR adota sempre posturas agressivas, propugnando por uma "ruptura popular" ao invés de um projeto de "transição liberal". Para tal, posiciona-se contra a Constituinte – considerada em processo de transição burguesa – e contra um pacto social, optando pela conquista da iniciativa política pelo movimento popular, através de grandes mobilizações de massas que desaguariam numa greve geral.

A reestruturação do PCBR teria de se afirmar pelo consenso de um Congresso. Desta forma, em julho de 1985, na cidade de Feira de Santana, ocorreu o II Congresso do PCBR, o "Congresso Mário Alves". As aprovações dos estatutos da organização e de diversas

questões foram referendados pela presença de setenta delegados dos diversos comitês subordinados.

Pelos estatutos, o PCBR definiu a Revolução Brasileira como anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária, de caráter popular, para a implantação do "Governo Popular Revolucionário" (GPR). O GPR, expressão do poder popular, seria formado pelo proletariado urbano, pelos assalariados agrícolas, pelas massas camponesas sem terra, pelos estudantes e intelectuais, pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos - e por todos aqueles oprimidos pelo regime. A burguesia e os militares são vistos como inimigos a serem destruídos para a implantação do governo popular.

O boletim "O Comunista Revolucionário", órgão de divulgação do CC/PCBR, publicou as resoluções do II Congresso, onde está implícita sua orientação sobre a luta armada. Preconizando a criação do Exército Popular para o enfrentamento das classes dominantes, o PCBR visualiza o caminho da revolução como sendo o da "Guerra Popular Prolongada", embora não seguindo o modelo chinês de cerco da cidade pelo campo. O conflito deverá se desenvolver como uma guerra combinada campo-cidade, sob a direção política da classe operária urbana.

Prosseguindo nas resoluções, o PCBR, além de fazer autocrítica da linha revolucionária militarista adotada anteriormente, reconheceu a inexistência, naquele momento, de condições básicas para passagem à luta armada. Reconheceu a necessidade de realizar um trabalho de educação das massas, para prepará-las para o desembocar da violência revolucionária.

Para viabilizar o processo, o PCBR vislumbra como prioritária e fundamental a construção do partido revolucionário. Dando sequencia a esse pensamento, o partido difundiu as "Teses para a Construção do Partido Revolucionário", onde, num total de dez itens, expôs suas posições sobre o assunto.

Refletindo sobre as declarações de um líder nacional do PCBR, pode-se inferir que a organização possui dois segmentos bem definidos. O

primeiro atua politicamente, com exclusividade nos movimentos operário, estudantil e popular. O segundo, totalmente desvinculado do primeiro, é empregado em ações extraordinárias.

Pode-se concluir também pela existência de militantes fixados em áreas pré selecionadas no interior do país, desenvolvendo o trabalho revolucionário no meio rural. Para a manutenção dessa estrutura, o PCBR tendo em vista a insuficiência de fundos arrecadados por seus militantes, partiu para a realização de ações armadas. Tal expediente foi adotado a partir do fracasso da organização em conseguir auxílio internacional, negado por Cuba – na ocasião em vias de restabelecer relações diplomáticas com o Brasil – pela Nicarágua, pela FFMLN/El Salvador e pela Líbia.[185]

O frustrado assalto ao posto de serviço do Banco do Brasil da Universidade Federal da Bahia, no dia 13 de abril de 1983 inseriu-se no contexto da luta do PCBR para o sustento de sua estrutura clandestina. A prisão de cinco militantes da organização, todos filiados ao PT, durante a tentativa de assalto e a posterior detenção de Antônio Prestes de Paula, também envolvido na ação, esclareceram outras atividades criminosas da organização, como o assalto à agência do Banco do Brasil de Cachoeira, na Bahia, ocorrida um ano antes.

O documento "A situação do desemprego em São Paulo – A ponte", encontrado na residência de Antônio Prestes de Paula, em São Paulo, preconiza a realização de "ações globais" de cunho radical, desenvolvidas por desempregados liderados por militantes da organização. O texto apregoava ainda a execução de ações tipo guerrilha urbana para obtenção de fundos, estágio que caracterizaria o ingresso da organização no que chamou de "Luta Armada Clandestina".

Os assaltos ocorridos na Bahia refletiram a orientação da organização e não na iniciativa isolada de seus militantes.

---

[185] FFMLN – Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional

Embora não possua uma influência decisiva no PT, reflexo de, ainda, reduzido número de militantes, o PCBR impulsionado por sua postura inflexível e aliado de outras organizações que adotem posição semelhante, poderá contribuir para a radicalização do processo político, respaldado, inclusive pela eleição de um seu militante, Eduardo Jorge Martins Alves, para deputado federal da Assembleia Constituinte.



MCR

No dia 1º de outubro de 1985, foi constituído o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) pela fusão do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) com a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP).[186] O evento, marcado por um Congresso de Fundação, representou o coroamento de um processo de discussões entre as organizações, desenvolvido durante um ano e meio.

Em seu "Manifesto de Fundação", o MCR, assinalou o seu surgimento como o marco do início da reversão do fracionamento e a dispersão da esquerda revolucionária brasileira.

Do seu primeiro documento, veículo emanador de suas orientações políticas, depreende-se que o MCR, reconhecendo a insuficiente conscientização do proletariado brasileiro, previu um longo processo de acumulação ele forças no processo revolucionário. A Organização concluiu, "pela análise da formação social brasileira", que o caráter da revolução é socialista, em razão do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na cidade e no campo.

[186] A OCDP surgiu no final da década de 70, formada por militantes provenientes da agonizante Ação Popular, AP.

Dando continuidade ao seu posicionamento político, o MCR colocou-se contra aqueles que vislumbram a burguesia como força revolucionária, interessada na "democratização da sociedade e no combate ao imperialismo". Contudo, pragmaticamente, aceitam a efetivação de reformas sociais eventualmente proporcionadas pelo regime burguês, como do interesse dos trabalhadores. Afastando-se da "acomodação reformista", a organização propugna pelo rompimento revolucionário dom a ordem burguesa, como a solução para a "miséria, a opressão e a exploração do povo brasileiro".

O objetivo revolucionário seria a implantação do "Governo dos Trabalhadores", representação do poder operário popular sob hegemonia do proletariado, a ser atingido pelo enfrentamento político e militar, com base nos órgãos de poder criados pelas massas trabalhadoras.

Na sua aversão à "dominação burguesa" o MCR posiciona-se contra o governo da "Nova República", apoiando o fortalecimento da CUT e do PT, considerados canais privilegiados para a expressão das oposições operária e popular na luta política. Dentro dessa linha opôs-se a um "pacto social", à reforma agrária "submissa ao poder e ao terrorismo dos fazendeiros" – preconizando-a sob o controle dos trabalhadores - a ao Congresso Constituinte, pleiteando uma Assembleia Nacional Constituinte, convocada com o fim único de elaborar uma nova Constituição.

Como a maioria das organizações enquistadas no PT, o MCR apoiou o rompimento dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Para o êxito da revolução, a organização apontou a necessidade de criação de um partido revolucionário, reconhecendo a inexistência deste instrumento no País. Esse empreendimento teria como tarefas prioritárias a unificação dos comunistas revolucionários e o aprofundamento dos laços de esquerda com o movimento de massas, visando a orientá-lo.

Finalizando, o MCR reconhecendo a falta de uma teoria definitiva sobre a revolução brasileira, deixou o assunto em aberto, dispondo-

se a discuti-lo com outras correntes que raciocinassem da mesma forma.

Apoiando-se nas estruturas existentes das três organizações que lhe deram origem, o MCR articulou-se nos estados do Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, unificando a atuação das três matrizes no PT e na CUT.

Em maio de 1986, com a responsabilidade da editora a cargo do militante Luiz Arnaldo Dias Campos, do Rio de janeiro, o MCR lançou o seu jornal "Nova Luta", mensário de circulação nacional destinado às massas.

Apesar de ter surgido há pouco tempo no seio das esquerdas, o MCR tem se destacado por sua postura radical, colocando-se à esquerda do PT, e pronto a apoiar ações extremadas. A tendência "Semeando" do movimento educacional do Pará, conduzida pelo MCR, exemplifica sua orientação, patrocinando, incentivando e assumindo a responsabilidade por atividades de quebra-quebras e outras posturas de enfrentamento.



3. A linha trotskista

Desde a morte de Trotsky em 1940, a IV Internacional fracionou-se em diversas organizações, seguindo vários ideólogos que acompanham a sua direção. Isto ocorreu, segundo os trotskistas, como consequência da "liberdade das tendências e frações" preconizada por Trotsky, explicação que não nos parece coerente, já que essa "liberdade" deveria concorrer exatamente para evitar a criação de novas organizações, acomodando as divergências no seio delas.

"Tendência", segundo o entendimento trotskista, é um setor organizado dentro de um partido, o qual mantém divergências com a direção majoritária. A partir do momento em que a "tendência" coloca-se como alternativa à direção, ela transforma-se em "Fração". A "Fração" constitui-se como direção dentro do partido e seus militantes passam a ter sua própria organização e estrutura, sem sair do partido. A "fração" defende não só uma determinada política, mas também busca tornar-se direção ou obter uma direção para o partido que a aplique. Normalmente a fração desliga-se da organização original.

Além de encontrarmos neste trabalho as causas da atomização das esquerdas, verificaremos que a "liberdade trotskista" incentiva o divisionismo, tornando-se uma das características das organizações trotskistas não apenas em nível nacional, mas também internacional, como veremos a seguir.



Convergência Socialista

A Convergência Socialista (CS) teve origem em 1973 no Chile, quando exilados brasileiros criaram o grupo "Ponto de Partida" (PP). Retornando ao Brasil em 1974, esses elementos ligaram-se a militantes de São Paulo da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), assumindo a denominação de Liga Operária (LO).

Internacionalmente, a LO ligava-se à Fração Leninista Trotskista (FLT), um dos diversos centros de irradiação do trotskismo, recebendo orientação de Hugo Miguel Bressano, mais conhecido como "Nahuel Moreno".

Inicialmente, segundo resoluções do seu II Congresso em 1975, a organização resolveu concentrar forças no Movimento Estudantil e no Movimento Operário do Rio de Janeiro e de São Paulo. A penetração no setor operário foi tentada com a transferência de estudantes para o trabalho nas fábricas em razão da ausência quase total de trabalhadores nos quadros da LO.

À semelhança do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina, principal seção nacional da FLT, a LO transformou-se, em julho de 1977, em PST.

Buscando ampliar sua atuação limitada, até então, pela clandestinidade, o PST lançou e registrou em cartório o Movimento Convergência Socialista, entidade civil com personalidade própria. O movimento, que passou a ser conhecido como Convergência Socialista (CS), tinha como objetivo aglutinar militantes e setores para a formação de um partido socialista. O gesto audacioso rendeu dividendos, provocando o crescimento da organização que, em agosto de 1978, realizou uma conferência em São Paulo com a presença de seu dirigente máximo, o argentino "Nahuel Moreno".

A popularidade da CS, que passou a editar um jornal do mesmo nome, eclipsou a sigla PST, causando o seu abandono a partir do congresso realizado em outubro de 1979. Este evento gerou muitas polêmicas pois foi considerado, ao mesmo tempo, o IV Congresso da LO, o III Congresso do PST e ainda, a 1ª Conferência da CS.

Naquela ocasião, iniciaram-se as discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a aproximação da CS com a Organização Socialista Internacionalista (OSI), outra organização trotskista. Apesar de possuírem posições semelhantes e de unificarem seus trabalhos nos sindicatos, através de um Comitê de Iniciativas, as duas organizações afastaram-se, refletindo desavenças dos respectivos centros irradiadores internacionais, numa demonstração de subserviência a ditames alienígenas.

Em 1983, a CS mudou de nome para "Alicerces da Juventude Socialista" (AJS), em razão do crescimento de sua participação no Movimento estudantil, onde sobressaía no setor secundarista, a tendência "Alicerce". Como a tendência havia se imposto em congressos estudantis e crescido em nível nacional, a organização pretendia capitalizar o seu prestígio e organizá-la como partido. Objetivos conjunturais e imediatistas provocavam as quedas das siglas.

Dentro do PT, A AJS iniciou o combate à direção partidária, acusando-a de torná-lo um "partido eleitoreiro" sob a influência da

"Social Democracia e da Igreja". No meio sindical, o AJS colocou-se no bloco dos “autênticos” e apoiou a criação da CUT, sendo apologista da Greve Geral, com os objetivos declarados de colocar em xeque o capitalismo no Brasil.

No início ele 1984, o AJS, em seu VIII Congresso, resolveu retornar ao nome Convergência Socialista (CS). A nova mudança foi determinada pela ascensão dos trabalhadores e a efervescência do movimento sindical, deslocando o ponto focal do movimento de massas para o movimento operário. A organização deixava de ser a entidade da juventude para transformar-se num organismo político ligado à classe operária, assumindo a postura de “ala socialista” da CUT e do PT.

Considerada de maior expressão dentre as organizações trotskistas, a CS conseguiu se estruturar em treze Estados, atuando de forma mais intensa em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

As diretrizes da direção nacional da CS são transmitidas pelo jornal semanário "Convergência Socialista", pela revista "Correio Internacional" - escrita em espanhol - e pelo "Boletim Interno". A formação de seus militantes e a sua preservação ideológica baseiam-se nos "Cadernos de Formação". Todas as publicações são colocadas à venda e, juntamente com as contribuições de seus militantes, constituem as fontes de recursos da organização.

Vinculando-se atualmente à Liga Internacional dos Trabalhadores/IV Internacional (LIT/IV) - evolução da FLT provocada pelos permanentes choques dentro do trotskismo internacional - a CS mantém estreito relacionamento com o "Movimento ao Socialismo" (MAS) argentino, facção do PST ligada à LIT/IV.

Pretendendo a transformação do PT em partido revolucionário, a CS esforça-se para assumir o controle de sua direção nos diversos níveis.

Frustradas estas ambições, a CS não conseguiu eleger militantes nas eleições de 15 de novembro de 1986, atualmente contenta-se em apoiar as posições do PT na Constituinte, dando ênfase ao

rompimento com o FMI e à suspensão do pagamento da dívida externa.

Por orientação da LIT/IV, a organização, no início de 1986, remeteu para a Nicarágua recursos provenientes de uma campanha para auxiliar a luta daquele país contra a “intervenção norte-americana”.

Ao contrário da maioria das organizações de esquerda, que recebem recursos do exterior, a CS contribuiu com recursos financeiros para a LIT/IV.

Fiel aos princípios de Trotsky, a organização preconiza a luta armada para a conquista do poder, através da constituição de milícias operárias e populares e de ações de autodefesa do proletariado. Julgando que o momento era oportuno, a CS colocou em prática esses princípios em 1985 quando, além dos "piquetes de porta de fábrica", sindicalistas filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP, infiltrado por essa OS, organizaram um grupo de cerca de 300 homens, autodenominados "Milícia Metalúrgica", que pretendia, conforme anunciou ser "uma resposta da categoria à intimidação policial e à repressão promovida pelas indústrias contra os grevistas". O fato teve ampla repercussão na imprensa em 1985. Essa atuação insere-se, na verdade, no que foi preconizado por Trotsky, em seu “Programa de Transição", ao abordar os Piquetes de Greve, os Destacamentos de Combate, a Milícia Operária e o Armamento do Proletariado.

Para o trotskismo, os "piquetes de greve" são as células fundamentais do exército do proletariado. A partir deles, e por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, os trotskistas propagam a ideia da necessidade de criação de "destacamentos operários de autodefesa", inscrevendo esta palavra de ordem no programa da "ala revolucionária" dos sindicatos e criando tais destacamentos em todos os lugares possíveis a começar pelas "organizações de jovens", conduzindo-os ao manejo das armas. A etapa seguinte será a de unificação dos citados destacamentos nos bairros, cidades, regiões, estruturando-os em "milícias operárias", até que o estado, como definia Engels, passe a se constituir num “destacamento de pessoas armadas”. O “armamento do proletariado” será o elemento constituinte indispensável, segundo Trotsky, de sua

luta emancipadora. Com o objetivo de desagregar o Exército, considerado “o instrumento fundamental da repressão”, apregoa o trabalho junto aos soldados, visando a neutralizá-los ou a ganhá-los para seus quadros.

Consciente de sua pequena representatividade, a CS optou por continuar como entidade civil, atuando no interior do PT, com o objetivo de transformá-lo no partido revolucionário.



ORM-DS

O Partido Operário Comunista-Combate (POC-C), em dezembro de 1978, transformou-se em Núcleo Combate Brasileiro (NCB). Esta facção da esquerda brasileira estava ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, desde quando militantes do antigo POC aproximaram-se do trotskismo, em 1971, no Chile.

A partir do início de 1979, o NCB passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), dentro da proposta apresentada bela Convergência Socialista (CS) no IV Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado na cidade de Lins.

Em março de 1980, durante a realização de um congresso, adotou a denominação de Democracia Socialista (DS). A DS absorveu, em agosto de 1981, a Organização Revolucionária Trotskista (ORT) [187] e em novembro do mesmo ano, assumiu a atual denominação de Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista (ORM-DS).

Desde 1977, com o início da publicação do jornal "Em Tempo", a organização passou a contar com um veículo de divulgação do

[187] ORT – um “racha” da CS ocorrido em 1977, conhecido anteriormente como Partido revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

pensamento e das diretrizes de sua direção. Mais tarde, passou a divulgar a revista "Perspectiva Internacional" e o "Boletim Interno", os quais, ao lado do jornal, constituem os elos de ligação do atual Secretariado Nacional com o restante da organização.

Em 1982, em seu processo de crescimento, a ORM-DS foi reforçada pela fusão com o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB) dissidência da outra organização ligada à IV Internacional, a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

Com o ascenso do Movimento Operário e Sindical (MOS) a organização progrediu, articulando-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, particularmente nas capitais. Em Porto Alegre existe uma estreita ligação com o PCBR, representado pelo grupo "Ponto de Vista".

Considerando o proletariado como classe dirigente da revolução, a ORM-DS passou a atuar prioritariamente no movimento sindical, relegando o Movimento Educacional a um plano secundário. Na área rural, prega as ideias defendidas pela Igreja, propagando a ideia de uma reforma agrária radical. No sul do País, sua atuação no meio rural ocorre por intermédio do grupo "Terra gente".

A ORM-DS, assim como a CS, pretende transformar o PT em "partido revolucionário", através do assalto a cúpula da entidade por parte dos trotskistas. Entende-se que o "partido do Lula" é o principal resultado do desenvolvimento da luta da classe operária, embora não possa ainda, ser considerado um partido revolucionário. Esta evolução dar-se-á quando uma organização marxista revolucionária assumir a direção partidária e quando houver a modificação da correlação de força do MOS para a esquerda, resultado do ascenso das lutas operárias e da consequente radicalização das massas.

Dessa forma, a ORM-DS vem tentando crescer no interior do PT aliando-se com outros grupos e correntes. Em janeiro de 1985, foi tentada, sem sucesso, uma fusão com a OCDP, o MEP e a AV do PC do B que acabaram unindo-se sob a sigla MCR. Atualmente possui seis militantes dentre os sessenta e dois membros efetivos da Comissão Executiva Nacional do PT e um entre os vinte e um suplentes.

Dentro de sua clandestinidade, a organização apresenta a particularidade de um extremo zelo com a sua segurança orgânica. Adotando rígidas medidas de defesa da estrutura, realizou o seu último congresso de forma fragmentada em diversos locais. Além da utilização de códigos e codinomes, é imposto um período de dois anos de observação para que o simpatizante seja aceito como militante.

Atualmente a ORM-DS permanece vinculada e dependendo idelogicamente do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, constituindo-se na seção brasileira desse ramo do trotskismo mundial cuja sede encontra-se em Bruxelas, na Bélgica. Durante a realização do XII Congresso do SU, no início de 1985, na Argentina, foram eleitos três militantes da organização para integrar os seus organismos de direção internacional.

Politicamente, a atuação da organização ocorre através do PT. Respaldada pela legenda, conseguiu eleger para a Assembleia Constituinte os militantes Paulo Renato Paim Bolzani, do Rio Grande do Sul, e Virgílio Guimarães de Paula, de Minas Gerais. Na Constituinte, defende um programa socialista de transformação da sociedade, ressalvando que a participação do PT não deve significar reconhecimento ou legitimidade da constituição que for aprovada.

No III Congresso, em junho de 1986; a ORM-DS reafirmou seus propósitos, permanecendo entretanto, sem definição o "caráter da revolução brasileira" e a aplicação da tática da "Frente Única Revolucionária" (FUR). Resolveu-se que as discussões sobre essas questões seriam aprofundadas até a realização do IV Congresso.

Após o II Congresso da CUT, no início de 1986, foi realizada uma avaliação do poder de influência das tendências no interior da entidade, concluindo-se que a organização, em aliança com o PRC, o MCR e o PCBR, possuía 40% de prestígio, contra 50% dos "sindicalistas" e 10% da CS, organização considerada sectária pelas demais.

A preocupação com a formação o aprimoramento de seus militantes levou a ORM-DS a realizar cursos em Porto Alegre e São Paulo.

Encontram-se em funcionamento os cursos para militantes, de chefia e de comandos. Os militantes formados pelos cursos de comandos são considerados "especiais" e destinados à atuação em todas as concentrações como organizadores da ação e como responsáveis pela segurança dos demais companheiros. Os "militantes especiais", apesar de retornarem às suas células originais, passam a ser subordinados diretamente ao CC.

A ORM-DS, como todas as entidades trotskistas, assume uma postura radical advogando a luta armada e a violência revolucionária como instrumentos para a tomada do poder. Em seu III Congresso, além de reafirmar suas posições, definiu a época atual como sendo a "segunda etapa da revolução do proletariado" (sic), vaticinando para breve o “confronto armado entre governo e trabalhadores”.



OT/QI

O Trabalho para a Reconstrução da Quarta Internacional

Em 1975 remanescentes do PRT juntaram-se com a Organização pela Mobilização Operária (OMO) e com o Grupo Outubro e constituiriam a Organização Marxista Brasileira (OMB). Em outubro de 1976, a OMB fundiu-se com a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º de Maio), uma dissidência do PORT, formando a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

A OSI, em julho de 1978, sofreu uma defecção com a saída de um grupo que iria constituir o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB).

Avançando no setor estudantil, a organização conseguiu prestígio através da intensa atividade exercida por sua tendência universitária Liberdade e Luta "LIBELU", nome pelo qual passou a ser conhecida.

Passou a publicar o jorna "O Trabalho", procurando difundir o seu ideário e buscando aproximação com a massa trabalhadora.

No movimento sindical, inicialmente, a OSI defendeu a participação nos sindicatos. A partir de 1978, vendo-os como "instrumentos da classe dominante" e como "obstáculos às mobilizações e organizações operárias", passou a propagar a ideia da constituição de oposições sindicais e de comissões de fábricas como alternativa ao sindicalismo oficial, no caminho da construção do "Sindicato Livre". Tal posicionamento, somado a uma crítica inicial à criação do PT, acusado de ser mais um partido burguês, provocou, em abril de 1979, mais um "racha", com a saída do grupo que iria formar a Organização Quarta Internacional (OQI).

No plano político, a OSI lutava pela construção do "Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores". A crítica inicial ao PT evolui, já em 1980, para uma posição de apoio, pautada na constatação de que o partido adotava uma política independente, subordinada aos interesses das massas.

A organização, desde sua constituição, havia se filiado internacionalmente ao Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) que, mesmo com o "racha" da Fração Bolchevique (FB), em dezembro de 1981, manteve-se sob a orientação de Pierre Lambert, abrigada a partir de então sob a sigla de Quarta Internacional-Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR).

Em maio de 1984, na sede do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, por ocasião do seu VII Congresso, a OSI passou a denominar-se Fração Quarta Internacional do Partido dos Trabalhadores (FQI-PT). A modificação deveu-se ao pensamento da direção de que só criaria um partido revolucionário se atuasse integramente dentro do PT, como fração politicamente independente.

A organização centraliza sua direção através de uma Coordenação Nacional de cinquenta membros e está representada em treze Estados, atuando, prioritariamente, na área sindical e no movimento popular. O trabalho no movimento educacional foi relegado a um segundo plano, apesar de sua origem essencialmente estudantil.

O jornal "O Trabalho" foi transformado em revista e sua publicação é responsabilidade da Livraria Palavra Editora Ltda, empreendimento comercial da organização, localizado e São Paulo. Além disso, são publicadas em português, seleções de textos da revista "Tribuna Internacional", enviada pelo OI-CIR.

A FQI, na escalada para transformar o PT em partido revolucionário, conseguiu, durante a realização de um encontro partidário, em abril de 1986, em São Paulo, a aprovação de uma proposta reconhecendo como legítimas as correntes e tendências existentes dentro do partido. Propôs, ainda, o debate e a regulamentação dessas correntes no próximo encontro nacional, a ser realizado em 1987.

Em setembro de 1986, durante o seu IX Congresso, a FQI passou a denominar-se "O Trabalho para Reconstrução da Quarta Internacional" (OT/QI), declarando-se uma corrente política dentro do PT, aguardando o seu reconhecimento e sua regulamentação pelo partido. Demonstrando sua disposição de acatar todas as decisões da direção petista, transformou a revista "o Trabalho" em boletim interno destinando-o, exclusivamente, para militantes.

As lutas e manobras políticas, para controlar o PT e transformá-lo em partido revolucionário, visam à tomada do poder e à transformação da sociedade; tendo a OT-QI de acordo com sua inspiração trotskista, eleito a luta armada e a violência como instrumentos preferenciais da ação revolucionária.



OQI

Organização Quarta Internacional

Em janeiro de 1979, as organizações trotskistas "*Política Obrera*", da Argentina, e o "Comitê de Enlace de Militantes Trotskistas", do Chile, foram expulsas do então existente Comitê de Organização para

Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) ao qual era afiliada a "Organização Socialista Internacional" (OSI).

Em abril de 1979, as correntes expulsas e outros setores descontentes no interior do CORQUI criaram, a nível internacional, a "Tendência Quarta internacional" (TQI).

Os desentendimentos nos centros irradiadores internacionais refletiram na OSI, resultando no surgimento da "Tendência Trotskista" (TT). A TT, recusando a orientação para a criação de "sindicatos livres", advoga a participação dos militantes nos sindicatos oficiais, incentivando a luta pelos seus controles, buscando torná-los mais combativos. As divergências acentuaram-se quando a direção da OSI posicionou-se, inicialmente, contra a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a TT defendia a sua fundação.

Os desentendimentos internos na OSI culminaram com a expulsão da TT, que em meados de 1979 fundou a "Organização Quarta Internacional" (OQI). A nova organização filiou-se internacionalmente à recém criada "Tendência Quarta Internacional" (TQI) dirigida pelo ideólogo Guilherme Lora.

A OQI passou a publicar o jornal "Causa Operária", porta voz de suas posições políticas, propagando a luta por um "governo operário camponês" e pelo socialismo. A imprensa da organização é completada pela revista "Internacionalismo", veículo de orientação da TQI que passou a aparecer como um encarte do jornal "Causa Operária".

A organização não conseguiu grande expressão no seio do trotskismo, tendo se estruturado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Assim como as demais organizações trotskistas, atua politicamente no PT e no meio operário sindical através da CUT. No movimento educacional, relegado a um segundo plano, desenvolve suas atividades através da tendência "Política Independente".

Seu apoio ao PT é crítico, por considerá-lo de base social pequeno-burguesa e não operária. Assume, desta forma, uma postura

“obreirista”, chegando a discriminar setores trabalhadores que não sejam operários. Dentro do partido, não conseguiu, ainda, se impor como grupo de influência, nem ocupar postos ele direção.

Coerente com sua inspiração ideológica, a OQI preconiza a luta armada para a conquista do poder, defendendo que a CUT deve impulsionar as ocupações no campo e, inclusive, armar os lavradores para se defenderem da "violência dos latifundiários".



Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)

Desarticulado no final da década de sessenta, o PORT permaneceu na clandestinidade até a Lei da Anistia, em 1979. A partir daí iniciou suas atividades no Nordeste, especialmente na Paraíba e Pernambuco, visando particularmente aos camponeses e posseiros.
A organização encontra-se isolada dentro do trotskismo, em razão de sua aproximação com o PCB e do apoio declarado à URSS. Apesar do isolamento, apoia o PT e sua ala sindical, representada pelos "lulistas".

Contando com um número reduzido de militantes, o PORT limita sua atividade política à elaboração de análises e estudos que são publicados em seu jornal legal, a "Frente Operária".

Internacionalmente, mantém dependência e subordinação ideológicas Quarta Internacional Posadista ou Secretariado Latino Americano da IV Internacional (SLA), sediada em Roma, Itália.

Ainda como peculiaridade, a organização é a única dentre as trotskistas que, até o momento, se preocupou com os militares, propondo-lhes uma política progressista. Procurando angariar simpatia no meio militar, o jornal "Frente Operária", além de defender o direito de voto pelos cabos e soldados e marinheiros, propugnou pelo emprego do Exército no combate a surtos

epidêmicos, na implantação da reforma agrária e em outras atividades voltadas para o interesse comunitário.

Um balanço do PORT mostra-nos que suas atividades são restritas, limitando-se ao esforço de estampar suas opiniões e posições ideológicas no jornal "Frente Operária".



4. A Luta Armada

As organizações comunistas reestruturadas voltaram-se, como foi visto no Capítulo I desta 4ª parte, prioritariamente para o trabalho de massa. Esse trabalho é uma atividade demorada, árdua e persistente de preparação para a tomada do poder. Chegado o momento propício, julgado que as condições objetivas e subjetivas são favoráveis, seria dado o passo definitivo que poderia, conforme as circunstâncias, ser concretizado através da via pacífica ou da luta armada ou, mesmo, de ambas. Essas duas estratégias não são excludentes, pelo contrário são complementares e podem ser aplicadas sequencial, ou mesmo concomitantemente.

As organizações subversivas, após a derrota militar sofrida no início dos anos 70, não abdicaram absolutamente do caminho da violência - da luta armada - como podemos constatar de resoluções e de declarações recentes de seus principais líderes.



PCB

O PCB realizou o seu VII Congresso em dezembro 83/janeiro 84, quando aprovou uma nova "Resolução Política" que, em seu item "Revolução e Insurreição" determina:

"Nas condições atuais do mundo e do Brasil, existe a possibilidade real do processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil".
(Uma alternativa democrática para a crise brasileira – Editora Novos Rumos – Fev-86)

"Empenhando-se para que essa possibilidade se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em conta que a escolha dos meios para libertar o País e transformar a sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de dominar todas as formas de luta".
(idem)

Essa "nova" resolução deixa claro que a luta armada permanece como uma das formas de luta com que o PCB conta para a tomada do poder e a implantação do comunismo no país.

Coerente com a determinação dessa resolução política e com a tradição da OS que dirige, Giocondo Gerbasi Alves Dias, em diversas declarações públicas, confirma a necessidade da luta armada para a tomada e manutenção do poder, dentre essas declarações podem ser ressaltadas:

"Apesar de ter sido um marco na vida do partido, o movimento não mudou os traços essenciais do PCB, que permanecem iguais aos de sua fundação em 1922".
(Referindo-se a Intentona Comunista de 1935 – Folha de São Paulo – 03 de novembro de 1985)

"Agora a luta armada é uma etapa que pode ou não acontecer, pois nada é inevitável no processo revolucionário. Achamos que é possível chegarmos ao socialismo sem ela. O que dita as coisas em política é a correlação de forças".
(Correio Braziliense – 24 de fevereiro de 1985)

"Ao contrário do que se diz, nós não descartamos a luta armada, nem qualquer forma de luta".
(Correio Braziliense – 23 de março de 1986)

"É possível que passemos para o socialismo pela via pacífica, mas eu não excluo a possibilidade da luta armada e da violência".
(Folha de São Paulo – 11 de abril de 1986)

PC do B

Na atualidade, pouco se vem falando- a respeito do desenvolvimento ou da eclosão da luta armada, apesar do PC do B considerá-la como a única forma de tomada do poder.

Inúmeros documentos mais recentes do partido, bem como declarações e depoimentos de seus principais dirigentes, abordam o problema da violência revolucionária, aí incluída a luta armada. Passamos a alinhar os dados mais importantes sobre o assunto, a partir de 1979:

"A liberdade deve incluir também a liberdade de se pregar a revolução. E para nós, revolução é luta armada. Porque revolução sem ação violenta não é revolução. Como podemos derrubar uma classe que tem o poder na mão sem luta armada? Apenas com negociações, com eleições ou com medidas reformistas? Isso nunca se deu na história".
(José Renato Rabelo – membro do CC/PC do B – Declarações ao "Movimento", nº 208, 16 a 22 de junho de 1979, pág. 12)

"A luta armada no Brasil é inevitável no processo histórico. Não somos os primeiros que sustentaram que a luta armada é uma imperiosidade histórica. O erro está em interpretar-se mal essa lei da luta armada e optar-se por formas equivocadas. O erro não é a luta armada, são determinados métodos que são

aventureiros. O problema básico de todo esse pessoal que participou da chamada guerrilha urbana - e que nos parece uma forma equivocada de luta armada - é o menosprezo ao papel das massas. Nós adotamos a luta revolucionária das massas porque, esta sim, tem um poder criador na história da humanidade".
(Haroldo Borges Rodrigues de Lima - membro do CC/PC do B e deputado federal pelo PC do B – Declarações ao "Jornal da República" – 4 de setembro de 1979)

"(...) Nós, os comunistas, defendemos o princípio da luta armada, da violência revolucionária, princípio científico baseado no qual os oprimidos alcançam sua verdadeira emancipação",
(João Amazonas de Souza Pedrozo – Secretário Geral do PC do B – "Jornal do Brasil" – 16/12/1979)

"A violência revolucionária é o único meio pelo qual até hoje evolui a sociedade humana, pois as forças retrógradas não cedem suas posições e privilégios pacificamente".
(idem)

"(...) Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o PC do B está convencido de que não poderá existir socialismo sem revolução. Esta é uma lei fundamental do materialismo histórico. A revolução é, por isso, o objetivo de todo partido proletário que luta pela vitória do socialismo científico".
(página 49 – Teses do VI Congresso do PC do B – Jan/Fev 1983)

"A guerra serve a objetivos políticos precisos e determinados. A luta armada popular é a continuação da política revolucionária por meio de formas próprias de luta, mais avançadas, radicais. Deste modo, a guerra revolucionária não está desvinculada da linha política do partido. O estudo da arte e das técnicas militares deve estar intimamente relacionado

com a necessidade de maior domínio e aplicação dessa linha".
(idem)

"Fazer com que os candidatos entendam que essas mudanças atingem frontalmente interesses de grupos e pessoas bastante poderosos que têm a seu serviço as forças militares, a imprensa, etc. Por isso, esse governo tão inspirado só será alcançado pela via revolucionária, isto é, pela luta armada de grande parte do povo brasileiro".
(Documento do CR/PC do B/SC de agosto de 1984)

"Nós temos mais pontos de convergência do que de divergência. Mas não podemos abrir mão da luta armada, embora isso esteja fora da ordem do dia com o governo Tancredo".
(Aurélio Perez, do CC/PC do B – Folha de São Paulo – 27/01/1985 – Referindo-se ao consenso obtido em torno do nome de Tancredo Neves, eleito Presidente da República em 15 de janeiro de 1985)

"A experiência nos diz que não pode haver um salto qualitativo no sistema, de uma formação econômico-social para outra, sem a utilização da violência revolucionária... É uma contingência do próprio desenvolvimento humanitário. A violência revolucionária é uma consequência da violência contra-revolucionária..."
(João Amazonas de Souza Pedrozo – Secretário Geral do PC do B – à revista "Senhor" 27/03/1985)

"(...) A solução para o Brasil só virá através da luta armada e o PC do B só vê esse caminho. Estamos observando o Partido Comunista Brasileiro com essa onda de democrático, mas eles também sabem que esse é o único caminho. Apenas por terem a Russia por trás, o que lhes dá maior estrutura, podem ir levando a coisa

politicamente enquanto puderem. Mas o caminho será a luta armada".
(João Amazonas de Souza Pedrozo – Secretário Geral do PC do B – entrevista à saída do TSE no dia 23 de maio de 1985, momentos após haver protocolado o requerimento do registro do PC do B)

"Defendo a luta armada porque todo o processo de desenvolvimento humanitário se efetuou através da revolução e não conheço nenhuma passagem de um regime, de uma formação econômico-social ou de outro tipo que não seja revolucionário".
(João Amazonas de Souza Pedrozo – Secretário Geral do PC do B – entrevista em Natal/RN em 16 de agosto de 1985)

"A próxima revolução não seguirá aquele modelo, mas se assemelhará à Intentona Comunista de 1935, surgindo de um movimento que se iniciará no seio das Forças Armadas (FA) e que não tardará. Esse movimento se tornará possível com infiltrações de militantes do partido nas FA, particularmente no Exército, considerado o mais vulnerável pelo efetivo que incorpora anualmente".
(Rogério D'Olne Lustosa – palestra proferida na ABI/RJ em 10 de março de 1986, após reverenciar os mortos na "guerrilha do Araguaia")

MR-8

O MR-8 traz, em sua história, um rastro de sangue, sequestros, roubos, assaltos e assassinatos, sendo que, no momento, por se considerar governo, não prega com insistência a luta armada, muito embora, seu Secretário-Geral tenha declarado publicamente que essa forma de luta permanece como uma das componentes na linha política da OS:

"Se preciso for, vamos pegar em armas para consolidar as mudanças sociais no País".
(Claudio Cardoso de Campos, em palestra realizada em 20/12/1985 em Porto Alegre/RS)

PRC

O sectarismo dos militantes do PRC caracteriza-o como a mais radical organização subversiva em atividade no Brasil. Os extratos dos documentos e dos pronunciamentos a seguir demonstram o radicalismo da organização:

"(...) a revolução social do proletariado será necessariamente violenta. A luta armada é um componente essencial de sua realização..."
(Ozéas Duarte de Oliveira ´CC/PRC – Jornal do Brasil – 18/07/1984)

"A luta de classes no Brasil ingressou num período novo, com episódios de rompimento da legalidade, de violação dos tecidos constitucionais, com a ampliação sem precedentes das ações de massa e o seu ingresso na luta política. Germina a semente da revolução".
(idem)

"Para o partido, trata-se de aproveitar estas contradições, ampliar sempre maiores mobilizações, radicalizá-las, aprofundar seu cunho anti-ditatorial e disputar a hegemonia das massas com a ditadura militar".
(idem)

"O PRC, ao contrário dos partidos burgueses e dos reformistas, não se preocupa em 'civilizar' as manifestações de massas. Não adota a atitude pedante de tentar 'enquadrar' o proletariado e o povo e inibir sua criatividade. Pelo contrário, respeita iniciativas como a sátira mordaz aos opressores, as palavras de ordem combativas, as vaias aos políticos conservadores, o ódio aos

governantes, a ruptura dos limites legais, a radicalização política, procurando dirigi-las para um rumo consequente".
(idem)

"O PRC repudia qualquer aliança com a burguesia e não tem dúvida de que a violência será necessária para que a classe operária chegue ao poder".
(idem)

"Essa transformação não acontecerá pacificamente, ou por meio de um processo lento e gradual, mas só será garantida pela luta armada dos explorados contra os exploradores".
(Comitê Regional do PRC/RS em fevereiro de 1986)

PCBR

O PCBR, nos documentos cujos extratos se seguem, deixa clara a sua opção pela Luta Armada:

"A guerra de guerrilha é o método principal do desencadeamento da luta armada nas condições brasileiras; e a guerrilha rural é a forma prioritária, determinante, decisiva".
(Resolução Política da Conferência Nacional do PCBR)

"O objetivo fundamental da revolução é destruir o aparelho burocrático e militar do Estado burguês, substituindo-o por um regime de democracia direto das classes trabalhadoras, sustentado por um poder popular que se expressa politicamente através de um governo popular revolucionário".
(II Congresso Nacional do PCBR)

"Agrega-se a isso uma experiência mais recente que o aparecimento de agrupamentos políticos no movimento popular, principalmente no PT e na

CUT, e que revelam a necessidade da construção do Partido revolucionário de quadros que funcione na clandestinidade e seja capaz, inclusive, de conduzir politicamente a luta armada e a revolução socialista (...)"
(Teses para a construção do partido revolucionário, apreendidas em abril de 1986 na residência de José Afonso de Carvalho, militante do PCBR em Salvador/BA)

"O caminho da revolução brasileira é o da luta armada e a construção da vanguarda revolucionária da classe operária está diretamente relacionada com sua capacitação para dirigir a luta política no terreno militar".
(idem)

Organizações Trotskistas

Também as organizações trotskistas, por suas resoluções políticas e declarações de seus militantes em diversas citações, deixam claro que essas OS têm, na luta armada, a única forma para tomar o poder.

CS

"A compreensão da natureza e classe do estado burguês leva-nos à conclusão de que será necessário destruir o aparelho do estado burguês e todas as suas instituições, inclusive o parlamento, e substitui-lo por um poder dos trabalhadores"
("Cadernos do Marxismo Revolucionário: Iniciação ao Marxismo" – Convergência Socilaista – 1984)

"A liquidação do estado burguês exige uma insurreição armada".
(idem)

"A insurreição armada não é uma escolha deliberada. Sua necessidade, bem como seu caráter violento, são uma consequência do caráter violento do estado burguês, dos seus aparelhos de repressão, que se voltam inevitavelmente contra a organização autônoma da classe operária e dos seus aliados e se enfrentam obrigatoriamente com ela. É o estado burguês que nos obriga a preparar a insurreição. Isto significa acumular e centralizar todos os elementos que vão no sentido do armamento do proletariado, da ação espontânea de autodefesa, à construção de milícias operárias e populares. Daí decorre também, a necessidade de um trabalho junto aos soldados com o objetivo de desagregar o instrumento fundamental da repressão, que é o Exército, neutralizando uma parte, ganhando outra".
(idem)

FQI

"Não existe nenhuma transição pacífica até outro sistema de dominação da classe burguesa e do imperialismo".
(Resolução do III Congresso da FQI em 1979)

"A FQI não descarta a luta armada como meio de consecução de seus objetivos, admitindo a formação de piquetes de greves armados, que devem reagir a força a um confronto com os órgãos de segurança, como preconiza Trotsky".
(Curso de Formação de Quadros – 1º semestre de 1986)

ORM-DS

"A revolução de 64 foi benevolente pois apesar de ter desbaratado as organizações subversivas

que adotaram a luta armada, não chegou a extremos como a Argentina e Uruguai, países onde a repressão praticamente dizimou uma geração inteira de elementos ligados à esquerda. Este fato permitirá que as organizações do passado voltem a se agrupar de forma mais compacta, podendo tirar proveito dos ensinamentos deixados pelo fracasso sofrido".
(Flavio Routzil – palestra nas dependências do Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 3 de dezembro de 1985)

"Terrorismo contra militar não é terrorismo. É uma forma de luta contra o imperialismo"
(idem)

"É inevitável o confronto sangrento entre a massa operária e o Exército burguês, sendo necessário o extermínio das forças que sustentam o imperialismo. Por isso temos que formar um Exército Revolucionário forte e bem treinado, que dará sustentação ao novo estado proletário".
(Márcia Pinto Camargo – instrutora do "Curso de Comandos" da ORM-DS em 11 de maio de 1986)



CONCLUSÃO

Este livro é o resultado de um intenso trabalho de coleta e reunião de dados contidos em documentos que, esparsos por todo o território nacional, seriam, passados alguns anos, destruídos por força da legislação existente, independente de seu conteúdo histórico que, pela sua fragmentação, poderia nem ser percebido por seu detentor.

O General João Batista de Mattos, ao prefaciar a obra histórica sobre Canudos, de Tristão de Alencar Araripe, já salientara que o autor andara "*muito acertadamente ao pugnar por uma inversão nos louvores e reconhecimento, entre nós sempre exagerados no julgamento de um infrator e negados a quem, no cumprimento do dever e investido do poder de repressão, age com bravura e muitas vezes perde a vida*". O infrator, diz o General, se não vence, é apresentado aos pósteros como um incompreendido, um precursor, sendo-lhe atribuídas virtudes que, na verdade, ele não possuía. Dizia o próprio autor que houve sempre certo pudor dos homens do dever de virem a cena para proclamar serviços, mesmo quando se sentiam injustiçados. Enquanto os insurgentes tiveram sempre quem lhes cantasse as façanhas em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas calaram-se e amargaram os apodos injuriosos.

Em razão do caráter ideológico de que se revestiram a própria Revolução de 1964 e a luta armada que se verificou no País nos últimos anos da década de 60 e início de 70, ocorreu que essa situação, comum entre nós, tivesse agora um objetivo político ideológico bastante nítido. Ao atingir os homens, o alvo era alcançar muito mais do que eles, a própria instituição armada e o objetivo de afastá-las das missões de segurança interna. O meio utilizado foi a mais cara e bem estruturada agressão psicológica que se tem notícia.

O alvo foi atingido, o objetivo visado pode até ser alcançado. Só que seus promotores, obliterados pela ideologia, cometeram mais uma vez um grande equívoco. O grande obstáculo a sua chegada ao poder não são as Forças Armadas, mas a própria população que os

tem repudiado nos movimentos populares, como em 1964, e nas urnas, como bem recentemente. No dia em que a população aceitar viver sem liberdade, em nome de uma utópica "igualdade-fim" ou da justiça social - cuja aproximação só tem sido possível nos países livres - não haverá Força Armada que impeça a realização daquele desígnio. Pelo menos nos países, até então democráticos, cujas Forças Armadas estejam impregnadas pelos seus princípios, estas acatarão a vontade da maioria. Mas é preciso que seja, antes, a maioria da nação.

FIM DO TERCEIRO E ÚLTIMO VOLUME

Segue-se o Apêndice



APÊNDICE

(elaborado pelo autor de edição eletrônica)

A Tomada do Poder pelo Método Gramsciano

Estamos em junho de 2016, vivendo em um país no qual o comunismo logrou obter êxito na "quinta tentativa de tomar o poder".

Uma análise desta obra, que acabamos de ver em seus três volumes, sob a perspectiva do perfil dos elementos dirigentes dos diversos grupos terroristas que tentaram tomar o poder por quatro vezes – e foram derrotados – nos remete a um quadro de simples indigência - cultural, intelectual, moral - aliado a uma doutrinação profunda que criaram indivíduos desinformados, fanáticos, grosseiros e violentos, com um discurso decorado, invariável e monótono, sempre apregoando os mesmos jargões esquerdistas, tentando emular os seus "heróis" que julgavam terem sido vitoriosos em seus países ou regiões onde conseguiram implantar um comunismo ferrenho e destrutivo.

Com a queda do muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, os intelectuais comunistas brasileiros, apoiados pela Igreja Católica, perceberam que não se poderia continuar com as diversas organizações de esquerda, com seus dirigentes estúpidos, insipientes e fanatizados, portando um pensamento único e ultrapassado de "luta armada operária revolucionária". Os ensinamentos de Gramsci foram revividos e passaram a ser utilizados por uma "elite" - pessoas que estudaram e entendiam que havia outro caminho, longo, sem dúvida, mas eficiente para a tomada do poder – que, tendo como um dos principais líderes, Fernando Henrique Cardoso, estruturaram um modelo de conquista do estado utilizando a "democracia" e o Gramscismo.

O trabalho de infiltração silenciosa dos comunistas nos meios políticos, de ensino, de comunicação e nas instituições governamentais se coroou de êxito com a eleição de Fernando Henrique Cardoso – comunista ferrenho - para a Presidência do País, por duas vezes. Foram anos de alargamento e

consolidação do caminho que levava ao poder comunista absoluto.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75

DATA - 25 Ago 75
ASSUNTO - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
LIVRO AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
ORIGEM - ASP/SNI/PRG 15 934/75
DIFUSÃO - CH/SNI- CIE - CISA - CENIMAR e CI/DPF
ANEXOS - "A" - CÓPIA EXTRATO DE DOSSIÊ DO NOMINADO NO DOPS/SP
"B" - CÓPIA INFÃO Nº 007/16/AC/75 DE 07 Fev 75
"C" - CÓPIA DA ANÁLISE DO LIVRO EM EPIGRAFE

1. O nominado, elemento aposentado pelo AI-5/69 e que esteve asilado no exterior de 1964 a 1968, é reconhecidamente comunista e, de acordo com o dossiê (anexo "A"), vem desenvolvendo, há muito, uma campanha anti-revolucionária; ultimamente, na reunião que o MDB gaúcho realizou, em CAPÃO da CANOA/RS, para comemorar a vitória, criticou a presença de militares no governo acentuando que, fruto da vitória de Nov 74, o MDB já tem condições de depor o atual governo no momento que desejar, inclusive, com apoio nas FORÇAS ARMADAS.

2. O nominado é membro da CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, entidade de nítida formação esquerdista, de cunho contestatório, que abriga em seus quadros vários ex-professores aposentados por atos revolucionários, bem como elementos da chamada "intelectualidade esquerdista" e ex-membros de organizações comuno-subversivas (Anexo "B").

3. O nominado escreveu o livro epigrafado onde não só faz a doutrinação comunista de massificação e prega o marxismo como também reco

Ficha de FHC no SNI

Estamos em 2016, com o poder comunista, encravado em todas as instituições nacionais, em sério perigo de ser desalojado devido à falha mais primordial e fatal do comunismo: a desconsideração do fato que os humanos possuem personalidade e caráter diferentes um dos outros.

Não é possível "comunizar" tais características e assim aparece todo tipo de indivíduo no seu meio, muitos dos quais – deficientes e deformados - conseguem chegar a postos de alto comando dentro das organizações esquerdistas.

Essa falha apareceu quando a elite comunista foi obrigada a buscar e aceitar um "líder popular", bronco, desqualificado moral e intelectualmente a exercer qualquer cargo público, mas que, por imposição do "voto popular" precisou estar presente na estrutura modelada pela elite comunista.

Apesar de seus péssimos antecedentes, quer como pessoa, quer como operário ou sindicalista, o sujeito portava uma incrível inteligência para sobreviver no meio elitista e para, simplesmente, praticar uma admirável rapinagem.

A despeito desse constrangedor quadro, Lula foi eleito presidente do Brasil, e por oito anos, pondo de lado qualquer ideologia – para o desespero de seus criadores da elite intelectual comunista – tratou de saquear e dilapidar descaradamente o Estado, que se exauriu com a continuação da pilhagem no governo de Dilma Roussef, esta com um perfil bem abaixo ao de Lula.

Isso não aconteceu por falta de aviso. Neste apêndice pretendemos deixar registrados os relatórios de órgãos de inteligência americanos – publicados em 1995 - sobre as instituições criadas para ajudar a implantação do controle comunista, bem como excertos do livro "*Worker's Paradise Lost*" onde o autor desnudou a falência da URSS, vista como grande "potência" devido à maciça propaganda enganosa veiculada por todo o mundo.



INDICE

---

1 – Gramsci e a Comunização do Brasil

Anatoli Oliynik

Em lugar algum no mundo o pensamento de Gramsci foi tão disciplinadamente aplicado como está sendo no Brasil, agora pelo PT, cuja nomenklatura governamental segue com rigor as orientações emanadas dos intelectualóides uspianos[188] que dirigem o Foro de São Paulo e que têm como cartilha os Cadernos do Cárcere, de Gramsci.

Quem não está familiarizado com as ideologias políticas, por certo estará perguntando: Quem foi Gramsci e qual sua relação com o comunismo brasileiro?

Antonio Gramsci (1891-1937), pensador e político foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano em 1921, e o primeiro teórico marxista a defender que a revolução na Europa Ocidental teria que se desviar muito do rumo seguido pelos bolcheviques russos, capitaneados por Vladimir Illitch Ulianov Lênin (1870-1924) e seguido por Iossif Vissirianovitch Djugatchvili Stalin (1879-1953).

---

[188] "Uspianos" refere-se a determinados cursos da USP – Universidade de São Paulo – que estão completamente dominados pelo marxismo. Já "intelectualóides" significa intelectuais de segunda classe, a pessoa que quer aparentar mais cultura do que realmente tem. (NE)

Durante sua prisão na Itália em 1926, que se prolongou até 1935, escreveu inúmeros textos sobre o comunismo os quais começaram a ser publicados por partes na década de 30, e integralmente em 1975, sob o título “Cadernos do Cárcere”. Esta publicação, difundida em vários continentes, passou a ser o catecismo das esquerdas, que viram nela uma forma muito mais potente de realizar o velho sonho de implantar o totalitarismo, sem que fosse necessário o derramamento de sangue, como ocorreu na Rússia, na China, em Cuba, no Leste Europeu, na Coréia do Norte, no Camboja e no Vietnã do Norte, países que se tornaram vítimas da loucura coletiva detonada por ideólogos mentecaptos.

Gramsci professava que a implantação do comunismo não deve se dar pela força, como aconteceu na Rússia, mas de forma pacífica e sorrateira, infiltrando, lenta e gradualmente, a ideia revolucionária. A estratégia é utilizar-se de diplomas legais e de ações políticas que sejam docilmente aceitas pelo povo, entorpecendo consciências e massificando a sociedade com uma propaganda subliminar, imperceptível aos mais incautos que, a priori, representam a grande maioria da população, de modo que, entorpecidos pelo melífluo discurso gramsciano, as consciências já não possam mais perceber o engodo em que estão sendo envolvidas. A originalidade da tese de Gramsci reside na substituição da noção de “ditadura do proletariado” por “hegemonia do proletariado” e “ocupação de espaços”, cuja classe, por sua vez, deveria ser, ao mesmo tempo, dirigente e dominante.

Defendia que toda tomada de poder só pode ser feita com alianças e que o trabalho da classe revolucionária deve ser primeiramente, político e intelectual. A doutora Marli Nogueira, juíza do trabalho em Brasília, e estudiosa do assunto, nos dá a seguinte explicação sobre a “hegemonia”:

> *“A hegemonia consiste na criação de uma mentalidade uniforme em torno de determinadas questões, fazendo com que a população acredite ser correta esta ou aquela medida, este ou aquele critério, esta ou aquela ‘análise da situação’, de modo que quando o comunismo tiver tomado o poder, já não haja qualquer resistência.*

Isto deve ser feito, segundo ensina Gramsci, a partir de diretrizes indicadas pelo ´intelectual coletivo´ (o partido), que as dissemina pelos ´intelectuais orgânicos´ (ou formadores de opinião), sendo estes constituídos de intelectualóides de toda sorte, como professores – principalmente universitários (porque o jovem é um caldo de cultura excelente para isso), a mídia (jornalistas também intelectualóides) e o mercado editorial (autores de igual espécie), os quais, então, se encarregam de distribuí-las pela população”.

Quanto à “ocupação de espaços”, pode ser claramente vislumbrada pela nomeação de mais de 20 mil cargos de confiança pelo PT em todo o território brasileiro, cujos detentores desses cargos, militantes congênitos, têm a missão de fazer a acontecer a “hegemonia”.

Retornando a Gramsci e segundo ele, os principais objetivos de luta pela mudança são conquistar, um após outro, todos os instrumentos de difusão ideológica (escolas, universidades, editoras, meios de comunicação social, artistas, sindicatos etc.), uma vez que, os principais confrontos ocorrem na esfera cultural e não nas fábricas, nas ruas ou nos quartéis.

O proletariado precisa transformar-se em força cultural e política, dirigente dentro de um sistema de alianças, antes de atrever-se a atacar o poder do Estado-burguês. E o partido deve adaptar sua tática a esses preceitos, sem receio de parecer que não é revolucionário.

Isso o povo brasileiro não está percebendo, pois suas mentes já foram entorpecidas pelo governo revolucionário que está no poder. Desta forma, Gramsci abandonou a generalizada tese marxista de uma crise catastrófica que permitiria, como um relâmpago, uma bem sucedida intervenção de uma vanguarda revolucionária organizada. Ou seja, uma intervenção do Partido.

Para ele, nem a mais severa recessão do capitalismo levaria à revolução, como não a induziria nenhuma crise econômica, a menos que, antes, tenha havido uma preparação ideológica. É

exatamente isto que está acontecendo no presente momento aqui no Brasil: A preparação ideológica. E está em fase muito adiantada, diga-se de passagem.

Segundo a doutora Marli Nogueira:

> "*Uma vez superada a opinião que essa mesma sociedade tinha a respeito de várias questões, atinge-se o que Gramsci denominava ´superação do senso-comum´, que outra coisa não é senão a hegemonia de pensamento. Cada um de nós passa, assim, a ser um ventríloquo a repetir, impensadamente, as opiniões que já vêm prontas do forno ideológico comunista. E quando chegar a hora de dizer ´agora estamos prontos para ter realmente uma ´democracia´ (que, na verdade, nada mais é do que a ditadura do partido), aceitaremos também qualquer medida que nos leve a esse rumo, seja ela a demolição de instituições, seja ela a abolição da propriedade privada, seja ela o fim mesmo da democracia como sempre a entendemos até então, acreditando que será muito normal que essa ´volta à democracia´ se faça por decretos, leis ou reformas constitucionais*".

Lênin sustentava que a revolução deveria começar pela tomada do Estado para, a partir daí, transformar a sociedade. Gramsci inverteu esses termos: a revolução deveria começar pela transformação da sociedade, privando a classe dominante da direção da "sociedade civil" e, só então, atacar o poder do Estado. Sem essa prévia "revolução do espírito", toda e qualquer vitória comunista seria efêmera.

Para tanto, Gramsci definiu a sociedade como "um complexo sistema de relações ideais e culturais" onde a batalha deveria ser travada no plano das ideias religiosas, filosóficas, científicas, artísticas etc. Por essa razão, a caminhada ao socialismo proposta por Gramsci não passava pelos proletariados de Marx e Lênin e nem pelos camponeses de Mao Tse Tung, e sim pelos intelectuais, pela classe média, pelos estudantes, pela cultura, pela educação e pelo efeito multiplicador dos meios de comunicação social, buscando, por

meio de métodos persuasivos, sugestivos ou compulsivos, mudar a mentalidade, desvinculando-a do sistema de valores tradicionais, para implantar os valores da ideologia comunista. Fidel Castro, com certeza, foi o último dinossauro a adotar os métodos de Lênin. Poder-se-á dizer que Fidel é o último dos moicanos às avessas considerando que seus discípulos Lula, Morales, Kirchner, Vasquez e Zapatero, estão aplicando, com sucesso, as teses do Caderno do Cárcere, de Antônio Gramsci.

Chávez, o troglodita venezuelano, optou pelo poder força bruta e fraudes eleitorais. No Brasil, por via das dúvidas, mantêm-se ativo e de prontidão o MST e a Via Campesina, como salvaguarda, caso tenham que optar pela revolução cruenta que é a estratégia leninista.

Todos os valores que a civilização ocidental construiu ao longo de milênios vêm sendo sistematicamente derrubados, sob o olhar complacente de todos os brasileiros, os quais, por uma inocência pueril, seja pelo resultado de uma proposital fraqueza do ensino, seja por uma ignorância dos reais intentos das esquerdas, nem mesmo se dão conta de que é a sobrevivência da própria sociedade que está sendo destruída. Perdidos esses valores, não sobra sequer espaço para a indignação que, em outros tempos, brotaria instantaneamente do simples fato de se tomar conhecimento dos últimos acontecimentos envolvendo escancaradas corrupções em todos os níveis do Estado.

O entorpecimento da razão humana, com o consequente distanciamento entre governantes e governados, já atingiu um ponto tal que, se não impossibilitou, pelo menos tornou extremamente difícil qualquer tipo de reação por parte do povo. Estando os órgãos responsáveis pela sua defesa – imprensa, associações civis, empresariado, clero, entre outros – totalmente dominados pelo sistema de governo gramsciano que há anos comanda o País, o resultado não poderia ser outro: a absoluta indefensabilidade do povo brasileiro.

A este, alternativa não resta senão a de assistir, inerme e inerte, aos abusos e desmandos daqueles que, por dever de ofício, deveriam protegê-lo em todos os sentidos.

A verdade é que os velhos métodos para implantação do socialismo-comunismo foram definitivamente sepultados. Um novo paradigma está sendo adotado, cuja força avassaladora está sendo menosprezada, e o que é pior, nem percebido pelo povo brasileiro.

O Brasil está sendo transformado, pelas esquerdas, num laboratório político do pensamento de Gramsci sob a batuta de Lula, o aluno aplicado, e a tutela do Foro de São Paulo.



2 - Excertos de *Worker's Paradise Lost*

Eugene Lyons - "The Worker's Paradise Lost" - Twin Circle Editions – 1967 – © 1967 - Eugene Lyon
Tradução de Pinheiro de Lemos
Editoração Eletrônica, revisão da tradução e comentários (NE) por L Vallejo - 2001

"O Paraíso Perdido dos Trabalhadores"

"*Erguendo bem alto a tocha do socialismo, o povo soviético deu início a uma nova era na história do mundo.... A força do comunismo é inesgotável.... A revolução está triunfando.... O socialismo é o presente para centenas de milhões de pessoas e o amanhã para o resto da humanidade....*"

Estas palavras são extraídas de uma declaração de 30 páginas divulgada pela União Soviética para assinalar o 50º aniversário da "revolução socialista" de 7 de novembro de 1917. Em floridas e pomposas frases feitas, o documento proclama "*a plena e final vitória do socialismo na URSS*". Passa em revista todas as habituais pretensões soviéticas: a abolição do desemprego, o "*colossal progresso no desenvolvimento econômico e cultural*", a ruína do capitalismo, as glórias da industrialização socialista e da agricultura coletivizada e "*o rejuvenescimento revolucionário do mundo*".

É claro que todas as nações cultuam seus mitos, arraigados no seu passado e que evoluem através das gerações e dos séculos. Mas a mitologia comunista é diferente de todas as outras. Não se formou e cresceu através do tempo: foi deliberadamente fabricada em nossa era, diante dos nossos olhos.

Os soviéticos criaram o primeiro governo conhecido em que se considerou uma necessidade fundamental o controle do pensamento dentro do país e a sua manipulação no exterior,

pondo em funcionamento a maior máquina de propaganda da História. Derrotas de ontem são transformadas em vitórias de hoje, palavras e conceitos são virados pelo avesso. O documento que assinala o 50º aniversário do comunismo é um supremo exemplo dessa mitologia "instantânea".

Novembro de 1917 é sem dúvida alguma um marco dramático da História Universal. Mal se pode exagerar o impacto que teve sobre a humanidade a tomada do poder pelos bolchevistas, e o inabalável esforço do Kremlin por um mundo comunista tem sido e continua a ser uma farsa básica na formação do século XX. Mas que existe no fundo da retórica dos comunistas? Teve êxito o socialismo? É verdade que "os cidadãos soviéticos não têm medo da pobreza?" A "teoria científica do marxismo-leninismo" conduz "à democracia, à paz e à liberdade verdadeiras?" Quais são, de fato, as realidades por trás dos mitos soviéticos? Já está em tempo de dar respostas claras e definitivas a estas perguntas.

"Cuspo na Rússia!"

O que aconteceu na noite de 6 para 7 de novembro de 1917 vem sendo mencionado há meio século como uma revolução. Trata-se de uma absurda mentira. Lenin, Trotsky e suas coortes bolchevistas fizeram um *putsch*, uma contra-revolução e não uma revolução. Derrubaram, na realidade, a primeira sociedade democrática da história da Rússia - que era naquele tempo, nas palavras do próprio Lenin, "*o país mais livre do mundo*" - depois que uma revolução verdadeiramente popular havia substituído, em março de 1917, a monarquia por um governo provisório sob a chefia de Alexander Kerensky.

Os bolchevistas não libertaram o povo. Foi o povo que libertou a eles do exílio. Lenin soube da queda do Czar pelos jornais na Suíça. Chegou a Petrogrado (que era naquele tempo a capital da Rússia), com cerca de 30 discípulos no dia 16 de abril. Trotsky, que tinha estado em Nova York, chegou em maio, enquanto outros, como Stalin, vieram de colônias de exilados dentro da própria Rússia.

Representavam o menor dos vários movimentos radicais russos (possuía cerca de 40 mil membros em toda a Rússia – NE) e, além da determinação de assumir o controle dos acontecimentos, não tinham qualquer plano definido. Mas no fim, a vontade concentrada de Lenin constituiu plano suficiente. Para ele, revolução não era um movimento popular dentro da tradição romântica. Era um golpe rápido e mortal vibrado por uma elite pequena e disciplinada. "*Dêem-nos uma organização de revolucionários profissionais*", disse ele, "*e viraremos a Rússia de pernas para o ar*".

Atacando os hesitantes como imbecis e covardes, Lenin impeliu os seus bolchevistas ao putsch, a que muitos deles se opunham por considerá-lo uma aventura insensata. Sabiam que o povo não desejava o comunismo. Em vista disso, os bolchevistas dissimularam as suas manobras com slogans e protestos democráticos. O Pravda, que era então dirigido por Molotov e Stalin, prometia liberdade, direitos civis, voto secreto, direito de greve e o direito que teriam os povos que não fossem russos de separar-se do império.

O putsch de fato foi executado, conforme disse Lenin, "*por um grupo incrivelmente pequeno*". As forças empenhadas totalizavam menos de 20 000 homens, na sua maioria, pertencentes aos recém-criados Guardas Vermelhos. Tão enganados quanto o povo, julgavam estar lutando pela liberdade e pelos Sovietes (conselho de trabalhadores) multipartidários.

Com muito pouco esforço e reduzidas baixas, os insurretos ocuparam as centrais telefônicas e telegráficas, a chefia de polícia, as principais oficinas tipográficas e outros pontos estratégicos de Petrogrado. Só o alto comando do governo provisório resistiu pela noite adentro no velho Palácio de Inverno czarista, bravamente defendido por um batalhão de mulheres então de serviço. Do Rio Neva, o couraçado Aurora bombardeou o palácio, enquanto os Guardas Vermelhos estabeleciam o cerco por terra. Kerensky e alguns outros líderes, do governo conseguiram fugir antes da capitulação.

Desde o momento em que caíra a monarquia, as esperanças de governo autônomo do povo russo se concentraram na eleição de uma assembleia constituinte, de um parlamento democrático, para elaborar uma constituição democrática. Lenin e os seus partidários haviam aderido à ideia, apresentando-se não apenas como advogados do parlamento, mas também como seus únicos e verdadeiros amigos. E se os resultados das eleições lhes fossem contrários? Comprometiam-se devotadamente a respeitar a vontade popular. "*Como governo democrático*", asseverava o Pravda, ainda no dia seguinte ao da tomada do poder, "*não podemos desrespeitar a decisão do povo, ainda que não concordemos com ela*".

A votação começou no dia 25 de novembro e terminou a 9 de dezembro. Na maioria dos grandes centros, as eleições se realizaram sob os auspícios dos bolchevistas. Entretanto, 27 milhões, entre cerca de 36 milhões de votos depositados nas urnas, foram dados a outros partidos.

A assembleia devia reunir-se no Palácio de Tauride, em Petrogrado, no dia 18 de janeiro de 1918. Naquela manhã, colunas entusiásticas de operários e trabalhadores desarmados marcharam para o centro da cidade com bandeiras, saudando o parlamento e proclamando a sua fé na democracia. Quando o desfile se aproximou do palácio, atiradores letões, que Lenin havia importado para a tarefa, abriram fogo sem aviso prévio. Cerca de 100 manifestantes foram mortos, centenas ficaram feridos e o resto fugiu em pânico.

Apesar desse sangrento prélio, os deputados eleitos se reuniram para a sua primeira sessão. Encontraram as galerias e corredores do palácio repletos de uma turba embriagada que os guardas de Lenin haviam deixado entrar. Quando os trabalhos se iniciaram, esses "convidados" vaiaram os delegados. Lenin ficou encostado à escada que levava ao estrado do presidente, zombando, troçando e incitando a turba vociferante até que a assembleia foi forçada a suspender a sessão. Os deputados otimistas que voltaram no dia seguinte

encontraram as portas do palácio trancadas. A assembleia nunca mais se reuniu.

Foi assim que um punhado de homens determinados e cínicos dominou a revolução. Lenin disse a alguns companheiros que censuravam o fato em nome da Rússia: "*Cuspo na Rússia! Isto é apenas uma etapa que temos de vencer na marcha para a revolução mundial*".

Rebelião e Terror Vermelho

O *PUTSCH* bolchevista desencadeou no seio do povo uma resistência tirânica de que resultou uma das mais prolongadas e sangrentas guerras civis dos tempos modernos. De 1917 a 1921, a Rússia foi presa de uma estranha série de conflitos abrangendo toda a gama política. As forças brancas lutavam pela restauração czarista; exércitos se batiam pela independência nacional da Ucrânia, da Geórgia no Cáucaso e das nacionalidades muçulmanas na Ásia Central. Os grupos maiores lutavam pela democracia constitucional.

Quase todas as facções em choque eram anticomunistas, mas estavam de tal modo divididas por ódios mútuos que os bolchevistas acabaram triunfando. O Exército Vermelho, sob o comando de Trotsky, enfrentou a ameaça militar, enquanto a resposta às revoltas civis era o Terror Vermelho.

"*Em todas as oportunidades, Lenin vivia a martelar-nos na cabeça a ideia de que o terror era inevitável*", escreveria Trotsky, e a Cheka - a recém-criada organização de polícia secreta de Lênin começou a gravar as suas iniciais no corpo convulso da Rússia.

Lenin e Trotsky preocuparam-se, principalmente com a demolição da esquerda, porque os bolchevistas temiam mais os socialistas e liberais da oposição do que todos os monarquistas juntos. As prisões ficaram prontamente repletas de revolucionários, idealistas e democratas genuínos. Quando a oposição aumentou, foi adotado o sistema dos reféns - a morte de pessoas inocentes para vingar os ataques aos novos governantes. "*Uma pessoa em cada 10 será fuzilada, seja ou*

não culpada", foi um dos primeiros avisos. Essa percentagem foi rapidamente aumentada. Além da prisão e da morte, Lenin propôs o uso de trabalho forçado para eliminar os não conformistas potenciais - os que poderiam, em vista dos seus antecedentes sociais, opor-se aos senhores vermelhos.

Fora de Moscou e Petrogrado, pequenos Lenines imitaram o seu chefe. Em Bryansk, decretava-se a pena de morte por embriaguez; em Viatka, por "sair de casa depois de oito horas da noite"; em outros pontos, pelo crime de roubo. Falando num Soviete de bairro em Petrogrado, Gregori Zinoviev exigiu o extermínio de 10 milhões de pessoas, dizendo: "*Devemos ganhar para o nosso lado 90 milhões dos 100 milhões de habitantes da Rússia. Quanto ao resto... tem de ser aniquilado.*" A História provou que o cálculo de Zinoviev era modesto demais e que ele mesmo estaria entre os aniquilados.

A bacanal de sangue perdeu seus últimos resquícios de controle depois de 30 de agosto de 1918, quando Dora Kaplan, do Partido Revolucionário Social, que considerava Lenin como "traidor da revolução", cometeu um atentando contra ele, ferindo-o. Em represália, 500 prisioneiros de Kronstadt foram exterminados a tiros de fuzil. Em Petrogrado, 512 reféns foram mortos. Um telegrama de Moscou a todos os Sovietes locais ordenava: "***Nada de fraquezas! Nada de contemplações sentimentais!***"

Um chefe da Cheka, um certo camarada Latsis, declarava: "*Estamos exterminando a burguesia como classe! Não procurem provas de culpa.*" Dizia ele que, se as mãos de um homem não estivessem calejadas pelo trabalho, isso seria prova suficiente.

Apesar disso, a resistência continuava. Livro nenhum poderia descrever detalhadamente as centenas de levantes que ocorreram através da Rússia nessa época, mas o mais dramático foi a rebelião de Kronstadt. Os marinheiros de Kronstadt, fortaleza naval numa ilha perto de Petrogrado, tinham estado entre os principais defensores do putsch. Mas, quando o Terror Vermelho se expandiu, sentiram a mesma desilusão do país em geral. Por fim, no dia 1º de março de 1921, numa reunião de 15.000 marinheiros e trabalhadores;

foi aprovada uma resolução de condenação do regime. "*Os atuais Sovietes não exprimem a vontade dos operários e camponeses*", acusava a resolução, que prosseguia exigindo "novas eleições por voto secreto".

Quatro dias depois, os marinheiros organizaram um comitê, formado principalmente por comunistas, que assumiu o controle da cidade, da fortaleza e dos navios. Um ultimato em termos brutais, redigido por Trotsky e aprovado por Lenin, exigiu a "rendição incondicional". Do contrário, prometia, os "*amotinados" seriam caçados "como perdizes*". Quando o comitê se negou a ceder, Trotsky incumbiu o General Mikhail Tukhachevskv de tornar Kronstadt pela força. Centenas de operários de Petrogrado atravessaram o gelo - o golfo entre a ilha e a terra firme estava congelado - para unir-se aos marinheiros ameaçados.

Tukhachevsky avançou com 60 000 homens escolhidos. Forças da Cheka tomaram posições na retaguarda, dispostas a atirar nos soldados que vacilassem em atacar os heróis da revolução. O cerco principiou com um bombardeio aéreo, seguido de fogo de barragem de artilharia. Os marinheiros responderam com o fogo do forte e dos seus navios. Em seguida, o Exército Vermelho avançou através do gelo. Em vários pontos, o gelo cedeu e centenas de soldados morreram afogados, mas o assalto foi vitorioso. Os soldados vermelhos trataram de conquistar a cidade, rua após rua. Tukhachevsky declarou posteriormente que em todos os seus anos de guerra e guerra civil nunca havia assistido a uma carnificina como a que viu em Kronstadt. "*Não foi uma batalha*", disse ele, "*foi um inferno. Os marinheiros lutavam como animais selvagens. Não posso compreender onde encontraram forças para tamanha fúria. Foi preciso tomar de assalto cada casa.*" No dia 17 de março, Tukhachevsky comunicou a Trotsky que a tarefa estava concluída. Calculou-se em 18.000 o número de rebeldes mortos. Centenas deles foram capturados e fuzilados na "pacificação" que se seguiu.
O massacre dos marinheiros marcou a ruptura do último laço natural entre o regime soviético e o povo. O Estado totalitário havia triunfado; a Rússia era uma nação ocupada por um inimigo interno.

Mágica Estatística

LENIN viu-se então diante de uma nova crise: a fome. Uma prolongada seca, o confisco sistemático dos produtos agrícolas pelos comunistas e as apreensões efetuadas pelos vários exércitos haviam deixado o camponês completamente sem recursos. A fome se espalhou por toda a parte, juntamente com o tifo, o banditismo e o flagelo de centenas de milhares de *bezprizorny* - crianças sem lar que vagueavam pelos campos como animais selvagens.

A caridade norte-americana, oferecida por Herbert Hoover através da Administração Americana de Socorro, salvou milhões de vidas. Mas muitos milhões pereceram e, quando a fome se agravou, Lenin foi forçado a fazer concessões para salvar o seu regime. Uma Nova Política Econômica (NEP) restabeleceu a maior parte da iniciativa privada, primeiro na agricultura e depois nos pequenos negócios. Deve notar-se que esse recuo foi exclusivamente econômico. O governo não atenuou o seu domínio totalitário da política e conservou o controle da grande indústria, das comunicações, dos bancos e do comércio exterior.

Em 1928, a economia havia atingido aproximadamente a situação do período anterior à guerra. Mas já então Lenin estava morto, Trotsky fora impelido ao exílio e Stalin se havia tornado o senhor único de toda a Rússia.

Stalin resolveu encerrar a NEP, e toda a vida econômica, até ao mais humilde comércio ambulante, reverteu ao monopólio estatal. Anunciou então um Plano Quinquenal (1928-1932) de superindustrialização e coletivização da agricultura, e de novo o país foi levado a uma era de incrível sofrimento.

Nenhum outro empreendimento econômico da História foi tão comentado, exaltado e mal interpretado como o Primeiro Plano Quinquenal de Stalin. É indispensável um exame realista dos seus efeitos para a compreensão do meio século soviético. Conforme foi originalmente delineado, o Plano abrangia todos os setores da vida do país, prometendo grandes progressos nas

indústrias de consumo, na produção de alimentos e em matéria de habitação. *Gosplan*, o órgão de planejamento, detalhou meticulosamente padrões de vida mais altos. O poder aquisitivo da moeda soviética subiria 20%; os salários reais, 66%; e o custo de vida baixaria 14%.

Que foi feito de tais promessas? Um discurso de Stalin, divulgado em julho de 1931, equivaleu a um libelo arrasador. Na maioria das empresas, queixou-se, a substituição de operários fora "no mínimo de 30 a 40% por semestre ou mesmo por trimestre". Os operários estavam, na sua maioria, desertando dos seus postos para "procurar fortuna" em outra parte. Muitos planos presumivelmente cumpridos ou superados estavam apenas "no papel". Era esse o quadro quando só faltavam 18 meses para a conclusão. Entretanto, em janeiro de 1933, Stalin proclamou o cumprimento quantitativo de 93,7% de todo o Plano!

Na verdade, medido apenas pelo volume, o Plano realizou muito, mas só na indústria pesada e ainda aí ficou muito aquém das metas originais. Construíram-se dezenas de fábricas novas e conjuntos industriais. O país possuía duas vezes maIs oleodutos do que em 1928 e uma rede de usinas de energia com uma capacidade quatro vezes maior do que a da Rússia de antes da guerra.

Mas em relação à qualidade o quadro era triste. A quilometragem ferroviária havia aumentado, mas os transportes ficavam paralisados em irremediáveis engarrafamentos. Em todas as construções tinha de haver uma margem de 50% para extraordinários. O desperdício de matéria-prima ultrapassava os piores receios dos planejadores. Uma anedota melancólica da época dizia que o Plano fora superado no setor de brak- produtos estragados.

Muitas das afirmações do governo eram tão absurdas e mesmo cômicas que só um governo totalitário teria coragem de fazê-las. O consumo de capitais, imensamente superiores aos que os planejadores haviam esperado (refletindo ineficiência e inflação), foi aclamado como uma superação do Plano! Quando milhões de mulheres foram forçadas a trabalhos pesados na

construção civil, mineração de carvão e construção de estradas, e isso foi citado, como uma prova de igualdade cada vez maior entre os sexos!

Até a contabilidade em que se baseavam as alegações oficiais era sujeita a dúvidas, embora não fossem muitos os economistas estrangeiros que conseguissem ver claro por trás da hábil mágica estatística. O Kremlin comparava simplesmente o resultado total com o total planejado, em lugar de pesar o aumento real em relação ao aumento planejado. Por exemplo, a produção de aço em 1928 foi de 4.200.000 toneladas. O Plano previa um aumento para 10.300.000 toneladas. A produção real no último ano foi de 5.900.000 toneladas - mais 1.700.000 em vez de mais 6.100.000 toneladas, isto é, 28% da expansão planejada.

O que o Kremlin disse, porém, foi o seguinte: "Visávamos a 10.300.000 toneladas e conseguimos 5.900.000; o nosso Plano foi, portanto, 57% cumprido." Dessa maneira, se a produção não tivesse aumentado uma tonelada que fosse, ainda assim o Plano teria sido cumprido em mais de 40% - progresso apesar da estagnação!

Quando essa prestidigitação é revelada, as alegações oficiais desmoronam. A construção de habitações, a que se atribuiu um cumprimento de 84%, aumentou na realidade 44% apenas. Ao mesmo tempo, o déficit habitacional aumentou algumas centenas por cento em conseqüência do afluxo de trabalhadores urbanos. O aumento real de cimento foi de 37%; o de tijolo, de 28%; e o de automóveis, de 13%. Enquanto isso, o custo de vida aumentou vertiginosamente, os salários baixaram, a fome se agravou e os artigos de consumo se tornaram tragicamente escassos.

É, por isso, espantoso que o Plano tenha passado à História como um fabuloso sucesso. Na verdade, a crença de que o comunismo é uma virtual garantia de rápido progresso econômico para as nações subdesenvolvidas decorre fundamentalmente da obstinada ilusão que começou quando as exageradas afirmações de Stalin foram aceitas por grande parte do mundo.

Por quê? Não é difícil dar uma resposta. O Plano já estava em andamento havia um ano quando uma grande crise atingiu os países industriais adiantados. Milhões de homens amedrontados quiseram acreditar que alguém tinha uma solução. Construíam-se novas fábricas na Rússia numa época em que por toda a parte se fechavam fábricas. O simbolismo desse contraste ofuscou-os. Assim, quando o Plano foi "completado", deram crédito às estatísticas maravilhosas e faziam silenciar quem se atrevia a levantar dúvidas sobre o que parecia o único ponto luminoso num mundo sombrio. Ansiosos por um milagre contentavam-se com uma falsificação.

Criminosos por Decreto

O PLANO lançou também os alicerces do mais completo Estado policial dos tempos modernos. Quase todos os males hoje identificados com o stalinismo foram levados à perfeição naquela época. É verdade que os campos de concentração haviam começado com Lenin. Mas atingiram o seu pleno florescimento durante a vigência do Plano.

As autoridades soviéticas se irritam quando os detentos dos campos são chamados "escravos", mas o nome fica de fato aquém da realidade. Quer na Roma antiga, quer no Sul dos Estados Unidos, os escravos representavam um valor pecuniário e, como tal, eram alimentados, vestidos e protegidos do rigor das intempéries; chegavam frequentemente a criar famílias. Os trabalhadores forçados soviéticos eram, ao contrário, sujeitos à fome crônica, ao congelamento e à doença. Escravos e presidiários ao mesmo tempo eram obrigados a trabalhar literalmente até à morte. Era mais barato substituí-los por novas vítimas do que mantê-las vivas.

Quase qualquer pessoa era passível de ser mandada para os campos da Sibéria, para as regiões árticas ou onde houvesse necessidade de trabalho sem remuneração. Foi lançado um "plano quinquenal para a eliminação da religião". Padres, xeiques e rabinos encheram todos os campos de concentração. A iniciativa privada tinha sido legal no tempo da NEP, passou

então a ser retroativamente um crime. Os que nela se haviam empenhado - centenas de milhares de pequenos lojistas, artesãos que empregavam alguns ajudantes, pequenos negociantes - eram despojados dos seus bens, expulsos das suas casas e frequentemente remetidos para os campos.

Os *byvshiye*, ou os que tinham sido empregadores ou homens de negócio antes da revolução foram acrescentados às novas categorias de criminosos por decreto. Eram tangidos para fora das suas casas, privados das rações de alimentos, empregados apenas como trabalhadores comuns ou simplesmente abandonados para mendigar e morrer. Nem mesmo os filhos dos *byvshiye*, ainda que nascidos depois da revolução, tinham direito a comida e instrução. A origem social - *quem foram seus Pais?* - tornou-se o primeiro requisito para o emprego, a filiação ao Partido, a educação e, com efeito, a sobrevivência.

Ao mesmo tempo, embora o Estado tivesse necessidade de talentos industriais, desencadeou uma implacável campanha contra a chamada velha "*intelligentsia*". Os engenheiros, os técnicos e os químicos eram especialmente vulneráveis, com base na suposição de que deviam ser mais eficientes na sabotagem. A cultura foi também visada com expurgos sistemáticos de escritores, artistas, educadores e historiadores.

Para atender à escassez de técnicos, o Kremlin importou milhares de especialistas ocidentais, juntamente com maquinaria e planos. Os maiores contingentes eram americanos. (Publicava-se para eles em Moscou um diário em língua inglesa.) Em muitos dos mais propalados "milagres" industriais, tais como o conjunto de fabricação de tratores de Stalingrado e a fábrica de automóveis de Gorki, o planejamento e a direção técnica foram de americanos, alemães ou franceses. Só o trabalho escravo e o capital foram fornecidos pelos soviéticos. Na realidade, se o Ocidente se houvesse negado a colaborar, o Plano Quinquenal teria morrido no nascedouro.

O Kremlin gastou rapidamente as suas reservas monetárias com o pagamento aos técnicos estrangeiros e tratou de

conseguir mais dinheiro. Grandes obras de arte foram vendidas a museus estrangeiros. As igrejas ortodoxas foram despojadas dos seus tesouros históricos. Na impiedosa caça à *valuta* - moeda forte - foi instituído um sistema de resgate mediante o qual amigos e parentes no exterior poderiam conseguir a libertação de um cidadão soviético pagando elevadas quantias em moeda forte estrangeira. Abriram-se em todas as grandes cidades lojas especiais – *Torgsin* - onde alimentos e outras mercadorias escassas só poderiam ser compradas com ouro, prata, joias e dinheiro estrangeiro.

Em breve foram elaborados meios mais bárbaros de extrair os últimos vestígios de valuta. As pessoas que se sabia tinham parentes na América ou na Europa eram forçadas a escrever cartas pedindo dinheiro. Os suspeitos de possuírem valores eram arrebanhados pela GPU e literalmente torturados até que entregavam "voluntariamente" as notas, as moedas de ouro, as colheres de prata ou as joias que tinham escondidas. A GPU não fazia distinções de classes nos seus pavilhões de tortura: empregadas domésticas, professores e operários eram interrogados rigorosamente e submetidos indiscriminadamente ao terror durante semanas. Milhares dessas pessoas eram "trabalhadas" repetidas vezes.

Isso representa apenas uma fração do custo em vidas e sofrimentos humanos que se deve adicionar ao balanço fiel do Plano. Para avaliar toda a extensão da tragédia, é preciso olhar para a maior das catástrofes: o preço monstruoso da coletivização e o colapso da agricultura, a principal indústria.

Inferno em 70 000 Aldeias

STALIN disse a Churchill que a coletivização ceifou mais vidas soviéticas do que a Segunda Guerra Mundial. Os assassinos neuróticos por vaidade aumentavam o número das suas vítimas: ele estava exagerando, mas não muito.

No dia 27 de dezembro de 1929, Stalin lançou o slogan: "*Liquidação dos kulaks como classe.*" *Kulaks* (literalmente "punho") significava, a princípio, camponês rico. Stalin deu

nova definição ao termo para adaptá-lo a quem possuísse mais de duas vacas ou o seu equivalente. Na prática, o rótulo foi esticado para abranger qualquer camponês que insistisse em conservar o seu pedaço de terra.

O slogan era uma ordem imperiosa para esmagar e dispersar milhões de homens, mulheres e crianças, tão depressa quanto possível, a fim de que os outros pudessem ver as vantagens de fundir as suas fazendas, animais e equipamento nas granjas coletivas. A loucura desencadeada pelo slogan foi tamanha que, 65 dias depois, o mesmo foi revogado. Mas já então o mal estava feito.

O inferno desencadeou-se em 70.000 aldeias. No mínimo, um milhão de famílias (cinco milhões de pessoas) foram privadas de tudo, levadas pela força das armas para vagões de gado e jogadas semanas depois nas regiões madeireiras do Norte gelado ou nos desertos da Ásia Central.

Milhares de pessoas morriam de frio ou de calor, de inanição e de doenças durante o transporte, e ninguém teve coragem de calcular o índice de mortalidade nos ermos onde essa gente foi espalhada. Alguns dos destroços humanos eram simplesmente tangidos para além dos limites das suas aldeias natais. Hordas de crianças fugiam com a ajuda dos pais para cuidarem da própria vida.

Cegos de fúria, os camponeses muitas vezes se armavam de paus e forcados e tentavam reagir. O Exército Vermelho e a GPU eram constantemente chamados a sufocar levantes. As famílias ateavam fogo às suas casas e celeiros. Os fruticultores arrancavam as suas árvores. Os funcionários da coletivização tinham medo de sair à noite, mas, apesar de todas as precauções, centenas deles foram mortos.

O mais espantoso ato de sabotagem foi a matança de milhões de animais pelos seus proprietários. Em 1929, os prejuízos da guerra civil tinham sido cobertos; havia nas fazendas mais animais do que em 1916. Nessa ocasião, os camponeses se apressaram em matá-los para não ter de entregá-los ao Estado. Por fim, para deter esse desafio, foi decretada a pena

de morte: uma vida humana pela vida de um porco ou de uma cabra.

Pelo fim do Plano Quinquenal, o país havia perdido metade dos seus bois e cavalos, dois terços dos seus carneiros e cabras, dois quintos dos seus porcos. Essa matança aflige a Rússia até hoje. Quando, em 1953, Khrushchev lamentou o fato de que havia na URSS oito a nove milhões de cabeças de gado menos do que no começo de 1928, referia-se aos efeitos da resistência dos camponeses. Em 1932, perto de 80% das terras aráveis do país tinham sido coletivizadas. E no outono desse ano sobreveio a segunda grande fome da era soviética. Essa fome - sobre a qual se guardou sigilo na época, mas que foi depois oficialmente confessada - é única na História porque foi artificial, deixando-se deliberadamente que prosseguisse para punir e humilhar 40 ou 50 milhões de seres humanos.

Forcados a entrar nos arreios da coletivização, os camponeses trataram de sabotar o sistema plantando apenas o suficiente para eles mesmos. Foi o mais extenso exemplo de não-cooperação em massa de toda a História. Mas eles subestimaram a selvajaria do inimigo.

O Kremlin viu o que estava para acontecer. Os cereais estavam então baratos no mercado mundial e uma soma de dinheiro relativamente pequena desviada das compras de maquinaria no estrangeiro poderia ter evitado uma calamidade. Mas Stalin resolveu apreender à força toda a colheita dos camponeses recalcitrantes, deixando-os à fome. Mais uma vez o Exército, a GPU e os "executores" especiais do Partido invadiram os campos e as aldeias. Caravanas de caminhões carregaram todos os ovos, todas as verduras, todas as frutas e todos os grãos de trigo que foram encontrados.

Em fins de 1932, a fome havia atingido o auge. Todas as manhãs os mortos da noite eram recolhidos em carros nas localidades da Ucrânia e do Cáucaso. Na Ásia Central, os cadáveres marginavam as estradas como troncos abatidos. O canibalismo se propagou através das regiões mais flageladas. *(veja o soberbo e apavorante "The Harvest of Sorrows" de*

Robert Conquest, que conta esta horrível página da história - NE)

"Lama, Neve e Trigo sem Debulhar".

O que conseguiram os comunistas em troca dessa desumanidade? Um sistema agrícola que nunca funcionou. Depois de 38 anos de coletivização, os soviéticos não podem ainda alimentar adequadamente a nação. A produtividade agrícola é uma das mais baixas por homem-hora e por hectare entre os principais países. A Rússia, que era um dos maiores exportadores de cereais do mundo, passou a importá-los. Em 1965, a Rússia Soviética lavrou 75% mais terras do que os Estados Unidos, empregando um número de trabalhadores agrícolas quatro vezes maior e, apesar disso, produziu menos de metade dos cereais.

O trabalho do camponês nos campos socializados é ainda indiferente ou deliberadamente prejudicial. A imprensa clama perpetuamente contra o desleixo ou os atrasos na colheita, no transporte das safras, na conservação do equipamento. Os funcionários do Partido, indignados, calculam que 25% dos fertilizantes jamais chegam aos campos; grande parte fica perto dos trilhos das estradas de ferro onde é jogada, congelando-se até ficar dura como pedra. Os silos do Estado recebem o que Khrushchev descreveu certa vez como "*lama, gelo, neve e trigo sem debulhar*"

Em 1961, colérico, Khrushchev fez a acusação de que na sua Ucrânia natal "*metade do milho plantado era roubado e saqueado no pé*". Em muitas aldeias, os funcionários do Partido têm de mobilizar "ativistas" para montar guarda aos campos noite e dia, e em alguns lugares os camponeses são revistados quando voltam para casa.

O mesmo fracasso agrário se tem repetido através do mundo comunista - na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia, na Hungria e na China Vermelha. Nos dois casos em que houve permissão para que os camponeses deixassem as granjas coletivas, na Iugoslávia e na Polônia, o êxodo foi quase unânime e a produção de alimentos subiu imediatamente. Mas

o contraste mais assombroso -um teste de laboratório da vitalidade da agricultura privada sobre a socializada - pode ser visto na própria Rússia Soviética.

Stalin foi forçado a fazer uma concessão: permitiu que o camponês socializado tivesse a propriedade de uma vaca e de alguns animais, bem como o direito a plantar um lote particular perto da sua casa (com a área média de 2 700 metros quadrados) e vender a sua produção no mercado aberto a preços livres. Prevista como uma compensação temporária, a providência se mostrou tão sensacionalmente produtiva que se vem mantendo até hoje.

Em 1966, de acordo com as cifras do próprio governo, esses lotes privados -que constituem apenas 3% das terras plantadas do país- representaram 30% da colheita soviética bruta, com exclusão dos cereais; 6º% da safra de batatas, 40% de todas as verduras e do leite e 68% de todos os produtos de carne!

Apesar disso, o sistema coletivo continua a ser sacrossanto no planejamento soviético e a crise agrícola se afigura como permanente. A única solução viável seria a volta a alguma forma de agricultura privada em grande escala. É o que os dirigentes não se atrevem a permitir. Sabem que a indústria e a vida política totalitárias não poderiam sobreviver lado a lado com uma agricultura livre.

O Maior Erro de Hitler

A ditadura soviética, por quase um quarto de século, vinha educando uma nova geração à sua sombria imagem. Proclamavam os comunistas que se tratava de um gigantesco empreendimento de "engenharia humana", apresentando como seu produto final um "novo homem soviético". Então, em junho de 1941, os nazistas invadiram a Rússia e o regime reconheceu imediatamente que a sua engenharia tinha sido um fracasso.

Era de esperar que naquela hora de crise o Kremlin convocasse o país para uma cruzada em defesa da sociedade

comunista, das granjas coletivizadas e da indústria socializada. Em vez disso, as palavras "socialismo" e "comunismo" foram quase riscadas do léxico da propaganda.

Os nomes de Marx e Lenin eram raramente mencionados. Os slogans soviéticos foram postos de lado e a nação foi cientificada de que estava travando uma Grande Guerra Patriótica, uma Guerra pela Pátria e não uma guerra comunista. O mais significativo foi que a religião se tornou não apenas legal, mas respeitável. Cruzadas contra Deus foram proibidas. Os sinos das igrejas, por muito tempo em silêncio, voltaram a tocar, até mesmo no rádio.

A razão dessa abrupta mudança era clara demais. Desde o primeiro momento da invasão, a situação foi catastrófica para os comunistas. Ao longo de uma frente de 2.0OO quilômetros, os alemães avançaram em velocidade de *blitzkrieg*, enquanto os exércitos soviéticos desapareciam em retiradas e em rendições. Os alemães não podiam construir cercas de arame farpado com rapidez suficiente para conter os milhões de prisioneiros e desertores - era difícil distingui-los porque não havia muito empenho na defesa. Os invasores fizeram perto de quatro milhões de prisioneiros nos primeiros quatro meses.

Antes que a maré nazista fosse detida, havia absorvido um terço da população soviética num território várias vezes maior do que a França. Para um governo com múltiplos olhos e ouvidos, não era segredo que milhares de russos haviam rezado pela guerra como a melhor oportunidade de se livrarem das suas cadeias. O receio que tinha do povo, em caso de guerra, havia em grande parte motivado a aliança de Stalin com Hitler. A realidade ultrapassou as suas mais sombrias previsões.

Jurgen Thorwald, jornalista alemão que escreveu sobre as campanhas orientais, refere-se à "*verdadeira alegria com que a população recebia em toda a parte os soldados alemães que avançavam*". Tanto nas cidades como nas aldeias, o povo apresentava pão e sal, no antigo cerimonial eslavo de boas-vindas. Os civis acorriam como voluntários não combatentes

para prestar serviços aos alemães. Em muitas cidades fizeram-se alegres fogueiras de livros de Stalin, Lenin e Marx.

É claro que essa lua-de-mel não durou. Bem depressa a verdadeira natureza do conquistador se revelou: os seus delírios racistas, a sua crueldade, os seus planos para a ocupação e o desmembramento permanentes da Rússia. Todos os eslavos eram tratados como *untermenschen* (subgente), aptos apenas para futura exploração colonial. Os prisioneiros de guerra eram amontoados ao ar livre em temperaturas de congelamento, negligenciados, famintos e maltratados. Centenas de milhares morreram; milhões foram deportados para trabalhar na Alemanha.

Hitler cometeu o seu maior erro. Realizou o que Stalin não pudera conseguir: a criação de um genuíno espírito patriótico de luta. Quando os russos se convenceram finalmente de que os alemães não tinham chegado para libertá-los do bolchevismo, mas, sim, para escravizá-las ao nazismo, o destino dos invasores estava decidido.

Através dos anos de guerra, o regime estimulou sutilmente o povo a acreditar que o passado de pesadelo estava encerrado. A suspensão dos slogans comunistas, os novos direitos de culto, as reservadas alusões dos dirigentes à democracia - tudo parecia um acordo tácito para uma vida nova. Mas ao fim da guerra a ditadura foi severamente reforçada. Todos os setores da vida soviética foram expurgados e reexpurgados e a população dos campos de prisioneiros cresceu. O velho terror estava de volta em pleno vigor com os velhos slogans . . . e novos planos quinquenais.

Fantasia Econômica

O GOVERNO soviético é atualmente o mais colossal supermonopólio do mundo, único proprietário e gerente de tudo na URSS. As estatísticas oficiais mostram um total de 1.300.000 funcionários administrativos no aparelho de planejamento central e nas suas agências distritais, mas há também centenas de comitês, escritórios e comissões do Partido regionais e locais. Alguns peritos soviéticos calculam

que há ao todo cerca milhões de pessoas na "esfera da administração" relacionadas com o planejamento.

Todo diretor de indústria capitalista sabe quanto tempo e quanto dinheiro se gastam para a formulação até de planos em curto prazo para uma firma. Como podem então os soviéticos executar a tarefa ciclópica de dirigir todo o universo econômico de uma grande nação? A resposta é que não podem dirigir e não dirigem. No máximo, o Estado tenta planejar a pequena parte do iceberg que se mostra acima da água.

De acordo com a publicação soviética "'Economia Planejada", há cerca de dois milhões de empresas e agências industriais na URSS. As 200.000 maiores produzem cerca de 20 milhões de artigos diferentes, mas o órgão central de planejamento, Gosplan, prepara instruções anuais e de longo prazo para apenas 18.000 artigos, menos de 0,1%. O resto se ajusta ao plano geral, em teoria ao menos, em níveis inferiores nacionais, regionais e locais - através do que um economista estrangeiro chama de "uma confusa colcha de retalhos de agências suplementares de várias camadas de espessura".

Os planejadores soviéticos chegam a estabelecer oito milhões de preços (700 só para conservas de cerejas, divulgou o Pravda). Mas os preços são arbitrários e inúteis para a gerência, desde que não refletem o verdadeiro custo. Um economista socialista francês, André Philip, ficou espantado de saber, durante uma visita à União Soviética em 1956, que os preços de vários artigos eram muitas vezes decididos mediante a consulta a catálogos estrangeiros de encomendas postais.

Numa recente charge da Europa Oriental, uma criança diz: "Quero ler um conto de fadas, mamãe." E a mãe responde: "Leia então os relatórios de cumprimento do plano de seu pai." Para enfrentar os tormentos do planejamento, os gerentes de fábrica vêm há anos exagerando as suas necessidades e acumulando material, equipamento e partes sobressalentes como garantia contra as faltas. Ao mesmo tempo, a gerência subestima a capacidade. Quanto mais baixos puder manter os objetivos planejados, mais facilmente poderá cumpri-los. A variedade é também conservada num mínimo, a fim de

conseguir-se maior produção em volume. As inovações são evitadas, visto que a substituição de ferramentas faz perder tempo e retarda a produção. Em certa ocasião, os operários da fábrica de automóveis ZIL em Moscou receberam elogios por haverem reduzido o peso de cada carro em cerca de 100 quilos. Em seguida, seus salários foram cortados porque suas metas de produção eram fixadas em toneladas!

A medida que a economia soviética cresce em proporções e complexidade, o planejamento torna-se cada vez mais difícil - até que se aproxima da impossibilidade. O Professor Albert Parry, da Universidade Colgate, diz: “O Plano se ergueu como um Moloch por si mesmo mantido, um monstro inflexível. Tão universal era a sua técnica de supervisão que a construção de uma nova usina siderúrgica foi detalhada até à localização de cada prego em 91 volumes, num total de 70.000 páginas”.

Esses exemplos não são excepcionais. A Gazeta Econômica soviética (17 de novembro de 1962) noticiou que os planos de construção para uma região foram mudados 500 vezes num só ano. O Ministério das Madeiras pediu às empresas suas clientes que preenchessem 118 formulários diferentes, que continham 400.000 índices. A fábrica de automóveis Likhachev, para obter o seu fornecimento anual de rolamentos de esferas da fábrica GPZ vizinha, teve de apresentar 180 quilos de provas justificativas.

Algumas Confissões Comprometedoras

DESDE 1917, a Rússia vem sendo transformada numa poderosa nação industrial, mas o preço tem sido cruciante.

O produto bruto nacional na URSS, está atualmente em cerca de 46% do americano, o que faz dela "a segunda nação industrial do mundo". Mas quando os totais são medidos em relação à produção por habitante, a Rússia vai para 14º lugar, segundo os economistas soviéticos, e para 20º lugar, de acordo com os economistas ocidentais.
Deve-se recordar que nestes 50 anos todas as outras principais nações fizeram progressos semelhantes ou maiores, sem morticínios nem escravidão em massa. A própria Rússia,

que estava num acentuado surto econômico quando a guerra e a revolução intervieram, teria indubitavelmente um resultado tão bom ou melhor com um governo mais moderado e a iniciativa privada.

As ilusões de "milagres de progresso" pareceram confirmar-se com o lançamento do Sputnik pelos soviéticos. Um Estado totalitário pode obter resultados espetaculares em objetivos escolhidos por meio de um programa de emergência que não leve em conta o custo material e humano.

Outras nações, quase autoritárias em tempo de guerra, fizeram isso também como o prova o "Projeto Manhattan", que valeu aos Estados Unidos a primeira bomba atômica. Os Sputniks provam tanto uma força econômica total quanto as Grandes Pirâmides no Egito antigo.

Além disso, como a industrialização soviética se processa quanto à, qualidade e à eficiência? As respostas podem ser obtidas da imprensa técnica. Em 1964, por exemplo, Joseph A. Gwyer, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, especialista em indústria soviética, fez por um estudo detalhado da qualidade dos artigos soviéticos. Eis, por exemplo, alguns dos pontos principais, baseados quase inteiramente em fontes soviéticas:

- As estatísticas mostram que a URSS está produzindo mais máquinas-ferramenta do que os Estados Unidos. (Isso é natural desde que a indústria americana atingiu um virtual ponto de saturação para esse tipo de equipamento.) Mas os reparos nas máquinas-ferramenta existentes ocupam três vezes e meia mais operários do que os empenhados na fabricação de novas unidades.

- Os motores elétricos, durante o seu primeiro ano de vida, gastam de 30 a 40% do seu tempo total de funcionamento sofrendo reparos.

- Em qualquer tempo dado, de 30 a 40% dos veículos soviéticos estão parados, à espera de reparos ou peças.

- Cada trator soviético sofre reparos ao custo anual de um terço ou mais do seu custo original. As despesas totais de peças sobressalentes para tratores agrícolas num ano típico, 1962, ultrapassaram as despesas com novas aquisições.

Notícias recentes de Moscou confirmam que essas condições se agravaram. Em 1967, o Kommunist deplora: a indústria dos reparos "ocupa quase dois milhões e meio de trabalhadores e mais de um milhão de tornos de cortar metal, o que equivale a 40% das máquinas-ferramenta existentes no País".

Examine-se a indústria automobilística, tão básica que é quase o teste da vitalidade de uma sociedade industrial moderna. A sua produção na União Soviética em 1967 está no mesmo nível atingido pelos americanos em 1910. A produção de carros na URSS começou na década de 1930 com a compra de uma fábrica Ford completa em Detroit, instalada, equipada e, durante alguns meses, dirigida por americanos. Mas hoje, depois de 30 anos, a URSS confessa que é incapaz de equipar uma fábrica de automóveis moderna. Em lugar disso, recorreu à Fiat na Itália para projetar e construir fábricas com capacidade de várias centenas de milhares de carros por ano.
Está também em negociações com companhias automobilísticas do Japão e da França. A mesma situação se verifica em algumas outras indústrias soviéticas.

A introdução de plásticos, fibras sintéticas e produtos químicos foi possível graças, em grande parte, a equipamento e fábricas inteiras compradas em países estrangeiros. Na realidade, o Kremlin devia agradecer à sua boa estrela que a profetizada ruína do capitalismo não se tivesse verificado. Ele precisa desesperadamente de metais leves e de alta resistência, de computadores eletrônicos modernos, de miniaturização avançada e de equipamento de automação do Ocidente. Se as potências capitalistas negassem esses elementos essenciais a Moscou, desmoronaria todo o mito de um grande poderio industrial soviético auto-suficiente.

Khrushchev e, depois dele, Brejnev e Kosygin fizeram confissões comprometedoras a respeito das deficiências da indústria soviética. Em fins de 1965, Kosygin declarou que "a mecanização e a automação se estão efetuando de forma demasiado lenta". Afirmou que em vista das demoras "o equipamento instalado se torna obsoleto antes mesmo de começar a funcionar". Disse que algumas dessas demoras se estendiam por quatro anos ou mais na indústria química e nos setores de ferro e aço. Em conseqüência disso, mais de 100.000 projetos de construção estavam inacabados. O eminente intelectual armênio-soviético Professor Abel G. Aganbegyan declarou numa conferência realizada na Universidade de Moscou, em 1965: "*Nestes últimos seis anos, o índice de desenvolvimento da nossa economia sofreu uma queda de mais ou menos dois terços; o índice de desenvolvimento da nossa agricultura caiu cerca de nove décimos e o índice de aumento das mercadorias em circulação, três quartos. Houve também uma grande queda no índice de aumento da renda real da população. Temos a pior e mais atrasada estrutura de produção de todos os países industrialmente desenvolvidos. Nos últimos dois anos, houve aumento do número de pessoas sem trabalho - particularmente nas cidades pequenas e médias. Nelas, entre 25% e 30% da população em condições de trabalhar não consegue emprego. Nas grandes cidades, a percentagem é de 8%. Não houve, na verdade, qualquer elevação do padrão de vida nos últimos anos. Dez milhões de pessoas sofreram uma queda no seu padrão de vida. Os planos de construção e habitação nunca são cumpridos. Os nossos preços e as nossas relações de valor monetário não servem a qualquer objetivo*."

Esta é, em forma condensada, a realidade da industrialização soviética. Mas os fracassos econômicos não devem obscurecer o fato de que a União Soviética construiu uma colossal máquina de guerra só inferior à dos Estados Unidos. Sempre se atribuiu a mais alta prioridade à defesa nacional e à indústria privada que a apoia. Os melhores cérebros da tecnologia do país sempre foram também desviados para projetos de defesa, e isso se evidencia na alta qualidade dos aviões, tanques e mísseis soviéticos. Na verdade, a canalização

de vastos recursos para, o poder militar contribui para explicar a fraqueza crônica que aflige o resto da indústria na Rússia.

Freguês Nunca Tem Razão

E qual é a situação do proletário soberano em cujo nome se iniciou toda a empresa comunista? Pergunte-se a um assalariado soviético pela sua situação e é provável que ele responda: "*Luchii chom zavtra*"- "melhor do que amanhã". A média do que ganharam em 1965-66 os trabalhadores de fábricas e de escritórios foi calculada em 95 rublos por mês, ou cerca de 24 dólares por semana. (O rublo não pode ser cambiado por qualquer outra moeda, mas é artificialmente cotado a US$ 1,11 - muito acima do seu valor real e do que vale no mercado negro) Mas dezenas de milhões de pessoas se mantêm com o salário mínimo legal que é de 40 a 45 rublos por mês. O maior grupo de assalariados, os camponeses coletivizados, têm em média menos de 40 rublos por mês.

Qual é a relação entre esses salários e os preços dos artigos de consumo? Uma geladeira de tamanho médio custa cerca de 400 rublos - mais de quatro meses de renda média. O freguês paga adiantadamente e entra para uma lista de espera. Um Volga para cinco passageiros, o carro comum, custa 5.600 rublos - o salário de três anos do mais bem pago empregado da classe média. O carro deve ser pago adiantado e a espera pode ser de até cinco anos. Quase 50% dos assalariados na URSS são mulheres porque o chefe de uma família raramente pode sustentá-la com o seu magro salário. A propaganda comunista tem explorado muito a "nova igualdade" das mulheres soviéticas, mas elas não têm mais privilégios do que as suas irmãs do Ocidente - salvo se carregar troncos, cavar valas, varrer ruas e cuidar das fornalhas das usinas siderúrgicas podem ser considerados privilégios femininos. O emprego das mulheres nas minas de carvão foi proibido na Inglaterra em 1842; mais de um século depois, a imprensa soviética se vangloriava do alto rendimento das brigadas femininas nas minas de carvão.

A habitação é em qualquer parte um índice-chave das condições de vida. Esse setor tem sido praticamente inadequado através do meio século soviético. Centenas de milhares de trabalhadores ainda moram em barracões infestados de insetos perto dos seus locais de trabalho. No começo da década de 1960, a maior parte do novo programa de habitação proporcionava uma peça por família, com uma cozinha comum para três famílias. A qualidade dessa nova habitação é abominável. Uma pilhéria soviética chama-lhe "Antigüidade instantânea". Até recentemente, alguns dos novos prédios de Moscou eram circundados de redes para aparar os tijolos que caíssem. Em muitas cidades principais, o período de espera por um novo apartamento é de cerca de cinco anos.

As cifras não chegam a dar uma idéia das irritações relacionadas com essa situação. As pessoas fazem intrigas, brigam e vão à justiça por alguns metros de espaço. Os vizinhos são denunciados à polícia, na esperança de que, se forem deportados, o seu espaço residencial fique disponível. Casais divorciados são muitas vezes obrigados a viver, no mesmo quarto, em alguns casos com seus novos companheiros, separados apenas por uma cortina.

O freguês soviético nunca tem razão - é lesado, enganado e maltratado. Durante meses a fio, não encontra lâminas de barbear, lâmpadas elétricas, lençóis e fronhas. Tem de esperar às vezes um ano por novos óculos. O cidadão russo tem de enfrentar todos os dias os aborrecimentos da vigilância policial, dos passaportes, das cadernetas de trabalho. Passa grande parte do seu tempo em longas filas ou nas sombrias salas de espera de funcionários aborrecidos e arrogantes - para fazer compras, para obter licenças, pelos eternos pedaços de papel que lhe regulam a existência. Sem permissão oficial, não pode, por exemplo, mudar de emprego, de residência ou visitar outra cidade por mais de 72 horas. E onde, num quadro que se descreve assim, se ajusta a avó que fala secretamente de Deus às crianças? Ou os pais que batizam os filhos em segredo com receio de que alguém possa abrir a boca e fazê-los perder os empregos? Ou o homem que tem um livro que só pode ler atrás de portas fechadas? Svetlana Alliluyeva,

a única filha sobrevivente de Stalin, ao desertar para o mundo livre, disse que não queria ser tratada como "bem do Estado". Talvez ela tenha resumido nessa frase as provações e humilhações de todos os cidadãos soviéticos.

A Classe Alta Soviética

"*Passam pela cidade em carros com cortinas e chofer. Usam vestidos de Paris e ternos feitos sob medida. Comem iguarias importadas, que ninguém mais encontra.*" A descrição é de um turista que voltou recentemente da Rússia. Refere-se às várias elites soviéticas. Só um regime livre de oposição poderia ter a esperança de manter o mito de que a URSS tem uma "sociedade sem classe". Stalin proclamou essa mentira na década de 1930 e ela é até hoje uma alegação de uso corrente. Mas o que é visível a olho nu é uma sociedade de extremos de riqueza e pobreza, de privilégios e privações, como em todos os países - apenas mais acentuada.

Os altos funcionários e gerentes recebem centenas de rublos por mês e fazem compras à vontade em casas especiais sortidas com artigos importados e os melhores produtos russos. Modernos edifícios de apartamentos para a nova classe média se erguem diante de sórdidos pardieiros nas cidades soviéticas. Magníficas *dachas* - casas de campo - estão ao alcance da vista de miseráveis cabanas camponesas.

Os burocratas passam as férias em lugares elegantes, onde um número simbólico de operários especializados são recebidos apenas como um prêmio por excepcionais realizações. Nas fábricas e instituições, os refeitórios têm uma graduação social: de primeira classe para as pessoas importantes - de terceira classe para os trabalhadores. Os trens têm três classes, de acordo com o que cada qual pode pagar. Os melhores hospitais são reservados para "as melhores pessoas".

Uma sociedade sem classe deveria significar igualdade política, econômica e social. Mas na URSS o próprio princípio da igualdade é tabu, "*uma demonstração da imbecilidade pequeno-burguesa, digna de uma seita primitiva de ascetas,*

mas não de uma sociedade organizada dentro das diretrizes marxistas". As palavras são de Stalin e ainda exprimem a doutrina oficial. "*Uma nova classe de proprietários e exploradores emergiu*", disse Milovan Djilas no seu livro clássico das sociedades comunistas, "A Nova Classe". Antes de ser preso por essa e outras críticas ao comunismo, Djilas foi Vice-Presidente da Iugoslávia. Explica ele que o que distingue a nova classe de todas as outras classes exploradoras é a sua "propriedade coletiva". A propriedade sob o comunismo é legalmente considerada nacional e social. Mas, na realidade, "*um só grupo a administra no seu próprio interesse. É uma classe cujo poder sobre os homens é o mais completo que se conhece na História*".

É claro que dentro da nova classe há amplas gradações de poder e de lucro. A grande maioria é constituída pelos administradores e especialistas técnicos: formam mais ou menos as novas classes médias. Mantêm a sua posição por delegação ou tolerância da "burocracia dirigente" do Partido e do governo. Os componentes desta é que são a elite, os *apparatchiki* - os administradores do aparelho do poder. E, como qualquer outra classe onipotente, a elite soviética se perpetua no poder. Os filhos das pessoas influentes têm acesso mais fácil à educação, e conseguem os melhores cargos políticos e econômicos.

A distância econômica real entre as camadas sociais mais baixas e as mais altas é guardada como um segredo de Estado, para evitar descontentamento. Mas os símbolos de posição da classe alta são por demais aparentes: casas de campo construídas em terras públicas, apartamentos cooperativos na cidade, carros - tudo o que, sem qualquer esperança, está fora do alcance da grande massa da população.

Onde está, então, o "novo homem soviético" que iria viver na sociedade sem classes? Pode ser encontrado nos níveis mais baixos, nos campos penais e nas regiões de exílio, entre os camponeses mais pobres e os operários braçais - os quais têm uma certa igualdade, do gênero da que Dostoievsky descreveu

um dia em “Os Possessos”: "*Todos são escravos e iguais na sua escravidão. Os escravos tendem a ser iguais.*"

Guerra Civil Permanente

"*Os regimes comunistas*", escreveu Djilas, "*são uma forma de guerra civil latente entre o governo e o povo*”.

Na URSS, a guerra se tornou real e permanente. Depois de meio século de poder ilimitado, os comunistas não lograram alcançar a legitimidade. Os governantes ainda estão promovendo o que nas nações normais é um fato que se toma como certo: a lealdade à ordem vigente. Ainda não houve um ano sem episódios de violenta resistência ao regime, embora raramente sejam mencionados na imprensa soviética. Tem havido extensas greves, apesar das leis contra as greves. Tem havido manifestações contra o governo que equivaleram a levantes. De 1952 a 1956, irromperam revoltas em grande escala nos campos de concentração de Vorkuta, Karaganda, Norilsk, Kingur, Karabash, Tyashet e em lugares tão distantes como a Ilha Sacalina. Em Tiflis, capital da Geórgia, houve grandes manifestações em 1956, durante as quais milhares de pessoas, na sua maioria jovens, lutaram por trás de barricadas. O governo lançou contra elas tanques e artilharia. Desde então, sangrentos distúrbios estouraram em Temir-Tau em 1959; em Novocherkassk, em 1962; e em Pskov, em 1963.
Muito mais extensa e persistente tem sido a resistência passiva: trabalhos retardados, desperdício e desvio de propriedade pública. Operários e camponeses apoderam-se de produtos e pequenas ferramentas. São comuns a apropriação de dinheiros do Estado e a falsificação de contas oficiais.

A Rússia Soviética prescreve atualmente a pena de morte para mais crimes e pseudocrimes do que no tempo de Stalin. Apesar da pena capital nos casos extremos, o suborno e o mercado negro são generalizados e estão aumentando. As notícias de execuções são tão frequentes que deixaram de chamar a atenção. Milhões de jovens numa variedade de organizações de vigilantes foram investidos de poderes quase policiais e judiciários, como um dever cívico, para exercer

espionagem, prender, "julgar" e punir os imorais e os "boquirrotos" (os que se queixam).

Só na cidade de Odessa, segundo o Pravda Ukrainy de Kiev, havia em junho de 1962 cerca de 610 desses "tribunais de camaradas".

Foi em fevereiro de 1956 que Khrushchev fez o famoso discurso em que atacou o reinado de horror do tempo de Stalin. Mal se havia passado um ano estava ele ameaçando fuzilar os escritores que podiam criar problemas. Disse ele que se os dirigentes de Budapeste houvessem fuzilado os cabeças de motins literários, a revolta da Hungria teria sido evitada. Se os escritores soviéticos não se comportassem, acrescentou sinistramente, "a minha mão não tremerá".

Os que o ouviam não podiam duvidar da seriedade da sua advertência. Poucos meses antes, Khrushchev mandara centenas de tanques à Hungria para esmagar a revolta. Depois, a sua KGB raptou dezenas de milhares de jovens "Combatentes da Liberdade" e levou-os para os campos de concentração soviéticos, onde muitos definham ainda. A perseguição religiosa foi intensificada depois da morte de Stalin. As igrejas, mosteiros e mesquitas têm sido fechados sob uma porção de pretextos - o seu número foi reduzido à metade entre 1958 e 1964. Os dispositivos contrários à instrução religiosa das crianças são rigorosamente cumpridos.

A imprensa soviética orgulhosamente noticia que as crianças são tiradas dos pais nos lares "inconvenientes" - em geral um eufemismo para lares religiosos. Fazendo uso de um expediente empregado pelo Czar Nicolau I, o Kremlin conseguiu que muitos dos seus críticos - escritores, estudantes, cientistas - recebessem a testados de "loucura" e mandou-os para asilos de alienados. Centenas deles foram presos sem qualquer processo público.

De fato, é apenas por contraste com os mais malignos períodos da era de Stalin que a nova atmosfera parece quase benigna. Milhões de internados nos campos de concentração foram

soltos depois de 1953 - mas os presos políticos ainda se contam por centenas de milhares.

É significativo que o governo nunca tenha feito uma exposição objetiva do seu sistema de trabalho forçado. Um laborioso estudo, publicado em Munique em 1965, com base em entrevistas com trabalhadores escravos não russos - poloneses, alemães, húngaros e outros - mostraram que no começo da década de 1960 ainda existiam 225 campos de concentração no velho estilo, vários deles encerrando até 8.000 prisioneiros. Desde que esses campos se destinam principalmente a estrangeiros, representam apenas uma pequena fração da instituição geral.

Tem-se argumentado que, por mais limitada que seja a "liberalização" depois de Stalin, indica uma evolução "no rumo certo". A verdade, porém, é que, conquanto o regime tenha flutuado entre o permissivo e o rigoroso, nada de fundamental se modificou. Todas as supostas novas liberdades e reformas param com boa margem de segurança antes do ponto em que poderiam afetar o monopólio do poder. O povo, e mesmo os comunistas das bases do Partido, não têm mais voz ativa no governo do que tinham no tempo de Stalin.

Haverá tempo de sobra para acreditar que a real liberdade de expressão chegou à Rússia se e quando as autoridades permitirem uma defesa honesta do capitalismo, se e quando os cidadãos soviéticos puderem criticar com impunidade a política do Kremlin em relação ao Vietnam, ou denunciar os pecados dos seus dirigentes atuais. Até então, a URSS continuará a ser o que sempre foi: um Estado rigidamente totalitário.



Nota: Os relatórios a seguir foram elaborados por órgãos de inteligência dos Estados Unidos e publicados em 1995 pela revista "*Executive Intelligence Revue*".
----

3 – O IAD e o Foro de São Paulo

"*Executive Intelligence Revue*" – 1995
Trad. Luis Vallejo

A organização insurgente narco-terrorista conhecida como **Foro São Paulo - FSP** - possui uma série de patronos de alto nível dentro dos meios políticos e financeiros das Américas, representados por um grupo de pensadores, com sede em Washington, fundado em 1982 por David Rockefeller, McGeorge Bundy e outros, denominado ***Inter American Dialogue – IAD*** (Diálogo Inter Americano).

O IAD, que reúne um elenco de proeminentes banqueiros, políticos e diplomatas, tanto do Norte como do Sul das Américas, executa uma agenda de primeiro mundo, gerenciada por Londres, baseada em pilhagem por "livre comércio" e redução populacional, resultados esses a serem conseguidos através do desmantelamento das forças militares regionais, legalização de drogas, erosão dos conceitos de soberania nacional e finalmente o colapso das nações da região.

Um dos modos que Londres mantém o controle político sobre o IAD, desde a sua fundação, é através da dominação das instituições canadenses pela Inteligência Britânica. Por exemplo, Ivan Head, o principal conselheiro de relações exteriores e inteligência do primeiro ministro canadense Pierre Trudeau, em 1970, era membro fundador do IAD e hoje participa de seu comitê executivo. O canadense Maurice Strong, sob as ordens do Príncipe Philip, que coordenou a ECO92 no Rio de Janeiro, foi transferido para a força tarefa cubana do IAD.

O IAD moldou toda política externa do governo Bush (pai) para a América Latina. Mesmo perdendo bastante terreno na administração Clinton, ele ainda continuou a ser uma poderosa força política em Washington e em toda América Latina. Como o próprio IAD se gabou em seu comunicado em 1993, possuía vários "*membros atualmente emprestados aos governos*".

Entre esses se incluem o ex-presidente do IAD Richard Feinberg, que era diretor para América Latina do Conselho de Segurança Nacional do governo Clinton, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, o presidente da Bolívia, Gonzalo Sanches de Lozada e o ministro da defesa argentino Oscar Camilon.

O IAD estimulou, protegeu e providenciou uma diretoria para o FSP (Foro de São Paulo) de Castro, desde a sua fundação, utilizando-o como uma demolidora força contra as estruturas que sustentam as nações da região.

O escritor mexicano Jorge Castaneda, que atuava como elemento de ligação entre o IAD e o FSP, confessou a estratégia oculta sob o manto do FSP em seu livro "*Utopia Desarmada: Os Latinos Americanos depois da Guerra Fria*" (New York: Alfred A. Knopf, 1993): "*A Ibero América, sob os atuais modelos, está atingindo os limites de onde retirar recursos com os quais vai pagar suas dívidas*" escreveu ele. "*As nações em breve esgotarão seus recursos naturais ou serviços que vendem; uma vez que tais recursos se acabem, de onde virão os fundos para honrar seus compromissos?*" Em seguida responde, inocentemente, "*que o terrorismo, apesar de ser detestável, é a única saída que resta para obrigar as instituições e populações do continente a se submeterem à próxima etapa da pilhagem*" Veja: "*Porém os pequenos males, que somente podem ser eficazes se forem comparados aos grandes, precisam acarretar um claro e definido perigo para que se creiam neles. Assim, a condição para uma viabilidade renovada de reformas na América Latina – que tenha alguma eficácia, mas principalmente em consoante com o paradigma social democrata – reside inevitavelmente na ameaça de algo pior. Desde que não*

possa ser uma revolução tal com foi a cubana por cerca de 20 anos, ela deve ser diferente, deve ser mesmo terrível. Esta é a síndrome do Sendero Luminoso (violenta organização narco-terrorista peruana) (...) *Sem o receio inspirado pela perspectiva de perder tudo, os ricos e a classe média vão preferir nada perder.*"

Os laços entre o IAD e o FSP são formais, públicos e se estendem até mesmo aos seus membros e suas atividades. Em julho de 1990, o FSP foi criado em S.Paulo, Brasil, sob a direção do PCC (Partido Comunista Cubano) e do PT (Partido dos Trabalhadores) do Brasil. No mesmo ano, o líder do PT, Luis Inácio "Lula" da Silva, foi convidado para se afiliar ao IAD. O convite partiu do futuro presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Em fevereiro de 1992, na Conferência do FSP em Lima, Peru, discursou o padre Xabier Gorostiaga, S.J, um teórico sandinista, membro do IAD.

Em abril de 1993, o IAD promoveu uma visita a Washington de três candidatos a presidente, pertencentes a partidos do FSP: Lula do PT do Brasil, Pablo Medina da CR (Causa Radical) da Venezuela e Antonio Navarro Wolf do M-19 da Colômbia. A reunião do IAD foi planejada para apresentar os líderes do FSP aos políticos de Washington, inclusive aos funcionários do governo Clinton.

Ela prosseguiu com uma conferência em 16 de abril na universidade de Princenton em New Jersey, com os três candidatos juntamente com mais outros três candidatos do FSP - Cuauhtémoc Cárdenas do PDR do México, Ruben Zamora da FNLFM de El Salvador e Luis Maira do PSC do Chile. Eles foram apresentados por Jorge Castaneda.

O presidente do IAD, Peter Hakim e o associado Jorge Dominguez em entrevista à imprensa, em agosto do mesmo ano, disseram que tinha sido estabelecida entre o FSP e o os burocratas americanos "um autêntico canal de comunicação"

Em junho de 1993 o membro do IAD Gonzalo Sanchez de Lozada, um empresário dono de minas e sócio da empresa de mineração inglesa Rio Tinto, assumiu a presidência da Bolívia.

Seu vice presidente, o líder "indigenista" Victor Hugo Cardenas era (e ainda é) um membro ativo do projeto de Divisões Étnicas do IAD. O ministro de relações exteriores era Antonio Aranibar, do MBL – Movimento Bolívia Livre – um partido membro comitê diretor do FSP. Aranibar, passou todo o ano anterior, desenvolvendo relações internacionais para o FSP.

Em setembro de 1993, Tabaré Vasquez, então prefeito de Montevidéu, Uruguai, pela Frente Ampla – partido membro do comitê diretor do FSP – viajou para os Estados Unidos onde visitou o próprio IAD e se encontrou com seus membros, Richard Feinberg (diretor do Conselho de Segurança Nacional para a América Latina) e com Enrique Iglesias (presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento). A imprensa do Uruguai noticiou que Feinberg discutiu propostas para futuros acordos de segurança entre o Uruguai e os Estados Unidos com o prefeito do FSP.

Em novembro de 1993, o IAD promoveu um encontro em Washington para que o escritor mexicano Jorge Castaneda apresentasse seu novo livro, "*Utopia Unarmed*." Castaneda é o conselheiro oficial do membro mexicano do FSP, Cuauhtémoc Cárdenas, e defende a legalização das drogas. Nas eleições presidenciais de 1994 no Brasil ele afirmou que "***pela eleição de Lula no Brasil, a esquerda vai governar a América Latina***"

Em 25 de agosto de 1995, o IAD juntou-se ao governo chileno e ao INDAI – Instituto Nacional Democrático para Assuntos Internacionais - para promover um seminário sobre a "crise dos partidos". Partidos membros do FSP estiveram representados pelo PSC –Partido Socialista Chileno - o PRDM – Partido Revolucionário Democrático mexicano – e o sandinista da Nicarágua Sergio Ramirez, entre outros. O principal orador foi o uruguaio Juan Rial, co-autor em 1990 do livro "O exército e a Democracia: O Futuro das relações civis-militares na América Latina" (Lexington, Mass.: Lexington Books, 1990) que se tornou o "manual" do governo Bush (pai) sobre como desmantelar as forças armadas do continente, bem como uma visão dos preceitos políticos do IAD.

O membro do IAD Jose Octavio Bordon, ex-governador da província Argentina de Mendoza e ex-senador do partido peronista, foi em 1995, candidato presidencial pelo movimento Frepaso, sendo também afiliado do FSP.

Jose Francisco Pena Lopez - outro membro do IAD - foi candidato presidencial na Republica Dominicana por uma coalizão de forças de oposição, que inclui o MIL – Movimento das Esquerdas Unidas – um membro do FSP.

Entre os líderes da convenção nacional democrática – CND – do México, linha de frente no FSP do EZLN – Exercito Zapatista de Libertação Nacional – se encontra Pablo Gonzalez Casanova, membro do conselho editorial da revista do FSP, América Libre, e o membro do IAD, Mariclaire Acosta Urquidi, ex-presidente da inteligência britânica que faz parte da Anistia Internacional do México.

Quer usem ternos ou uniformes, os membros do IAD e do FSP executam sempre a seguinte linha de ação, a saber:

- Limitar a soberania
- Separatismo Étnico
- Uso de ONGs
- Desmilitarização
- Legalização de drogas
- Políticas Econômicas
- Apoio ao regime de Fidel Castro

Limitar a soberania:

Em 8 de dezembro de 1992, numa conferência de imprensa em Washington, o então diretor do IAD Richard Feinberg e Peter Bell, da **Fundação Ford** e **Human Rights Watcher**/Américas revelaram os resultados de um projeto que durou um ano, chamado “Redefinindo a Soberania”, concluindo que a soberania não deve “*ser um escudo atrás do qual governos ou grupos armados possam se esconder*”. Apontaram a Somália como exemplo de como a comunidade mundial pode “legitimamente” desconsiderar a soberania nacional.

Nesse relatório, e em outros documentos, o IAD afirma que a soberania deve tomar um lugar secundário na “ação coletiva hemisférica”, no “monitoramento eleitoral”, em “acordos de paz supervisionados” e na “defesa de direitos humanos”, ações essas que devem ficar sob o controle de qualquer organização quer sejam a OEA, a ONU, a Cruz Vermelha Internacional ou outro órgão supranacional semelhante.

No seu relatório, “Convergência e Comunidade: As Américas em 1993”, o IAD aconselha que “as nações do hemisfério devem promover intensamente as bases de negociação dos conflitos com guerrilhas que ainda restam na América Latina”, ou seja, acordos de divisão do poder com os afiliados do FSP em cada região. O modelo para esse enfoque são as “negociações de paz” intermediadas pela ONU em El Salvador, onde, com o apoio do Departamento de Estado de Bush (pai), os narco terroristas da FNLFM – Frente Nacional de Libertação Farabundo Marti – conseguiram grandes vitórias políticas. Tais vitórias jamais teriam sido conseguidas no campo de batalha, mesmo com as forças armadas do país sendo desmanteladas.

O FSP também defende o conceito de “soberania limitada” e emprega táticas similares para implementá-lo, tais como:

- A FNLFM de El Salvador impôs, como condição para entrega parcial de suas armas, a criação de um órgão atuando no exterior denominado “Comissão da Verdade” que determinaria quem deveria ser expurgado das forças armadas sob alegação de violação de direitos humanos. Tal comissão funcionaria como uma corte internacional de fato, para cujas decisões não eram permitidos recursos nacionais.

- O MTP da Argentina, o M19, as FARC e ELN da Colômbia e URNG da Guatemala foram também aconselhadas a montar comissões semelhantes em seus países.

- O PRD do México solicitou que a rede de ONGs da ONU supervisionasse as eleições de 1994.

- No começo de julho de 1993, Humberto Ortega, o então chefe do Exército Popular Sandinista enviou uma proposta à ONU para que a Nicarágua sediasse uma escola para treinar tropas da América Central, mantidas pela ONU para operações regionais.

- O movimento Lavalas de Jean Bertrand Aristide estimulou uma invasão militar multinacional em grande escala no Haiti – com o respaldo entusiástico do IAD – para que pudesse conseguir a ser levado novamente ao poder em seu país.

Separatismo Étnico:

Em fevereiro de 1993, o IAD lançou o "Projeto de Divisões Étnicas", sob o comando de Donna Lee Van Cott, uma especialista em "conflitos étnicos" que faz parte do comitê conselheiro do Banco Mundial sobre populações indígenas. Van Cott descreve o alvo principal do projeto da seguinte forma: "*Praticamente, em todos os países da América Latina, as culturas indígenas estão contestando a legitimidade do domínio dos governos sobre seus territórios. Eles contestam não só o destino de suas terras, sua língua, recursos e cultura sendo legislados pelo estado, como até mesmo o conceito de identidade e cultura nacionais*."

O indigenismo e o separatismo étnico também são palavras de ordem para toda organização membro do FSP

ONGs – Organizações Não Governamentais

As forças internacionais de apoio às badernas comandadas pelo FSP são compostas principalmente de ONGs.

As ONGs, por sua vez, são dirigidas e coordenadas pelo IAD. Um relatório do IAD de 1992, define como um de seus principais objetivos "*fortalecer a influência da significante comunidade de ONGs, que não pára de crescer, através de*

facilitação de comunicação entre esses grupos e melhorando seus laços com governos e organizações internacionais."

Em dezembro de 1992, Feinberg, do IAD, anunciou que "*tinha chegado a era das ONGs no hemisfério ocidental*". O IAD criou um grupo de ONGs em Washington para dar cobertura à América Latina, cujos objetivos declarados eram "construir fortes pontes entre a comunidade de ONGs e o governo norte americano".

Em fevereiro de 1993, Peter Hakim discursou no Comitê da *House Foreign Affairs* dizendo que "a colaboração com as ONGs deve tornar-se o grande novo ingrediente na política exterior Americana".

Em 2 de março, Feinberg, nomeado novamente membro do Conselho de Segurança Nacional, promoveu um almoço informal com representantes de ONGs, quando "enfatizou a importância estratégica" a que ele se atribuiu ao coordenar a política com as ONGs.

Desmilitarização

O IAD declara que as nações da América Latina devem "redefinir a missão" de suas forças armadas e reduzir significantemente seus orçamentos militares. "*Deve ser realizado um esforço para mudar a mentalidade dos militares sobre segurança interna e subversão*", através de uma "reforma" da educação militar, dizem eles. O IAD não está satisfeito porque "ainda prevalecem conceitos tradicionais da influência militar na política" e que, em vários países "*atitudes públicas diante dos militares não são unanimemente desfavoráveis e as próprias forças armadas estão orgulhosas de seus feitos*".

Robert McNamara, membro fundador do IAD, ex-secretário de defesa americano e ex-presidente do Banco Mundial, liderou essa campanha. Em 1991, lançou um regulamento onde se "condicionava a ajuda financeira para países em desenvolvimento à redução de seus gastos militares" O FSP

concorda. A declaração final do FSP em sua quarta conferência em Havana (julho de 1993) enfatiza claramente que as forças armadas "*constituem uma das mais sérias ameaças a construção da democracia política na América Latina*"

Num discurso de março de 1992, o sandinista Tomás Borges disse que "*os exércitos só servem para dar golpes de estado e reprimir o povo, além de engolir uma grande parte de nossos orçamentos. Elas são um câncer em nossos países....Não há razão para que continuem a existir exércitos*."

No mês de abril de 1993, em seu discurso no encontro de Princenton , o candidato a presidente da Argentina, Pablo Medina (Causa Radical) disse que "*sem uma regra definida na arena internacional, e com as condições internas da economia agravadas pelo seu alto custo de manutenção, os militares tornaram-se um sério problema para as democracias*"

O Lula do Brasil, disse em maio de 1994, numa entrevista a imprensa : "***Acho que já temos forças armadas demais no mundo, temos que diminuir a aparato militar***."

<u>Legalização de drogas</u>

Em abril de 1996, no seu relatório anual, o IAD disse que a guerra contra as drogas foi um desastre nojento e por isso "sendo os narcóticos um problema tão formidável, devem ser examinadas a mais ampla gama de alternativas, inclusive a legalização seletiva."

Outro relatório do IAD, publicado logo após, afirma: "*Eliminar a produção de drogas é destruir o sustento de dezenas de milhares de pessoas, é invalidar as economias locais e alimentar oposição política. Além disso, apesar de apenas uma ínfima parte dos recursos da produção de drogas voltarem aos países produtores da América latina, tais quantias são fundamentais para suas economias combalidas, que sofrem com os pesados encargos da dívida externa.*"

Em fevereiro de 1993, o presidente do IAD, Peter Hakim, declarou diante do Comitê de Relações Exteriores: "*Diante dos parcos recursos para ajuda aos países estrangeiros, as iniciativas para destinar fundos para combater as drogas na América Latina devem ser totalmente reduzidas ou, de uma forma mais eficaz, direcionadas para ajudar os governos Latinos Americanos a fazer frente aos seus problemas com drogas – não aos nossos.*"

Em agosto de 1995, no encontro continental da Argentina feito pela revista do FSP, América Libre, Evo Morales, o chefe do CAPHC, denunciou a decisão da ONU de 1961 que declarou ilegal a produção de folhas de coca, dizendo que esse tipo de luta ao comércio de drogas "tem uma mentalidade Hitlerista". Disse ainda: "*defender a coca é defender a dignidade da soberania nacional*".

Em setembro de 1995, a notável do FSP, Rigoberta Menchu da Guatemala, uniu-se ao movimento de Morales para preparar um documento para a ONU, provando que a folha de coca "é um recurso natural e cultural dos povos Andinos" e pedindo "uma ação urgente da ONU" para defender seu cultivo e consumo."

Políticas Econômicas:

O IAD é peça chave do NAFTA (Acordo de Livre Comércio Norte Americano) do governo Bush(pai) e também de uma versão mais ampla do NAFTA (ALCA) para o hemisfério ocidental. Um relatório de 1993 do IAD declara que tal pacto de comércio livre "*uma vez chancelado por acordos internacionais, estariam isentos – pelo menos parcialmente – de mudanças política domésticas. Muitos consideram que a unificação de políticas econômicas é um custo, não um beneficio, porque restringe a soberania nacional e pode cercear a reação nacional a problemas específicos. Mas, o propósito de todos os acordos internacionais é precisamente limitar a opção de soberania das nações membros para, em troca, receber mutuamente os benefícios combinados.*"

O IAD tem certeza que o FSP, apesar de sua retórica sobre "lutar contra o neo liberalismo", concorda com essa visão. Em agosto de 1993, Peter Hakim do IAD, disse, a respeito dos candidatos presidenciais: "Depois de eleitos, eles não podem, efetivamente, continuar com políticas populistas"

Realmente, os líderes do FSP, quando assumem o poder, têm frequentemente recorrido ao sistema do FMI – Fundo Monetário Internacional, IMF – com sua doutrina de livre comércio e implementado vigorosamente essas políticas. Fidel Castro declarou em 1985, que é preciso preservar o FMI como instituição e que se devia pagar a dívida externa dos países devedores com o dinheiro retirado do orçamento de defesa dos Estados Unidos.

Jean Bertrand Aristide, do Haiti, atacou o FMI em sua campanha política para as eleições de 1990. Em poucos meses depois de sua posse como presidente, assinou um pacto austero com o FMI. Logo após, traçou um plano econômico com o Banco Mundial para realizar privatizações, aumento de impostos, cortes nos déficits fiscais e aumento de exportações, que o jornal Washington Post descreveu com precisão como idêntico às políticas de Milton Friedman.

Cuauhtémoc Cárdenas do México, favorável ao NAFTA, disse ao diário argentino Clarin, em 17 de abril de 1995, que "as economias abertas não são necessariamente ruins (...) a abertura do comércio é uma ferramenta que pode ser usada para o bem ou para o mal; o mesmo se passa com as privatizações, que podem ser ruins em um momento e boas em outro."

Lula do Brasil defende "um socialismo prático" implementando medidas que devem "adaptar-se à realidade mundial".

Carlos Alvarez da Coalização Argentina Frente Grande disse que não haveria "volta" para as políticas econômicas do governo Menen sobre livre comércio.

Antonio Navarro Wolf do M19 da Colômbia, elogia o FMI por "haver imposto um gerenciamento de disciplina monetária e

que isso ajuda a integração (...) Digo que isso é o lado positivo do neo liberalismo, que obrigou a economia Latino Americana a ser mais responsável.”

Apoio ao Regime de Fidel Castro

O IAD estabeleceu em 1991, em Cuba, uma força tarefa chefiada pelo ex-secretário de defesa americano Elliot Richardson, que tratou, em negociações sigilosas, a normalização das relações entre Estados Unidos e Cuba. O segundo relatório da força tarefa, divulgado em 15 de setembro de 1995, revela que estão procurando realizar essa normalização baseados na mentira de que o regime de Castro “*não mais representa uma ameaça ideológica ou à segurança convencional de nenhum de seus vizinhos e certamente nem aos Estados Unidos... além de ter cessado suas interferências nos negócios internos de outros países*.”

Em agosto de 1993, o presidente do IAD, Peter Hakim e o membro cubano da força tarefa, Jorge Dominguez, fizeram a mesma declaração com respeito à máquina cubana narco-terrorista continental, o Foro São Paulo, FSP. Para a imprensa de Washington, Hakim insistiu que os candidatos presidenciais pertencentes ao FSP “*não estão pretendendo usar a democracia como meio de chegar ao socialismo*.”

Dominguez jurou que haviam abandonado o terrorismo. “*Se alguém ainda possa ter dúvidas sobre os candidatos do FSP, afirmo que eles agora não mais estão fazendo o que fizeram antes. Navarro Wolf não está (...) atacando indiscriminadamente. O mesmo é verdade para vários outros grupos que abandonaram a violência*” mentiu ele.

O que é o FSP - Foro São Paulo

A fundação do Foro São Paulo foi determinada pelo PCC (Partido Comunista Cubano) depois que a queda do muro de Berlin deixou claro que a subsequente desintegração do bloco Soviético poderia resultar numa ameaça de aniquilação de todos os aliados e movimentos soviéticos internacionais. Em julho de 1990, o PT bancou a primeira conferência, onde representantes de 40 organizações e partidos de 13 países Iberos Americanos e Caribenhos, se encontraram em S. Paulo - Brasil, sob a direção de ativistas cubanos, para discutir como revisar a estratégia revolucionária em meio a crise mundial do socialismo.

Fundado teoricamente como uma organização liberal de abrangência política, com a atribuição de propor ações comuns, o FSP sofreu, nos primeiros cinco anos, transformações sistemáticas impostas pelo PCC que implantou uma estrutura de comando centralizada politicamente, dirigida pela principal força revolucionária narco-traficante das Américas.

Seu objetivo político tornou-se reconstruir a velha Internacional Comunista no hemisfério Ocidental sob o INTEGRAL controle cubano, como o disposto originariamente em janeiro de 1966 no Congresso Tricontinental.

Seu objetivo prático foi canalizar para Cuba - leia-se Fidel Castro e a camarilha dirigente do PCC - recursos financeiros (que a falecida União Soviética parou de bancar) para evitar o esfacelamento, não do país, que anda moribundo, mas da cúpula dirigente.

Em 1991, foi redigido um estatuto e eleita uma comissão dirigente. Os membros signatários foram:

- O **PCC** - Partido Comunista Cubano
- O **PT** - Partido dos Trabalhadores do Brasil

- O **PDR** - Partido Democrático Revolucionário mexicano
- A **FNLFM** - Frente de Libertação Nacional Farabundo Marti de El Salvador
- A **FLNS** - Frente de Libertação Nacional Sandinista da Nicarágua
- A **Fanmi Lavalas** do Presidente Bertrand Aristide do Haiti
- O **MBL** - Movimento de Bolívia Libre
- Partidos membros da **Esquerda Unida do Peru**
- Partidos membros do **Partido Comunista Uruguaio**
- A **Frente Ampla Tupamaro** do Uruguai

Em 1992, a UNR - União Nacional Revolucionária - da Guatemala, a força terrorista que mais se assemelha em modus operandi com o Sendero Luminoso do Peru, foi incluída no comitê dirigente.

Em maio de 1995 o comando central do FSP foi aumentado com a inclusão de:

- Os grupos narco-terroristas da Colômbia:
  - A **Coordenação Guerrilheira Simon Bolívar**
  - As **FARC** - Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia
  - O **ELN** - Exército de Libertação Nacional
  - O **M-19**

- O **PTD** - Partido Trabalhador Dominicano
- O **PRD** - Partido Revolucionário Democrático do Panamá
- As organizações membros de Guadalupe:
  - **Partido Comunista**
  - **GUR** - Grupo União Resistência
  - **ULG** - União para a Libertação de Guadalupe

Em 1992 o FSP iniciou a publicação de uma revista, AMÉRICA LIBRE, para reforçar sua presença política no continente e centralizar sua direção. Vários exemplares já foram lançados, trazendo inclusive extensas entrevistas com o comandante das

FARC, Manuel Marulanda Velez, feitas em seus esconderijos "nas montanhas da Colômbia", comunicados da UNR da Guatemala e instruções para organizar os componentes do MST - Movimento dos Sem Terra - do Brasil.

Em 1993 a Frente Ampla do Uruguai foi encarregada de implantar um sistema de e-mails entre os membros da organização. Foram criadas comissões permanentes em assuntos, tais como direitos humanos, para organizar campanhas específicas.

Em maio de 1995, o comando do FSP estava pronto para anunciar sua intenção de manter um secretariado permanente.

As cinco primeiras conferências plenárias mapearam o crescimento e as mudanças do enfoque político do FSP. Nesses eventos circulavam documentos de todo o tipo de grupos terroristas do continente, quer fossem grupos oficiais ou não. (por exemplo: Sendero Luminoso, Movimento Todos pela Pátria da Argentina, a Frente Patriótica Manuel Rodriguez do Chile)

Em 15 de junho de 1991 o PRD mexicano promoveu a "**Segunda Conferência dos Movimentos e Partidos Políticos do FSP**" na cidade do México. Estiveram representadas 68 organizações de 22 países da América Latina e Caribe; compareceram ainda observadores dos Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Itália e Rússia.

Foram adotadas duas linhas de ação:

— A primeira foi a determinação para que seus membros apoiassem a campanha "500 Anos de Resistência", uma mobilização gerada pela ONU contra a evangelização cristã da América Latina e seus resultados nas nações coligadas. Sob a bandeira dos "500 Anos" começou a ser montada uma estrutura continental etnicamente separatista, unindo uma miríade de organizações "indigenistas" de cunho antropológico, em uma força centralizada, com funcionamento paralelo e com a coordenação do FSP.

— O FSP também ordenou a expansão da organização na Europa e nos Estados Unidos. A tarefa foi organizada pelo partido MBL da Bolívia, que enviou uma equipe para visitar os Estados Unidos, China , Coréia do Norte e seis países na Europa, entre fevereiro e abril de 1992, para estabelecer "laços fraternais" entre eles e o comitê diretor do FSP.

Em 16 de julho de 1992, os Sandinistas foram os encarregados da Terceira Conferência, organizada para coincidir com as comemorações do aniversário da tomada do poder pelos Sandinistas em 1979. A agenda foi centralizada em:

— Atualizar o perfil do FSP na região como "uma opção viável para tomar o poder"

— Aumentar o diálogo com outras "*coordenações de esforços equivalentes de forças progressivas que estão sendo praticadas em outros continentes*"

Em 18 de outubro de 1992, o comitê dirigente se reuniu em Montevidéu, anunciando que o apoio "à luta do povo da Guatemala" e a resistência dos povos indígenas da América deveriam formar a o centro da campanha da organização. Foi condenada a "perseguição política peruana" pela emissão de uma declaração de apoio ao Sendero Luminoso, cujos principais líderes tinham sido presos algumas semanas atrás.

Em 24 de julho de 1993, a quarta Conferência foi sediada em Havana, para coincidir com as comemorações do 40º aniversário do ataque de Fidel Castro ao quartel de Moncada e serviu para enfatizar a necessidade de se defender o regime de Castro.

Compareceram 112 organizações afiliadas e 25 grupos de observadores da região, além de observadores de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África. Ao seu final, foram filiadas mais 31 organizações, sendo que 21 delas eram do Caribe.

Ficou evidente uma mudança ética. As análises desmoralizadoras da "derrota" do socialismo na União Soviética foram substituídas por planos para aproveitar as oportunidades abertas pela "*ruptura do projeto neo-liberal*".

Os líderes do FSP, Cuauhtémoc Cárdenas e Luís Inácio da Silva ("Lula") ***traçaram uma estratégia para atingir o poder em seis países dentro dos próximos 24 meses***, tendo em vista as próximas eleições presidenciais na Venezuela, El Salvador, México, Brasil e Nicarágua.

Em dezembro de 1993, foi posta em ação a organização centralizada de um golpe entre os militares da região. O tenente coronel reformado Hugo Chávez da Venezuela foi encarregado de coordenar a área militar, durante sua visita à Cuba.

Em 1994 não houve conferência plenária, com a clara intenção de não enfraquecer as chances eleitorais dos anfitriões, a Frente Ampla do Uruguai. Porém, em 1995, ficou evidente que a estratégia montada em Havana, para ganhar poder nacional através das eleições, havia falhado.

Em março de 1995, o principal grupo da gerência editorial da América Libre foi chamado a Havana para resolver "*dificuldades*" que tinham surgido, inclusive as financeiras. A reunião foi realizada sob a supervisão de dois pesos pesados da Inteligência Cubana, Manuel Piñeiro e sua mulher Martha Harnecker, agora, ambos também participantes da gerência editorial.

Frei Betto contou mais tarde que tinha sido determinado "um novo perfil" para a revista, inclusive o pagamento de quotas pelos membros da organização, projetos para recrutar "militantes" para a revista e a delineação para organizar campanhas.

Em 25 de maio de 1995, ocorreram discussões acirradas na Quinta Conferência Plenária em Montevidéu, centradas na

questão da tomada do poder diante da evidente incompetência dos membros em ganhar as eleições presidenciais.
A delegação Cubana, chefiada pelo membro do Comitê Central do Partido Comunista Abel Prieto, declarou que o FSP deve ser fortalecido para fazer frente "à profunda crise geopolítica" e o sucesso dos Estados Unidos em restabelecer as relações no hemisfério. Disse que tinham sido auferidos ganhos, calculando que entre a quarta e quinta conferências, o FSP havia eleito 291 deputados, 57 senadores, 10 governadores, centenas de prefeitos e obtido 29 milhões de votos - 24,01%, quase um quarto - dos votos válidos nesse período eleitoral.

Em sessões da autocrítica, lideradas por Martha Harnecker, concluíram-se que, onde os membros do FSP haviam perdido, tinham feito concessões pragmáticas em alianças eleitorais, ao invés de pautar suas estratégias em "ação social". Determinou-se que, agora, deviam mudar as regras do jogo, através de uma "reforma eleitoral" e estabelecimento de "governos provisórios" e "assembleias constituintes", conforme estava sendo exigido pelos membros do México e Venezuela entre outros.

A resolução final do plenário aprovou a revolução Zapatista em Chiapas, denominando-a de legítima representação das "*novas formas de expressão, democracia e poder popular*" que se desenvolvem na região. O sub comandante Marcos do EZLN - Ejercito Zapatista de Libertacion Nacional - fez um discurso ao plenário por meio de um vídeo que foi trazido do México pela delegação do PDR.

Em julho de 1995, o número 7 da revista América Libre traçou os parâmetros da "estratégia de Chiapas" - ***combinando ataques armados, grandes invasões de propriedades e uma campanha em prol da assembleia constituinte para reformar a constituição nacional*** - que estava sendo adotada em todo continente.

A editora chefe Korol, escreveu: "*Em quantas regiões da América Latina se pode encontrar quadros semelhantes a esse que o capitalismo fez com Chiapas? O que os índios Peruanos e Bolivianos tem a dizer? O que o povo do nordeste da Argentina escreve ao serem declarados inviáveis pelos sucessivos*

*governos militares e civis? O que tem a dizer os excluídos do Brasil, Colômbia, Nicarágua, Guatemala e Haiti? Ou será que Chiapas fala por todos eles, sendo, ao mesmo tempo, um convite para que se juntem novas vozes de denúncia? Chiapas, fornece '**as chaves para os movimentos futuros**"*.

Dados do FSP (1995):

Fundação:	04 de julho de 1990
Sede:	Conta com secretariado permanente em Havana e Manágua. Comissões gerenciais viajam de país a país na América Latina. A América Libre, revista do FSP, é, segundo as palavras de Frei Betto, seu editor chefe, "*planejada no Brasil, editada na Argentina, impressa no Chile e distribuída no mundo inteiro*."
Áreas onde Opera:	Em 1995 operava em 18 países latino americanos e 11 caribenhos, além de Porto Rico

Membros que estão liderando insurreições armadas em:

- México/Guatemala: nos estados de Guerrero e Chiapas, na fronteira da Guatemala Colômbia
- Diversas áreas de fronteira na Venezuela, desenvolvendo-se com rapidez na direção das plantações de coca no Peru e Bolívia
- Existem diversas ações em fase de preparação para serem deflagradas na região do Chaco, nordeste da Argentina e no Brasil
- O FSP ainda tem capacidade efetiva de deflagrar ações armadas na Nicarágua, El Salvador e Chile.

Presença em governos por partidos membros

- Governam Cuba e Haiti.
- Ocupam ministérios no governo da Bolívia e Chile
- Controlam o governo da capital do Uruguai, Montevidéu - a sua maior cidade -
- Controlam o governo de vários estados e cidades importantes no Brasil, Venezuela e México.

Características Terroristas:

- Rapto para obter resgate, realizado como operação centralizada em extensas regiões
- A insurreição zapatista em Chiapas feita pelo EZLN, intitulada pela América Libre como "a primeira revolução pós-moderna" e "um movimento político armado" é apontada como um modelo para o continente, sendo sua principal característica o uso de índios e os pobres do local como bucha de canhão - por exemplo, "armados" com armas de brinquedo - para que dêem cobertura política nas operações guerrilheiras irregulares das suas forças declaradamente terroristas, com objetivos étnicos separatistas.
- Igualmente, invasões organizadas em massa de terras de fazendeiros estão sendo usadas no Brasil, Chiapas e em outros lugares, como forma de ocupar territórios, ***que então são mantidos através do terror e usados como bases logísticas para atividades terroristas e centros de lavagem cerebral para pobres aliciados, inteiramente fora do controle do estado.***

Líderes:

- Fidel Castro - Chefe Supremo
- Frei Betto - do PT do Brasil, editor chefe da revista "América Libre", o porta voz do FSP
- Claudia Korol - do PCA Partido Comunista Argentino, editor administrativo

- Luis Brunati - membro do EP - Encontro Popular-Argentina
- Patricio Echegaray - secretário geral do Partido Comunista - Argentina
- Miguel Monserrat - FS - Frente sudeste - Argentina
- Bishop Federico Pagura - presidente do CLAI - Conselho Latino Americano de Igrejas - Argentina
- Lisandro Viale - secretário geral do PRISA - Partido Revolucionário para Independência Social Argentina - Argentina
- Nestor Vicente - Argentina
- David Vinas - Argentina
- **Leonardo Boff** - fundador da teoria da libertação - Brasil
- **Chico Buarque de Holanda** - amigão de Fidel Castro e compositor popular - Brasil
- **Antonio Candido** - PT - Brasil
- **Gilberto Carvalho** - Secretário de organização do PT - Brasil
- **Roberto Drummond** - escritor - Brasil
- **Paulo Freire** - PT - Brasil
- **Luis Eduardo Greenhalgh** - advogado do PT para direitos humanos (defensor dos sequestradores canadenses do empresário Abílio Diniz) - Brasil
- **Fernando Morais** - amigão íntimo de Fidel Castro, escritor - Brasil
- **Eric Nepomunceno** - jornalista - Brasil
- **Emir Sader** - acadêmico - ecologista - Brasil
- Manuel Cabieses - editor da revista Punto Final - Chile
- Volodia Teitelboim - antiga secretária geral do Partido Comunista - Chile
- Gilberto Viera - secretário geral do Partido Comunista - Colômbia
- Daniel Camacho - Costa Rica.
- Marta Harnecker - Cuba
- Fernando Martínez Heredia - Cuba
- Manuel Piñeiro - Cuba
- Silvio Rodríguez.- Cuba
- Osvaldo Leon - Equador.

- Schafik Jorge Handal - secretário geral do Partido Comunista de El Salvador. Um advogado intransigente da luta armada e ferrenho defensor da URNG - União Nacional Revolucionária de Guatemala - Atualmente, Handal é membro da comissão de mediação de Antioquia, um programa de conciliação na Colômbia da Universidade de Harvard.
- Rigoberta Menchu Tum - Vencedora do prêmio Nobel da Paz de 1992, auto-intitulada líder da URNG desde 1970, defensora da "guerra popular revolucionária" e porta voz internacional do movimento anti nacionalização dos povos indígenas da ONU - Guatemala
- Guillermo Torrielo Garrido - ministro de relações exteriores no governo de Arbenz, fundador do CGUP - Comitê Guatemalteco de Unidade Patriótica - que desde 1982 serve de frente política para o comando militar da URNG. - Guatemala
- Gerard Pierre Charles, coordenador do movimento Lavatas de Jean-Bertrand Aristides, antigo líder do Partido Comunista e agora um dos principais estrategistas de Aristides - Haiti
- Alonso Aguilar, professor - México
- Adolfo Gilly, PRD - México
- Pablo González Casanova, da Convenção Nacional Democrática Zapatista - México
- Carlos Núñez, presidente do CEAAL - Conselho de Educação para Adultos da América Latina - que defende o tipo de "educação popular" modelado nos programas desenvolvidos por José Carlos Mariátegui - México
- César Augusto Sandino, Lázaro Cárdenas, e Paulo Freire - considerados "componentes estratégicos e indispensáveis da nova política que está surgindo no continente."
- Fernando Cardenal, S.J., ministro da educação no governo sandinista da Nicarágua
- Mirna Cunningham - Nicarágua
- Miguel D'Escoto, ministro relações exteriores do governo sandinista - Nicarágua.

- Nils Castro, atual embaixador do Panamá no México, uma figura importante na COPPAL - Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina - que declara já ter sido conselheiro de Fidel Castro em Cuba - Panamá
- Joel Cazal - Paraguai.
- Javier Diez Canseco, antigo secretário geral do PUM - Partido Unificado Mariateguista - Peru.
- Mario Benedetti, - Uruguai
- Hugo Cores - congressista do PVP - Partido da Vitória Popular - Uruguai
- Eleuterio Fernández Huidobro - "líder histórico" do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros – Uruguai
- Alí Rodríguez - do Partido Causa Radical - Venezuela

Grupos Aliados Nacionais ou Internacionais

- **ETA** - Grupo Separatista Basco da Espanha
- **Partidos Comunistas fora da América** Latina com os quais o FSP tem relações, incluídos Coréia do Norte, China, Estados Unidos, Canadá, Áustria, Inglaterra, França, Grécia e Portugal
- **Partido Comunista Alemão e Partido Socialista Democrático** - Alemanha
- **Refundação Comunista** - Itália
  Na Conferência de 1995 da América Libre em Buenos Aires, Pierre Larroche disse que é necessário "uma troca de experiências, análises e proposições" entre a Europa e a América latina, e pediu a solidariedade de seu partido para com "os povos em conflito no continente, especialmente o povo de Chiapas, que lutam por dignidade e por Cuba, que luta por sua soberania."
- **Líbia - Muammar Qaddaffi** da Líbia, em maio de 1995, enviou uma mensagem pessoal para a Quinta Conferência em Montevidéu, pedindo a formação de "uma frente popular mundial de forças políticas e revolucionárias, partidos e organizações populares". O

embaixador da Líbia em Cuba, Saaid Hafianna, compareceu nas quarta e quinta conferências do FSP, como também o Embaixador Itinerante para a América Latina, Ali Ahmed Agili.

- **COPPAL** - Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina -
- O **Novo Partido Democrático do Canadá** enviou representantes para inúmeras conferências e fornece apoio aos insurretos de Chiapas
- **IAD** - Inter-American Dialogue.
- **National Democratic Institute**
- **U.S. National Endowment for Democracy.**
- **Internacional Socialista.**
- **Centro Tricontinental**, Universidade de Louvain, Bélgica.

<u>Motivações religiosas/ideológicas/étnicas</u>

Como câmara de compensação da esquerda latino americana e de grupos terroristas, sua ideologia é uma mistura de indigenismo, teologia da libertação e ecologia. Sua maior característica **é a defesa INTRANSIGENTE de Cuba de Fidel Castro,** tanto politicamente quanto financeiramente. Os membros do FSP são obrigados a fazer demonstrações, fazer pressão política internacional e enviar ajuda financeira e material para manter o regime de Castro.

No encontro de maio de 1995 em Montevidéu, Shafik Handal declarou: "***Cuba é a esperança... A revolução e o socialismo cubanos vão existir para sempre***."

O líder boliviano dos plantadores de coca, Evo Morales, disse num seminário de Buenos Aires, em agosto de 1995: "*Se queremos ser livres, então devem existir na América Latina não uma só Cuba, mas várias Cubas. ... E o que precisamos para que isso aconteça? Heróis! E, na minha opinião, Fidel Castro é um herói. Estou pronto a proclamá-lo comandante das forças de libertação da América ou da América Latina."*

Controladores/mentores/teóricos conhecidos

Controladores:

- Fidel Castro;
- Tomás Borge - Ex-ministro do interior sandinista ;
- Manuel Piñeiro - Fundador da Inteligência Cubana, ;
- Serviços de Inteligência Cubanos e Nicaraguenhos.

Mentores e Teóricos

- Martha Harnecker, Chile/Cuba. - Mulher do Chefe de Inteligência Cubano Manuel Piñeiro. Seu best-seller, Elementary Concepts of Historical Materialism, - Conceitos Elementares do Materialismo Histórico - de 1970 é utilizado como catecismo para a esquerda da região. Ela é diretora do Centro de Recuperação e Promoção da Memória Histórica dos Movimentos Populares da América Latina, em Havana, através do qual são coordenadas várias atividades da esquerda Ibero Americana, principalmente o terrorismo.
- **Frei Betto.**
- Ernesto "Che" Guevara - argentino/cubano que é considerado como o inspirador para o FSP. A revista América Libre foi fundada numa conferência para celebrar o 65° aniversário de seu nascimento.

Composição:

- Mais de 107 partidos, grupos são membros
- Mais de 250.000 pessoas estão sob o comando do FSP, sendo que dentre elas, 20 a 30 mil estão armadas

Conexões conhecidas com o tráfico de drogas

A grande influência do "Terceiro Cartel" da Colômbia - as FARC - na estrutura do FSP, demonstra sua relação inequívoca com o comércio de drogas.

Os funcionários cubanos se encarregaram de aconselhar os grupos participantes do FSP na época de sua fundação, que, com a queda da União Soviética e o fim dos financiamentos da Internacional Socialista, os partidos deveriam adotar o "modelo M-19", ou seja, assegurar seus recursos através do comércio de drogas.

A declaração do líder Boliviano Evo Morales em 20/08/95 na conferência da América Libre em Buenos Aires, da existência de uma estratégia de resistência continental à erradicação das plantações de coca e uma coordenação internacional de uma campanha para a legalização da cocaína, demonstra uma nova fase na luta do FSP para defender o comércio de drogas.

O novo membro do FSP, o NMIP - Novo Movimento para Independência de Porto Rico - está levando essa luta até mesmo aos Estados Unidos, ao ameaçar de explodir as instalações de radar que rastreiam aviões do tráfico de drogas.

Fornecimento de Armas e Rotas Conhecidas

As armas são compradas principalmente nos mercados negros nacionais e internacionais, que são interligados ao comércio de drogas. Desde 1992, a América Central tornou-se a maior fornecedora de armas para o grupo continental terror-drogas. Nas palavras de uma antiga guerrilheira de El Salvador: "*A Nicarágua é uma grande feira de armas, um tipo de enorme mercado cinza. Lá pode-se adquirir qualquer coisa*"

<eof>



4 - O PT

Neo-Liberais e Leninistas

"*Executive Intelligence Revue*" – 1995
Trad. Luis Vallejo

Identificação do Grupo: Partido dos Trabalhadores (PT)
Sede: São Paulo – Brasil
Data da Fundação: 1979/1980

Locais de Operação, áreas ativas

O PT é um partido nacional, legal, o terceiro maior do país. Atualmente controla dois governos estaduais (Brasília, DF e Espírito Santo) dezenas de prefeituras, muitas delas de cidades grandes, e uma ampla representação no congresso nacional com 70 deputados e 5 senadores.

O PT possui uma organização sindical, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) que lhe fornece uma grande capacidade de mobilização. Possui também um esquema de apoio de CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – com cerca de 3 milhões de membros.

Desde a ultima eleição presidencial, o PT vem trabalhando intensamente para organizar um grupo dentro das forças armadas, seguindo o conselho que Fidel Castro deu no encontro de 1989: "*O PT não deve dar a impressão que é hostil aos militares. É crucial que eles não vejam o PT como inimigo. Sem abrir mão dos princípios do partido, vocês devem procurar conquistá-los*".

Ações Terroristas de Grande Porte:

Apesar do PT não ser explicitamente terrorista, os membros de sua liderança vieram de grupos que participaram de movimentos terroristas nos anos de 1960. No interior do país, apoia e promove grupos pró-terrorismo, como o MST. Fora do Brasil, os líderes do PT como o senador Eduardo Suplicy, defendem abertamente os grupos narco-terroristas, como no caso do sequestro que veio a tona depois da explosão de um paiol em Manágua, Nicarágua.

Características:

É um partido político formado inteiramente nos padrões Leninistas, sendo apoiado por militantes profissionais. Seus estatutos permitem a existência de diversas tendências desse padrão, de tal forma que, realmente, o PT é um conglomerado de vários grupos diferentes, variando dos ultra esquerdistas até aqueles que se aproximam de uma social democracia de direita.

As correntes conhecidas – chamados "movimentos" – atuais são:

— **Articulação** - é o movimento histórico, o qual, apesar de se considerar moderado, abriga grupos marxistas e uma ala das CEBs, a ala moderada da Frente Ampla e Democrática do PT;
— **Trabalho** - uma das mais radicais, de tendência trotskista
— **Corrente Socialista** - outra ala super radical, além de ser afiliada aos grupos: *Trotskyist Fourth International*, liderado por Ernst Mandel;
— **A Hora da Verdade**
— **Força Socialista**
— **Opção Esquerdista**
— **Brasil Socialista**
— **Tendência Marxista**
— **PCBR** – Partido Revolucionário dos Trabalhadores do Brasil, que defende a luta armada, cujos membros em

1986, assaltaram uma agência do Banco do Brasil em Salvador, Bahia.

Nomes e apelidos dos líderes:

- Luís Inácio da Silva (Lula), candidato duas vezes a presidente do Brasil;
- Jose Dirceu, atual presidente do PT,
- Aloísio Mercadante, encarregado da área econômica;
- Olivio Dutra, ex-prefeito de Porto Alegre
- José Genoino, deputado e especialistas em matérias de inteligência
- Marco Aurelio García, secretário de relações exteriores
- María Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo
- Markus Sokol;
- Luís Eduardo Greenhalgh, da diretoria da revista do FSP, América Libre
- Francisco Weffort, atual ministro da cultura
- Benedita da Silva, senadora
- João Paulo Cunha
- Raul Pont;
- Marcos Rolim, que representa a mais radical corrente da Nova Era do partido, a corrente anti-militar
- Rui Falcão;
- Gilberto Carvalho, secretário de organização do PT e membro da diretoria da America Libre
- Eduardo Suplicy, senador
- Tatau Godinho;
- José Luís Fevereiro;
- Lauro Marcondes;
- Augusto de Franco;
- Telma de Souza;
- Hamilton Pereira;
- Luci Choinacki;
- João Machado;
- Vladimir Palmeira.

Grupos aliados:

1 - Nacionais:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Movimento dos Sem Terras (MST);
- Instituto Brasileiro de Analise Socioeconômica (IBASE), um grupo de inteligência do PT, liderado por Herbert de Souza
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
- Fórum Nacional de ONGs
- Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- Conselho Missionário Indigenista (CIMI), um grupo de bispos e arcebispos ligados à teologia da libertação, tendo entre eles o Cardeal Evaristo Arns.

2 - Internacionais:

- Greenpeace;
- Trotskyist Fourth International; o mais antigo partido comunista da Europa
- Partido Comunista Italiano (PCI)
- Partido Verde Alemão
- Partido Comunista Cubano - PCC
- IAD, Inter-American Dialogue.
- Motivação Religiosa/Ideologica/Etnica
- Neo-comunismo,
- Marxismo
- Teologia da libertação,
- Ecologismo,
- Feminismo
- Todas as variações da Nova Era

Objetivo:

Luta pelo socialismo e defende todas as suas causas globalizadas..

Aspectos Econômicos:

Apesar de alegar que seja contrário ao livre mercado do neo-liberalismo, na verdade apoia suas teses centrais: Em dezembro de 1992, Lula propôs o uso de parte de reservas do país para comprar bônus do Tesouro Americano, a serem fornecidos como garantia para os credores que concordassem a prorrogar os prazos de pagamento da divida externa.

Jose Dirceu, o atual presidente do partido declarou em junho de 1993: "Estamos abertos para discutir o projeto de privatização." O Financial Times, o porta voz político de Londres, descreveu o PT, em 17 de maio de 1995, como sendo "...a única fonte real de renovação do Congresso.... uma influência de modernização."

Energia Nuclear:

O PT é contrário ao programa nuclear do Brasil. Em 1988, um líder do PT que prometeu não dar tréguas na luta contra a energia nuclear, venceu a eleição para prefeito da cidade de Angra dos Reis, onde ficam as usinas nucleares do Brasil.

O PT é membro fundador da Rede Brasileira Anti Nuclear (BANN – Brazilian Anti Nuclear Network), que inclui o Greenpeace e outras ONGs. Em 1993, o então candidato presidencial do PT, Lula, declarou ao assistente do Secretário de Estado Americano para relações internacionais, Bernard Aronson, que o PT era e continuaria a ser, contra a energia nuclear.

Forças Armadas:

Na campanha presidencial de 1989, o partido propôs redefinir o papel das forças armadas, através da criação do ministério da defesa, órgão com que o IAD pretende reduzir as forças militares na América Latina e eliminar o serviço militar obrigatório.

Indigenismo e Ecologia:

O PT apoia a criação da reserva Ianomâmi e a demarcação de outras áreas indígenas. Lula propõe a ligação de renegociação da dívida externa brasileira aos temas ambientais.

Feminismo:

A adoção do feminismo é um dos principais projetos culturais do partido. Seu exemplo mais aberrante é a defesa de se usar uma bruxa medieval como símbolo da libertação feminina. "Quem foram as bruxas que eram queimadas nas praças européias? Mulheres comuns que não se adaptavam ao critério masculino de crença masculina"

Controle demográfico e esterilização:

No Congresso Nacional o PT propôs uma emenda para tornar a esterilização legal e executada pelo SUS. Também apoia o aborto.

Mentores/Teóricos e Controladores:

- Fidel Castro
- Louis Althusser
- Herbert Marcuse
- Max Weber
- Frei Betto: Frei dominicano Carlos Alberto Libanio Christo, conhecido como "Frei Betto," amigo íntimo de Fidel Castro e Lula, ex-conselheiro das CEBs no regime sandinista na Nicarágua e atual editor chefe da revista do FSP "América Libre". Se declara satisfeito por "*existir uma nova emergência de religiosidade no mundo, como se pode ver pelo fato de que os livros vendidos são na maioria espirituais, esotéricos e de auto ajuda.*"
- Paulo Freire: Membro fundador do PT; principal defensor da teologia da libertação; autor do livro "Pedagogia dos Oprimidos" que propõe a desativação da escola alegando que obrigar os africanos a aprender a ler e escrever é uma "imposição ocidental" para os

quais o meio de comunicação "natural" é a pantomima. Seus programas "culturais" foram implementados na Nicarágua Sandinista e foram disseminados mundialmente pela UNESCO.

- Leonardo Boff: ex-padre franciscano, um dos primeiros dentre os teóricos e propagandistas da teologia da libertação e do culto a Gaia; alega que o cristianismo é responsável pelo genocídio e etnocídio; no seu livro "América Latina: da conquista à Nova Evangelização", defende a salvação "da identidade [dos índios] sufocados pela cultura europeia e pela religião cristã". Em um livro de 1994, escreveu: "A humanidade está numa difícil transição – da nação estado para o mundo estado, do universo para o cósmico (...) Estamos diante de uma nova civilização planetária."

São de importância extrema os defensores da teologia da libertação dentro da Igreja Católica, que fornecem uma sistema cobertura política para as atividades do PT. Os principais dentre esses são:

- O Cardeal Evaristo Arns de S. Paulo
- O bispo de S. Felix de Araguaia, Pedro Casaldaglia (que se refere a Fidel Castro como "*velho irmão, primeiro camarada, o patriarca da grande pátria*" e que é amigo íntimo do bispo zapatista mexicano Samuel Ruiz)

Atual número de grupos de controle:

Desconhecido

Países que fornecem treinamento aos membros:

Cuba e Nicarágua

Atuais envolvimentos com trafico de drogas:

Desconhecido

Rotas de suprimentos de armas conhecidas:

Desconhecida

Suporte Econômico conhecido:

Como partido registrado, o PT recebe subvenção legal de companhias e fundações. Na campanha presidencial de 1989, surgiram acusações que o PT havia recebido financiamentos secretos de firmas estrangeiras, estando entre essas, o cartel argentino de alimentos *Bunge and Born*. O Instituto Woodrow Wilson, com sede nos EUA, ajuda o PT fornecendo bolsas de estudo aos universitários do PT.

A CUT, por outro lado, admitiu que 18% do total de seu orçamento de 1994 vieram de organizações Italianas, holandesas e Alemãs. A igreja católica alemã, através de suas agencias *Adveniat* e *Miserior*, financiam o PT indiretamente através de vários projetos. A transferência de fundos é mediada através da CPT ou do Centro Missionário Indigenista, ambas entidades oficiais da Igreja católica no Brasil

Sumário do perfil histórico

O PT foi fundado em S Paulo entre 1979 e 1980. Três tipos de forças se juntaram para sua criação.

A primeira foi um grupo de intelectuais, filhos de famílias abastadas pertencentes à geração da Nova Esquerda, que se juntou a um grupo de esquerdistas do MDB, o predecessor do maior partido do país o PMDB.

A segunda foi composta por líderes sindicais de S. Paulo, especialmente de sindicatos metalúrgicos.

A terceira foi um poderoso grupo de teólogos da teologia da libertação das CEB, liderados por um grupo de frades dominicanos de S. Paulo, dentre eles Frei Beto, que já pertencia ao grupo terrorista de Carlos Marighela, treinado em Cuba. Acima de todos, o projeto foi abençoado pelo arcebispo de S. Paulo Evaristo Arns.

Entre 1977 e 1979, um segundo grupo de intelectuais conhecido como “esquerda independente” tentou criar um partido social democrata. Os componentes eram:

- **Francisco Weffort**, sociólogo, futuro secretário de assuntos internacionais do PT e ministro da cultura do governo atual
- **Jose Álvaro Moises**
- **Francisco de Oliveira**
- **José Serra**, atual ministro do planejamento
- **Paul Singer**
- **Fernando Henrique Cardoso**, então candidato ao senado, atual Presidente
- **Almino Afonso**
- **Mario Covas**, atual governador de S. Paulo
- **Luís Carlos Bresser Pereira**, atual ministro da administração

Nessa época, Luis Inácio da Silva era um líder sindical famoso no coração industrial de S. Paulo e os intelectuais o convenceram a participar do projeto do novo partido. Em 1979, os sindicatos que ele liderava usaram seus votos para eleger Fernando Henrique ao Senado.

Em 24 de janeiro de 1979, sindicalistas do comércio, obedecendo ao Nono Congresso dos Metalúrgicos, votaram pela criação do Partido dos Trabalhadores e não pela criação de um partido social democrata, como queriam os intelectuais. Alguns desses juntaram-se ao PT e outros, que não o fizeram, permaneceram, entretanto, dentro da órbita de influência do partido.

Desde a concepção do partido ficaram logo evidentes os fortes laços que o uniam a Cuba. No princípio foram estabelecidos por intermédio de Frei Betto, que, em 1980 se tornou amigo de Fidel Castro. Havia também fortes laços com o serviço de inteligência cubano, o DGI. No seu livro, "Paraíso Perdido", Frei Betto conta que em julho de 1980, Lula se encontrou com Castro pela primeira vez em Manágua, na Nicarágua, por

ocasião das comemorações do primeiro aniversário da revolução Sandinista. Também estava presente o comandante Manuel Piñeiro, que Betto descreve como “um conspirador profissional com um invejável senso de humor”

O PT têm mantido relações permanentes com Piñeiro através de sua mulher, a marxista chilena Martha Harnecker, que já trabalhou como conselheira para várias prefeituras brasileiras, tais como as de Porto Alegre, Santos, São Paulo e Vitória, que foram ou ainda são governadas por membros do PT.

De acordo com fontes do PT, o partido se consolidou em todo o Brasil em 1982, chegando a ter nessa época, cerca de 400 mil membros.

Nas eleições de 1988, o PT obteve grandes vitórias eleitorais, vencendo a disputa pelas prefeituras de três capitais: S Paulo, Porto Alegre e Vitória.

Depois, teve uma grande participação nas eleições presidenciais de 1989, contra Collor de Mello, quando recebeu mais de 10 milhões de votos no primeiro turno e em 1994, contra Fernando Henrique Cardoso, quando conseguiu 17 milhões de votos no primeiro turno.

Inspirado em teólogos da libertação tais como Frei Betto, o PT ainda criou outras frentes de batalha envolvendo uma larga faixa do movimento Nova Era, juntamente com as camadas mais marginais da população que formam as bases ideais do jacobinismo.

Estes são formados pela ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – criado em 1980 com o apoio de Lula e pela Confederação de Movimentos Populares, criada em abril de 1993.

<eof>



5 – MST

"*Executive Intelligence Revue*" – 1995
Trad. Luis Vallejo

O MST – Movimento dos Sem Terra – foi fundado entre 1989 e 1990. Sua sede, apesar de ser em local desconhecido, situa-se na cidade de São Paulo. Foi fundado pela CPT – Comissão Pastoral da Terra – órgão da igreja católica, que atualmente é o maior centro da Teologia da Libertação no Brasil.

Sua ação envolve principalmente invasões de terras em todo o país, especialmente no sul, que é a região mais forte econômica e culturalmente e a mais próspera do país e onde existem alguns poucos latifúndios (posse de grandes extensões de terras).

As áreas de operação do MST, são, em ordem de importância:

1) Paraná;
2) Rio Grande do Sul;
3) São Paulo;
4) Minas Gerais;
5) Mato Grosso;
6) Para;
7) Rondônia

De acordo com o próprio MST, atualmente as áreas invadidas somam 700 km^2, sendo 72,5 km^2 ocupados por acampamentos.

Sua ação é tipicamente terrorista.

Em 1993, o MST invadiu 81 fazendas; em 1994, foram 119.

As mais importantes ações em 1995 foram:

— 9 de Agosto:
Em Corumbiara, Rondônia, o MST emboscou um batalhão de polícia militar que estava se preparando para expulsá-los de uma fazenda - que tinham invadido com 600 famílias - com um resultado sangrento de 2 soldados e 9 invasores mortos.
A invasão dessa fazenda foi liderada por uma facção dissidente do MST, liderada por Cícero Pereira Neto, membro do PT. Depois da batalha, Cícero declarou: “Corumbiara foi um entrevero regional . A luta pela reforma agrária é muito maior” . A imprensa socialista mundial, tal como o New York Times, The Economist de Londres e várias ONGs, tais como a Anistia Internacional, defenderam o MST, acusando o governo brasileiro de ter promovido um ”massacre”.

— 13 de agosto
Em Pedra Preta, Mato Grosso, 1.100 famílias invadiram uma fazenda de 6.600 ha.

— Em Nova Xavantina, um grupo do MST invadiu a prefeitura e tomou de refém o chefe de gabinete do prefeito, além de fechar a ponte sobre o rio das Mortes por 24 horas.

— Ainda em agosto, cerca de 700 famílias invadiram uma fazenda na região de Unaí, trinta quilômetros da fazenda do presidente FHC

— No começo de setembro, na região do Pontal de Paranapanema, São Paulo, mais de 4.000 famílias invadiram 4 fazendas, num total de 8.000 ha.
Nessa mesma região invadiram terras pertencentes as centrais Elétricas de São Paulo, onde estava sendo construída a hidroelétrica de Taquarucu.

— No Rio Grande do Sul, mais de 800 famílias invadiram uma fazenda em Cruz Alta.

Estratégia das Invasões

Nos escritórios que abrigam a direção do MST, em São Paulo, são utilizados mapas para demarcar quais áreas serão invadidas. A maioria dessas propriedades é produtiva. Depois de escolhida a área, o MST envia um grupo de ativistas profissionais para lá, que, em um segundo passo, lideram as famílias na invasão. Tais famílias não pertencem necessariamente a área invadida, são trazidas para ela como posseiros. As áreas escolhidas, quase sempre, ficam perto de alguma área estratégica, como hidroelétricas.

Os profissionais do MST tomam conta da segurança dos acampamentos, usando metodologia Vietcong. Constroem trincheiras e armadilhas na área ocupada, camuflando-os com folhas e galhos, colocando no seu interior lanças de madeiras com as pontas untadas de fezes humanas. Isso garante que alguém que caia nessas armadilhas morra rapidamente, quando as fezes entrem em sua corrente sanguínea.

Após estabelecido o acampamento, chega a equipe de “educação”, para iniciar o doutrinamento.

Líderes:

- Padre Ricardo Rezende - porta voz internacional do MST e da CPT (Comissão Pastoral da Terra)
- Gilmar Mauro
- Jose Rainha Jr.
- Maria Rainha (mulher de Jose Rainha)
- João Pedro Stedile

A estrutura de comando do MST é a seguinte: não possue um presidente, em seu lugar age uma liderança coletiva chamada Coordenação Nacional, composta de 65 membros.

Abaixo dela vem a Diretoria Nacional, que também funciona como cooperativa, com 15 membros.

Depois vêm as Diretorias Estaduais, sendo a maioria constituída por militantes do PT, ou membros da CUT – Central Única dos Trabalhadores – o sindicato do PT; finalmente têm os Coordenadores de Campo, formados por 7 pessoas, que organizam as invasões e são divididos em setores (educação, alimentação, saúde, segurança, produção e negociação de conflitos)

Aliados Nacionais ou Internacionais

- CPT – Comissão Pastoral da Terra – uma organização oficial mantida pela CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros – mas, controlada atualmente pela facção da teoria da libertação.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário – outra organização da CNBB
- INESC – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais, uma ONG que é o principal lobby no congresso brasileiro em favor do MST
- IBASE – Instituto Brasileiro da Analise Sócio Econômica – dirigido por Herbert de Souza – Betinho – uma organização que tem a finalidade de prover o serviço de inteligência do MST, PT e outros grupos radicais
- FSP – Foro São Paulo
- Movimento Popular de Camponeses Indígenas
- 500 Anos de Resistência
- Sendero Luminoso (Peru)

Sua motivação ideológica, religiosa e étnica é baseada inteiramente na Teologia da Libertação e no culto pagão a Mãe Terra (Gaia)

Para o MST e CPT, bem como para as inumeráveis CEB – Comunidades Eclesiais de Base – ligadas a eles, a chave do sucesso de sua empreitada de invasões é sua capacidade de “espiritualizar a terra”, baseando-se no seu entendimento de

que a "terra é um mistério", no sentido religioso, e "libertar a terra é criar espaço para Deus agir no mundo." Para justificar sua ação de violência, utilizam técnicas de lavagem cerebral nos membros e camponeses, principalmente nas crianças.

O principal líder do MST, João Pedro Stedile, declarou que as invasões de terras são "nossa forma principal de pressão, porém toda nossa política socialista está relacionada com os princípios da Igreja católica, nossa principal fonte de inspiração" – ou seja, a Teologia da Libertação.

<u>Controle, mentores, teóricos</u>

O controlador político do MST é um grupo político de líderes do PT, ligados a Teologia da Libertação. Os principais:

- Paulo Freire
- Leonardo Boff
- Frei Betto (veja o perfil desses três no dossiê PT)
- José Rainha Junior, outro líder do MST, confessou em 15 de outubro de 1995, numa entrevista no jornal "O Estado de São Paulo", que seu ativismo começou em 1978, na organização que era um embrião das atuais CEB, e, desde então, "eu tive a felicidade de conhecer Frei Betto, que é meu maior inspirador."

<u>Atual composição:</u>

5.200 militantes profissionais, de acordo com o Jornal Folha de São Paulo

<u>Treinamento:</u>

Cuba treinou os ativistas do MST em "técnicas de agricultura".

Também mantém ligações com o Sendero Luminoso, do Peru, de acordo com fontes de inteligência do exército brasileiro: "a metodologia dos sem terra é muito semelhante a do Sendero Luminoso, que também foi importada pelo EZLN - Exercito Zapatista de Libertação nacional - do México e pela URNG – União Revolucionária Nacional de Guatemala".

Em um dos acampamentos do MST foram encontrados manuais preparados pela Frente Sandinista de Nicarágua – FSN – de acordo com um relatório da Polícia Militar de São Paulo.

Envolvimento e conexões com drogas

Recebe treinamento e verba das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Apoio Político:

- PT - que possui 5 membros eleitos parlamentares, pertencentes ao MST
- Cardeal Evaristo Arns de São Paulo, o verdadeiro “capelão” do FSP
- Bispo Pedro Casaldaglia de S Felix do Araguaia, um velho amigo do Bispo Mexicano Samuel Ruiz, comandante do EZLN
- Américas Watch
- Anistia Internacional
- Anti Slavery International de Londres
- Brazil Network
- Survival International
- Catholic Institute for International Relations (London).

Financiadores:

A organização católica MISEREOR envia dinheiro diretamente ao MST através do CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares – órgão composto de técnicos agrícolas ligados ao MST e CUT e a CPT.

Outra organização católica, a CARITAS envia dinheiro ao MST disfarçado de ajuda humanitária aos necessitados. Essa ajuda é canalizada a diversos órgãos da igreja para depois ser repassada ao MST.

Situação Atual

Em meados de 1995 o MST (Movimento dos Sem Terra) do Brasil, controlado pelo PT (Partido dos Trabalhadores) lançou uma campanha muito bem planejada e articulada de invasões de terras em todo o país, conforme já tínhamos previsto em informes anteriores. As invasões são favorecidas pelas condições de injustiça e miséria que acometem não só centenas de milhares de camponeses como também os habitantes de favelas, existentes em quase todas as cidades do Brasil, sendo este o elemento chave de um plano coordenado de âmbito continental de guerra dissimulada.

Em julho de 1995, o MST realizou sue Terceiro Congresso Nacional em Brasília, no qual ficou estabelecido o início de confrontações diretas com os produtores agrícolas, para tomar as terras de 1.227 produtores para serem utilizadas no assentamento de 200.000 famílias. Os proprietários escolhidos faziam parte de uma lista de devedores do Banco do Brasil. A líder do MST, Fátima Ribeiro declarou: "*Cada delegação, nos 22 estados em que o MST opera, está estudando as áreas que serão ocupadas até o final deste ano. As terras dos devedores do Banco do Brasil não ficarão de fora*".

Ficou, também, resolvido que seria deflagrada uma grande ofensiva, em estilo militar, de invasões de terra, para apressar o assentamento de cerca de 60.000 famílias. Se isso ocorrer, poderá ser a centelha para detonar uma explosão de violência no campo sem precedentes na história do Brasil.

O MST procura espalhar esta tormenta política nas cidades brasileiras, particularmente nas conturbadas favelas. Há pouco tempo, começaram a entrar nesses antros miseráveis, para estabelecer uma ligação entre os pobres da cidade e os sem terra do campo. Em S. Paulo, por exemplo, estão aliciando desempregados, vendedores de rua, empregados domésticos, etc, para formar um exército de recrutadores que atuarão nas camadas mais pobres da população.

O que torna essa crise muito mais séria é o fato de que as operações do MST, com um histórico de confrontações

sangrentas com a polícia militar, estão sendo encorajadas pelo "gabinete familiar" do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é composto por sua mulher, a socióloga Ruth Cardoso, e os representantes de ONGs, descritas pelo presidente FHC como "organizaações neo-governamentais"

O presidente FHC é membro fundador do IAD e foi responsável pela inclusão do presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, como membro do IAD. Cardoso também foi o orquestrador do surpreendente fortalecimento político do MST , quando, em julho de 1995, realizou um encontro com os líderes do MST que tinham acabado de realizar seu terceiro congresso e que apresentaram a ele uma lista de reivindicações. Algumas semanas antes, Cardoso tinha se recusado a receber os representantes dos produtores rurais de todo o país, que haviam realizado uma histórica passeata de mais de 1.000 veículos e vários milhares de pessoas em Brasília, para protestar contra o seu destrutivo "Plano Real". O presidente, simplesmente viajou para o exterior naqueles dias.

Cardoso concorda com os pedidos do MST.

Cardoso, não só recebeu pessoalmente o MST, como também concordou com todos os seus pedidos principais, incluindo a substituição do diretor do INCRA (acusado de ser "aliado dos latifundiários" pelo MST) com o seu próprio ex-secretário particular, o sociólogo Francisco Graziano Neto, uma pessoa com flagrantes ligações com o MST. O chefe de gabinete de Graziano, Paulo Loguercio, foi membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra – veja abaixo) na época em que a CPT ajudou a criar o MST. Loguercio foi quem nomeou seu substituo na CPT, João Pedro Stedile, o testa de ferro que atualmente comanda o MST.

Ao reforçar os grupos radicais em detrimento dos produtores, o Presidente Cardoso esta trilhando o mesmo desastroso caminho do ex-presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, que, reforçou ao mesmo tempo um austero programa neo-liberal de cruel livre comércio, enquanto, através de seu programa de "solidariedade" (controlado então pelo seu irmão Raul, que hoje está preso) incentivava vários grupos de neo-

comunistas e de terrorristas, dos quais, mais tarde, iria surgir o Movimento de Libertação Nacional Zapatista

No primeiro encontro entre o novo presidente do INCRA e da liderança do MST, em 23 de outubro de 1995, esta deixou claro que o seu plano de invasão em massa de terras "não estava na pauta para negociações". Depois, um dos principais controladores do movimento, o bispo Zapatista de S. Felix do Araguaia, D. Pedro Casaldaglia, fez uma provocação, declarando, um dia antes do encontro: "*Há uma guerra no campo. A coragem do MST nas suas ocupações e a sua força vão provocar uma resistência mais aberta dos latifundiários.*" E continuou: "*o latifúndio é perverso, estúpido e arcaico. Já que o governo não faz a reforma agrária, o povo irá fazê-la. O MST fará o possível dentro de seu slogan - ocupar e resistir*"

Ao mesmo tempo em que o MST continua suas invasões, suas provocações chegaram ao extremo de pedir que o governo desaproprie, como primeiro passo na reforma agrária, "as terras improdutivas" pertencentes ao exército e utilizadas para suas instalações e treinamento.

Até agora, os confrontos de invasões de terras foram entre camponeses e as forças de defesa públicas, mas o que o MST realmente quer é provocar confrontos violentos com os proprietários de terras, o que iriam explodir o campo. Em S Paulo, os proprietários de uma das áreas escolhidas para serem invadidas, pontal de Paranapanema, advertem que o governo é muito lento ao tratar de assuntos fundiários e que a região se aproxima rapidamente de "uma anarquia que somente poderá ser resolvida com intervenção federal". Por outro lado, sabe-se que os proprietários de terra – não somente os grandes, mas também os pequenos e médios – estão se armando.

Os produtores rurais estão enfrentando uma verdadeira operação bilateral de sufocamento. De um lado, sofrem com os juros altos e depressão econômica; de outro, com os desafios violentos de grupos radicais, tais como o MST. Além disso, o MST agora se aliou diretamente com os bancos que promovem a alta de juros, pedindo que o governo desaproprie terras que

pertencem aos agricultores devedores do Banco do Brasil – terras que deverão ser entregues ao MST!

O controle é feito, na realidade, pelo PT

O MST, incluindo suas facções dissidentes é controlado pela liderança do PT, e sua atual ofensiva é coordenada diretamente pela liderança do grupo da teologia da libertação, que faz o possível para radicalizar a situação no campo. Desse modo, Lula declarou em 4 de outubro de 1995 que o MST deve continuar com suas invasões de terras e recusa qualquer oferta de trégua. Ele lembra que durante o governo de Sarney (1985-1990) "*os sem terra aceitaram uma trégua e o resultado foi que não houve assentados*"

No dia 7 de setembro, dia da independência do Brasil, em Aparecida do Norte (local de culto da padroeira do Brasil) o bispo Angélico Sândalo – teólogo da libertação e amigo íntimo do Cardeal Evaristo Arns, que empreendeu todo o esforço que estava ao seu alcance para apoiar o PT e o MST – celebrou uma "missa de excluídos", assistida por 40 mil trabalhadores organizados pelo MST-PT.

O PT considera o MST como "o movimento melhor organizado do país", de acordo com Frei Betto, diretor da revista do Foro São Paulo e um dos principais conselheiros da liderança do MST e do PT. A imensa maioria da cúpula e dos dirigentes nacionais do MST são da liderança do PT, de acordo com o jornal do Rio Grande do Sul, Zero Hora.

O MST é fruto da CPT (Comissão Pastoral da Terra), o baluarte dos extremistas da teologia da libertação dentro da Igreja Católica. A CPT apoiou ativamente as duas campanhas presidenciais do candidato do PT, Lula da Silva, que a usou como seu braço político. Apesar dessa comissão não poder ser ligada diretamente aos conflitos, em virtude de ser um órgão oficial da CNBB – conferência nacional dos bispos brasileiros – ela é utilizada para ser porta voz de diversos bispos da teologia da libertação.

Particularmente no norte, nordeste e centro-oeste do país, o MST divide com a CPT a organização dos assentamentos. As ligações do MST com a teologia da libertação são tão claras e orgânicas que o principal escritório do MST em S. Paulo funciona em um local pago pela diocese de S. Paulo, dirigida pelo Cardeal Evaristo Arns.

Para entender o verdadeiro perigo que o MST representa, é necessário mostrar suas ligações, através da CPT, com os inimigos internacionais do Brasil, em especial com os fascistas mundiais da ecologia, controlados pela monarquia Britânica, em cujos principais interesses se encontra o controle supranacional da estratégica região amazônica.

Em 1991, a RLF (***British Right Livelihood Foundation***) concedeu "um prêmio Nobel alternativo" à CPT, que, por sua vez é afiliada da ONG pró terrorista **Pax Christi**, baseada na Bélgica. A RLF faz parte da GF – ***Gaia Foundation*** – criada para difundir a teologia da Nova Era e defensora das ideias pagãs da Mãe Terra ou Gaia.

A CPT mantém relações com o **CIIR** – Catholic Institute for International Relations – de Londres, que coordena globalmente as operações da teologia da libertação. Seus líderes reconhecem que seus modelos filosóficos são os teólogos da libertação Gustavo Gutierrez do Peru e Leonardo Boff e o Cardeal Arns do Brasil. O Real Instituto de Relações Internacionais britânico considera o CIIR como o principal instrumento da política exterior britânica a influenciar a Ibero América católica.

O cardeal de Londres, Basil Hume, também é responsável por esta rede da CIIR. Em 1992, Hume concedeu ao porta voz internacional do MST e da CPT, o padre Ricardo Rezende, a medalha da ASI (Anti Slavery International) a qual, disfarçada em lutar contra as formas modernas de escravidão, promove intervenções supranacionais contra as nações.

Fundada em 1787, a ASI se intitula como "a mais antiga organização de direitos humanos" a conta como membros algumas das mais renomadas famílias da oligarquia britânica,

como os Wilberforces e os Buxtons. Atualmente, Lorde Buxton é um dos vice presidentes da **WWF** – World Wild Fund for Nature – fundado pelo príncipe Philip, a organização pela qual, através da Presidência de George Bush (pai) nos Estados Unidos, dirige sua fúria contra a soberania brasileira, tentando controlar a Amazônia brasileira.

Essa rede internacional, criou a denominada Rede Brasileira – **Brazil Network** – com sede em Londres e em Washington, para coordenar as ações das principais ONGs, que incluem a **Anistia Internacional, a Survival International, Oxfam, WWF e Greenpeace,** que estão todas empenhadas em limitar a soberania brasileira, utilizando os mais variados pretextos, tais como ecologia, indigenismo, direitos humanos e agora, causas de reforma agrária.

A subsidiária brasileira da Brazil Network é o **INESC** – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – que atua em lobbies dentro do Congresso Brasileiro em causas de ecologia, direitos humanos e feminismo. Seu diretor é a militante do PT Maria José Jaime, ex-terrorista que recebeu treinamento político e militar na China, em 1969, quando era membro do grupo AP – Ação Popular. Ela chegou ao posto de membro do comitê central do movimento de guerrilha maoísta em 1972.

O INESC é o principal financiador de propaganda do MST, tendo recebido financiamentos substanciais de organizações canadenses tais como a **CIDA** - Canadian International Development Agency – e o **CCDP** - Canadian Catholic Development and Peace. O antropologista José Carlos Libânio, diretor da área do INESC para assuntos indígenas era também conselheiro da embaixada do Canadá em Brasília e membro da CIDA. Em 1988, Libânio, acompanhou um grupo liderado pelo ex-primeiro ministro canadense, Pierre Elliot Trudeau, à Amazônia, quando visitaram a futura reserva dos Ianomâmis. Um dos membros da comitiva era o Senador Leo Kolber, ligado à família Bronfman.



6 – FARC

“*Executive Intelligence Revue*” – 1995
Trad. Luis Vallejo

Nome do Grupo:

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

Outras Denominações:

— Forças Armadas Revolucionárias Comunistas
— Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
— Exército Popular (FARC-EP)
— Milícias Bolivarianas – Terceiro Cartel

Quartel General e Áreas de Atuação:

Seu quartel general era em La Uribe (Meta), Colômbia, até que o exército os desalojou dessa área em dezembro de 1990. Atualmente acredita-se que seu quartel general, onde opera o “comando da chefia” das FARC , esteja situado em algum lugar nas montanhas ocidentais, na região de Paramo, possivelmente El Sumapaz, a 100 km a sudeste de Bogotá.

Suspeita-se também que possuam centros de comando “móveis” que se desloca na área dos departamentos de Meta, Guaviare, e Caquetá, e, possivelmente Cundinamarca e Huila.

Fundação:

Oficialmente foi fundada em 20 de maio de 1964 em Marquetalia (Tolima), mas a decisão de criar a FARC e a composição de seu núcleo fundador aconteceu na assembleia geral do Partido Comunista Colombiano (PCC) em 1947.

Áreas de Atividade e Locais de Operação

As FARC operam virtualmente em todo o território colombiano, notadamente nas regiões rurais, com exceção talvez de Amazonas, Vaupés, e Guainía.

A maior área sob controle das FARC situa-se em El Guaviare e El Meta, e também na região das montanhas ocidentais que compreende os departamentos de Huila, Tolima, Cundinamarca, Boyacá, Caquetá, Santander, e norte de Santander.

Atos Terroristas Significativos:

Ao invés de proporcionar ações terroristas espetaculares, as FARC realizam ações terroristas diárias, com a intenção de impor sua "autoridade" sobre os habitantes de uma determinada região, do tipo de assaltos a alvos da polícia e do exercito.

Criaram uma espécie de "taxa de guerra" ou "vacinação" (vacuna) que é um pagamento mensal feito pela população, para que a guerrilha permita que eles possam trabalhar. Praticam também sequestro de mulheres dos camponeses e recrutamento forçado dos filhos dos fazendeiros que não podem pagar a taxa.

No final de 1995 planejam atacar a capital Bogotá, onde podem ocorrer ações para destruir a infra-estrutura de transportes, aeroportos, tratamentos de água e tubulações e usinas geradoras de eletricidade.

Modus operandi:

Muitos de seus membros são "guerrillas" que são lavradores durante o dia e a noite são convocados para promover alguma ação nas cidades vizinhas. Outros são terroristas permanentes que viajam em grupos de 30. Frequentemente esses grupos se juntam ate que atinjam um número de 100 a 300 homens para promoverem ataques maiores.

Atacam pequenos vilarejos, nos quais anularam as capacidades de defesa, tomando postos e assassinando policiais, roubando suas armas, os bancos e os sindicatos de agricultura. Forçam então os habitantes do local a se reunirem nas praças e escutarem arengas "revolucionárias". Finalmente, se não deixarem o povoado, podem se emboscar para aguardar os reforços enviados pela polícia e atacá-los com dinamite e outros explosivos, para depois se dispersarem.

Antes de iniciar suas "ocupações" fazem uma pesquisa na área, para que, durante a ação, possam identificar e acusar alguém de colaborar com o Exército ou com os paramilitares. Essas pessoas serão executadas como lição para todo o vilarejo.

Em alguns pontos do país, distribuem panfletos do tipo "procurado" nos quais oferecem recompensas para quem possa entregar ou denunciar o comandante de um batalhão ou soldado do exército. Na cidade de Cali, as FARC tem oferecido recompensa de mil dólares para quem assassinar um soldado ou policial, uma técnica que foi usada pelo traficante do cartel de Medellín, Pablo Escovar Gaviria.

As FARC tem equipes especializadas em sequestro, de onde retiram parte de seus rendimentos, mas, tais ações enfraquecem a economia nacional pois afetam as estruturas de controle da empresas. Estima-se que, em conjunto, as FARC e o ELN (Exército de Libertação Nacional) realizam 700 sequestros por ano. Os estrangeiros são os alvos prediletos.

O sequestro tanto de colombianos quanto de estrangeiros é apoiado por uma ativa colaboração dos "direitos humanos", ONGs, tais como **Pax Christi**, cujos representantes vão até à Colômbia para "receber" as vítimas de sequestro depois que pagam o resgate. Semelhante papel também é feito pela **Cruz Vermelha Internacional**, que frequentemente é a principal agência mediadora nesses sequestros.

A falta de pagamento do resgate acarreta a morte da vítima. Em alguns casos, mesmo tendo sido pago o resgate, não

liberam a vítima e pedem novo resgate. Em outros casos, depois que companhia ou os familiares pagam o resgate, somente recebem de volta o corpo de seu empregado ou parente.

O recrutamento dos membros das FARC é geralmente forçado. Os camponeses são obrigados a contribuir com seus filhos para a “revolução”.

O PCC também fornece membros para servirem como representantes políticos de seu braço armado. A primeira lição dos novos recrutas é como matar os acusados de traição. A disciplina é mantida através de punições cruéis e pela constante ameaça de morte para quem viola os regulamentos.

AS FARC também mantém um esquadrão da morte para eliminar os “inimigos da revolução”, tanto dentro como fora da organização. Existem indícios que as FARC assassinaram em 1990 Bernardo Jaramillo, que era o presidente da frente eleitoral do PCC, a União Patriótica, e Carlos Pizarro León-Gómez, candidato a presidência da república do M-19, que tinha sido recentemente legalizado, também em 1990.

As FARC também assassinaram pelo menos mil ativistas do movimento EPL (Esperança, Paz e Liberdade), uma facção do EPL (Exército de Libertação Popular) que tinha sido legalizado através de um acordo de paz com o governo, cuja área principal de atuação ficava na região de Urabá (Antioquia).

Identificação dos Líderes e Apelidos

Pedro Antonio Marín, mais conhecido como Manuel Marulanda Vélez e também como Tirofijo, (Tiro Certeiro), é o comandante geral das FARC. Porém o líder ideológico é Alfonso Cano.

Parte da liderança em comando são:

- Rigoberto Losada (“ Joselo”),
- Elmer Briceño Suárez ("El Mono Jojoy"),
- Iván Márquez,
- Raúl Reyes,

- Jaime Guaraca.

O principal líder político das FARC até agosto de 1990 era Luis Alberto Morantes Jaimes, ("Jacobo Arenas"). De acordo com as FARC, ele morreu de ataque cardíaco, mas outras fontes informam que ele assassinou um "guerrilla" na frente de suas "tropas" por ter ele roubado algumas formas de pão doce de um mercado e o irmão da vítima, também membro das FARC, o matou por vingança.

Grupos Aliados Nacional e Internacionalmente

1 - Nacionais:

— Partido Comunista da Colômbia (PCC)
— União Patriótica (UP)
— Comitê Permanente para Defesa dos Direitos Humanos
— Juventude Comunista da Colômbia (YUCO)
— Exército de Libertação Nacional (ELN)
— Exército Popular de Libertação (EPL)
— Grupo de Coordenação Guerrilheira Simon Bolívar (CNG)
— Organização Nacional de Moradia
— Central Única dos Trabalhadores (CUT)

2 - Internacionais:

Membro do Foro de São Paulo (Brasil)

Motivações ideológicas/religiosas/étnicas

As FARC adotam o Marxismo-Leninismo clássico, com admiração particular por Joseph Stalin. Combinam Marxismo com questões de "reforma agrária". Mais recentemente juntaram à sua salada ideológica as bandeiras de "ecologia" e "etnismo". Ajudaram a criar o Comando Quintín Lamé, um grupo indígena no qual o traficante de drogas Carlos Lehder Rivas era membro ativo.

Recrutam negros de todo o país para transferi-los para o Chocó, onde prometem que ali será promovido o separatismo étnico. Também tem como linha de ação sequestrar engenheiros que constroem barragens alegando que estão defendendo a ecologia e as terras indígenas.

Mentores/Dirigentes/Teóricos Conhecidos

— O PCC (Partido Comunista da Colômbia) apoiado pelo Partido Comunista da URSS
— Jacobo Arenas,
— Manuel Cepeda,
— Alvaro Vásquez del Real, todos membros do comitê central do PCC
— Gilberto Vieria, secretário geral do PCC por 30 anos.
— Os irmãos Nicolás (Centro para Estudos e Investigações Sociais, CEIS)
— Enrique Buenaventura (Teatro Experimental de Cali, TEC).

Número de Militantes:

Estimados em 8 mil homens armados

Treinamento

“Guerrillas” recrutados na chamada “La Violência” (a guerra civil não oficial entre os Partidos Liberal e Conservador) entre 1947 e 1953, foram treinados na URSS, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Alemanha Oriental.

Na década de 80, aproximaram-se do regime de Fidel Castro e formaram uma aliança com seu velho rival, o ELN e a partir daí começaram a treinar os guerrillas em Cuba. Mantém ainda, dentro da Colômbia, vários campos de treinamento.

Conexões e envolvimento com Drogas

As FARC são conhecidas como o "Terceiro Cartel de Cocaína" vindo depois dos famosos cartéis de Medellín e Cali. Eles fazem a segurança de laboratórios de cocaína em Guaviare, Caquetá, Meta, Casanare e Putumayo. Controlam pelo menos 70% da produção de folha de coca no país.

Também possuem seus próprios laboratórios de cocaína, porem não se sabe se exportam o produto diretamente para os Estados Unidos ou vendem a produção as redes de traficantes internacionais.

Também mantém acordos com os dois outros cartéis, cobram taxas de proteção que vão de 10 a 30% do valor da cocaína produzida nos laboratórios sob sua guarda, e para fazer segurança das pistas de decolagem, cobrando por avião que pouse ou decole levando droga; e também cobram uma taxa chamada de "gramaje", que oscila na faixa de 10 a 30% do valor da produção de folha de coca, dependendo do tamanho da plantação.

A rede de assassinos que ficou temporariamente desativada com a morte do traficante Pablo Escobar, teve seus membros absorvidos pelas FARC e pelas Milícias Bolivarianas do ELN nos centros urbanos.

Fornecedores e Rotas de Suprimentos de Armas

A origem da maior parte do armamento das FARC provém dos Estados Unidos, Israel, Alemanha (Oriental e Ocidental) e da Rússia. Em muitos casos, os traficantes pagam a cocaína com armas que compram nos Estados Unidos. As FARC também receberam armas de redes de tráfico da Europa durante o período de "La Violência".

Defensores e Apoiadores Políticos

- Alfredo Vásquez Carrizosa, antigo ministro de relações exteriores;
- Alvaro Leyva Durán, político "conservadorista";

- Alberto Mendoza Morales, que foi candidato a presidente em 1994, pela União Patriótica;

- Augusto Ramírez Ocampo, antigo diretor da missão da ONU em El Salvador, ONUSAL;
- Carlos Andrés Pérez, que, como Presidente da Venezuela em 1990, se ofereceu como intermediário nas negociações entre as FARC e o governo colombiano.

As FARC ainda contam com a inestimável colaboração de:

— Attorney General's Office World Organization Against Torture (OMCT),
— American Association of Jurists,
— Andean Commission of Jurists,
— Latin American Federation of Associations of Disappeared (Fedefam),
— Pax Christi International,
— Commission of the Churches on International Affairs,
— Rechtvaardigheid en Vrede,
— Comission Justice et Paix,
— Centre National de Cooperation au Développement (CNCD),
— National Centrum Voor Ontwikkelingssamenwerking (NCOS),
— Justice and Peace Service-Latin America (Serpaj-AL),
— Amnesty International (Anistia Internacional),
— International Red Cross (Cruz Vermelha Internacional).

Suporte Financeiro

Seu suporte financeiro provém da “vacuna”, uma taxa de proteção paga pela grande maioria dos fazendeiros em zonas rurais e também pelos prefeitos de pequenas cidades do interior. Também obtém recursos de assaltos a bancos, sequestros de empresários e fazendeiros e, naturalmente, do tráfico de drogas. Investem pesadamente em imóveis, na bolsa

de valores e em empresas legais que vão de mineração a agropecuária, hotelaria, farmácias e empresas multinacionais.

Serviços de inteligência do governo estimam que aproximadamente 1,6 milhão de dólares entram diariamente nos cofres da Coordenação Nacional de Guerrilhas, o gestor das forças das FARC/ELN, mais do que o apurado pela maior empresa da Colômbia, a Fundação Nacional do café.

Perfil Histórico Resumido

O PCC – Partido Comunista Colombiano – fundou as FARC em sua assembleia geral de 1947, quando foi aprovado "a utilização de toda forma de luta".

Jacobo Arenas, Alvaro Vásquez del Real, e Manuel Cepeda foram incumbidos de recrutar para o comunismo os líderes da facção Liberal, que estava envolvida na guerra civil de "La Violência". Os comunistas se transformaram em aliados da facção Liberal com Alfonso López Pumarejo (Presidente de 1932-38, e 1942-45), pai do ex Presidente Alfonso López Michelsen.

Depois do golpe de estado dado pelo Cel. Gustavo Rojas Pinilla, que iniciou a "pacificação" do país e a rendição das forças da facção Liberal por meio de um pacto conhecido como Frente Nacional, as guerrilhas organizadas pelos comunistas não se rederam e basearam-se nas montanhas, formando o que hoje são as FARC.

Isso ocorreu em Marquetalia, uma região que foi declarada "república independente" sob o controle da guerrilha. Em 20 de maio de 1964, as FARC foram oficialmente criadas. Em 1968, quase foram aniquiladas devido a um erro tático, em que começaram a funcionar como um exército regular, mostrando-se em campo aberto como um verdadeiro exército. Nas batalhas de Tolima e Caldas, as FARC perderam 70% de suas forças. Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, dois dos poucos "comandantes" que não participaram decidiram reorganizar as FARC como uma força guerrilheira móvel, dispersada em vários pontos do país.

Seu poder era pequeno e facilmente contido, até o processo da paz promovido pelo presidente Belisario Betancur em 1982. Em 1984, foi assinado um acordo de paz entre as FARC e o governo, que anistiou seus membros e libertou aqueles que estavam presos. Nessa ocasião, os líderes das FARC foram apresentados pela mídia como "estadistas". Então, organizaram a União Patriótica para concorrer as eleições. Desse ponto em diante as FARC cresceram como uma espécie de exército de Wallenstein

Suas ligações com o tráfico de drogas as ligam também ao mercado negro de armas. O envolvimento direto com o trafico de drogas apareceu no departamento de Caquetá na década de 1970. As primeiras plantações de coca foram feitas na selva amazônica em locais inaccessíveis. As FARC, conhecendo bem a área, conduziam seus homens transportando os fardos de folha de coca através da selva até as pistas de pouso dos traficantes.

Depois, as FARC construíram campos de pouso perto das áreas de cultivo de coca, obra que evolui para a criação de cidades de coca, completas, possuindo laboratórios, dormitórios para os trabalhadores e "guardas" e pistas de pouso.

Peritos em guerrilhas, as FARC desenvolveram projetos de camuflagem para essas instalações, usando grandes vasos móveis, que eram plantados com plantas típicas da floresta.

Apesar desses esforços, as autoridades antidrogas, utilizando satélites e triangulando sinais de radio, conseguiram localizar e atacar os laboratórios de Tranquilandia e Villacoca em 1983 e 1984, quando Rodrigo Lara Bonilla era ministro da justiça.

Esses laboratórios estavam sob proteção das FARC. Atualmente, com os cartéis de Medellin e Cali, praticamente desmantelados, teme-se que as FARC se apoderem das rotas de trafico utilizados por ele.

O governo de César Gaviria, com coordenação internacional da ONU e suas ONGs, tentou estabelecer um processo de paz com as FARC e ELN em 1990, 1991 e 1992.

Todavia tais esforços foram completamente desmoralizados pela insistência das FARC em continuar sequestrando, assassinando e promovendo ataques terroristas contra a infra-estrutura nacional.

O atual narco-Presidente Ernesto Samper Pizano continua tentando negociar um acordo de paz nos moldes de El Salvador - uma política que tem o apoio dos membros de Washington do *Inter-American Dialogue* (IAD).

Fim do Apêndice.

